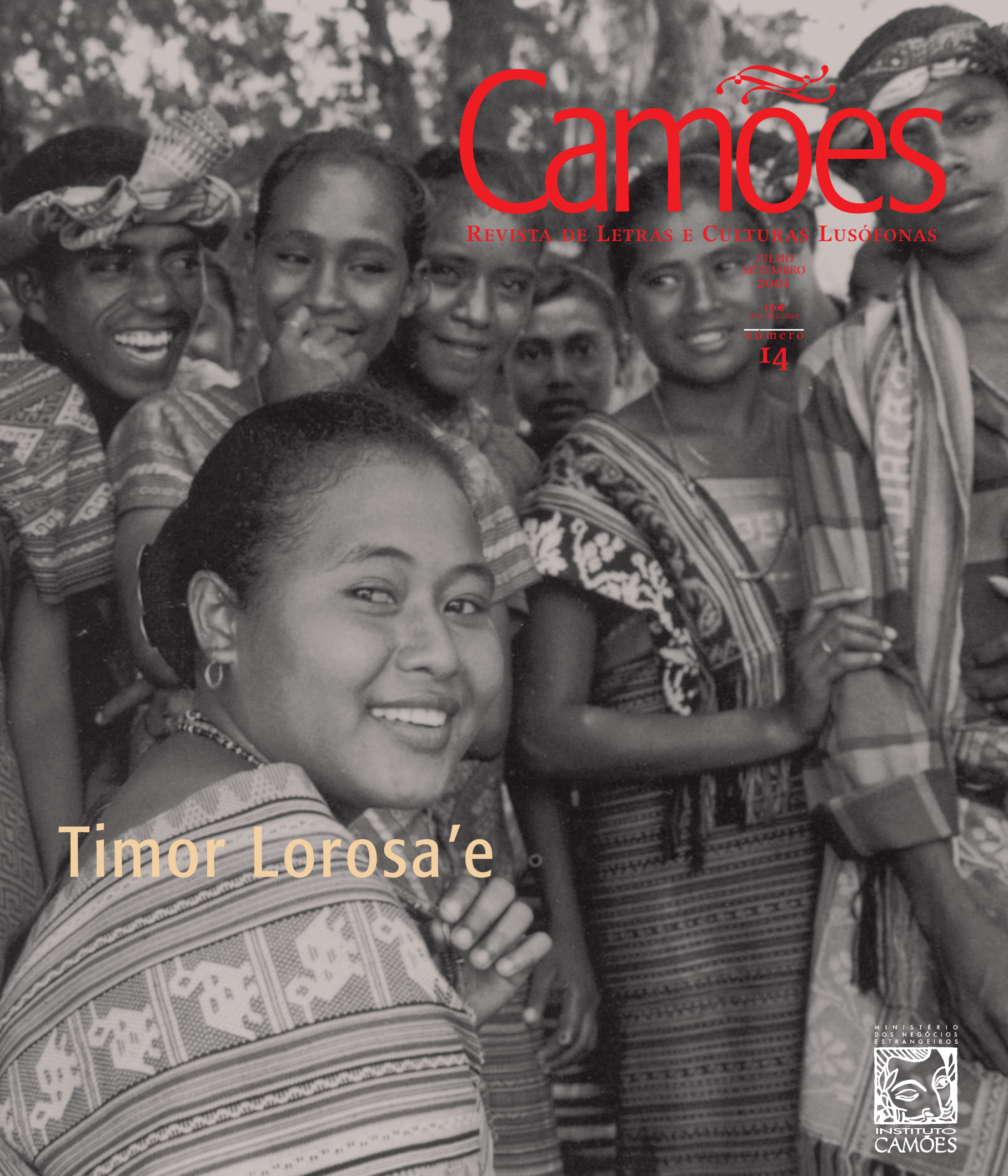




Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

JULHO
SETEMBRO
2001

10€
(IVA INCLUIDO)

número

14

Timor Lorosa'e

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



INSTITUTO
CAMÕES



*Nobres há muitos. É verdade.
Verdade. Homens muitos. É muito verdade.
Verdade que com um lenço velho
As nossas mãos foram enlaçadas.*

*Nós, como aliados, eu digo.
Panos, só um, tal qual afirmo.
A lua ilumina o meu feitio.
O sol ilumina o aliado.*

*Água de Héler! Pelo vaso sagrado!
Nunca esqueça isto o aliado.
Juntos, combater, eu quero!
Com o aliado, derrotar, eu quero!*

*A lua ilumina o meu feitio.
O sol ilumina o aliado.
Podemos, talvez, ser derrotados
Ou combatidos, mas somente unidos.*

(Ruy Cinatti, «Poema do Pacto de Sangue»)

Este poema de Ruy Cinatti, que descreve o pacto de sangue que celebrou com alguns membros de famílias nobres timorenses, sintetiza de forma sublime a história do relacionamento entre os nossos dois povos. História ancestral, marcada com igual intensidade pelo sofrimento e pela alegria e que está perto de conhecer um desenvolvimento marcante: a independência de Timor-Leste.

O Instituto Camões não podia deixar de se associar a este momento histórico, que perspectiva desde já uma das principais tarefas que a nossa política cultural externa terá de prosseguir nos tempos vindouros: a consolidação do português como língua oficial do futuro Estado de Timor-Leste.

Este desafio enquadra-se nos objectivos que traçamos para a nossa política cultural externa e para a futura acção do Instituto Camões: por um lado, preservar e promover uma identidade lusófona, reforçando a ligação entre todos os que falam português no mundo, e, por outro, ser um dos instrumentos da nossa política externa, contribuindo assim para um novo recorte na afirmação de Portugal.

O processo de escolha de uma língua, tal qual foi feito pela Assembleia timorense, não é um acto meramente administrativo. A língua enquanto instrumento do inconsciente é muito mais do que um veículo de comunicação, é também um factor de construção e consolidação da identidade nacional, como nos explicam o Professor José Mattoso e o Professor Geoffrey Gunn.

A decisão soberana do povo timorense ao escolher o português como língua oficial foi também uma decisão política. O português foi durante muitos anos a língua da resistência, uma língua de esperança, sendo falado apenas pelos timorenses mais velhos e pela Igreja como nos explica Matan Ruak no seu artigo deste número.

A sobrevivência da língua portuguesa deveu-se assim à coragem e tenacidade de alguns, personificados no Padre João Felgueiras, que, durante 13 anos, ensinou, secretamente, o português no Externato de S. José em Díli. Todas estas circunstâncias trazem responsabilidades acrescidas à nossa futura cooperação com Timor no domínio da língua e da cultura. O esforço que o Estado português terá de desenvolver parecerá sempre escasso quando comparado com a imensidão do desafio que temos pela frente. Procuraremos contudo adequar as nossas estruturas às necessidades existentes, aprofundando as acções em curso ao nível do ensino primário e secundário, que envolvem já cerca de quatro mil alunos, ampliando o Departamento de Português na Universidade Nacional de Timor-Lorsa'e e dinamizando a actividade do Centro de Língua Portuguesa em Díli.

Desde o ano de 2000 que enviamos cerca de 350 mil manuais escolares e 650 mil livros. Todavia o nosso activo mais importante e que deve ser devidamente valorizado são os nossos cooperantes, entre os quais se encontram os 410 professores que já passaram por Timor. Impõe-se, neste contexto, uma palavra de admiração e apreço pela sua abnegação e espírito de sacrifício.

Uma referência também para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa que, com a adesão de Timor, passará a contar com oito Estados membros, adquirindo uma dimensão verdadeiramente transcontinental e transoceânica. Contaremos certamente com a colaboração e dedicação de todos os seus membros neste esforço conjunto de consolidação da língua portuguesa.

Termino recorrendo novamente a Ruy Cinatti, português de filiação, timorense por sentimento, como nos descreve o Padre Peter Stilwell, fazendo votos para que a independência de Timor-Leste no dia 20 de Maio contribua para a manutenção e reforço dos «elos sagrados, profanos e sacros» que unem Portugal a Timor.

António Martins da Cruz

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

DIRECTORA

Maria José Stock

DIRECTORA-ADJUNTA

Luísa Mellid-Franco

DIRECTOR DE PRODUÇÃO

Rui M. Pereira

DESIGN GRÁFICO

TVM designers (Luís Moreira)

EDITORES

Joana Amaral
M. Piedade Braga Santos

ASSINATURAS

Célia Gomes

IMPRESSÃO

Gráfica Maiadouro

ADMINISTRAÇÃO

Instituto Camões
Rua Rodrigues Sampaio, 113
1150-279 Lisboa
Tel: 21 310 91 00
Fax: 21 314 39 87
geral@instituto-camoes.pt

REDACÇÃO

Instituto Camões
Rua Rodrigues Sampaio, 113
1150-279 Lisboa
Tel: 21 310 91 12
Fax: 21 310 91 82
rev@instituto-camoes.pt

TIRAGEM

10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

124734/99

DISTRIBUIÇÃO

Sodilivros

© Instituto Camões

ISSN: 0874-3029

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



INSTITUTO
CAMÕES

6	Sobre a Identidade de Timor Lorosa'e <i>José Mattoso</i>
14	Língua e Cultura na construção da Identidade de Timor-Leste <i>Geoffrey Gunn</i>
26	Timor-Leste: tenacidade, abnegação e inteligência política <i>A. Barbedo de Magalhães</i>
40	A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia <i>Taur Matan Ruak</i>
42	As Raízes da Resistência <i>Pe. João Felgueiras</i>
50	IMPETU e o seu movimento de libertação na Indonésia (1982–1999) <i>João Freitas de Câmara</i>
59	O Tétum, factor de identidade nacional <i>Luís Costa</i>
65	Panorama Linguístico de Timor Identidade Regional, Nacional e Pessoal <i>Maria José Albarran de Carvalho</i>
80	Língua, Identidade e Resistência. Entrevista a Geoffrey Hull
93	Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII <i>Rui Manuel Loureiro</i>
105	D. Frei Manuel de Santo António: missionário e primeiro bispo residente em Timor. Elementos para a sua biografia (1660-1733) <i>Artur Teodoro de Matos</i>
118	<i>A Descrição da Ilha de Timor</i> de João Marinho de Moura <i>Luís F. R. Thomaz</i>
125	Os portugueses e Timor nos séculos XVI e XVII. Bibliografia Breve <i>Rui Manuel Loureiro</i>
135	A Imprensa em Timor, antes do 25 de Abril <i>Paulo Pires</i>
146	Borja da Costa. Um Poeta e uma Fundação. Quando florescer o arroz... <i>Maria Júlia Fernandes</i>
152	O Timor de Ruy Cinatti <i>Peter Stilwell</i>
158	As Imagens de Timor <i>João Loureiro</i>
162	Timor e o Cinema <i>José de Matos-Cruz</i>
172	Timor, os Mitos e as (des)Mistificações <i>Luís Cardoso</i>

Timor Lorosa'e

A revista *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, ao associar-se à Independência de Timor, mais não pretende do que assinalar uma data histórica e congratular-se com o nascimento de um país com quem partilhou a História desde o século XVI.

Os textos reunidos neste número foram organizados a partir de cinco núcleos confluentes no sentido da sua ordenação. O primeiro vector, de onde irradiam os quatro seguintes, é o da *Identidade timorense* e sobre ela se pronunciam duas personalidades maiores das culturas que, por circunstâncias históricas, no primeiro caso, e de vizinhança, no segundo, mais se aproximaram da tradição e da cultura do novo país: Portugal, através da opinião de José Mattoso, e Austrália, pela voz de Geoffrey Gunn. A partir de ambas as culturas, a perspectiva sobre a relação entre os conceitos de Independência e de Identidade Nacional de J. Mattoso, e da inter-relação entre língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste, analisada no texto de G. Gunn, acabam por configurar um segundo conjunto de textos relacionando a *Língua Portuguesa e a Resistência*, tema sobre o qual se pronunciam Barbedo de Magalhães, enfatizando a tenacidade, a abnegação e a inteligência política que caracterizaram os 24 anos que durou todo o processo, Matan Ruak, que destaca a importância do relacionamento fundamente

enraizado da Língua Portuguesa na Resistência, assim como as experiências e os riscos assumidos pelo Padre João Felgueiras e por João Freitas da Câmara. Sobre *As Línguas em Timor* escrevem em dois artigos de referência, Luís Costa e Maria José Albarran, o primeiro sobre o Tétum, enquanto factor de Identidade Nacional e a segunda sobre o panorama linguístico em Timor. A fechar esta incursão sobre as línguas faladas em Timor, uma entrevista a Geoffrey Hull (Director de Investigação e Publicações do Instituto Nacional de linguística da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e), dá-nos a conhecer as suas perspectivas, no que se refere à língua, mas também à cultura e à sociedade timorense. Rui Loureiro, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Reis Thomaz, contribuem para uma abordagem clarificadora sobre a *História* de Timor, ainda por fazer, remontando o leitor destas páginas aos séculos XVI e XVII, no texto de Rui Loureiro que completa este conjunto de artigos com uma bibliografia exaustiva sobre o mesmo período histórico. Entre um artigo e outro, Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Reis Thomaz ilustram esta revista de homenagem, respectivamente, com um esboço de biografia de D. Frei Manuel de Santo António, missionário e primeiro Bispo residente em Timor, e com um manuscrito que L. F. Thomaz transcreve e brevemente comenta, encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e intitulado «*Descrição da ilha*

de Timor, causa da sua decadência e projecto para o seu augmento».

O último grupo de textos tem directamente que ver com aspectos da cultura timorense, mais recentes e concretos. O de Paulo Pires, sobre a Imprensa em Timor, antes do 25 de Abril e o de Júlia Fernandes, que evoca o poeta Borja da Costa e a Fundação do mesmo nome. O Padre Peter Stilwell preferiu trazer a estas páginas a poesia de Ruy Cinatti na sua ligação intimista com Timor e o seu povo. A este artigo seguem-se, quase a pretexto, as imagens de velhos postais ilustrados e de fotografias na posse de particulares que João Lourenço acede em mostrar aos leitores da revista. Depois das imagens fixas era imprescindível mencionar com algum destaque a filmografia associada a Timor. É pela mão de José de Matos-Cruz que tomamos conhecimento de que ela existe, embora menos importante do que nos outros «territórios ultramarinos», a partir dos anos cinquenta, e essencialmente constituída por documentários, com poucas, e muito recentes, excepções. Finalmente, um texto admirável de Luís Cardoso, «Timor, os Mitos e as (des)Mistificações», constitui em si próprio uma súpula nascida de afectos cruzados, que corresponde aos diferentes vectores que esta *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas* deixou em aberto, fechando um passado e com os olhos postos no futuro de Timor Lorosa'e.

[L.M.-E]

Sobre a Identidade de Timor Lorosa'e

José Mattoso

O NASCIMENTO DE UM PAÍS NOVO SUSCITA UM PROBLEMA ao mesmo tempo interessante e difícil, quando se trata de o estudar do ponto de vista da identidade nacional. Pergunta-se, então, se trata de um fenómeno natural ou artificial, isto é, se foi precedido por fenómenos colectivos que obrigam a distinguir o povo do território em causa dos de outros territórios, ou, pelo contrário, se é sobretudo o resultado de um conjunto de actos voluntários decididos por um grupo minoritário de indivíduos. Todavia, o problema não se pode resolver por meio desta alternativa elementar. Por um lado, é inevitável admitir que o fenómeno da identidade nacional tem sempre de se revelar de forma diferenciada: o fenómeno tem graus, o que quer dizer que não há apenas uma forma de identidade; esta pode ser mais clara ou mais obscura, sem por isso deixar de existir. Por outro lado, a proclamação da independência é ela própria um momento muito importante do processo de conscientização colectiva da identidade embora não seja suficiente para lhe garantir e as forças nem a sua clareza. Por outras palavras, a relação entre independência e identidade não é uma relação necessária; normalmente uma e outra completam-se, mas a sua inter-relação não é mecânica. Pode-se daí concluir que a solidez da independência deve ser reforçada por uma consciência tão clara quanto possível da identidade. Reciprocamente, o desejo de manter a independência deve suscitar uma expressão da identidade progressivamente mais participada a nível colectivo. De qualquer maneira, é necessário reconstituir o processo de interacção entre a consciência de identidade e o acesso à independência para poder compreender o fenómeno.

Até este momento, não existem estudos suficientemente sólidos para poder definir os caracteres da identidade nacional de Timor-Leste. Podem-se, quando muito, mencionar umas tantas pistas de investigação. Assim, entre os fenó-



Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.

menos mais antigos, deve-se referir o agrupamento de pequenos reinos locais em dois conjuntos, o dos «Belos», a oriente da ilha, e o do «Servião», a ocidente. Os Portugueses chamavam aos dois chefes «imperadores», apesar de a autoridade que eles exerciam sobre os *liurais* ser apenas honorífica ou pouco mais do que isso. De qualquer modo, esta divisão do conjunto da ilha de Timor em duas regiões foi reforçada a partir do princípio do século XVIII pela submissão da parte ocidental aos Holandeses, e da parte oriental aos Portugueses. Pode-se, todavia, perguntar se os aspectos que opõem entre si as duas partes da ilha são mais fortes do que aqueles que as unem ou aproximam. Mencionando apenas dois destes aspectos, pode-se evocar, em primeiro lugar, a repartição geográfica da língua tétum, a língua mais difundida em Timor-Leste, uma vez que ela ultrapassa as fronteiras dos dois «impérios». Com efeito, esta língua não se fala apenas em Timor Lorosa'e, mas também numa boa parte da região ocidental, à volta de Atambua. Pode-se acrescentar que os costumes dos Atoni, uma etnia de Timor ocidental situada perto da fronteira actual, estudados por Nordholt, revelam mais afinidades com os costumes dos Timorenses de Bobonaro ou de Ermera, a oriente da mesma fronteira, do que com os Timorenses de Baucau ou de Lautem, no extremo ocidental. Não é, pois, de admirar que um certo número de Timorenses, dos dois lados da ilha, sonhe com uma independência que reunisse as duas partes da ilha numa só nação.

Esta hipótese, porém, está longe de se concretizar. Não admira. Com efeito, os factores mais decisivos para a eclosão de uma identidade nacional são as práticas administrativas e culturais adoptadas continuamente durante um período longo, associadas a circuitos económicos polarizados por cidades que exercem durante o mesmo período uma função directiva nos três domínios (administrativo, cultural e

económico). Quer dizer, no caso de Timor-Leste, a administração portuguesa, que efectivamente exerceu esse papel desde o princípio do século XVIII até 1975. Além disso, essa mesma administração exerceu o papel de coordenadora dos pequenos reinos de *liurais* e a função de arbitragem dos seus conflitos permanentes, até à sua pacificação praticamente completa a partir de 1912. É verdade que durante o período de 1942-1945, os Japoneses reavivaram em seu proveito as antigos conflitos entre etnias timorenses, com o objectivo de dirigir contra os *liurais* fiéis aos Portugueses (e que apoiavam também os Australianos), as *colunas negras*, inicialmente recrutadas em território holandês. Todavia, a vitória dos Aliados no fim da Guerra reforçou o prestígio dos Timorenses fiéis aos Portugueses e atribuiu pesadas responsabilidades àqueles que tinham colaborado com as atrocidades cometidas pelos Japoneses; por isso contribuiu para aprofundar a divisão entre o Timor português, favorável aos Australianos, e o Timor holandês, favorável aos Japoneses.

Assim, às razões por assim dizer «estruturais», que contribuíram para a manutenção dos laços de solidariedade criados pela colonização portuguesa, juntaram-se razões históricas, quer dizer, acontecimentos colectivos vividos em comum e que foram a base de uma memória comum. O que a memória colectiva reteve do tempo vivido sob a ocupação japonesa foram as atrocidades cometidas e a condenação daqueles que nelas colaboraram. Neste sentido, a consciência colectiva, que atribuiu aos Japoneses a qualificação de «estrangeiros», de «inimigos», de «outros», favoreceu, de certo modo, o nascimento da noção de «Timorenses» como «nós mesmos». No fim da guerra, esta noção ficou associada à ideia de fidelidade aos Portugueses, mas com o tempo acabou por se tornar uma espécie de consciência pré-nacional. A memória colectiva que, como se sabe, é uma componente

tão importante da noção de identidade nacional, foi decisivamente reforçada pelos acontecimentos vividos em Timor-Leste durante os anos de 1974-1999. Esta noção germinou, e depois tornou-se consciente no seio de uma minoria culta e politizada, desde o momento em que esta se deu conta do papel que necessariamente tinha de desempenhar a partir do momento em que os antigos colonizadores ofereceram a Timor a possibilidade de obterem a independência. Foi depois vivida com um enorme entusiasmo pela população urbana, e este entusiasmo ficou muito vivo na memória de quem participou em tais acontecimentos. Não menos viva é a lembrança da frustração causada nos mesmos protagonistas pelo facto de esse entusiasmo ter rapidamente dado lugar aos violentos conflitos que eclodiram entre os partidos

políticos, conflitos esses que serviram de pretexto para a invasão e ocupação do país pela Indonésia em 1975.

Os acontecimentos seguintes foram ainda mais decisivos para a formação da memória colectiva. Todo o povo timorense viveu na sua carne a brutalidade de uma das mais cruéis ocupações militares de um território por um país estrangeiro: os actos de genocídio, o período de resistência activa e passiva durante vários anos de um pequeno território que o exército indonésio não conseguia ocupar efectivamente, depois a submissão exterior a um inimigo infinitamente mais poderoso e a seguir a longa resistência passiva de um povo que nunca perdeu o sentido da sua dignidade e que sempre apoiou secretamente os guerrilheiros que, nas montanhas, continuavam a sustentar a luta



armada e que era encorajada pelos exilados que no estrangeiro chamavam a atenção do mundo para a violação dos direitos humanos na sua terra natal. Junte-se a isto, para completar a enumeração dos elementos que conformaram a memória colectiva, a lembrança e o respeito sagrado pelas centenas de milhares de mortos ou assassinados pelos «estrangeiros», quer dizer, por aqueles que não foram nunca reconhecidos como tendo o direito de administrar o território.

Não admira que as palavras de ordem dos guerrilheiros, com «independência ou morte» ressoassem aos ouvidos da maioria dos Timorenses como a expressão de uma vontade que não era apenas deles, mas de todo o povo.

Assim, o uso da força bruta pelo invasor contribuiu para dar um sentido colectivo à resistência. A adesão da minoria que voluntariamente colaborou com a Indonésia, e, no último período, a actuação das «milícias» que aceitaram cometer violências e atrocidades para com os seus próprios «compatriotas», são factos que, sem dúvida, têm alguma coisa que ver com as velhas tradições de lutas entre os reinos dos *liurais*. Mas as divisões nascidas do apoio concedido aos Indonésios provavelmente não coincidem com as antigas divisões entre os «reinos»; parecem atravessar os agrupamentos humanos em função de uma lógica diferente (difícil de reconstituir com os dados de que dispomos). Por outro lado, parece que a memória do *funu* (guerra) que opunha os «reinos» entre si, as divisões entre partidos políticos, responsáveis por não poucas violências cometidas em 1975, e os crimes cometidos em nome dos partidários da independência por oposição aos partidários da autonomia (sem independência), criaram na consciência colectiva o sentimento de uma espécie de «pecado original» que os responsáveis pela independência procuram apagar a todo o custo. Aparentemente, os responsáveis políticos reconhecem que a capacidade para

ultrapassar as divisões internas são um factor da maior importância para que a comunidade internacional reconheça a legitimidade da independência timorense. De qualquer maneira, as divisões internas apresentam uma dupla face: por um lado, constituem uma efectiva ameaça à independência; mas, por outro lado, constituem também um elemento essencial da memória colectiva e, por isso mesmo, reforçam o sentimento de que para combater esse risco é necessário estreitar os laços comuns e aprofundar a noção de identidade nacional.

Estes factos parecem confirmar a força dos factores que mais contribuem para a constituição da identidade de Timor-Leste. Para além deles, poder-se-iam também mencionar outros que se poderiam classificar como resultantes de um certo comportamento comum.

No estado actual da investigação etnológica e sociológica, não é possível fazer afirmações muito seguras. Gostaria, em todo o caso, de perguntar aos especialistas se se poderão considerar como tais alguns dados que me parecem significativos. Estes parecem-me, com efeito, ser específicos da realidade timorense como tal, e não apenas como consequências da preservação até um período recente, de estruturas sociais que se podem classificar como «tradicionais», para não dizer «primitivas». Quero-me referir, em particular, aos vestígios de uma estrutura de parentesco muito forte (que se manifesta, por exemplo, no peso que tem a decisão dos parentes – não apenas dos pais – quando algum membro da família quer abraçar a vocação religiosa ou quer escolher o cônjuge) e também às numerosas e variadas manifestações do culto dos mortos. As estruturas tradicionais marcam, evidentemente, a mentalidade dos Timorenses, e é preciso, portanto, tê-las em conta, mas a verdade é que podem ser semelhantes, em termos gerais, às que vigoram também noutras sociedades diferentes igualmente apegadas a costumes



Grupo de percussionistas de Suai.
Fotografia de Ruy Cinatti.

«tradicionais». Este tipo de indícios do comportamento colectivo terá de ser estudado cuidadosamente, mas não dispomos de muitas bases seguras para o fazer, por falta de estudos sociológicos e etnológicos recentes.

Excluindo, portanto, dados de tal género, podemos, apesar de tudo, mencionar outros fenómenos sociais peculiares de Timor (que não sabemos até que ponto se verificarão igualmente em Timor ocidental). Quero-me referir a uma sociedade que tomou como modelo a nobreza tradicional autóctone, isto é, uma nobreza dividida em três níveis, a saber o dos *liurais*, o dos *datos* e o dos *tumungos* (L. F. Thomaz, 2001). A preservação deste nobreza e dos seus privilégios até uma época recente, com o apoio da administração portuguesa que se aproveitava dela como estratégia de dominação de tipo paternalista, verifica-se por meio de dados históricos, de episódios ainda gravados na

memória de muita gente e de factos tais como o laço que ainda hoje une as «famílias largas» mais conhecidas no território e a identificação bem conhecida dos seus locais de origem: toda a gente sabe de onde procedem os Guterres, os Gusmões, os Costas ou qualquer outra linhagem mais ou menos notória (M. J. Carvalho: 2002). Ora esta repartição social deu origem a hábitos próprios dos nobres, aceites e reforçados pela administração portuguesa e eles próprios influenciados por costumes portugueses. O conjunto destes factos sociais determinou, provavelmente, a difusão dos usos e costumes das camadas mais altas em todo o tecido social, e, por isso mesmo, a formação de comportamentos colectivos valorizados por toda a gente.

Um dos indícios deste fenómeno, com manifestações muito variadas, parece-me ser testemunhado pelo uso, muito difundido e típico do tétum praça, de formas de tratamento muito peculiares. Trata-se do título *maun/mana* atribuído pelos irmãos mais novos aos irmãos e irmãs mais velhos, e, por extensão, atribuído também a pessoas do mesmo nível, mas às quais se deve um respeito afectuoso: por exemplo *maun Xanana*. Na mesma linha de significado pode-se mencionar também o título *tio/tia* atribuído a pessoas da geração anterior e ainda o título *avô/avó* atribuído a pessoas mais velhas. Estas formas de tratamento são, obviamente, de origem portuguesa, mas na língua de origem designam indivíduos ligados por laços de verdadeira consanguinidade. Ora, como testemunha esta forma de tratamento, os Timorenses inspiram-se neste modelo familiar para aplicar os mesmos títulos a relações sociais mais largas, quando elas são marcadas simultaneamente pela proximidade afectuosa e pelo respeito.

Pode-se verificar um fenómeno análogo no caso do uso do título *amo*, que se emprega quando alguém se quer dirigir a um padre ou a um bispo. Com efeito, em português antigo e em



Pormenor de pano *tais*.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

português da época renascentista, aquele título designava o senhor dos escravos e dos criados que viviam sob o mesmo tecto; todavia a palavra exprime também uma conotação familiar peculiar das pessoas ligadas entre si pelos mesmos sentimentos de respeito e de afecto (M. J. Albarán Carvalho: 2001).

Esta manifestação da mentalidade, que creio se pode considerar típica da identidade timorense, baseia-se na importância atribuída aos dois valores sociais mencionados – o respeito e o afecto – e na estreita relação que os une. Esta valorização podia beneficiar os próprios colonizadores quando eles conseguiam captar a confiança dos Timorenses. Resta dizer que esse tipo de valores deve ter encontrado um certo estímulo na atitude frequentemente paternalista habitual entre os Portugueses, e por eles difundida nas suas várias colónias.

O valor atribuído ao respeito e à amizade (e também, acrescente-se, o valor atribuído à honra, de que aqui não falamos) é o reverso da facilidade com que os Timorenses desencadeiam a violência física, outro aspecto de um comportamento generalizado entre eles. Trata-se, provavelmente, de uma consequência dos hábitos ligados ao *funu* (guerra) entre os *sucos* e entre os «reinos», mesmo entre aqueles que pertenciam à mesma etnia. Estes conflitos armados permaneceram, como vimos, pelo menos até 1912. É preciso ter em conta que as lutas entre Timorenses foram atizadas ou aproveitadas pelos Portugueses como uma estratégia de dominação, por meio do apoio nos «reinos» aliados e o aproveitamento das suas forças para a repressão dos «reinos» insubmissos. Como se sabe, a mesma estratégia foi utilizada também pelos Holandeses nas suas colónias, e em Timor mesmo pelos Japoneses durante a

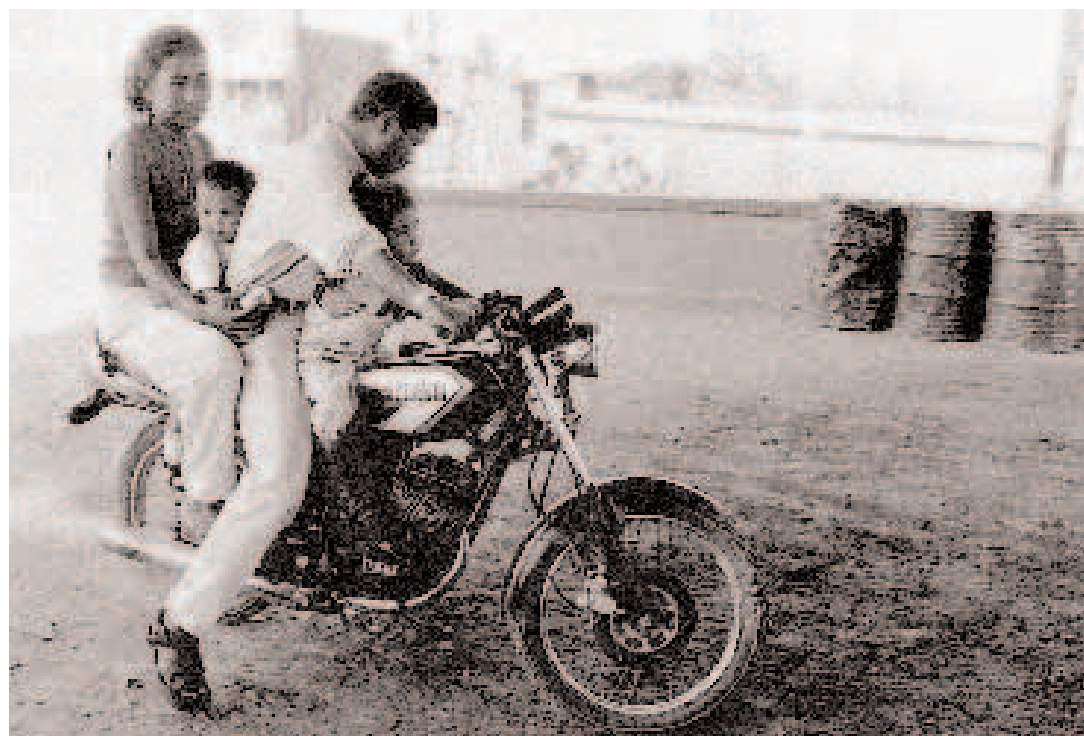
Segunda Guerra Mundial e, mais perto de nós, pelos Indonésios durante o período de anexação. Ora, a agressividade mantém-se viva neste país já quase independente, como se verifica nas rivalidades, por vezes sangrentas, entre Timorenses de *Loro mono* (distritos ocidentais) e Timorenses de *Lorosa'e* (distritos orientais), e nos combates entre grupos de jovens que cultivam as artes marciais. Como é evidente, este espírito propenso à agressividade constitui um efectivo obstáculo à estabilidade social.

Eis, portanto, algumas reflexões, obviamente muito incompletas e provisórias, acerca da nova nação de Timor Lorosa'e, que obterá a sua independência efectiva no dia 20 de Maio de 2002. Esperamos que estes breves apontamentos possam em breve ser completados por estudos mais aprofundados sobre o comportamento social dos Timorenses e que eles possam servir

de apoio a uma consciência colectiva cada vez mais clara dos seus valores comuns.

Bibliografia

- M. J. Albarran CARVALHO (2001), «Aspectos Lexicais do Português Usado em Timor-Leste» Journal... University of Western Sydney (em vias de publicação).
- M. J. Albarran CARVALHO, «Notas sobre o Português no Mundo e o Caso Timorense», comunicação na abertura da exposição *Tempo da Língua* na Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, 2001.
- M. J. Albarran CARVALHO (2002), «Timor Lorosa'e e Direcções Desviantes do Português Conservado / Incompletamente Adquirido na Zona...». Journal... University of Western Sydney (em vias de publicação).
- H. G. Schulte NORDHOLT, *The Political Systeme of the Atoni of Timor*, Haia, M. Nijhoff, 1971.
- M. J. SCHOUTEN, «Quelques Communautés intermédiaires en Insulinde Orientale», *Actas II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – séculos XV a XVIII – Passar as Fronteiras* – 1997, Faro, 1998.
- Luís Filipe THOMAZ, «Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português», *Oriente*, n.º 1, 2001, pp. 39-52.



Língua e Cultura na construção da Identidade de Timor-Leste

Geoffrey Gunn

ESTE ESTUDO PROCURA EXAMINAR A INTER-RELAÇÃO entre língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste. Analisa, em primeiro lugar, as questões ligadas ao contexto civilizacional no início da fase de expansão do poder português e islâmico no arquipélago oriental; descreve, em seguida, a emergência das comunidades crioulas criadas pelo contacto com os portugueses, na ilha de Timor e no conjunto do arquipélago; em terceiro lugar, examina os resultados da influência portuguesa na longa duração, contrastando com as consequências de vinte e quatro anos de ocupação indonésia na identidade timorense, muito presente ainda na geração mais nova que luta por dar sentido ao seu futuro como parte de um estado-nação independente.

O Contexto Civilizacional

A chegada dos comerciantes ibéricos e missionários europeus aos arquipélagos sudeste asiáticos prefigura já, de um ponto de vista civilizacional, o confronto de culturas referido pelo professor americano Samuel Huntington no seu famoso ensaio¹. No caso da conquista de Malaca pelos Portugueses em 1511 e das expedições castelhanas contra o Brunei islâmico, os europeus impuseram o seu poder, tanto político como religioso, pela força das armas. Mesmo assim, tal como demonstra Anthony Reid², historiador do Sudeste asiático, num estudo sobre o que ele apelida de «fase crítica» do confronto entre muçulmanos e cristãos no arquipélago, entre 1550 e 1650, as fontes cristãs sublinham que «o Islão era uma força minoritária em Maluku e na área oriental do arquipélago em geral».

No caso do arquipélago Solor-Flores-Timor, os primeiros portugueses que aí chegaram nas primeiras décadas do século XVI, não encontraram quaisquer influências indianas ou islâmicas. Comerciantes de madeira de sândalo vindos

Grupo de músicos de Vinilale, c. 1970. Fotografía de
Luis F. R. Thomaz.





Tecelã de *taiis*, Bobonaro.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

da China ou de ilhas e portos a ocidente, não trouxeram influências civilizacionais identificáveis nas sociedades animistas e profundamente segmentadas destas ilhas orientais. Na verdade, este facto é algo surpreendente, especialmente porque Timor esteve, desde cedo, integrada nas redes de comércio regional.

Mas com a conversão de Makassar (Talo e Goa) ao Islão em 1605, as missões dominicanas de Solor e de Larantuca nas Flores, enfrentaram um novo elemento de contestação. Mesmo assim, quando as comunidades islâmicas de Solor foram fundadas, presumivelmente sob a influência dos Sultões de Ternate e Makassar, e numa altura em que os dominicanos estavam a iniciar a evangelização da ilha de Timor (Kupang, Mena, etc.), não houve contestação por parte de rivais islâmicos. Makassar tornou-

-se mais agressiva em 1640 com a expulsão dos portugueses, especialmente porque tentava entrar pela força no comércio de sândalo das ilhas do sul. Larantuca foi atacada, o que levou à transferência das actividades da missão portuguesa para Timor.

O único exemplo de um ataque islâmico a Timor nesta época, embora com características de pirataria, parece ter sido a acção do Sultão Karrilikio (Camiliquio) de Tolo, em Sulawesi, que, por volta de 1640 invadiu Timor com uma armada de 150 prauhs ou navios e uma força de 7000 homens em armas, devastando a costa norte da ilha durante três meses³. Também é verdade que mercadores de Makassar visitavam frequentemente Timor durante o período do comércio de sândalo, embora não haja registo de uma presença permanente ou de proselitismo

islâmico na ilha durante a «fase crítica» do encontro de civilizações. Veremos mais adiante que após a ocupação indonésia de Timor Leste em 1975, novos elementos de contestação civilizacional testaram os timorenses até ao limite, apesar de, ao aprenderem a linguagem dos invasores, os jovens timorenses aprenderam também a linguagem global dos direitos humanos e a luta pela democracia, tal como esta acabaria por triunfar no seio da própria Indonésia com o colapso da ditadura de Suharto em 1998.

Mas é, ou pode, Timor-Leste ser concebido como parte do mundo Indonésio e Malaio? É interessante verificar que Samuel Huntington⁴ divide a civilização islâmica em três «sub-divisões»: Árabe, Turca e Malaia. Neste sentido muito lato, Malaia abarca todos os povos do mundo Indonésio/Malaio que são muçulmanos. A definição de Malaio como muçulmano na Malásia/Singapura/Brunei (Darussalam) modernas é ainda mais estreita. Não é este o lugar para discutir o sentido de Malaio, mas, como recentes investigações demonstraram, mesmo a categoria «Malaio» foi uma invenção colonial britânica. A condição de Malaio na Malaia e Brunei pós-coloniais sofreu um processo de reconstrução em torno de uma nova e correcta definição política (e religiosa). Apesar disso, há inúmeros povos no mundo malaio que não são muçulmanos, dos indígenas de Bornéu, Sulawesi e Papua às ilhas de Lesser Sunda, incluindo Timor. O arquipélago malaio é também a área geográfica na qual o naturalista britânico Alfred Russel Wallace⁵, situou Timor no seu clássico estudo de 1969.

De um ponto de vista antropológico, é a este mundo, ou pelo menos a estas sociedades segmentadas e divididas em numerosos clãs do arquipélago oriental, que os timorenses pertencem, embora também seja verdade que os primeiros povos a chegarem a Timor-Leste eram originários da Melanésia e de Papua. Do ponto

de vista linguístico, recentes investigações confirmaram que as línguas indígenas em Timor-Leste pertencem, quer aos grupos linguísticos Austronésios, pré-austronésios ou não-austronésios. Esta investigação sugere que há dezasseis unidades em todo Timor, sendo que treze dessas línguas são faladas em Timor-Leste. Hoje em dia o Tétum é a língua franca mais divulgada, embora não seja corrente no enclave de Oecússi ou entre os falantes Fataluku, no leste⁶.

Mas aqui temos o paradoxo. A antropologia e a cultura relacionam os Timorenses com a região, tal como os timorenses de leste e de oeste tem origem em raízes comuns. Porém foram a experiência e os contactos coloniais e as influências civilizacionais que dividiram as duas metades da ilha e distinguem a sociedade de Timor-Leste de outras sociedades indonésias vizinhas.

Comunidades Crioulas

Podemos argumentar que uma das questões mais importantes para a definição da identidade timorense foi a criação, ao longo do tempo, de comunidades crioulas, não apenas em Timor, mas por todo o arquipélago. O maior legado civilizacional dos Portugueses – e Dominicanos – no arquipélago foi, sem dúvida a criação de numerosas comunidades crioulas, especialmente nas Flores, Solor e em Timor. Como seria de esperar estas comunidades são católicas; os nomes e apelidos foram aportuguesados e a língua portuguesa pode ter sido falada.

Em algumas definições o conceito de crioulo implica um ascendente europeu. Mas, na generalidade, as comunidades crioulas reflectem uma cultura híbrida que vão da cozinha ao vestuário, religião, transferências linguísticas e musicais. Por exemplo, mesmo para além do nível comunitário, as melodias keroncong de forte influência portuguesa, foram objecto de apropriação pelos indonésios como forma

musical nacional. Centenas de comunidades deste tipo existem ainda na Indonésia, das Molucas a Menado, às Flores e até a Jacarta, em torno do histórico distrito de Tugu. Malaca faz parte desse legado, assim como outras comunidades católicas de forte influência cultural portuguesa nas modernas Malásia e Singapura. Nestas comunidades, foi-se desenvolvendo, ao longo do tempo, uma forma típica de hibridismo entre o Malaio e o Português. Na China, Macau é um caso claramente especial. Mas irei mais longe na minha argumentação, defendendo que existem duas nações crioulas na Ásia do Sudeste, as Filipinas e Timor-Leste.

Embora seja provável que as primeiras comunidades de forte influência cultural portuguesa em Timor, eram igualmente obrigadas a aprender malaio, o idioma mais difundido no comércio do arquipélago, este idioma também perdeu a sua posição, especialmente após a mudança da capital de Lifau, em Oé-Cússi, para Díli, em 1769. Como Governador de Timor, Afonso de Castro⁷ observou, a meados do século XIX, em Díli, que a maioria dos chefes indígenas falava crioulo. Segundo foi descrito por Raphael das Dores (1907)⁸ e outros lexicógrafos, a meados do século XIX, muitas centenas de palavras portuguesas entraram no Tétum-Praça, a língua-franca de Díli. O Governador Castro⁹ explicou que as palavras portuguesas eram usadas na ausência de termos para objectos inexistentes antes da *conquista*. Mas Timor também ficou de fora em relação às antigas colónias portuguesas, na medida em que os Portugueses apenas puseram termo ao domínio restrito sobre o Tétum de forte influência portuguesa e outros dialectos, pelo menos fora dos centros urbanos, onde uma certa criouliização linguística foi desenvolvida.

Recuando no tempo para as primeiras décadas do último século, uma pessoa reconhecida-mente capaz de fazer comparações civilizacio-nais com facilidade, foi o poeta e juiz Alberto

Osório de Castro, autor de *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*. Assim escreveu ele sobre a comunidade crioula de Bidau, em Díli (bairro suburbano no extremo ocidental de Díli), que existiu organicamente, pelo menos até à Segunda Guerra Mundial: «... e habitado pelas famílias dos soldados e oficiais de segunda linha da Companhia de Bidau, é falado um dialecto crioulo-português como língua própria. Será a população o resto dos cristãos, foragidos da nossa primeira e abandonada capital de Lifau, no enclave de Oe-cússi, misto de portugueses, goeses, moluqueses, malaqueses e de conversos de Larantuca»¹⁰.

Ao mesmo tempo que pintava o retrato de uma sociedade criouliizada de linguagens híbridas e influências civilizacionais, Castro também observou nos Olán Timor (filhos de Timor) a distinção ou a rivalidade cultural entre os Firako (a maioria falantes de Fataluku), e os Kaladi (na sua maioria falantes de Mambae), sugerindo uma divisão mais primitiva dos timorenses, fora das categorias convencionais¹¹.

O que eu sugiro é que o modo como os timorenses concebiam os seus respectivos mundos não era, obviamente, coincidente com os desejos e os desígnios dos seus administradores coloniais.

A forte influência colonial portuguesa em Timor e a constituição da Identidade Timorense

Assim como a identidade malaia é uma construção, será edificante recordar como foi construída a identidade de Timor através dos tempos coloniais, com especial referência à linguagem e à cultura.

Escusado será referir que os primeiros etnógrafos de Timor foram as missões, impondo fronteiras e designações. Um dos mais nítidos sinais distintivos impostos aos timorenses pelos



Futlus, sistema de tingir os panos *tais*. Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

etnógrafos das missões, do meu ponto de vista, são os que dizem respeito à linguagem e ao dialecto. Assim se pode deduzir após leitura de dicionários e repertórios produzidos a partir de 1890. É sem surpresa que se constata que o Tétum é posto em evidência, mas os outros dialectos são igualmente descritos. (p. ex., o *Catecismo da Doutrina Cristã, em Tétum*, de Sebastião da Silva – Macau, 1885; e o seu Dicionário Português-Tétum publicado em Macau em 1889; o Dicionário Tétum-Português, de Manuel Patrício Mendes (1935); a gramática de Galoli de Manuel da Silva (1900) e o respectivo dicionário

de 1905). Também foram terminados outros livros de orações e evangelhos traduzidos em Tétum, Galoli, Makassai, Midiki e línguas Mambai¹².

A Coroa, pelo menos o *Estado da Índia* também integrou o quadro, especialmente na medida em que foram feitas notáveis alianças com o *reino* ou governantes tradicionais. Este ou aquele *reino* era, ou leal a Portugal ou, *ipso facto* em revolta ou em conflito com os colonizadores rivais, nomeadamente os holandeses. Parece-me que o factor étnico ou a afiliação linguística a este ou aquele *reino* era menos importante do



que a sua lealdade. No que diz respeito aos quatrocentos e tal anos de luta entre a Coroa e o *reino*, podemos dizer que os portugueses ficaram a dever a posição conquistada à sua habilidade para cimentar alianças e para impor um sentido de aliança partilhada entre aliados inconstantes. As recompensas e a concessão de graus honoríficos contribuíram para criar uma identidade lusitana imaginária, talvez funcionando em reciprocidade com a exibição de bandeiras *lulics* (objectos sagrados), pelo menos no caso dos aliados. No caso dos adversários, a revolta contra os *malai* (estrangeiros) voltou a legitimar, nos espíritos dos seguidores, a força da tradição e da cultura dos *lulice* da religião tradicional.

Com exemplo de um *reino* leal, observemos o que ficou gravado numa inscrição quase ilegível, no pórtico da igreja Motael, em Díli: «À Memória do / Rei de Motael, / Brigaderio Gregorio / Rodrigues Pereira / Pelos Valioças / Servicos Que / Prestou à Nação / 1800-1820».

Podemos dizer que a identidade timorense foi altamente controversa durante quase todo o início da permanência portuguesa. Não era contraditório, para um timorense, pagar regularmente as *fintas* (bens em espécies), impostos importantes, e tudo o que devesse ser feito como acto de lealdade em relação à Coroa Portuguesa e aos seus agentes, e, ao mesmo tempo, reafirmar a sua lealdade ao clã, linhagem ou ao *luirai* (senhor das terras). Em todo o caso, como defendi anteriormente¹³, durante muitos anos Timor foi tratado, mais como um protectorado do que como uma colónia, apesar dos pressupostos legais.

Enquanto o poder das armas se inclinava para o lado dos colonizadores europeus, com o advento do canhoneiro a vapor, por volta de 1870, ainda custa a imaginar uma identidade lusitana em Timor sem um debate sobre o papel da igreja. Diz a fama que foi com a vinda para

Timor do Bispo Medeiros e da sua equipa de missionários, vindos de Macau em 1877, que a presença da igreja na educação e no trabalho pastoral assumiu uma maior importância. Embora a educação dificilmente se estendesse para além do nível primário, emergia, no entanto, um quadro de falantes de português nas cidades da colónia, a vanguarda de uma elite que se constituía. Detectava-se, entretanto, um imenso sincretismo ou mesmo uma tensão entre a ortodoxia da igreja e práticas pré-cristãs na formação da identidade timorense.

A etnografia pré-guerra colonial, em Timor, o que é discutível, preocupou-se durante muito tempo com as origens dos Timorenses. Uma tal pesquisa concentrou-se na antropologia física, mas também procurou estabelecer as origens dos mitos e das lendas. Após a guerra, a ênfase mudou para a classificação étnica, talvez fazendo eco de obsessões similares entre os britânicos, franceses, holandeses e outros etnógrafos coloniais da época.

Notável é o trabalho efectuado pelo Dr. António de Almeida¹⁴, que foi, a partir de 1953, o chefe da Missão Antropológica de Timor, que foi a mais ampla plataforma de uma investigação antropológica em Timor, durante mais de uma década. Almeida conduziu uma série de investigações que tiveram por resultado a classificação de 31 grupos etno-linguísticos na colónia. Os referidos dialectos foram então reduzidos a sete grupos linguísticos principais, Vaiqueno, Makua, Fataluku, Makassai, Tétum-Galoli-Waimaha e Mambai-Tokodede-Kemak. Embora este estudo só tivesse sido publicado em 1982, representou um enquadramento importante para a perspectiva etnológica.

No entanto, defendo que a insistência da administração de Salazar, ao tratar as colónias portuguesas como províncias metropolitanas ultramarinas, enquanto atrasava o processo de descolonização, contribuiu para obscurecer e

mistificar a questão da identidade timorense. Comunicações muito incipientes, terreno escarpado, etc., reforçaram as lealdades primordiais e poucos timorenses, até aos anos 60, tiveram o prazer de considerar o seu país sob uma perspectiva nacional. Aventurar-me-ei a afirmar que o primeiro corpo de timorenses que se enquadram nessa definição foi o recrutado nas forças armadas portuguesas. A subsequente defecção deste grupo em favor da Fretilin, em Outubro de 1975, pareceu reforçar esta visão de si próprio. Assim, pode dizer-se que a Fretilin, o primeiro partido político baseado nas massas em Timor-Leste, foi a primeira organização que se assumiu como verdadeiramente timorense, identificando-se espiritualmente com o conceito. Os homens mauberes da Fretilin eram tão simbólicos quanto a invenção de Timor-Leste. Também pela primeira vez o Tétum surgiu como uma língua franca indígena, *primus inter pares*, ao mesmo título que o português, a língua da modernidade. Por exemplo, o jornal da Fretilin era impresso em português e, pela primeira vez, em Timor, fora dos circuitos restritos da igreja, em Tétum romanizado.

A «comunidade imaginada» constituída pela elite da Fretilin compartilhou, no entanto, a sua visão de um futuro Timor-Leste independente e de algum modo, acertando o passo com os conflitos dos seus irmãos e irmãs em Moçambique e Angola, cujo apoio era recíproco. Hoje, o horizonte de solidariedade com Timor-Leste envolve todos os países lusófonos, incluindo Macau e o distante Brasil. É notável que a elite da Fretilin não se tenha sentido atraída pelos modelos asiáticos, apesar da propaganda indonésia relacionando a Fretilin com a China. De todo o modo, a elite da Fretilin não era constituída por falantes de outras línguas asiáticas, nem, sobretudo, algum país asiático terá alguma vez sido solidário com a sua causa.

O enquadramento indonésio da identidade timorense

É óbvio que os 24 anos de ocupação indonésia constituíram uma ruptura significativa nos 500 de História de contacto europeu. Temo que, a menos que a geração mais jovem de Timor-Leste comece realmente a estudar esses 500 anos de História, a sua verdadeira importância não perdure. Através da linguagem, especialmente, e em consequência do sistema escolar indonésio, os habitantes de Timor-Leste foram esclarecidos acerca da sua identidade indonésia. Escusado será dizer que a História de Timor foi, sem transição, incorporada na História nacional da Indonésia.

No entanto, também é verdade que pela primeira vez em 500 anos de organização social, os jovens de Timor-Leste alargaram os seus horizontes mentais à amplitude do arquipélago. Incluo várias centenas de Leste-Timorenses, refugiados económicos e políticos que trabalhavam os campos de verduras do estado montanhoso de Sabah, a leste da Malásia, lado a lado com os pequenos proprietários rurais de Christian Kadazan (alguns dos quais foram entrevistados pelo autor em 1995). Uma verdadeira diáspora interna de Timorenses de Leste espalhados ao longo do arquipélago indonésio. A maior parte dos Timorenses de Leste desta época, liam e ouviam as notícias em baasa indonésio, através da altamente censurada imprensa de Jacarta.

A pirâmide educacional fora obviamente desviada para longe de Portugal para os raros privilegiados, nas universidades e mesmo academias militares de Java e Bali. O povo de Timor-Leste viajava com passaportes indonésios. Pela primeira vez aprendia-se em Timor-Leste em primeira-mão o alcance hegemónico da cultura de Java e Bali. A promoção foi levada a cabo em duas fases. A primeira consistia no encontro directo de muitos milhares de Timorenses, especialmente jovens, enquanto estudantes ou via-

Homem enrolado em bandeira portuguesa,
enterrada no dia da chegada das tropas invasoras
indonésias ao *suco* de Liquiçá e lá escondida até à
libertação de Timor. Fotografia de Eduardo Gajeiro.





Velho canhão português da linha de defesa de costa, baía de Díli. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

jantes. A segunda traduzia-se na presença dominadora de militares e seus familiares, que trasladaram as suas comunidades religiosas e modos de vida para o interior de Timor-Leste. Não era desafio menor, para a identidade timorense, a presença de dezenas de milhares de transmigrantes, colonizadores e comerciantes espontâneos, muitos vindos de Sulawesi, de identidade fortemente islâmica.

Tal como me foi dado observar o problema, em cinco ou seis visitas prolongadas a Timor-Leste durante o regime militar Indonésio, a identidade timorense era sempre altamente contestada. Lembro-me das palavras de um pequeno proprietário rural, em Maubara, quando passámos um pelo outro numa estrada deserta: «Merah Putih masih ditimbangkan disini» (a bandeira vermelha e branca – da Indonésia – é ainda muito apreciada por aqui). Poderia multiplicar exemplos como este. Escusado será dizer que com o encerramento da última escola por-

tuguesa em Díli, no rescaldo do massacre de Santa Cruz, em Novembro de 1991, o português se tornou uma língua proibida. Efectivamente, sob o regime indonésio, o baasa indonésio tornou-se o idioma oficializado e língua franca, pelo menos entre timorenses e não-timorenses¹⁵.

Fazendo, porém, eco ds palavras de Huntington¹⁶, é hoje em dia claro que o povo de Timor-Leste assume actualmente múltiplas identidades. Um timorense pode, por exemplo, ser um falante de Fataluku em casa, um votante Tim Tim nas eleições provinciais e um «indonésio» celebrante do dia nacional da Indonésia (como testemunhado pelo autor a 17 de Agosto de 1997). Mas, surpreendentemente, sob a capa desta veneração, ou misto de respeito e temor, uma nova identidade, subversiva ou alternativa, estava já em vias de gestação. Inspirados pela evolução da conjuntura internacional, os jovens habitantes de Timor-Leste acabaram por reinventar um novo Timor-Leste independente.

Casa tradicional em Lautém, Lospalos.
Fotografia de Ruy Cinatti.

Uma vez mais o papel da Igreja na promoção e protecção desta identidade não pode ser ignorado. Por isso, um outro aspecto da questão identitária foi o surgimento de católicos, homens e mulheres falantes de tétum, cada vez mais conscientes da cada vez mais ampla comunidade internacional, moralmente justa diante das graves injustiças cometidas pelo ocupante, e pró-independência.

Ao olhar para trás, para o período indonésio, foi do maior interesse da Indonésia primeiramente basear as suas queixas, no que a Timor-Leste diz respeito, em actos políticos (por exemplo, a Declaração de Balibo, na integração de 1979), e apenas acessoriamente levantar questões de antropologia e de história, pelo menos nos fóruns internacionais. Os problemas teriam sido diferentes se as fronteiras da província indonésia, que separam o oeste do leste da ilha, tivessem sido completamente apagadas e

uma qualquer versão simbólica, do mítico centro político timorense de Wehala (de facto localizado no lado ocidental de Timor) tivesse renascido e impelido à unidade os povos da ilha.

Hoje, porém, o desafio de manter a cultura e a identidade de Timor-Leste resulta igualmente do efeito da globalização, cuja porta foi aberta pela presença das Nações Unidas e pela introdução do inglês como língua de trabalho entre os funcionários multinacionais.

Este texto é uma versão de uma comunicação apresentada no Seminário Internacional «The identity of East Timor and its framing within Civilization», Centro Cultural Português em Dili, Timor-Leste, a 1 de Março de 2002.

A minha dívida vai para o Dr. Rui Rasquilho e especialmente para o Professor José Mattoso, pelo enquadramento intelectual do debate.

- ¹ Samuel P. Huntington, «The Clash of Civilizations?», *Foreign Affairs*, Summer 1993, Vol. 72, pp. 22-28.
- ² Anthony Reid, «Islamization and Christianization in Southeast Asia: the critical phase», in Anthony Reid (org.), *Southeast Asia in the Early Modern Period: Trade, Power, and Belief*, Ithaca & London, Cornell University Press, 1995, p. 155
- ³ L. C. D. de Freycinet, *Voyage autour du Monde* (Paris, 1827), citado por Geoffrey Gunn, *Timor Loro Sa'e 500 Anos*, Macau, Livros do Oriente, 1999, p. 81
- ⁴ Huntington, *op. cit.*
- ⁵ Alfred Russel Wallace, *The Malay Archipelago: The Land of the Orang-utan and the Bird of Paradise*, Londres, 1869
- ⁶ Geoffrey Hull «The languages of Timor 1772-1997: A Literature Review», in *Studies in Languages and Cultures of East Timor* (vol. I), Language Acquisition Research Center, University of Western Sydney Macarthur, 1998, pp. 1-5
- ⁷ Affonso de Castro, *As possessões portuguesas na Oceânia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 328.
- ⁸ Raphael das Dores, *Diccionario Teto-Portugues*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.
- ⁹ Castro, 1867, *op. cit.*, p. 325.
- ¹⁰ Alberto Osório de Castro, *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, Lisboa, Cotovia, 1996, p. 94.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 74.
- ¹² Hull, *op. cit.*, p. 8.
- ¹³ Gunn 1999, *op. cit.*
- ¹⁴ Hull, *op. cit.*, p. 14; e ver António de Almeida, *O Oriente de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 1994.
- ¹⁵ Geoffrey C. Gunn, «Language, Literature and Political Hegemony in East Timor», in David Myers (ed.), *The Politics of Multiculturalism in the Asia Pacific*, Darwin, Northern Territory University Press, 1996, pp. 117-123.
- ¹⁶ Huntington, *op. cit.*



Timor-Leste: tenacidade, abnegação e inteligência política

A . Barbedo de Magalhães

A derrota americana no Vietname criou um contexto internacional extremamente desfavorável à independência.

A queda do regime pró-americano de Lon Nol, no Camboja, em 17 de Abril de 1975, com a correspondente chegada ao poder dos Kmer Vermelhos, nesse país, a tomada do poder pelos comunistas do Pathet Lao, com a expulsão dos «conselheiros» americanos, no Laos, no mesmo mês, e, sobretudo, a queda de Saigão nas mãos dos comunistas vietnamitas em 30 de Abril de 1975, deixaram o Ocidente em pânico.

As imagens da fuga apressada da Embaixada Americana em Saigão são o símbolo da derrota ocidental perante um avanço comunista que, na altura, parecia imparável.

Neste contexto geopolítico, que os estrategas mundiais analisavam no quadro de «teoria do domínio» segundo a qual a queda de uma peça arrastaria a da seguinte, e assim sucessivamente, a Indonésia aparecia como um dos principais, senão o principal baluarte susceptível de travar este avanço, em catadupa, do comunismo internacional na Ásia, e de defender, assim, o «Mundo Livre».

Acresce que os submarinos nucleares americanos, para não serem detectados pelos serviços de espionagem soviéticos, precisavam de utilizar as águas profundas dos estreitos a norte de Timor, onde a Indonésia os autorizava a passar sem virem à superfície.

É neste quadro que se deve considerar o apoio que o Governo Americano, e outros governos ocidentais, deram à invasão e anexação de Timor-Leste pelas forças indonésias. Na sua maneira de ver, mesmo que em Timor-Leste quase não houvesse comunistas, podia vir a haver. E uma segunda Cuba – agora no Sudeste Asiático – podia afectar a estabilidade regional e tornar-se perigosa para os interesses geoestratégicos do Ocidente.

O primeiro governante estrangeiro a manifestar publicamente o seu apoio à integração do

então chamado Timor Português na Indonésia foi o Primeiro-Ministro da Austrália, Edward Gough Whitman, na sequência da reunião que, de 6 a 8 de Setembro de 1974, teve com o Presidente Suharto, em Wonosobo, Indonésia.

Diversos telegramas de embaixadores ocidentais em Jacarta, e documentos entretanto tornados públicos nos Estados Unidos e na Austrália, confirmam a «compreensão» de muitos governos ocidentais, depois transformada em efectivo apoio à anexação, quer sob a forma de apoio político ou diplomático ou através do fornecimento de armas à Indonésia.

Além dos factores geo-estratégicos referidos, no caso da Austrália os interesses económicos, relacionados com o petróleo e o gás natural do Mar de Timor, também pesavam.

O próprio Vaticano estava desejoso em manter boas relações com a Indonésia, a nação com maior número de muçulmanos do mundo onde, apesar disso, a Igreja Católica gozava de ampla liberdade, e detinha numerosas escolas e até universidades católicas.

Xanana Gusmão com guerrilheiros da 2.ª Companhia.



Os principais mentores da ideia de integrar Timor-Leste na Indonésia eram cristãos ligados ao Instituto de Estudos Estratégicos de Jacarta, entre os quais o General Benny Murdani. Se o conseguissem, além de demonstrarem que, apesar de católicos, eram bons indonésios, aumentariam a percentagem da pequena minoria católica (3%) no país em que 87% se diziam muçulmanos.

A descolonização, iniciada em 1974/75, e a experiência da liberdade democrática, fizeram renascer sonhos e criaram expectativas

Até finais do século XIX, houve muitas revoltas de diversos reinos timorenses contra a dominação portuguesa. Mas tratava-se, dum modo geral, de revoltas de reinos isolados ou em pequenos grupos e o que estava em causa eram os poderes dos liurais (reis) e aristocracia de cada reino ou dos reinos envolvidos. No início do século XX, no entanto, a terceira e última guerra de Manufahi já se revestiu de um carácter nacional. Não só pelo elevado número de liurais (reis) e reinos revoltados, mas também pelo envolvimento de funcionários e outros letrados que faziam parte da elite timorense mais ou menos «assimilada».

Estas revoltas foram esmagadas pela força. O trauma da ocupação japonesa, durante a II Guerra Mundial, em que terá morrido cerca de 13% da população, fez esquecer, em parte, os traumas resultantes do esmagamento das revoltas timorenses pelas autoridades coloniais, trinta anos antes.

Com o fim da ditadura, em Portugal, em 25 de Abril de 1974, tornou-se possível criar partidos políticos e defender abertamente a independência.

Formaram-se, nestas circunstâncias, três organizações políticas, em Maio de 1974, respectivamente: a UDT (União Democrática Timorense) criada em 11 de Maio e que começou por defender uma «*autonomia progressiva*



< Campa de Sebastião Gomes, no enterro de quem, a 12 de Novembro de 1991, ocorreu o massacre do cemitério de Santa Cruz. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

> Militares das Falintil.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

[...] *mas sempre à sombra da bandeira de Portugal*» e, pouco depois, afirma-se congregar «*todas as tendências políticas inspiradas na realidade e nas mais profundas e legítimas aspirações do Povo de Timor-Díli, desde que não comprometam a paz interna e a estabilidade da área geográfica, para se atingir o objectivo final: a independência total de Timor-Díli*»; a ASDT (Associação Social Democrática Timorense) criada em 20 de Maio, e que em 11 de Setembro de 1975 se transformou em Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) que «*repudia qualquer forma de colonialismo e neo-colonialismo a fim de que o Povo de Timor possa vir a ser verdadeiramente independente e próspero*»; a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) que defendia «*uma Integração, com autonomia, na Comunidade Indonésia*»; conforme consta dos respectivos manuais políticos.

Mais tarde surgiram formações políticas com muito poucos aderentes: KOTA, Partido Trabalhista, ADITLA, etc.

A Fretilin e a UDT suscitaram enorme adesão, e levaram as suas mensagens de esperança a quase todo o território.

A coligação da UDT com a Fretilin, em 20 de Janeiro de 1975, com vista a uma independência a médio prazo (5 a 10 anos) criou fortes expectativas de uma independência viável e pacífica.

Mas, como vimos atrás, o contexto internacional não era nada favorável à independência. E alguns generais, em Jacarta, não estavam dispostos a aceitá-la. Convenceram, pois, o Presidente da UDT, Francisco Lopes da Cruz e mais alguns dirigentes deste partido a romper a coligação, o que aconteceu em 27 de Maio de 1975.

Entretanto a Administração Portuguesa deu início a um processo de descolonização, nomea-



damente na área do ensino e da administração regional e local.

No que se refere à primeira, em Janeiro de 1975 foi criado o Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor, composto por timorenses e portugueses «metropolitanos» que, ao fim de três meses, apresentou um projecto para o ensino de transição que o Governo aprovou depois de obtido o acordo dos três principais partidos timorenses.

No que se refere à administração, e correspondendo a um pedido de cidadãos timorenses do Concelho de Lauten, foi discutida e aprovada uma reforma administrativa e realizadas as primeiras eleições democráticas em Timor-Leste.

Estes dois projectos suscitaram um interesse e uma participação timorense que excediam todas as expectativas.

Em 10 de Agosto de 1975, o Governador, Coronel Lemos Pires, deu posse à primeira administração eleita do Concelho de Lauten.

O processo estava a avançar com vista à eleição de administrações locais e concelhias nos outros doze concelhos.

Em 11 de Agosto devia começar um Curso de Reciclagem de Professores, integrado no programa de descolonização do ensino.

Não é por acaso que, na noite de 10 para 11 de Agosto, alguns dirigentes da UDT fazem um golpe armado. Tomam de assalto a rádio, o aeroporto e outras instalações públicas e fazem exigências ao Governador relativas à prisão de dirigentes da Fretilin e à expulsão de cidadãos portugueses. Em Jacarta e Bali tê-los-ão convencido de que essa era a única maneira de chegar à independência. Na prática era a melhor maneira de impedir a descolonização e de criar o caos que, mais tarde, o Governo da Indonésia usaria como justificação para a invasão.

Pouco antes, em princípios de Julho de 1975, o General Suharto visitara vários países, entre os quais os Estados Unidos, onde obtivera apoio



<
Militares das Falintil.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

>
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

para a política de integração do Timor «Português» na Indonésia. A partir daí, o Presidente da Indonésia começou a afirmar, publicamente, que um Timor independente era inviável.

Quando, em 17 de Julho de 1975, é publicada a Lei 7/75, que previa a eleição, em Outubro, de uma Assembleia Popular de Timor para escolher o seu futuro político, já este estava escolhido pelo governo ditatorial de Jacarta, e contava com o apoio dos governos da Austrália, dos EUA, da Grã-Bretanha, do Japão, de países islâmicos, e outros.

Frustradas as expectativas de uma evolução pacífica para a independência, a Fretilin pega, também, em armas e conquista o controlo do território

Depois do golpe da UDT houve várias tentativas de restabelecimento da colaboração entre a UDT e a Fretilin, com vista a uma evolu-

ção pacífica para a independência. A pressão indonésia, nomeadamente através das emissões da Rádio Kupang e da Rádio Atambua, em Timor Ocidental, inviabilizou todas as tentativas. Em 20 de Setembro a maior parte dos timorenses integrados no Exército Português tomam o controlo das unidades militares, «detêm» os respectivos comandantes, que, em Díli, levam até à Messe de Oficiais. A seguir começam a luta contra a UDT que, entretanto, tinha aprisionado membros da Fretilin. 20 de Setembro de 1975 é a data em que se constituem as Falintil (Forças de Libertação de Timor-Leste) que irão conduzir a luta armada até ao referendo de autodeterminação. Com apenas dois pelotões de paraquedistas sob as suas ordens efectivas (isto é, pouco mais de setenta homens com capacidade para o combate) o Governador Português pouco mais pode fazer do que retirar-se para a ilha de Ataúro



(o que fez em 26 de Agosto de 1975), a fim de não cair refém de qualquer das partes em conflito ou da Indonésia, como aconteceu a 23 militares portugueses detidos pela UDT, por esta entregues às autoridades indonésias e retidos como reféns durante perto de um ano.

Cerca de um mês depois, a Fretilin, que foi levando de vencida as forças da UDT (com elementos da APODETI e de outros pequenos partidos) até à fronteira com a Indonésia, passa a controlar quase todo o território de Timor-Leste, e passa a exercer um governo efectivo do mesmo.

A convivência internacional leva ao silenciamento da imprensa e torna possível a invasão e o genocídio

Antes de atravessarem a fronteira, acompanhados de alguns milhares de timorenses, os líderes da UDT, da APODETI e de outros pequenos partidos são forçados, pelas autoridades indonésias a quem pediam protecção, a assinarem um pedido de integração de «Timor Português» na Indonésia.

E, controlando estes líderes, agora totalmente nas suas mãos, os militares indonésios criam a ficção de uma reconquista, pelo Movimento Anticomunista (MAC) timorense (designação dada à «coligação» de partidos anti-Fretilin), com apoio de voluntários indonésios.

A fim de desmistificar esta farsa, cinco jornalistas de duas cadeias de televisão australianas deslocaram-se a Balibó, perto da fronteira com Timor Ocidental, para filmarem os ataques com que as forças indonésias pretendiam conquistar pequenos enclaves de território onde pudessem instalar timorenses para virem das «zonas libertadas do Timor Português», «pedidos de apoio» que legitimassem a intervenção indonésia.

As imagens dos chamados «voluntários» que dispunham de aviões, navios de guerra e artilharia pesada, talvez fossem suficientes para desmascarar a farsa montada e obrigar o Go-

verno Australiano e outros a deixar de apoiar a invasão.

Mas, para que isso não acontecesse, os cinco jornalistas foram assassinados, em Balibó, em 16 de Outubro de 1975, e as imagens por eles recolhidas pouco antes de morrerem, nunca foram mostradas nos canais das redes de televisão australianas para as quais estavam a trabalhar.

Porque o que a Indonésia estava a fazer era do interesse da Austrália, da Grã-Bretanha, dos EUA e, dum modo geral, do Ocidente, o assassinato dos jornalistas não motivou qualquer inquérito com o mínimo de credibilidade. Os governos procuraram abafar a questão, fingindo acreditar nas explicações de Jacarta, segundo as quais se tratava de um lamentável acidente da guerra entre a UDT (ou melhor o MAC) e a Fretilin.

Com este sinal tão claro de compreensão e convivência, o Governo Indonésio ficou a saber que podia invadir à vontade e fazer o que quisesse, sem ser incomodado, nem pela imprensa internacional (cujos jornalistas estiveram, durante muitos anos, impedidos de entrar no território) nem dos governos.

Apesar das circunstâncias serem tão difíceis e de não contar com qualquer apoio exterior, a Fretilin decidiu resistir, e teve o povo do seu lado

É difícil imaginar um quadro tão sombrio e adverso como aquele em que se encontrava o povo de Timor-Leste quando, em 7 de Dezembro, a Indonésia invade maciçamente o território.

Prevendo a invasão, poucos dias antes, em 28 de Novembro de 1975, a Fretilin tinha declarado, unilateralmente, a independência.

Era uma tentativa, quase desesperada, de chamar a atenção da comunidade internacional para a sua situação e para o seu direito à autodeterminação. Era uma tentativa desesperada de travar a invasão indonésia, que se sentia estar eminente.



© EDUARDO GABRIO

Mas o eco internacional fora quase nulo. Só um muito reduzido número de países reconheceu a auto-proclamada República Democrática de Timor-Leste.

Apesar do panorama ser tão negro, a Fretilin decidiu resistir. E aquilo que os generais indonésios julgavam que seria uma campanha fácil e que estaria resolvida em três semanas, revelou-se ser uma dor de cabeça permanente, durante vinte e quatro anos!

A resistência, quer das Falintil quer da população, começou logo que foram lançados os pri-

meiros pára-quedistas. E os assassinatos em massa, pelos invasores, também começaram logo nesse dia, na ponte-cais e noutros locais. Nem mesmo os membros do partido pró-integração, APODETI, foram poupados.

A brutalidade do comportamento dos invasores reforçou a sintonia entre a Fretilin e a população que, na sua esmagadora maioria preferiu retirar-se para as montanhas e ficar sob a protecção das Falintil do que sob a das forças indonésias.

Apoiadas e animadas pelo seu povo, as Falintil bateram-se com enorme coragem e tenacidade.

Em Novembro de 1976, quatro meses depois de consumada a farsa da integração «*a pedido do Povo de Timor-Leste*», uma delegação de padres indonésios que visitou o território escrevia, no relatório da visita: «80% do território de Timor-Leste está controlado pela Fretilin (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente – movimento progressista criado a seguir ao 25 de Abril e que comanda toda a resistência do povo de Timor contra a Indonésia)»; «O total de vilas e aldeias ocupadas pelas tropas indonésias ronda as 150.000 pessoas, num total de 650.000 habitantes. O que significa que 500.000 pessoas estão fora do seu controle»; «As comunicações terrestres são muito difíceis para as tropas indonésias, que utilizam a maior parte das vezes apenas o helicóptero ou a marinha»; «Disseram-nos que cerca de 60.000 timorenses tinham sido mortos até agora. Consideramos este número muito elevado porque isto significa que 10% da população tinha morrido. Mas quando referimos estes dados a dois padres de Díli eles disseram-nos que segundo as suas estimativas, o número de mortos rondava os 100.000»; «O desejo de integração na Indonésia começa a diminuir devido à má experiência da ocupação das forças invasoras (roubos, incêndios, violações de raparigas, etc.). Um exemplo: 5.000 pessoas desejavam as boas vindas às tropas da Indonésia em Amara. Agora existem apenas 1.000 pessoas na vila, porque o resto da população se juntou à Fretilin, nas montanhas».

A heroicidade das Falintil e o seu respeito pelo povo originaram uma identificação mútua que concitou o apoio popular à Resistência.

Está por fazer a história da Resistência Timorense. Quase só a sua componente diplomática, no exterior, é minimamente conhecida. Não só por ter lugar no «exterior» e não em Timor-Leste, território completamente fechado à imprensa internacional durante muitos anos. Mas também pelo carácter secreto das acções

militares e, sobretudo, do trabalho de espionagem e contra-espionagem realizado no território pelas redes clandestinas.

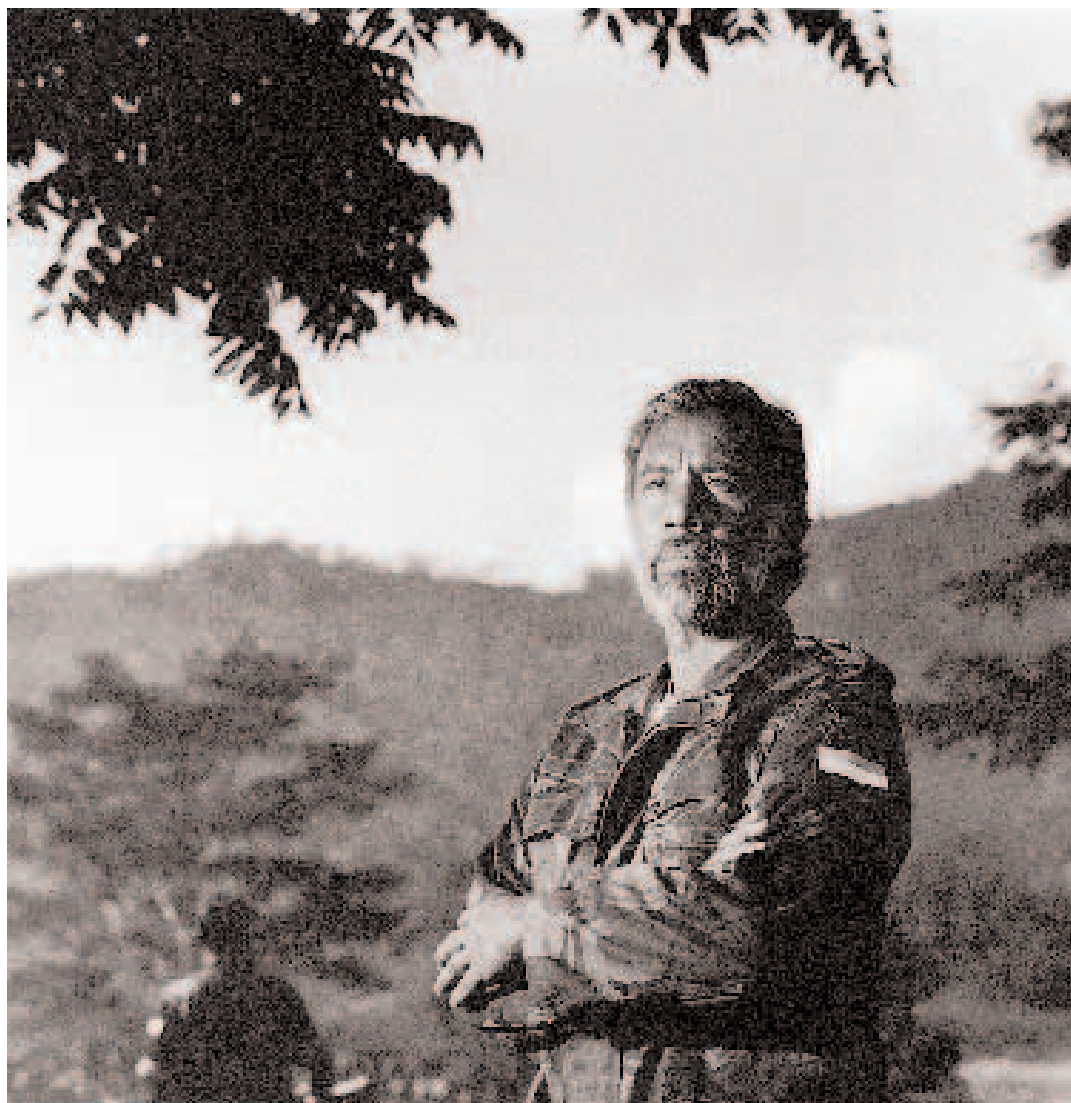
Na impossibilidade de escrever, agora, essa história – que seria importante conhecer – cito apenas três testemunhos que julgo serem elucidativos do valor da Resistência da Fretilin.

O primeiro é de um relatório do ex-cônsul australiano, em Díli, James Dunn, publicado em Camberra em 11 de Fevereiro de 1977: «[...] Disseram-me que Díli se tinha tornado relativamente segura depois de Abril, embora ainda se pudessem ouvir tiros durante a noite. [...] disse-me que quando foi de carro de Díli para[...] (distanciando-se mais ou menos 50 Km da cidade), em Abril de 1976, o seu jeep era acompanhado por três blindados e um camião cheio de soldados. [...] e os soldados indonésios insistiram em estar de regresso antes da noite cair».

O segundo é de uma carta de um missionário, datada de Novembro de 1977: «Primeiro – guerra: Continua com o mesmo furor inicial. A Fretilin persiste na luta apesar da fome, da nudez, da doença, da morte, da crise de entendimentos e objectivos verificada nos últimos tempos. Os invasores intensificaram o ataque nas três modalidades clássicas: terra, mar e ar».

O terceiro é parte do testemunho de um missionário, relativo a Setembro de 1981, quando as forças indonésias mobilizaram dezenas de milhar de civis timorenses, obrigando-os a marchar à frente das tropas indonésias para servirem de escudos humanos: «O exército meteu-se no meio do povo: filas de povo e filas de tropas indonésias, em círculo, à volta dos focos de resistência do Mato. A certa altura, põe-se-lhes a estes (Frente) o dilema: destruir os atacantes (ninguém refere escassez de poderosas armas no mato) mas ao mesmo tempo exterminar as multidões do seu povo, ou... morrerem eles (Mato) para salvar o povo. Foi isto o que ontem (26) me referiu o padre D., muito impressionado com este generoso acto

Xanana Gusmão.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



heróico de alguns chefes superiores da Frente. Segundo o relato que ele teve, durante algum tempo, aqueles chefes da Fretilin esforçaram-se para avisar o povo para se separar. Mas ao povo isso era impossível: seria ali todo massacrado; estava envolvido por vários círculos de tropas indonésias e... não tinham qualquer arma de fogo! E então os chefes [...] da Fretilin, decidiram

pelo seu próprio holocausto para salvar o povo. Os testemunhos asseveram que a Fretilin tem armas capazes».

Dezenas de milhar de resistentes pagaram com a vida a sua abnegação ao serviço do Povo. Mas o resultado foi uma identificação e cooperação mútua tão intensa e eficaz que levava Xanana Gusmão a escrever, em Setembro de

1990, com serena confiança: «[...] Se, há 3 ou 4 anos, ainda nos preocupávamos com o 'depois da exterminação das Falintil', hoje, a exterminação das Falintil é apenas vista como um preço exigido pela PÁTRIA. Não só é com muito agrado mas é com um incontrolável orgulho que as Falintil constataam que os seus sacrifícios puderam acalantar e consolidar as bases de uma resistência verdadeiramente nacional, tornando-as indestrutíveis.

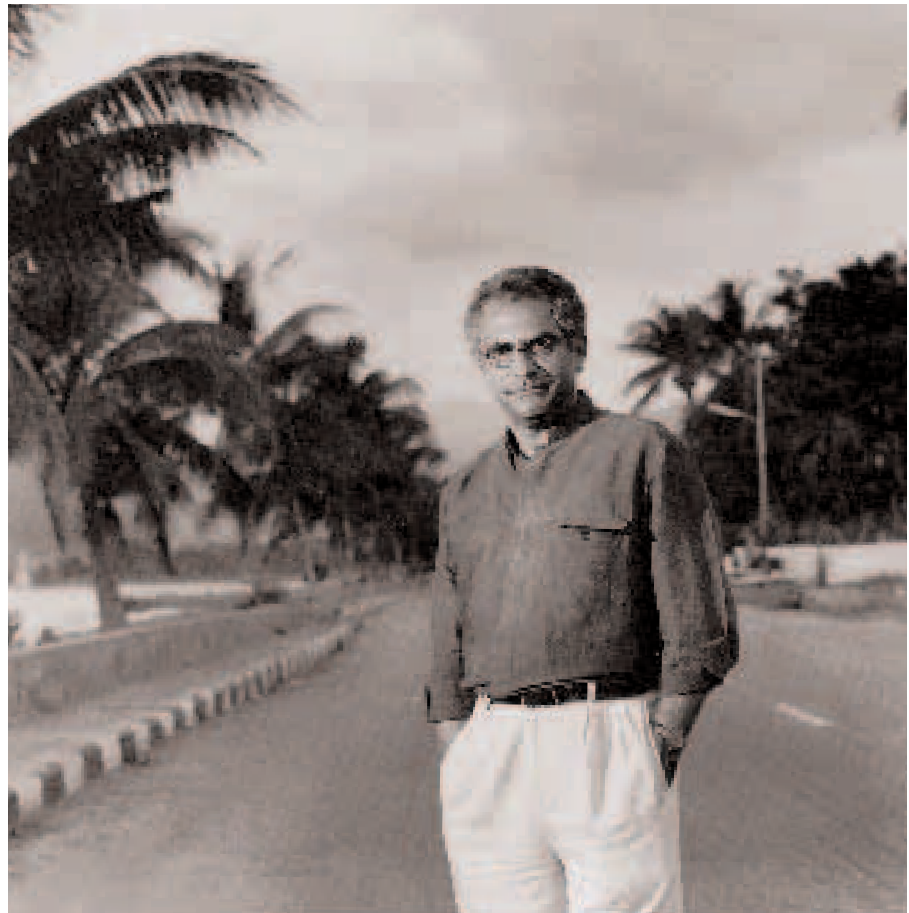
A situação, no plano interno, atingiu um estágio inigualável e não podemos esconder a nossa imensa satisfação ao declararmos isto. As nossas esperanças, do início desta fase, tornaram-se nesta empolgante realidade, que fomos construindo com os cadáveres de todos quantos tombaram pela Pátria, a confiança que depositamos na inexcedível abnegação do nosso Povo traduziu-se na própria certeza e a fé que sempre nos guiou corporizou-se enfim numa total assunção do dever de buscar a vitória.

No plano global da guerra, todos estamos seguros de que o tempo corre a nosso favor e não a favor de Jacarta. No campo meramente militar, as Falintil estão conscientes de que já cumpriram o seu dever e estamos política, psicológica e moralmente cada vez mais preparados para aceitar a nossa exterminação, porque sabemos que a nossa exterminação não significará o fim da guerra. O Povo Maubere continuará a lutar e não desistirá, sejam quais forem os vendavais da História».

Há, nestas palavras de Xanana, não apenas a confiança no seu Povo, mas também a humildade de não pretender a vitória militar, e admitir, até, a exterminação das Falintil.

A despartidarização das Falintil foi crucial para desenvolver uma resistência verdadeiramente nacional e suscitar apoios internos e externos.

No texto acabado de citar, Xanana constata que se criaram as bases de uma resistência ver-



José Ramos-Horta.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

dadeiramente nacional e, por isso, indestrutível. Mas foi longo, e nem sempre bem compreendido e aceite, o percurso que, sob a liderança de Xanana Gusmão, a Resistência fez.

Dois anos depois de ter assumido a direcção da Resistência, Xanana Gusmão proclama a convergência de todos os nacionalistas na luta contra a ocupação.

Três anos depois, também os principais líderes, no exterior, da UDT e da Fretilin, estabelecem, em 18 de Março de 1986, a «Convergência Nacionalista». Depois de um curto período (1983/87) em que a Fretilin se diz marxista-lenin-

Mari Alkatiri.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

nista, em 7 de Dezembro de 1987 Xanana Gusmão declara: *«as Falintil só terão uma sublime missão a cumprir: a defesa da Pátria de todos nós e a manutenção da ordem interna, instaurada por uma Constituição que proclame a defesa das liberdades individuais e colectivas e o respeito pelos interesses de todos os cidadãos e camadas sociais de Timor-Leste! Para que as gloriosas Falintil possam vir a cumprir plenamente a sua missão, dentro da estrutura do Governo, seja qual for a tendência política do Executivo, necessário se tornava afirmar desde já a neutralidade das*



Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste».

Para completar o processo de despartidarização das Forças Armadas de Libertação Nacional, o Comandante-em-Chefe, Xanana Gusmão, em carta de 31 de Dezembro de 1988, comunica a sua saída da Fretilin.

Em 1989, na Conferência Extraordinária de Aitana, Xanana Gusmão confirma a sua saída da Fretilin, resignando dos cargos que ocupava como membro do seu Comité Central, para se tornar o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste. Estas passaram a ser apartidárias, deixando de depender da liderança da Fretilin. Ao mesmo tempo Xanana foi escolhido também para Presidente do Conselho Nacional da Resistência Maubere, e, portanto líder máximo de toda a Resistência. Poucos meses antes dessa importante reunião (em Dezembro de 1988) fora já criado o Conselho Nacional da Resistência Maubere, apartidário (em substituição do CRRN), na sequência do apelo de Xanana à despartidarização dos movimentos estudantis (feito, também, em finais de 1988).

Em 5 de Outubro de 1989 é de novo Xanana Gusmão quem esclarece e precisa melhor ainda: *«As Falintil [...] adquiriram, nestes últimos anos, o verdadeiro papel que lhes cabe e que se insere apenas na defesa da Pátria, tendo ficado assim libertas de qualquer dependência política para com determinado partido. [...]*

As Falintil não fazem política, mas desde já estão empenhadas em ajudar a construir uma nação livre e democrática, sob os fundamentos do respeito pelas liberdades de pensamento e associação, de expressão e reunião e do respeito integral pelos direitos universais do Homem.

O pluripartidarismo e uma economia de mercado serão os alicerces para um Timor-Leste independente (que os guerrilheiros estão construindo com os seus cadáveres!). Estado livre e

não-alinhado que não renunciará ao firme propósito de se candidatar à ASEAN, como contributo mais positivo para a estabilidade regional».

Quando o Papa João Paulo II visitou Timor em 12 de Outubro de 1989 era clara e pública a defesa do pluralismo democrático pela Resistência Timorense e a independência política de Xanana Gusmão. Esse posicionamento abriu portas e estava já a dar frutos.

A importância dada, desde o início, à componente externa e diplomática da Resistência, foi fulcral.

Logo a seguir à declaração unilateral da independência, e prevendo uma invasão próxima, o Governo da RDTL (República Democrática de Timor-Leste) faz sair do território alguns dos seus melhores elementos, nomeadamente José Ramos Horta e Mari Alkatiri. O seu papel é tentar obter apoios internacionais para a Causa de Timor-Leste.

Apesar da extrema dificuldade nos contactos entre o exterior e o interior, foi grande a preocupação, de parte a parte, em articular de forma conjugada uma e outra componentes da Resistência, através das redes clandestinas que procuravam assegurar, tanto quanto era humanamente possível, e com enormes riscos, a comunicação mútua.

Havia a convicção de que não era a vitória militar que iria resolver o problema. Mas também era claro que, sem resistência armada ou sem resistência clandestina a parte diplomática perderia, na prática, qualquer margem de manobra.

Afinal, as zonas, mais vastas ou mais restritas, onde a guerrilha se podia movimentar, eram o espaço de liberdade necessário para manter a situação não resolvida, a questão da autodeterminação em aberto e acesa a chama da esperança. A Resistência Armada dava força e conteúdo às acções de solidariedade no exterior e,



sobretudo, mantinha viva a questão nas Nações Unidas e face à Potência (ainda formalmente) Administrante.

Se, apesar de algumas dúvidas e hesitações, a liderança no interior comandava a Resistência como um todo, os políticos e diplomatas no exterior também participavam na definição da estratégia global da luta, tendo em conta os problemas e dificuldades que encontravam quando procuravam, no meio de um deserto quase completo, conseguir alguns apoios para a Causa Timorense.

Manuel Carrascalão, na casa onde foi assassinado pelas milícias indonésias o seu filho Manelito. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

Felizmente a Potência Administrante não assinou qualquer acordo com a Indonésia ou a Austrália ao contrário do que fez a vizinha Espanha, ao assinar o Acordo Tripartido, com Marrocos e a Mauritânia para a partilha do Saara Ocidental. Pelo contrário, Portugal apresentou queixa à ONU, no próprio dia 7 de Dezembro, e solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança. Em resposta, este reuniu quinze dias depois e aprovou, por unanimidade, em 22 de Dezembro de 1975, uma importante resolução que pede a retirada de todas as forças indonésias do território. A Assembleia-Geral, da ONU, reagiu mais rapidamente e em 12 de Dezembro aprovou a primeira de uma série de resoluções condenatórias da invasão.

Mas, tirando esse primeiro e fundamental passo, os sucessivos e, por vezes, efémeros governos de Lisboa dos anos seguintes quase nada fizeram.

Em contrapartida muitos governos trabalhavam activamente para abafar a questão nas Nações Unidas, como recomendava um destacado membro do Foreign Office (Gordon Dugan), do Reino Unido, aquando da sua visita a Jacarta: *«Sem dúvida, visto daqui, é do interesse do Reino Unido que a Indonésia absorva o território logo que possível e com o menor espalhamento e, se se chegar a uma situação em que haja problemas com as Nações Unidas, devemos manter a cabeça baixa e evitar tomar uma posição contra o governo da Indonésia»*.

Alguns anos mais tarde, o então Embaixador dos Estados Unidos na ONU, Daniel Patrik Moyman, afirmava orgulhoso, nas suas «memórias»: *«os Estados Unidos desejavam que as coisas se passassem como aconteceram e fizeram os possíveis para que assim fosse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas se mostrassem ineficazes em quaisquer medidas que eventualmente fossem tomadas. Esta tarefa foi-me entregue e cumpri-a com assinalável êxito»*.

Os representantes timorenses no exterior, e nomeadamente Ramos Horta, apesar da sua inexperiência e quase completo isolamento, tiveram que conquistar a pulso, no terreno extremamente hostil das Nações Unidas, pequenas solidariedades e apoios que, vinte anos depois tinham crescido e começado a dar frutos.

Mais tarde, o empenhamento português aumentou e, de novo, na fase final do processo, foi crucial. A articulação da diplomacia portuguesa com a liderança timorense tornou-se então eficaz e produziu frutos.

A despartidarização da Resistência e a criação, em Abril de 1998, do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), primeira estrutura multipartidária timorense eleita, com a participação da Fretilin, da UDT e doutras organizações timorenses, criou condições políticas favoráveis e contribuiu muito para essa tão eficaz colaboração.

Mais uma vez foi a extrema inteligência política, aliada à tenacidade e abnegação dos timorenses que abriu as portas e suscitou as solidariedades necessárias, a nível internacional, para que o Acordo de Nova York de 5 de Maio de 1999 tivesse lugar e o referendo se fizesse.

Os riscos de uma consulta popular feita com «segurança» indonésia eram enormes. A Resistência sabia isso e afirmava, com clareza, que preferia correr riscos a perder a oportunidade.

Olhando agora para trás creio que todos os que compreenderam que essa era uma «janela de oportunidade» que provavelmente não surgiria de novo tão cedo, apesar do elevado preço pago, concordarão que essa era, de facto, «a» oportunidade. Mas foi necessário, também em 1999, que à inteligência política se associasse a abnegação do Povo Timorense para este aceitar correr riscos e sofrer como sofreu para conseguir, finalmente, a tão desejada e merecida Independência.

A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia

Taur Matan Ruak



História. Breve Referência.

Timor teria sido descoberto pelos Portugueses entre os anos de 1512 e 1520. Nessa altura, as relações com as populações locais teriam sido apenas na base de trocas comerciais. Presume-se que se entendiam, no à princípio, por meio de gestos e, aos poucos, na certeza de poderem fazer escoar os seus produtos, porque o negócio lhes trazia benefícios materiais, foram-se aperfeiçoando até poderem comunicar-se com menos embaraço com os portugueses.

Porém, essa situação não era de todo favorável às duas partes e possivelmente, sob mútua concordância, cerca de 1560, chegaram os primeiros missionários portugueses que, a custo de muito sacrifício, conseguiram expandir a língua portuguesa através da alfabetização nas escolas e das preces expressas nas capelas e igrejas católicas, que cada vez mais se expandiam em todo o Timor ao longo de quatro séculos.

O tétum, língua franca de Timor, desenvolvia-se espontânea e paralelamente ao seu parceiro lusófono, possibilitando uma comunicação entre as populações deste país de mais de 30 dialectos, possivelmente porque servia de língua intermediária entre os comerciantes e os missionários portugueses e as populações mais remotas. O esforço dos missionários não era correspondido pelo governo português que, como atrás se depreende, só em 1915 abriu em Timor a primeira escola oficial e, durante mais de 50 anos, talvez com certo arrependimento, tentou equilibrar o esforço feito pelos missionários, expandindo a língua portuguesa através de aberturas de mais escolas, empregando até para o efeito soldados portugueses em serviço nesta meia ilha.

Como era de esperar, não obstante esse tardio esforço, até 1975, apenas 5% da população se podia exprimir em português e talvez menos de metade se comunicava na mesma língua, oscilando esta apenas da elite administrativa para o clero católico.

Importância da Língua Portuguesa

Três factores chaves estiveram na base da manutenção da língua portuguesa: primeiro, a presença de intelectuais falantes da língua; segundo, a existência de um número elevado de timorenses conhecedores da língua escrita; terceiro, por ser a única ortograficamente mais desenvolvida na ilha.

Realmente a língua portuguesa, a partir dos anos 60 do último século, já constituía o veículo que possibilitava comunicarmo-nos dentro do território e também com Portugal e restantes países lusófonos de uma forma mais compreensível e inteligível. A partir da sua assimilação, porque era uma língua basicamente oriunda da civilização greco-latina e de difícil aprendizagem, aprendia-se, com menos dificuldade, o espanhol, o francês e o inglês e com muito mais desembaraço, o bahasa indonésio.

Porém, como vimos atrás, apesar de já ser tão pobre a herança lusófona deixada pelos últimos governantes portugueses, acontecimentos posteriores ainda vieram deteriorá-la muito mais ao ponto de a eliminar por completo. O fraccionamento da sociedade timorense imposta pela invasão e posterior ocupação militar da ilha teve impactos negativos na evolução da língua, exceptuando os timorenses que conseguiram emigrar para Macau, Austrália e Portugal e que tiveram oportunidade de aperfeiçoar o português. Contudo, aos que ficaram no país, particularmente sob o controle administrativo do ocupante, foram-lhes retirados progressiva e inteligentemente a possibilidade de continuarem a falar o português, com pesadas imposições, nomeadamente, a proibição do uso da língua portuguesa, introdução e projecção da língua malaia, restrições e limitações do ensino do português, reservando-a apenas no ensino do Externato de São José e no Seminário em Balide, para mais tarde o abolir totalmente.

A Frente Armada e a Língua Portuguesa

Quando nos debruçamos sobre as relações entre a língua portuguesa e a Frente Armada, em particular, veremos que quatro factores estiveram na base da manutenção dessa língua: primeiro, a presença da classe dirigente lusófona; segundo, por ser a única língua ortograficamente desenvolvida; terceiro, porque era a nossa língua oficial definida desde sempre; por último, porque era uma das armas para contrapor à língua malaia no âmbito da luta cultural.

Nos tempos da guerra de posição, de 1975 à 1979, a língua oficialmente utilizada pela Resistência era o português, falado e escrito em qualquer tipo de comunicação, desde o topo até a base.

Embora lutássemos com dificuldades de toda a ordem, utilizávamos todos os recursos disponíveis para não só preservar a língua, mas, essencialmente, expandi-la aos menores e analfabetos, através de aprendizagem, até utilizando para isso carvão e casca de certas plantas para servir de papel.

Porém quando se deu a queda das Bases de Apoio, as coisas mudaram, porque aquela classe detentora da língua portuguesa minguou fatalmente e esta quase que desapareceu da circulação, à excepção de certas correspondências entre os poucos dirigentes do topo ainda sobreviventes.

Queremos, enfim, afirmar que nunca perdemos a vontade de manter a língua portuguesa, tanto oral como ortograficamente, apesar das várias dificuldades e limitações impostas na redução física dos falantes da língua portuguesa. Sempre com o espírito de que a mesma será a nossa língua oficial, logramos conseguir aquilo que para muitos foi um sonho.

Com muita razão dizemos: Valeu a pena lutar!

As Raízes da Resistência

Pe. João Felgueiras

Começemos pelo sândalo... e pelo nome Timor

Considero o sândalo como o primeiro «embaixador» da Ilha de Timor. A qualidade do seu sândalo atraiu os comerciantes chineses, e estes terão já falado de Timor, e em chinês, de Timor e do seu sândalo.

Passados séculos, quando se completava a primeira volta ao globo terrestre com o navegador português Fernão Magalhães, foi também logo recolhido pelos cartógrafos o nome desta ilha. Em breve, o mesmo nome de TIMOR, com o seu verdadeiro significado, entrava pela mão e coração de Camões, no universo cultural do Património da Humanidade, por meio de *Os Lusíadas*.

O comércio chinês, talvez do século XII, os cartógrafos do século XVI, os comerciantes, os missionários e a cultura lusíada puseram diante de nós, como um «pódio» de atenções, o Timor Lorosa'e, aquela terra onde o mundo começa! A terra que o sol, em nascendo, vê primeiro. Certamente que houve séculos de comércio do «odorífero sândalo». Mas vir contactar, transmitir, ficar e dar algo que irmanasse, foi sendo trabalho lento, quase sem plano à vista.

Mas, com os portugueses daquele tempo, havia sempre um «plano» para se fazer aos oceanos. Comerciar e evangelizar.

O contacto de chineses e portugueses perdurou. Com os portugueses em Macau, depois de Goa e Malaca, ligou-se religiosamente e culturalmente estes povos. Em 1975 havia milhares de chineses, a quem vulgarmente chamávamos «China Macau». E eles falavam chinês, tétum e português. Não se implementou a língua chinesa, a não ser entre a etnia chinesa, mas lentamente a língua portuguesa.

A História de Timor Lorosa'e estava a ser escrita em português e certamente também em chinês.

Como noutros continentes, naqueles séculos, os missionários eram os que mais precisavam de mais «vocabulário» para poder contactar

Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.



«almas», espíritos, corações e levá-los à mudança de critérios, novas ideias, realidades, novas esperanças. Precisavam afinal de um vocabulário mais rico do que o necessário para o comércio daquele tempo.

A esses homens deve a cultura universal o ter transformado em valores culturais formas de fala, muito longe do que até então se conhecia. O próprio clássico da língua, Padre António Vieira, enaltece esse esforço que era feito pelo missionário para, aconchegando o seu ouvido à boca do índio, colher aqueles sons e transformá-los em escrita.

Não só os povos de Timor Lorosa'e, mas mesmo do Sudeste Asiático, encontram na origem da sua escrita e cultura, o mesmo esforço cultural, humano e científico. É assim, como outros povos espalhados pelo Globo, que também os povos de Timor Lorosa'e, que falam os variados dialectos ou línguas, constatarem e agradecem que o alfabeto da língua portuguesa, trazido pelos missionários portugueses, os tenha ajudado a transformar em linguagem escrita as suas lendas e histórias e a preservar, incluso, a existência destes dialectos. Com prevalência de alguns.

Com o aperfeiçoamento universal moderno das administrações e de novas formas de missão houve em Timor durante o século passado, empenho para a promoção do desenvolvimento: a escola e o sentido do trabalho e da economia. Bastaria olhar para o nome de Soibada e os edifícios escolares espalhados pelo território naquele século.

Cerca de 450 anos de contacto da cultura portuguesa com os povos de Timor Lorosa'e deu tempo e oportunidade aos povos de todas as regiões de Timor para uma natural osmose ou intercâmbio de valores. Este intercâmbio dava-se, como é óbvio, sobretudo nos vocabulários, até à aprendizagem e uso da língua mais rica de expressão.

No ritmo de então, e neste sector cultural, fomos surpreendidos por uma «invasão» em

forma, e para domínio total. Ninguém se tinha «preparado» em nada para enfrentar a nova situação. Tivemos de «sobreviver» com o que tínhamos! Foi assim, que tudo foi posto à prova, sobretudo as vidas e os valores culturais!

Quase sem estratégia prévia, tivemos de aguentar o assalto maciço a tudo o que fosse mais nuclear para uma possível «consciência» de nacionalidade.

Identidade do povo timorense

A partir de 1974, com as leis de autodeterminação, o povo timorense podia optar pela independência. Mas a invasão, no ano seguinte, parecia varrer do horizonte qualquer hipótese de livre escolha.

O fenómeno de 24 anos de resistência tem causas e forças que devem ser profundamente estudados, mesmo para que o «timorense» se conheça a si mesmo, e encontre os valores que o sustentaram numa epopeia quase única na História. Porque, como é óbvio, o verdadeiro núcleo de valores e energia para resistir estava «dentro», na identidade deste mesmo povo.

Aponto dois ou três destes valores. Não foi apenas o facto de o cristianismo estar quase há 5 séculos em Timor, anunciado por instituições da Igreja Católica como os Dominicanos e os Jesuítas, dirigidos pela hierarquia estruturada da Igreja. Mas esse facto criava laços firmes de solidariedade mundial cristã. Foi no decorrer desta guerra (1975-99) que se desencadeou no seio da comunidade internacional uma quase mística pela dignidade humana e um consequente movimento de solidariedade na defesa dos Direitos Humanos.

Um outro factor, a meu ver importantíssimo, foi a termos vivido durante quase 5 séculos num regime de certa comunidade e unidade de uma administração superior religiosa e civil, com os reis, os governos e as autoridades religiosas que governavam desde um centro. Terá

sido pouco o que fizeram, mas houve séculos de «vida comum», de seguimento das mesmas leis, da mesma fé e da mesma língua.

Poderei deduzir o seguinte. O povo timorense durante 4 séculos conheceu e desenvolveu

valores superiores comuns, esteve em contacto com dirigentes de valor, como governantes, bispos missionários, funcionários de diversos continentes ligados na mesma administração e usando e ensinando a mesma língua.



Assim, penso que a Língua Portuguesa, durante 450 anos, em Timor, bem como a Administração Portuguesa e a acção cultural e espiritual do cristianismo podiam olhar para o povo timorense vendo este de pé, com heroísmo no campo de batalha pela sua independência.

Na minha análise, além das qualidades humanas do próprio Povo, foi a Língua Portuguesa, bem como a «sua família de povos» e a formação cristã ao longo de séculos, que adestrou tudo adestrou o Povo Timorense para enfrentar gigantes.

A escolha da língua portuguesa

Uma grande e esclarecedora dedução do evoluir da história em Timor. A Língua Portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor, que a destruição resultante da invasão fez despertar no Povo a sabedoria para a transfor-

mar numa arma eficiente de defesa e de resistência.

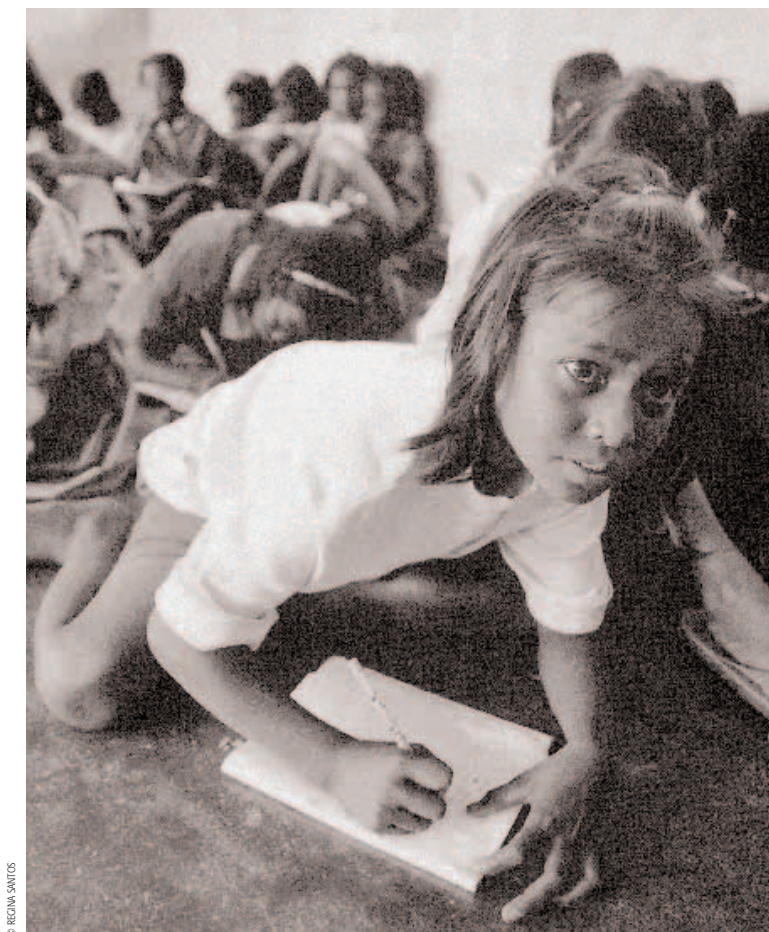
Em Outubro de 1975, dizia-me, no Quartel-General de Taibessi, o líder Nicolau Lobato: «Nós escolhemos como Língua Nacional de Timor a Língua Portuguesa».

Passados quase 4 anos, Nicolau Lobato tomava heroicamente em luta, como num altar, nas altas montanhas de Timor. Consigo levava sempre o Crucifixo. A cultura, a fé, a comunidade que se criou em quatro séculos explicam muito o mistério da epopeia de Timor Lorosa'e. É necessário que os adultos não o esqueçam e que a verdade seja dita aos novos.

O génio da Língua Portuguesa, que já estava na medula da identidade cultural de Timor, conseguiu cultivar o ensino desta língua, mesmo nos piores tempos das perseguições da «Intel» indonésia. Assim, é de admirar que só depois do Massacre de Santa Cruz (12 de Novembro de



© EDUARDO CABRERO



© REGINA SANTOS

1991) se atirassem definitivamente contra o «Externato de São José».

As forças invasoras bombardearam e destruíram o Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Dare, a uns 10 quilómetros a Sul de Díli, pelas 10 da manhã do dia 13 de Dezembro de 1975. Milagrosamente escapámos todos com vida, os que nos abrigámos debaixo dos fortes bancos da Capela. Porém, os livros da Biblioteca contígua é que não escaparam ao poder dos morteiros. Vimos muitos livros verdadeiramente «serrados» pelos estilhaços. As chuvas da época foram tão destruidoras como os morteiros de

120 mm. O barro das paredes misturado com a chuva transformou os livros nuns «tijolos». Pois destes destroços os Seminaristas de então conseguiram salvar milhares de livros. Entretanto, os oficiais que nos visitavam e observavam aqueles livros de novo ordenados, em estantes noutra lugar, e vendo que eram em português, pediam para nós os queimarmos! Eram para nós uma relíquia. Em 1978, transferimos o Seminário para a cidade de Díli. E os tais livros, salvos da barbárie, foram transportados cuidadosamente pelos Seminaristas para uma nova Biblioteca, no Colégio Bispo Medeiros.

Feita nova mudança do Seminário, então os livros ficaram ali «abandonados»... Já não havia ali mãos timorenses a cuidar dos livros portugueses. E foi então que, de novo, em gesto de valor cultural e significativo, se realizou nova operação. O Pe. Alberto Ricardo e o Pe. Basílio do Nascimento, apercebendo-se do novo perigo que corriam os livros da sua antiga biblioteca, tomaram ao seu cuidado transportar, de novo, todos os livros, para a Câmara Eclesiástica... Hoje todos choramos o que aconteceu, por fim, aos livros da Biblioteca do Seminário e à documentação, que ali pereceram a 5 de Setembro de 1999, ensopados talvez com o sangue dos timorenses ali massacrados.

Este episódio bem pode ficar como um símbolo do que o povo timorense fez pelo «Livro em Português».

O milagre da escola de formação lusófona

Quando Monsenhor Martinho da Costa Lopes, com o apoio dos padres Felgueiras e Martins, reabriu o Seminário em Maio de 1978, com 12 Seminaristas, tivemos dificuldade em encontrar professores. O mesmo acontecia com os padres Leão da Costa e Domingos da Cunha que reabriram o Externato de São José. Juntámos forças e o Seminário passou a frequentar por com-

pleto o curso dos Liceus. É a esta escola, sobretudo, que se deve o ensino regular do currículo de ensino em Língua Portuguesa, desde a primária ao 7º Ano do Liceu. Alguns dos nossos Ministros e Sacerdotes e muitos funcionários e senhoras timorenses por ali passaram. Foi um «milagre» que tivéssemos conseguido manter tantos anos esta escola de formação lusófona, cristã e nacionalista.

Após Santa Cruz, as forças ocupantes forçaram os responsáveis a fechar, de vez, o Externato de São José. Podíamos dizer: tinha cumprido a sua missão.

Ficam apontados alguns elementos que nos podem dar a entender que a Língua Portuguesa tinha profundas raízes em Timor e que, mesmo com a perseguição a partir de 1975, aquelas raízes tornaram eficiente o esforço da clandestinidade para a promoção deste valor da sua cultura e agora vista como poderosa alma cultural.

Os primeiros 10 anos de guerra foram, muitas vezes, de risco para quem tivesse livros ou fizesse uso da Língua Portuguesa. Nesses primeiros anos, os livros eram escondidos, enterrados, à espera de melhores tempos. Em geral o livro não sobrevivia enterrado, mesmo dentro de sacos de plástico. Era com tristeza que se ouvia o timorense a lamentar que os seus livros tinham apodrecido.

Gramáticas fotocopiadas em Jacarta

Quando começou a ser negligenciada a perseguição cultural, os livros começaram a emergir de variados modos, espalhando-se cautelosamente por toda a parte. E era um tesouro quando apareciam! Naturalmente que eram os livros religiosos os mais desejados.

A compensar a anterior devastação de livros queimados ou estragados, começaram a vulgarizar-se as fotocópias. A princípio com grandes cautelas, ainda que fizéssemos fotocópias em Jacarta. Assim, muitas gramáticas de Ulisses

Machado foram fotocopiadas às dezenas em Jacarta e, por amigos de confiança, trazidas para Díli. Até que, passado o medo ao olho vigilante da Intel, nos lançámos a sucessivas remessas de fotocópias do Ulisses Machado. Era quase um pequeno negócio. Vieram depois os pequenos livros das primeiras classes da Primária. Fomos fazendo sucessivas remessas de centenas desses livrinhos que eram levados aos vários recantos de Timor.

Entretanto, havia em Timor um pequeno livro que certamente arrecada para si a medalha de invencível e de ter chegado a toda a parte e em todos os tempos, e ter chegado às mãos de toda a gente. Até o «bapa» (administrador indonésio) o queria. Era um livrinho de orações, editado ininterruptamente em Braga desde há anos. É o DIA SANTIFICADO. Certamente não há um timorense que ignore este nome. Na verdade, desde 1971, foram chegando a Timor, continuamente, centenas destes livros. Começada a guerra, todos os que passavam por Dare levavam no bolso da camisa o DIA SANTIFICADO. Como era livro religioso, passava mais facilmente. Durante estes 30 anos entraram centenas de milhares que escoavam para todos os lados. Em 1999, à falta de outro livro, o DS servia de livro de «leitura».

Uma revista periódica, a *Cruzada Eucarística*, também tem lugar de honra na promoção da Língua Portuguesa.

Os livros de cânticos religiosos em português foram também mantendo o uso da língua portuguesa.

A semente do português esperava o momento para germinar

Na reflexão sobre assunto de tão transcendente importância, pareceu-me absolutamente necessário fazer aquele giro histórico, para nos apercebermos de que a Língua Portuguesa estava em Timor há mais de 4 séculos, era ensi-



Sala de Leitura Xanana, Díli.
Fotografia de Xanana Gusmão.

nada nas escolas há mais de 4 séculos, e língua de casa de famílias cada vez em maior número, além do ambiente religioso e de festas populares.

Uma língua que foi banida ostensivamente durante mais de 20 anos, proibida nas escolas e que se apresenta viçosa logo a seguir à libertação, mostra que estava mesmo com profundas raízes nos valores culturais mais sagrados deste povo. Os fenómenos dos últimos 5 a 8 anos até agora comprovam que aquelas raízes estavam vigorosas.

A experiência de ensinar a Língua Portuguesa, mais abertamente, mas ainda discreta, anos antes do Referendo, veio a demonstrar vigorosamente que a «semente» da Língua Portuguesa esperava no coração do povo, das crianças e dos jovens o momento para germinar.

Uns 5 ou 6 anos antes do Referendo, começámos em Lahane o ensino da Língua Portuguesa a um grupo de «aspirantes» timorenses para Jesuítas. Embora fosse dedicado a esses jovens... e não faltassem imediatamente profes-

soras voluntárias para ensinar, assim, como que na clandestinidade, logo a seguir, correu a notícia. E começou um fluxo ininterrupto de crianças e jovens para se «inscreverem» no Curso de Língua Portuguesa. Eram às 10, às 20 e 50 por dia as inscrições. Chegámos a número «limite» de alunos, impossibilitados materialmente pelo espaço do lugar. Nem bastou o armazém e o terreno contíguo de um amigo vizinho. Era uma massa de 3.000 crianças e jovens que vinham aprender a Língua Portuguesa.

Não havia qualquer propaganda, não havia facilidade de instalações, e tudo faltava, desde cadernos a lapiseiras, quadros, bancos... No entender de uma «observadora» que fazia parte das incipientes «organizações» internacionais sobre escolas, achava que esta escola de «Lahane» era coisa digna de se ver! Porque até se podia observar a extrema pobreza das crianças.

Foi aqui que muitos começaram a estudar a Língua Portuguesa e os próprios professores (as) sentiam que devíamos continuar com esta escola. Assim se desenvolveu o que temos agora, a Escola da Comunidade de Amigos de Jesus, que ensina a umas 400 crianças, no Ensino Básico, e outra vertente, de cursos só de Língua Portuguesa para uns 300 estudantes voluntários.

O ensino da Língua Portuguesa em Timor, segundo me parece, é uma actividade que brota mais da alma e da vontade do Povo do que de qualquer outra iniciativa. E também poderia acontecer, se agora fosse proibida a Língua Portuguesa em Timor, uma nova «clandestinidade» lhe daria talvez uma força de revolução.

Mas penso também que se devia em todas as escolas, médias e superiores, promover desde já, muito mais intensivamente, o ensino da Língua Portuguesa, para que não estejamos a formar cidadãos que não compreendem bem o novo mundo que vem aí, como as nossas crianças. E em Timor, esta língua é perfumada como o sândalo.

IMPETU e o seu movimento de libertação na Indonésia (1982–1999)

João Freitas de Câmara

>

Casa de Lautém. Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.

Introdução

A invasão e a ocupação ilegal de Timor-Leste pelo regime militarista da Indonésia, desde Agosto de 1975, criaram barreiras prolongando assim o processo de Luta pela Libertação da Pátria e do Povo timorense das garras do domínio estrangeiro. Mesmo assim, os timorenses embora dominados e rodeados por terra, ar e mar pelas forças militaristas de Jacarta, foi-lhes dada a ideia natural de abertura de novos horizontes de luta, especialmente aos estudantes timorenses na terra dos ocupantes, procurando assim encontrar novos espaços e meios de Resistência para alcançar o seu objectivo comum, a Restauração da Independência Nacional de Timor-Leste. Esta determinação foi provada pelas seguintes medidas tomadas como implementação prática dos seus ideais sonhados.

IMPETU, suas ramificações e actividades

IMPETU é abreviatura de «Ikatan Mahasiswa dan Pelajar Timor-Timur» que significa Liga de Estudantes Timorenses. Esta Liga «*Ikatan*» de Estudantes (Universitários «*Mahasiswa*» e «*dan*» da Escolas Secundárias «*Pelajar*») de Timor-Leste «*Timor-Timur*» é composta não só de estudantes universitários como também de estudantes das escolas secundárias na Indonésia, que na sua tradução literal, *Liga de Estudantes Universitários e das Escolas Secundárias de Timor-Leste*, ficava mal inserida no contexto da realidade de então.

A Liga foi criada em Jacarta no ano de 1984, com o simples objectivo de atender às necessidades estudantis, mas foi ao mesmo tempo uma forma boa para ser aproveitada posteriormente, sobretudo para manter viva a chama de Unidade Nacional dos timorenses (fragmentada pelo sistema político e repressivo inimigo de *divide et impera*) na Indonésia, como meio vital da luta, para o alcance dos seus supremos objectivos,





<
Rapariga transportando milho.
Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.

isto é, a Restauração da Independência Nacional de Timor-Leste.

Este tipo de organização estudantil expandiu-se, posteriormente, às outras cidades de Java, criando ramificações para actuar mais em actividades de carácter político, concentrando mais atenção na defesa contra a violação de Direitos Humanos em Timor-Leste, do que uma organização estudantil propriamente dita.

Inicialmente, isto é, nos princípios dos anos '80, as actividades desenvolvidas eram limitadas apenas à canalização de correspondência e de informações muito restritas, do território ocupado para o exterior via Indonésia, às vezes através de pessoas de confiança que prestavam serviços oficiais às autoridades indonésias, para não suscitar a desconfiança dos agentes da inteligência indonésia espalhados nos diversos pontos vitais de circulação humana, como nos portos e aeroportos. Como exemplo, menciono o caso concreto do falecido Guilherme Gonçalves que, já desde os princípios dos anos oitenta, mantinha uma rede com o então Comandante das Falintil, Kay Rala Xanana Gusmão. O canal partia do território e estendia-se para o exterior, via Indonésia, através da rede montada pelo notável Régulo de Atsabe, Guilherme Gonçalves, que nos meados dos anos '80 ocupava a posição de membro do Conselho Consultivo Nacional da Indonésia em Jacarta.

Essa correspondência era passada posteriormente para o exterior através de alguns membros das organizações não-governamentais que arriscavam as suas vidas na defesa do sublime ideal, entrando na Indonésia para nos visitar e dar a conhecer no exterior informações sobre a violação de Direitos Humanos em Timor-Leste. Uma das linhas ou canais que nós tínhamos com o exterior era com a organização de Pat Walsh que, nos princípios do ano '80, era Director de ACFOA (Australian Council For Overseas Aid). Felizmente, esta linha dava-nos

apoio tanto humanitário como moral e político nos momentos difíceis da nossa resistência, como energia de revitalização ao longo do processo da nossa luta clandestina na Indonésia.

Detenção e prisão dos estudantes timorenses na Indonésia e seu impacto político na arena internacional

Asilo Político na Embaixada Holandesa em Jacarta

Além de várias detenções e prisões arbitrárias feitas pelos militares indonésios no território de Timor-Leste, cinco estudantes timorenses, nomeadamente Antonino Gonçalves, João Freitas de Câmara, Francisco Fernandes (Jacarta), Domingos Maria Sarmiento e Germano da Silva (Díli), apanhados e detidos pelos militares indonésios nos princípios de Agosto de 1986 em Jacarta e Díli, levaram a clandestinidade à superfície, assinalando assim o início da expansão aberta de luta pela libertação de Timor-Leste na Indonésia, passando à globalização informática, quando depois de libertados sob pressão internacional, quatro dos estudantes ameaçados e em perigo de vida, pediram asilo político na Embaixada Holandesa em Jacarta nos princípios de Setembro do mesmo ano.

Passados quatro meses após a realização do facto acima mencionado, as nossas actividades e contactos com os média bem como com organizações não-governamentais no território inimigo eram feitas mais à vontade, sem controlos significativos da parte dos agentes da inteligência indonésia.

Podiam organizar-se encontros entre timorenses sem grandes receios e suspeita de espionagem por parte da inteligência indonésia em qualquer cidade do país. Além disso, já podíamos mobilizar os operários timorenses empre-

gados por Tutut, filha mais velha de Suharto, que estavam descontentes por serem mal pagos pela companhia empresária de Tutut e por terem uma vida difícil nas diferentes cidades da Indonésia.

Todo o sucesso adquirido quanto às mudanças relativamente à segurança e liberdades de movimento e organização foi obtido graças à pressão e a vigilância das organizações de solidariedade internacional sobre o Governo da Indonésia.

Apelo à Reorganização da Frente Clandestina na Indonésia

Cerca do ano de 1988, o comandante das Falintil Kay Rala Xanana Gusmão apelou para a reorganização da Frente Clandestina na Indonésia. Duas opções foram propostas. Unificar todas as organizações clandestinas então existentes na Indonésia numa só, ou formar uma Comissão Coordenadora com o objectivo de coordenar todas as actividades clandestinas então existentes na Indonésia, tais como Renetil, Ojectil, etc.

Foi convocada uma reunião em Semarang nos fins de Agosto de 1988, onde estiveram presentes representantes timorenses sedeados nas diversas cidades de Java e Bali, (respectivamente, Jacarta, Bandung, Surabaya, Yogyakarta e Denpasar) coordenada por um dos primeiros jesuítas timorenses, o Reverendo Padre Filomeno Jacob Abel, sob especiais instruções de Xanana Gusmão, com o objectivo de traçar linhas gerais de reorganização.

Após um dia de encontro, foi acordada uma outra reunião, no mês seguinte, em Solo (uma pequena cidade situada a oeste de Yogyakarta, parte leste de Java).

Um mês depois, num bairro de lata da pequena vila de Solo, numa casa alugada por bravos estudantes timorenses, juntaram-se representantes da frente clandestina, prove-

nientes das diversas cidades de Java e Bali, determinados a cerrar fileiras e levar avante a luta pela libertação do seu Povo e da sua Terra do jugo e da dominação militar indonésia. Esse foi o fulcro do objectivo da nossa concentração naquela pequena cidade.

Foram três dias e três noites de intensa actividade aproveitados para discussões, estudos e análises, com a finalidade de encontrar a melhor forma de reorganização no território inimigo, e de responder correctamente à evolução da luta, de acordo com as directrizes emanadas do Comando da Luta Armada para a escolha de uma das duas opções acima mencionadas.

Devido ao carácter clandestino da reunião, no fim do terceiro dia o encontro terminou com a manutenção de identidade de cada organização clandestina, mas sempre unidas pelo mesmo ideal, isto é, o ideal da Libertação Nacional.

Demonstração contra o Massacre de 12 de Novembro

Uma semana depois do sangrento acontecimento de 12 de Novembro de 1991 junto ao portal do cemitério de Santa Cruz, em Díli, pelas dez horas em ponto, cento e tal estudantes timorenses provenientes de diversas universidades e institutos superiores indonésios de Java e Bali concentraram-se frente ao edifício da Representação Diplomática da ONU em Jacarta num protesto aberto contra o Governo militarista de Suharto.

Na demonstração, como Coordenador e Responsável da acção, foi entregue por mim ao Chefe daquela Missão Diplomática com endereço ao Secretário-Geral da ONU, uma nota de protesto contra os actos de barbaridade cometidos pelos militares indonésios no cemitério de Santa Cruz, apelando ao Representante Máximo daquela instituição mundial, sua imediata interferência para pôr fim à massiva, periódica e sis-

Pastor lavando búfalo.
Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.





Pescador puxando a rede.
Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.

temática violação de Direitos Humanos que tinha vindo a causar até então sofrimentos e martírios intoleráveis ao inocente povo timorense, e dar uma definitiva solução política ao não resolvido problema de Timor-Leste na arena internacional.

O Governo militarista indonésio, alérgico às actuações democráticas, não tolerou o protesto pacífico e disciplinado dos estudantes timorenses. Cerca de setenta dos cento e tal estudantes que tomaram parte na demonstração, foram apanhados e detidos, e após mais de um mês de intenso interrogatório, a maioria dos estudantes foi libertada com ameaças de novas detenções e perdas de bolsas no caso de voltarem a envolver-

-se na política. Os outros foram submetidos a um processo judicial no tribunal, incluindo o julgamento e prisão de cinco líderes, representantes dos estudantes timorenses provenientes das principais cidades das ilhas de Java e Bali.

Depois de um longo período de três meses de julgamento, com início em Março de 1992, quatro dos cinco representantes dos estudantes foram condenados a uma pena de prisão de dez anos, nove anos, dois anos e meio e dez meses, respectivamente para João Freitas de Câmara, Fernando de Araújo, Virgílio da Silva Guterres e Agapito Cardoso enquanto que um dos líderes foi libertado no fim do julgamento por nele se ter achado leve grau de culpabilidade subver-

siva da anti-integração de Timor-Leste na Indonésia.

Em Junho do ano de 1992 foram condenados e levados para a Prisão Central de Jacarta, conhecida pelo nome «Cipinang», acusados de subversão e de serem contra a integração do território de Timor-Leste na Indonésia.

3. Década 90, era de asilo e de transformações políticas

As perseguições, detenções, prisões arbitrárias e rapto de timorenses efectuados pelos militares indonésios em Timor-Leste e na Indonésia, foram a causa de pedidos frequentes de protecção ou asilo político nas embaixadas europeias e americanas em Jacarta. As Embaixadas tomadas como alvo foram as de Suécia, França, Inglaterra, Rússia e por último América e Áustria, na década de 1990.

A actuação dos timorenses nas Embaixadas acima mencionadas, contribuíram muito para a globalização informática sobre a violação de Direitos Humanos, facto que degradou imenso a imagem de Jacarta na arena internacional e muito ajudou também à queda do regime militarista de Suharto.

A degradação da imagem do governo de Suharto não teve origem apenas na questão timorense, dado que a violação de Direitos Humanos cometida pelos militares indonésios não se deu só em Timor-Leste, mas também em diversas províncias da Indonésia como Irian Jaya, Aceh, Maluku, Kalimantan e até mesmo em diversas áreas de Java, nomeadamente nos subúrbios de Jacarta, como no caso de matanças massivas em Tanjung Priok (1983), Trisakti (Maio de 1998) e Jembatan Sudirman Atma Jaya (12 de Novembro 1998). Nos dois últimos casos o número total das vítimas não elevado mas mesmo assim significativo, por ter resultado de um confronto entre militares armados contra universitários e civis desarmados junto aos cam-

pos das Universidades. Os processos judiciais contra os culpados encontram-se agora a decorrer nos tribunais de justiça em Jacarta.

A década 90 foi a era de *asilo político* na capital da Indonésia, Jacarta. As embaixadas alvo de pedidos de asilo foram as missões diplomáticas europeias e americanas, nações preocupadas com os problemas de crescente violação de Direitos Humanos, especialmente em Timor-Leste e nas diversas províncias da Indonésia acima mencionadas.

Um dos factos que mais envergonhou Suharto, foi o pedido de asilo político por parte de jovens timorenses que, ameaçados e perseguidos em Timor-Leste, fugiram para Jacarta e pediram asilo político na Embaixada Americana, coincidindo com a presença do então Presidente Clinton no encontro da APEC em Bogor. Negociações entre os dois governos foram feitas em vão para solucionar o problema do asilo político, acabando por se recorrer a Portugal como receptor dos *asylum seekers*, para garantir a manutenção de boas relações diplomáticas entre Washington e Jacarta.

Nos meados da década 90, a IMPETU passou a trabalhar abertamente em demonstrações contra o Governo Indonésio pela libertação de Timor-Leste, sob o comando do seu Secretário Geral, Eng. Mariano Sabino Lopes, e a orientação directa do Presidente do CNRM – CNRT e Comandante das Falintil, Kay Rala Xanana Gusmão, então nas masmorras de Cipinang.

Aconteceram muitas transformações políticas na década 90 em relação ao problema de Timor-Leste, graças às actividades da IMPETU na Indonésia, nas suas diversas ramificações, em coordenação com os seus representantes tanto no interior como no exterior da Pátria, bem como com a solidariedade da comunidade internacional, incluindo as organizações não-governamentais de Direitos Humanos da Indonésia. Os acontecimentos que mais assinalaram



Fotografia de Elaine Brière.
Fundação Austronésia Borja da Costa.

essas transformações foram, entre outros, o restabelecimento das relações diplomáticas de Portugal com a Indonésia, iniciado com a nomeação da Dra. Ana Gomes como Chefe da Missão Diplomática e actual Embaixadora de Portugal em Jacarta, a decisão do Presidente Habibie de autorizar a realização do referendo em Timor-Leste e a libertação de Xanana Gusmão e todos os prisioneiros políticos.

4. Desfecho

Como desfecho, quero deixar ficar neste escrito os meus agradecimentos a todos quantos tomaram parte na Luta de Libertação de Timor-Leste, tanto indivíduos como organizações internacionais ou países, especialmente, Portugal e os Países da Expressão Portuguesa que

sempre foram solidários com a nossa luta ao longo da ocupação e domínio ilegal da Indonésia sobre Timor-Leste.

Seguidamente, não posso deixar passar esta oportunidade para, num minuto de silêncio, relembrar todos os Heróis tombados ao longo do processo da Luta de Libertação Nacional, tanto conhecidos como desconhecidos. Que Deus lhes conceda lugar apropriado na Eternidade.

E, por último, quero expressar a todo o Povo Timorense os meus parabéns pelo sucesso alcançado, com apelo para que juntos e de mãos dadas, afincadamente trabalharmos para a Paz, Justiça, Progresso e Prosperidade, sempre dentro do espírito de amor e fraternidade.

Díli, aos 8 de Maio de 2002.

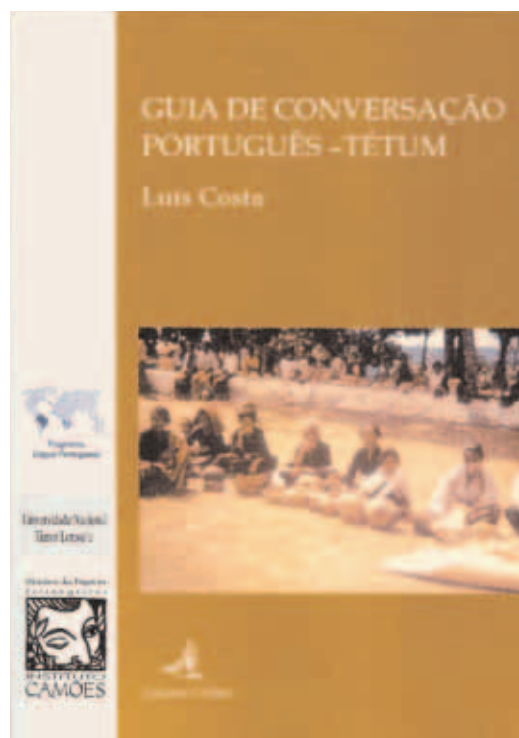
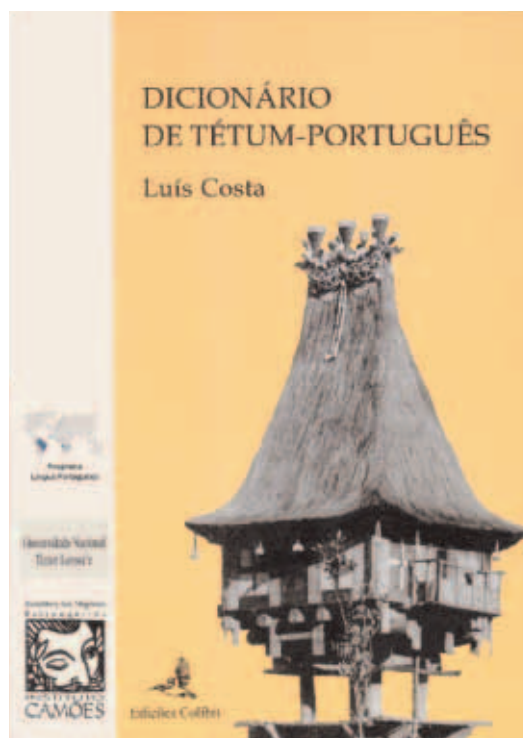
O Tétum, factor de identidade nacional

L u í s C o s t a

TIMOR É UM PAÍS PLURILINGUE ONDE COEXISTEM várias línguas locais, de origem austronésia e papua, com o português durante quatro séculos da administração colonial portuguesa e com o bahasa indonésia durante vinte e quatro anos de ocupação indonésia.

Segundo os trabalhos do Dr. Luís F Thomaz, Dr. Hoffer Rêgo, Pe. Artur B. de Sá, Dr. António de Almeida, e um recenseamento realizado em 1997, pelas Nações Unidas, podemos reconhecer a existência de quinze línguas principais, com referência à sua originalidade linguística e ao número de pessoas que englobam (*Ba'ikenu*, Oe-Kusi Anbenu, povo atoni, grupo austronésio, 14 000 falantes; *Bunak*, Bobonaro, Fatu-Luli, Lebos, Zumalai, grupo papua, 50 000 falantes; *Fataluku*, Lautén, Lospalos, tipo papua, 30 000 falantes; *Galolen*, Manatuto, Laleia, Lacló, grupo austronésio, 50 000 falantes; *Idaté*, Laclú-bar, tipo austronésio, 5000 falantes; *Kairuil* /Midiki, Kairui, 2000 falantes; *Kemak*, Atsabe, Atabae, Maliana, Mape, Kailaku, povo ema, 50 000 falantes; *Lakalei*, Bubu-Susu, Fahi-Nehan, Kaikasa, tipo austronésio, 5000 falantes; *Makasae*, Baukau, Laga, Osú, Uatu-Lari, Venilale, tipo papua, 70 000 falantes; *Manbae*, Aileu, Ainaro, Ermera, Hatulia, Maubisi, Remexiu, Same, Turiskain, tipo austronésio, 80 000 falantes; *Naueti*, Uatu-Karbau, Uatu-Lari, tipo austronésio, 1000 falantes; *Raklu'un*, Ataúro, povo adabe, grupo austronésio, 1000; *Tetun*, Alas, Balibó, Batu-Gadé, Dili, Fatu-Berliu, Fatumea, Fohorén, Lakluta, Luka, Soibada/Samoro, Suai, Uekeke, tipo austronésio, 190 000 falantes (o tétum é também falado em Akadirun-Sikun, Atanbua, Besikau, Timor Indonésio); *Tokodede*, Bazar-Tete, Likisá, Maubara, tipo austronésio, 50 000 falantes; *Uaima'a*, Bukoli, Kaisidu, tipo austronésio, 3000 falantes).

Além destas línguas locais há que mencionar, e talvez aceitar como língua local, a presença da língua portuguesa em Timor.



O português começou a marcar a sua presença em Timor desde a evangelização dos frades dominicanos em 1640, desde a implementação do ensino, também a cargo dos missionários, quando o primeiro governador de Timor transferiu a capital de Lifau, Oe-Kusi, para Díli. Segundo o mesmo recenseamento (1997), 2% dos 857 000 habitantes de Timor-leste falam português, não incluindo os 15 000 timorenses na diáspora (Portugal, Austrália e outros países).

Os espíritos críticos podem afirmar que o português é a língua colonial, língua do poder que durante séculos deixou o povo na ignorância, mas foi através da língua de Camões que o mundo teve conhecimento da história da luta, dor e sofrimento da resistência timorense, foi esta mesma língua que fez os corações portugueses sentirem orgulho quando ouviram os

jovens no cemitério de Santa Cruz rezarem as Ave-Marias.

A primeira impressão de quem percorrer Timor e tentar comunicar com os seus habitantes é estar perante uma babélica imagem duma ilha que as razões culturais e geográficas, o relevo e as guerras internas conservaram a sua variedade em relação do grupo dominante – o liurai de Ué-Hali, do reino Belo. O liurai de Ué-Hali ao estender o seu domínio sobre toda a metade oriental da ilha, impôs também a sua língua – o tétum. Desse domínio resultou a imposição dos *datos* de Belo, como casta nobre, e a sujeição de todos os reinos ao liurai de Ué-Hali, consolidada pelo sistema de aliança matrimonial, que tende a manter um funcionamento harmonioso da sociedade. Com a presença de *datos* de Belo, como poder reinante em vários reinos, o tétum tornou-se língua oficial de comunicação.

A posição do tétum como língua franca foi consolidada pela presença dos missionários que, ao aceitarem a conversão ao catolicismo da rainha de Mena e família (1640), da rainha viúva de Lifau e família (1641) e depois da rainha de Luka (1641), reinos falantes de tétum, quando Timor era devastado pelos malaio e mouros de Makásar, adoptaram o tétum como língua de missionação, de oração e de catequese. Foram também os missionários que promoveram precocemente a escrita do tétum com as seguintes publicações: Catecismo *Badak*, 1907; Catecismo *badak* no oração *ba loro-loron*, 1907; Resumo da História Sagrada Português e Tetum (1908); Dicionários de Teto-Português (1900) e Português-Teto (1889); Cartilha Tetum-Português (1916); Método prático para aprender tétum; Texto em Teto da literatura oral timorense (1961).

Todo o timorense, com a excepção das zonas de Lautén e Oe-kusi, anterior à invasão, além da língua do grupo onde nasceu e aprendeu a falar, a sua língua materna, quando entra em contacto com os outros grupos estranhos ao seu, tem que usar o tétum como língua de intercâmbio comercial e social – em suma, como língua veicular. Assim sendo, o tétum funciona como língua de coesão nacional, sendo, ao mesmo tempo, factor de identidade de todos os leste-timorenses.

Por ser o tétum, e não outra, a língua comum de todos os grupos, achamos por bem desenvolvê-lo cada vez mais. Mas desenvolver qual tétum? Para muitos timorenses o tétum é uma língua de «menos valor», pois não está referenciada, estudada, nem internacionalmente projectada como o português, o inglês, o bahasa indonésia. Por outro lado, porque desconhecem muitas palavras e expressões do tétum, sentem-se constantemente obrigados a utilizar termos destas e de mais línguas quando falam entre si. Além disso aceitam a existência de variantes

ditas «mais ricas» ou «mais puras» – *tetun-los, tetun-terik* (... *imi rua simu ba malus tahan ne'e, imi rua hola ba bua balun ne'e, kbuhas no iis atu tun ba imi isin, tun ba imi lolon*...) «... recebi ambos estas folhas de bétel, tomai os dois estes bocados de areca, para que o hálito e o sopro vos penetrem e entrem em todo o corpo...») – e «mais pobres» ou «mais abastardadas» – *tetun-prasa, tetun-Dili* (... *situasaun agora realmente perkupa, tamba agora emar barak maka mate loro—loron kareta coke, falta controla Transito e condotor sira laiha regulamento balun seidauk profesiona*...) «... a presente situação preocupa-nos realmente, porque agora muita gente morre por atropelamento, falta de controlo de Trânsito, muitos condutores não respeitam as leis, e outros sem profissionalismo...») –, tudo registos que eles próprios não estão em condições de julgar ou, se julgarem, os seus juízos baseiam-se no desconhecimento de termos e expressões idiomáticas do tétum.

Desenvolver uma língua significa torná-la capaz de servir os seus falantes em todas as situações de comunicação: oral e escrita, familiar e cuidada, informal e formal. Significa, além disso, torná-la apta a ser língua de ensino, língua de cultura e de ciência, e, a longo prazo, língua de comunicação internacional.

Na conjugação de vontades, ideia do Dr. Artur Marcos e colaboração técnica de Margarita Correia (Departamento da Linguística e Lexicografia, FLUL) e da disponibilidade do autor deu-se origem ao projecto da actualização do Dicionário Tétum-Português.

Ao participar neste projecto, os membros da equipa assumiram os seguintes princípios:

- contribuir para preservar e desenvolver uma língua é um dever dos seus falantes e de todos aqueles que acreditam que uma língua é um factor de identidade de um povo;
- a descrição de uma língua é essencial à sua



© XAVIER GOSMIO

preservação e ao seu desenvolvimento, sendo o dicionário um instrumento fundamental nessa descrição.

Além disso, a equipa definiu os objectivos fundamentais do Dicionário Tétum-Português como sendo os seguintes:

- facilitar a aprendizagem e o uso do português aos timorenses que pretendessem aprender a língua de Camões;
- facilitar a aprendizagem do tétum por falantes de português;
- facilitar a tradução de textos de tétum para português;
- contribuir para conhecimento e a descrição da língua tétum;
- contribuir para a sua fixação ortográfica;
- contribuir para a sua preservação;
- contribuir para a preservação da cultura e da visão do mundo que a língua tétum traduz;



– constituir um instrumento para a preservação da língua portuguesa.

Sendo o tétum uma língua de reduzida tradição escrita e não existindo uma gramática credível da língua tétum, optou-se por reduzir a informação categorial, não dar quaisquer indicações relativas a género e número, o que se prende com a própria natureza do tétum.

O Dicionário Tétum-Português está longe de ser o dicionário de tétum-português ideal. É,

no entanto, de entre os existentes no seu segmento (entrada, categoria da palavra tétum, equivalente ou perífrase correspondente em português), aquele que apresenta uma melhor actualização, bem como uma maior quantidade de informação.

Para dar seguimento ao desenvolvimento do tétum enquanto língua de comunicação quotidiana, produziu-se um *Guia de Conversação Português-Tétum* (Abril 2002). No *Guia* procurou-se

optar por um tétum que seja continuador do tétum falado pela comunidade, mas fiel à sua própria estrutura e livre de pressões de outras línguas. Isto não significa que se rejeite a influência do português no tétum. Pois é enorme a influência do português no tétum, dada não só a permanência da presença portuguesa como as transformações introduzidas na sociedade timorense.

Para exprimir as novas realidades surgidas na convivência de séculos, o timorense teve que usurpar do português vocábulos novos. Um grupo importante destes vocábulos diz respeito à religião cristã, como *konfesa* (confissão/confessar), *perdua* (perdão/perdoar), *tersu* (terço), *reza* (rezar), *komunga* (comungar), etc. Aparecem muitos termos referentes a estruturas administrativas como *postu* (posto), *koseilu* (concelho), *sekretaria* (secretaria), *repartisaun* (repartição), etc. Algumas palavras de cortesia como *bon dia* (bom dia), *bo noiti* (boa noite), *bo tardi* (boa tarde), *obrigadu* (obrigado), *até depois* (até depois), etc. Alguns verbos como *lamenta* (lamentar), *pasiar* (passear), *deskansa* (descansar), *agradese* (agradecer), *tristi* (estar triste), *gosta* (gostar), etc. Numa palavra, no Dicionário Tétum-Português, existem 450 palavras com base portuguesa.

A Constituição de Timor Leste consagrou o Tétum como língua oficial a par da Língua Portuguesa. No entanto, as pessoas continuam a falar de *tetun-prasa/tetun-dili* ou *tetun-terik/tetun-los* ou *tétum-veicular* que, para mim, são designações dialectais.

Portanto, já é tempo de assumirmos a simples designação de Tétum ou Língua Tétum e deixar de mencionar as formas dialectais. Já é tempo de afirmar que não deve ser o tétum falado em Díli a marcar a linha estrutural do tétum. Já é tempo de assumir que a língua tem que estar ao serviço da cultura de um povo real e concreto, portanto tem que ser necessariamente continuadora da língua falada pela

comunidade e deve, quando possível, aproximar-se dela, a fim de enraizar sobre bases seguras e vivas. Para que as bases sejam efectivamente sólidas deve ser fiel à sua própria estrutura e livre de pressões de outras línguas, como o português ou o inglês ou o bahasa indonesiense. A língua comum deve ser mais tétum possível.

O tétum deve ser veículo expressivo comum e válido para todo o povo, voz apta e disponível para as suas manifestações tanto escritas como orais, tanto artísticas como utilitárias. E a sua virtude principal deve ser clara e que qualquer indivíduo possa entender.

Para que o tétum se desenvolva realmente, como língua de coesão e identidade nacionais, é indispensável definir uma norma ortográfica aceite por todos os leste-timorenses através dos órgãos competentes, descrever o funcionamento da língua, quer nos seus aspectos lexicais (através de um dicionário monolíngue de tétum), quer nos seus aspectos gramaticais (através de pesquisas linguísticas diversas que conduzam à realização de uma gramática adoptada como normativa), criar materiais que permitam o ensino da língua a leste-timorenses, falantes ou não de tétum, dotar a língua da terminologia necessária para a transmissão de conceitos científicos e tecnológicos indispensáveis para que o tétum venha a funcionar como língua de ensino das diferentes matérias (Matemática, Ciências, Física, Geografia, História, etc., etc.).

Para que este desenvolvimento seja possível e para que as tarefas possam ser levadas a cabo, é imprescindível que os responsáveis definam como linhas de actuação: criar condições que conduzam ao uso mais alargado do tétum e à possibilidade do uso do tétum na educação formal durante os primeiros anos de escolaridade e proceder à avaliação dos professores quanto ao conhecimento e prática linguística relacionados com o tétum, de maneira que o ensino do tétum não se torne confuso e ineficiente.

Panorama Linguístico de Tímor

Identidade Regional, Nacional e Pessoal

Maria José Albarran de Carvalho

Instituto Camões e Universidade Nacional de Timor Lorosa'e

A JOVEM REPÚBLICA SITUA-SE NUMA ILHA DIVIDIDA em 18 línguas nacionais, em harmonia com G. Hull (1998), que propõe a seguinte classificação provisória: i) um grupo A, integrado no *continuum* de Roti a Wetar, no que corresponde à parte ocidental, compõe-se do Dawan, com o seu dialecto Baiqueno; no sector central, da ilha, acrescenta-se o Tétum, com os seus dialectos Tèrik, Belu, Bekais, Praça ou Díli¹ e o Habu; a norte inclui-se o Raklungu ao lado do Rasuk e do Raklungy, assim como o Galoli, muito aparentado com certos dialectos de Wetar; e, para finalizar, na região oriental apresentam-se o Kairui, o Waimata, o Midiki e o dialecto Nauete: ii) um grupo B compõe-se das seguintes regiões: ocidental, com o Kemak (e o seu dialecto Nogo), o Tokodede (e o seu dialecto Keta); central, com o Mambae (e o seu dialecto Lolein) e oriental, com o Idaté e o Lakalei.

Há ainda cinco línguas – Bunak, com o dialecto Marae, Makasai, Makalero, Fataluku e Lovaia, com o dialecto Maku'a – que, não constituindo um grupo, partilham características com A e com B (id). Pode-se, além da notória diversidade, observar um forte apego intergeracional às línguas e às suas culturas tradicionais.

As 18 línguas, austronésicas ou não, apresentam ordens padrão maioritárias do tipo Sujeito, Verbo e Objecto, mas também Sujeito, Objecto e Verbo (por exemplo o Fataluku e o Bunak). Ainda consoante aquele linguista, (id), as preposições predominam, como traço geral e comum à maioria das línguas timorenses, verificando-se, paralelamente, uma inversão da construção genitiva (Timor oan), ao lado de uma agentividade prefixada (maksoin), da pos-posição de determinantes e do genitivo (labarik ida, ha'u nia aman). São línguas não flexionais, aglutinantes, do ponto de vista morfológico bem distantes do português.

Entre todas estas línguas, o Tétum funciona como língua veicular há muito, língua de comer-





cio, *lingua franca*. Quando se escolhe uma *língua franca*, imposta por realidades históricas autónomas, caminha-se para uma unificação, quer dizer, para um perfil identitário desenhado entre a diferença linguística e a necessidade de uma unidade para intercomunicação. Assim se foi evoluindo para a prevalência de uma das variedades de Tétum, o de Díli. E o facto é que apenas entre população de Timor Lorosa'e se partilha este Tétum criouloizado, desconhecido de Timor Ocidental, onde circula o Tétum Belo e outro crioulo, do malaio.

Se o Tétum era uma *lingua franca* em séculos próximos, o Malaio já o era no XV e ressurgiu após 1976, aquando da invasão indonésia, ao ser imposto. Contudo, relativamente ao período mais antigo, A. Forbes (1887), a propósito da sua viagem de 1882-1883, diz-nos que o malaio não era falado... «*our amboina servants who had been with us in Timorlaut said they would willingly accompany us to any other island of the archipelago except Timor where their language was not spoken and the natives were so different....*» (*apud* G. Hull, 1998: 7). Portanto a interacção verbal decorria em português, sobretudo no Oecusse e em Lautem, mais precisamente nas regiões do Fataluku e do Baiqueno, onde o Tétum não estava muito espalhado. Era pois, fora destes dois extremos, que o Tétum servia de língua de comunicação inter-regional, ao lado da língua da religião e, mais tarde, do colonizador – o português.

Também se vem falando Hakka e cantões, nos meios mestiços chino-timorenses sobretudo ligados ao comércio. O português tem sido falado por uma minoria de assimilados, como língua da escola, da administração, imposta na fase de colonização, mas e sobretudo, pelos cristãos, como língua da religião – que a divulgou via missões, desde os primeiros contactos dominicanos, anteriores à efectiva colonização.

É preciso reconhecer que a República criou

as primeiras escolas – até aí era unicamente a Igreja a responsabilizar-se pelo ensino – e introduziu o Tétum nas primeiras classes. Mais tarde, o exército colonial espalhou o Tétum, tal como o Português, para cimentar laços com a população timorense. Estes contributos foram significativos para maior desenvolvimento do Tétum e para o contacto entre ambas aquelas línguas.

A pesquisa das línguas nacionais pela Igreja (sobretudo com traduções do catecismo) e outros estudiosos, ou mesmo especialistas, permitiu a introdução de dicionários / vocabulários, gramáticas e textos afins nas seguintes línguas: Waimaha, Baiqueno, Bunak, Galoli, Tokodede, Mindiki, Mambae e, muito particularmente, Tétum. De acordo com G. Hull (1998), esta língua foi estudada por J. G. Lencastre (1929); MM Laranjeira (1932), A. B. de Sá (1961), A. Fernandes (1964). Em Díli, A. Tilman (1971-73) escreveu sobre o Tétum, em Tétum, na revista *Seara*. T. Marques estudou o Makassae (1990), após breve estudo de irmãos salesianos. A. Capell (1944) e H. Campagnolo (1979-80), centrados numa perspectiva científica, descreveram o Fataluku. Nota-se, do exposto, uma falta de estudos das línguas nacionais: poucas descrições linguísticas, poucas gramáticas e dicionários, quase nenhuma documentação escrita nessas línguas. Exceptua-se o Tétum, com dois manuais, dicionário e vocabulários, uma gramática, que, embora editadas na Austrália (G Hull) e em Portugal (L Costa), ainda de pequena tiragem, correspondem à necessária base de padronização ortográfica e de materiais para o ensino. Nesta língua, há alguma literatura publicada, muitas vezes bilingue, tanto propriamente literária – lendas, cancionário, poesia, oratória – como informativa – artigos de jornal, textos de ONG, algumas circulares e avisos, etc. – e apologetica, nomeadamente de ordem religiosa, v.g.: catecismo, missal, cânticos litúrgicos, Bíblia.

Portanto, antes da invasão indonésia, o

< página anterior:
Fotografia de Elaine Brière. Fundação Austronésia
Borja da Costa.



Tétum era língua de comunicação e não apenas o Português, de menor circulação. Depois da invasão, o Tétum espalhou-se por quase todo o território e ocupou o lugar do Português como língua da religião, com a tradução do Ordinário da Missa, feita em Março de 1980. A Igreja tornou-se a muralha da integridade cultural que, com a tradução de vários textos sagrados² beneficiou o estatuto do Tétum-Díli, impregnando-o de léxico das variedades Térík e Belu, o que resultou numa variedade literária daquela língua crioulezada, reconhecida por ampla maioria como língua veicular, oral e escrita³.

É preciso não esquecer que o Tétum-Díli é meio de comunicação inter-regiões há muito – um crioulo para G. Hull (2000: 8). A população timorense, de pluralidade linguística, aceitou o

Tétum e preservou, como laço de comunicação familiar as outras 17 línguas anteriormente enumeradas, quer dizer, manteve «a integridade cultural» do país, defendida por G. Hull (2000). Todas as propostas deste sociolinguista vão no sentido de um «programa linguístico inclusivo» (id), que exclui a manutenção do Malaio, língua oficial até ao *referendum*, ou a sua substituição pelo Inglês, uma vez que um e outro ameaçam as línguas nacionais. É preciso aprender tais línguas, obviamente, pois elas são indispensáveis na região e no mundo actual, mas sem o estatuto de línguas oficiais. Segundo o mesmo linguista, recuperar a antiga língua, inicialmente da religião e depois do colonizador, como co-oficial, ao lado do Tétum-Díli, seria a melhor opção, do ponto de vista da pre-



servação deste último. Portugal está bem longe e as ambições imperialistas ou neocolonialistas não se podem concretizar, sendo país economicamente tão fraco, na presente teia de poderes internacionais.

Além disto, está-se perante o *déjà vu* da questão das línguas, tão debatida a respeito da situação linguística africana e da qual se salienta a defesa, veementemente feita pela UNESCO, da alfabetização e primeiros anos de escolaridade nas línguas nacionais – critério a ser seguido neste jovem país. As línguas oficiais não devem: i) esmagar a diversidade linguística do país; ii) reduzir o poder comunicativo do Tétum, língua co-oficial a partir da Assembleia Constituinte.

Foram estas as principais razões que levaram o CNRT (2000) e a Assembleia Constituinte (2001-2002) a adoptar o Tétum e o Português

como línguas co-oficiais, no fito da afirmação de um perfil identitário autónomo.

Reconhece-se um significativo papel do Português na génese da identidade cultural nacional e pessoal (G. Hull, 1998; 2001). Eis, em síntese, as causas:

– trata-se de língua falada por 11% da população (percentagem da UNTAET; pois na óptica do efectivo funcionamento das redes comunicativas, cerca de metade...), mas os poucos falantes encontravam-se espalhados por todo o território e, sobretudo, foi a língua da resistência, rede comunicativa de maior valor simbólico. Os documentos internos, externos e mesmo pessoais, dos combatentes, o morse, as palavras de ordem, cartas, notas pessoais, poemas, etc., utilizaram prioritariamente o Português (70-80%), seguido pelo Tétum (cerca de 20-

30%, partilhados com escassos textos noutras línguas nacionais ou em inglês, quando de índole internacional). Dados reais, mesmo sendo a língua do resistente diversa destas...;

- língua da celebração do culto até 1980, mantém-se em alguns hinos, certas fórmulas da liturgia e deve à Igreja, responsável por toda a escolaridade até 1912, e pela sua maior parte, após tal data, a disseminação existente na actualidade;

- é a língua dos nomes próprios e apelidos de, respectivamente, 98% e 70% dos timorenses. O nome é fundamental nas sociedades tradicionais como a timorense, na qual o parentesco – laço de ligação entre os vivos e destes com os mortos – é forte. Neste contexto, é frequente escutar a sucessão das gerações passadas, recitada pelos *lia na'in* (mestres ou senhores da palavra). Ora, embora haja um sistema paralelo de nomes nas diferentes línguas nacionais – para

os primeiros dias, relacionáveis com a natureza por altura do nascimento, etc., nem sempre esquecidos ao nível familiar – registam-se os nomes e apelidos portugueses. Os primeiros são a marca do baptismo, havendo alguma manutenção de apelidos das línguas nacionais. Curioso é ouvir, aos *lia na'in*, uma listagem de nomes vindos de antepassados chegados do mar, dos ares, de barco, de tronco, de crocodilo, de tartaruga, de milhafre, da lua, das estrelas e, paralelamente, recolher afirmações no sentido de o «*Português ser uma língua que os nossos antepassados também conheceram*», através da qual, «*do mar nos chegou a religião*» – tradição mais recente, os nomes portugueses são também honrados;

- a toponímia das grandes vilas e da capital, tal como a dos edifícios públicos, construídos durante a colonização portuguesa (Mercado Municipal, Estádio, Matadouro, Escola do Reino



de Venilale, Posto Administrativo, etc.) conservam as primeiras designações;

- é uma das línguas da minoria letrada, que, conhecedora do Malaio, publicou sobretudo em Português e Inglês;

- é a língua de considerável quantidade de documentos administrativos e paroquiais (salvos da destruição pós *referendum*);

- trata-se de uma variável do Português que se demarca do Português Europeu Contemporâneo, numa identidade lexical, fonológica, etc., muito própria. No tocante ao léxico, a variação é visível sobretudo ao nível dos campos lexicais da alimentação, da bebida, dos pesos e medidas, dos instrumentos de trabalho, da música, das tradições, da flora e da fauna;

- constitui fonte de empréstimos do Tétum, cujas variedades actuais e mais, ainda, o

Tétum-Díli, um crioulo, apresentam enriquecimentos fonológicos derivados da fonética portuguesa. Destacam-se os campos lexicais da religião, da política e da resistência, da administração, do exército, da alimentação, da escola, da habitação, entre outros, incluindo os nomes de parentesco, como formas de tratamento (irmão, mana, tio, avô), facto notável;

- trata-se da língua cujo contributo foi prioritário como base lexical do crioulo de Bidau. Segundo o Vigário Geral, na sua correspondência com H. Schuchard, a pedido do famoso crioulista, o crioulo de Bidau era de uso generalizado em 1885 (*apud* A. Baxter:1990). Aquela língua é, todavia, referida como *português corrompido*, como era habitual, à época, entre eruditos não especializados em filologia. Adiante se desenvolve a hipótese de outros



© JAVANA CUSIMBO

crioulos, da mesma família, a dos crioulos asiáticos de léxico português, terem estado ligados à génese cultural de Timor.

Algumas precisões relativas à questão dos nomes se julgam interessantes, por causa do seu significado na génese da cultura nacional, nomeadamente, na vertente da identidade pessoal.

São nomes próprios e apelidos totalmente diferentes dos correntes na actualidade de todos os países da CPLP: i) nomes de santos; ii) nomes bíblicos ou de algumas congregações religiosas (Nicodemo, Canossa, Carmelita); iii) nomes comuns na idade Média ou no Renascimento (Sancha, Urraca, Remígio, Brites, Xisto / Dirce, Alarico, Eleutério, Domingos, Valente); iv) diminutivos registados como nomes próprios (Anita, Abete, Aguido, Tó Zé), por vezes com reforço morfológico da marcação de afectividade; v) nomes resultantes de cruzamento ou siglação e criativamente registados como próprios (Nelida, Agusmanto, Rosalino); vi) apelidos promovidos a nomes (Guimarães); vii) apelidos de religiosa quando se trata de nascimento difícil (Graça, Baquita, Jesus, Auxilia).

Rareiam os patronímicos. Nomes criados durante os séculos XI-XIII, alguns formados cerca do século X, antes e depois da formação do Condado Portucalense, constituem o acervo de nomes mais antigos e dominavam particularmente no norte de Portugal. Os únicos identificados em Timor, no universo considerado – pautas de inscritos de todos os níveis de ensino, de Lautém, Oecusse e Díli (total próximo dos 10 000) – foram, por ordem decrescente de frequência: Soares, Gonçalves, Fernandes, Nunes, Lopes, Henriques, Gomes, Marques, Martins, Rodrigues, Alves, Mendes, Guterres, Ximenes, Moniz, Sanches. São mais ou menos 1% dos nomes estudados (M. J. Carvalho, 2002; direcção de pesquisa de licenciandos da UNTL, 2002). Ou

os apelidos portugueses provêm do sul, ou de famílias mais recentes, o certo é que não abundam patronímicos.

Vejam-se os apelidos actuais, com base na referida amostragem do universo de inscritos nos diferentes graus de ensino, começando no Oecusse e seguindo o percurso inverso ao dos portugueses e topazes de quinhentos – Oecusse, Malaca-Singapura, Flores – itinerário realizado há um ano pela autora (M. J. Carvalho, 2002), para verificar relações entre os antropónimos mais frequentes.

Por ordem alfabética, os apelidos são, no Oecusse, e tal como aparecem redigidos: Abreu, Agosto, Amaral, Araújo, Barreto, Batista, Boavida, (de) Carvalho, Conceição, Correia, (da) Costa, (da) Cruz, Cunha, Docarmo, Dapaixão, Dorosário, Dasilva, Defátima, Faria, Fátima, Fernandes, Ferreira, Freitas, Gama, Gonçaves, Gonzaga, Guterres (italianismo / castelhanismo), Jesus, Lopes, Lopo, Manta (Mântua?), Marques, Marquês, Martins, Melo, Mendonça, Mesquita, Mota, Noronha, Nunes, Pereira, Pinto, Ramos, Reis, Remédios, Ribeiro, Rodrigues Rosa, Rosário, Sacramento, (dos) Santos, Seixas, Sequeira, Soares, Sousa, Trindade, Valente, Vaz, Xavier, Ximenes. Os mais frequentes estão sublinhados.

Saltando para a fonte dos *casados* – aqui conhecidos por topazes, originários de Malaca, vindos com as várias séries de missionários e mercadores aportados a Lifau – os antropónimos listados, como tipificadores da comunidade cristã de Malaca, por A. Rego (ed. 1998: 292), encontram-se entre os mais frequentes (M. J. Carvalho, 2002) no Oecusse de hoje, a saber: 1) Apelidos: Abreu, Amaral, Alves, Araújo, Baptista, Carvalho, Conceição, Costa, Cruz, Dias, Fernandes, Gama, Lopes, Melo, Noronha, Nunes, Oliveira, Pereira, Pires, Rodrigues, Rosário, Sequeira, Silva, Sousa, Vaz) Primeiros nomes: Agostinho, Francisco, Lázaro, João, Maria, etc.

Destacam-se outros, raros no Oecusse mas, assim como os anteriores, frequentes em Díli – naquela mesma área populacional, a dos inscritos nos cursos em realização: Amaral, Albuquerque, Almeida, Andrade, Araújo, Gomes, Lobato, Lobo, Machado, Monteiro, Neto, Pestana, Pinto, Ribeiro, Sacramento, Santa Maria, Teixeira.

Socorre-se a eventualidade de relação, aqui proposta, de vários argumentos históricos, a consultar na vasta obra de historiadores como L. F. Thomaz, B. de Sá, e em documentos de ordens religiosas, nomeadamente dos dominicanos, franciscanos, jesuítas, dos séculos XVI a XVIII, que constituem fontes relativamente às deslocamentos de comunidades de cristãos – portugueses, euro-asiáticos e asiáticos – de Malaca para Solor – Adonara – Flores e desta ilha para Lifau.

Também se percorreram os cemitérios de Pante Macaçar e Oessilo (Novembro de 2000 a Março 2001), para confronto da antroponímia encontrada com a registada nas das Flores (Larantuca, Sikka, Maumere), Malaca e Singapura, em trabalho de campo realizado entre 16 e 20 de Abril de 2001, para censo das inscrições tumulares nas localidades indicadas.

Afirma-se, após o percurso indicado:

i) que a afinidade antroponímica de Malaca com o Enclave do Oecusse, no presente, passa pelas Flores, onde a autora acabou de verificar a preservação de apelidos como: (da) Cruz, Fernandes, Pereira, (do) Rosário, Sequeira, (da) Silva, (de) Sousa, Vaz. Estes são igualmente comuns a Singapura e até a Goa, onde se encontram outros, comprovadamente conservados até à actualidade, por recolha da autora em Goa-Pangim (Maio 1993).

ii) que os antropónimos comuns às Flores (Larantuca, Sikka, Maumere) e ao Oecusse são: (de) Carvalho, (da) Costa, (da) Cunha, Gama, Gonçalves, Jesus, Lopes, Martins, Pinto, Ribeiro, Xavier.

iii) que persistem em Malaca, tal como no Oecusse, sendo os sublinhados comuns aos das

Flores, os apelidos: (da) Conceição, (da) Costa, Lopes, Lobo (Lopo), Melo, Noronha, Nunes.

iv) que sobrevivem em Singapura⁴, tal como no Oecusse – os itens sublinhados ecoam as anteriormente mencionadas comunidades cristãs – os apelidos: Abreu, Gonçalves, Nunes, Pinto, Rodrigues, Rosa.

À excepção de Malaca, onde apenas os túmulos posteriores a 1970 foram analisados face à rigorosa listagem de A. Rego da década de sessenta (Reed, 1998; 1968: 292), nos restantes cemitérios procedeu-se ao levantamento da totalidade dos sepulcros⁵ do século XX. Se os antropónimos, nomes e apelidos, se mantêm nas inscrições tumulares deste período é porque estão vivos, de inquestionável maior / menor produtividade naqueles grupos populacionais. E permanecem em todo o eixo, Malaca-Singapura, Flores-Oecusse, Díli (e não só pois dos indivíduos inscritos na capital só 10% são dela originários...). A identidade pessoal, de que o nome é uma das expressões, passa por apropriação de língua alheia, o Português e, ainda que situada no referido eixo asiático, dele difere, nitidamente, pelo nome próprio mais arcaizante.

Fale-se um pouco dos topazes. Designação que, numa língua indiana, significa bilingue, eram *casados*, i.e., resultantes da política de mestiçagem iniciada por Albuquerque, em Goa, transplantada para Malaca, onde proliferaram estes euro-asiáticos, cada vez mais distantes do reino e espalhados pela Insulíndia. Bilingues, comerciantes, aventureiros e mercenários, assim globalmente caracterizados por L. F. Thomaz (2001: 44-5), estes topazes asseguraram sucessivas capitánias, no século XVII, de Solor e Timor, com residência obrigatória nesta última ilha, nomeados pelos frades dominicanos e o capitão de Malaca, até ser imposto o primeiro governador português (1702), em sintonia com o mesmo historiador (2001:48).

À mencionada comunidade topaze pertenciam os que acompanhavam missionários, mercadores, etc., às Malucas (fortalezas de Ternate, Tidor), às Celebes ou Macassar, a Ambom (fortaleza de Ambom), segundo Fr. Paulo da Trindade na sua *Conquista Espiritual do Oriente*, escrita pelo primeiro quartel de seiscentos, não sendo mencionado o acompanhamento por intérpretes, como o autor procede, por exemplo ao escrever sobre Sumatra, e as deslocações para a fortaleza de Pacém (Pero Fernandes segue com esse cargo, comprado por largos meses, facto que indicia o interesse em ser intérprete e faz pensar por que razão não se mencionam os que acompanharam as viagens para os fortes a oriente de Malaca). Em viagens atribuladas, apoiam os missionários que procedem a pregações e baptismos, estabelecem missões, edificam igrejas e fixam-se nos litorais, sempre em contacto com outros navegantes. São intermediários entre estes forasteiros – portugueses, espanhóis, chineses, árabes – e os povos do interior das ilhas, cujas praias ocupam, bem longe do Reino e euro-asiáticos cada vez mais asiáticos. Interpõem-se nas relações com Holandeses, permitem a coexistência com outras civilizações, ocidentais e orientais, outras línguas e culturas, aos povos interiores, ligados ao campo, caça e mineração.

O seu papel na língua usada em Lifau, decerto o antepassado do crioulo de Bidau, para onde se deslocou a capital nos fins de setecentos, foi essencial. J. Esperança (2001: 27-ss) argumenta, linguisticamente, com os genitivos semelhantes aos de todos os crioulos asiáticos de base lexical portuguesa, marcados pela «repetição do pronome da terceira pessoa do singular», v.g.: *Bos as Kaza* (Malaca), *Antonio sua bufalo* (Português corrompido ou crioulo de Bidau). A estas regularidades, acrescenta o autor a similar construção do Tétum-Díli, v.g. *Antonio nia karau*, considerando-a prova de influência do



crioulo de Bidau. Aqui se reforça o argumento linguístico aduzido, com a realidade de não serem identificados os intérpretes das deslocações entre os mencionados fortes e suas comunidades de intermediários e portugueses, muito provavelmente eles não existiram por não serem precisos, dado que toda a comunidade usava crioulos do português e/ou do malaio, entendendo-se com outros euro-asiáticos – da mesma comunidade, de comunidade aparentada e evacuada ou indivíduos que mudavam de fidelidade consoante o «necessário» – ao serviço dos

holandeses, já que o neerlandês divergia muito das línguas em contacto na região e dos respectivos crioulos, não tendo havido política de missionação holandesa a, simultaneamente, divulgar-lhes a língua. A este respeito, M. J. Schouten (1997: 254) afirma que «*Si un grand nombre de burgers moluquois avaient des noms de famille portugais, leur langue était le malais – du moins avec de nombreux éléments portugais. L'influence linguistique du portugais n'était donc pas aussi grande que dans d'autres parties de l'archipel, où une langue créole fondée sur le portugais devint lingua franca, comme par exemple à Solor et Malaka*». Aquela historiadora fornece dados suficientes para confirmar a hipótese, aqui adoptada, de os topazes terem sido veículo de disseminação de um crioulo, o de Solor (são missionários, portugueses, goeses, malaqueiros e depois topazes os capitães de Solor e Timor durante todo o século XVI e XVII), provavelmente o mesmo de Malaca, ou seu derivado, que chega a Lifau com vagas de Larantuqueiros, de Larantuca e Ende – para onde a comunidade euro-asiática de Solor é evacuada após a vitória dos muçulmanos.

A verificar-se esta hipótese, a génese do próprio Tétum-Díli decorre das anteriores experiências de uso de *linguae francae* e de criouliização, cultura linguística própria da Insulíndia, mantida no Oecusse, alastrada a Timor Oriental com a mudança da capital para Díli, e conservada até ao presente. Apenas se divergiu com a substituição do crioulo de Bidau pelo Tétum-Díli – a identidade nacional exprime-se numa tendência criouliizante paralela ao convívio com línguas estranhas e preservação das restantes línguas nacionais. A política linguística definida pela direcção do país respeita, reflectindo-o, este perfil identitário.

M. J. Schouten (1997: 247) aponta, ainda, a dimensão linguística dos contactos culturais resultantes do comércio na Ásia do sudeste. Des-

taca as *linguae francae* do arquipélago, nomeadamente o *pasar melayu* (Malaio dos mercados, do bazar), os crioulos de base lexical portuguesa e o próprio Português que, aliás, povoa de lusismos o *pasar melayu*. Desenvolve, como exemplo, o caso de Manado (posteriormente Minahasa), a nordeste das Celebes ou Macaçar (hoje Sulawesi), onde se expandem, no século XVI, vigorosas influências culturais exteriores, espelhando uma projecção de Ternate, nas já então Molucas. O eixo Malaca, Ambom (como escala segura) e Ternate, preferido pela navegação ao serviço dos portugueses até 1575, data da perda daquela fortaleza, mantinha a ligação entre os fortes daquele arquipélago e respectivas comunidades. Cada forte aglomerava pouco mais de centena e meia de indivíduos, sobretudo euro-asiáticos, distribuídos por cerca de duas dezenas de casados, com esposas e filhos, conhecidos por *orang merdeka*, «*estrangeiros negros livres*» «*burgers*» e «*borgos*» (id: 252), pelos malaaios, holandeses e população autóctone das ilhas em questão, e que integravam ainda chineses e escravos e / ou servidores de diversas origens, também euro-asiáticas – alguns do actual Sri Lanka – mas até africanas, etc. Ocuparam, ao longo dos tempos, posições estratégicas nas fortalezas de Malaca, Ternate, Tidore, Ambom, Manado, como em Solor, Ende, Lifau.

As populações locais habituaram-se a conviver com as sucessivas chegadas, de todos os lados, destes grupos que «*se mélangeaient biologiquement et culturellement*» (id: 253). Eram cristãos, mais ou menos *sui-generis*, consoante a presença de missionários, eles próprios portugueses ou espanhóis, ou já igualmente euro-asiáticos de Goa. Falavam *bahasa pantej* (id: 257), um Malaio distinto do padrão da época, de léxico largamente tributário de empréstimos do português, muito próximo da variedade de Malaio de Ternate – onde florescera idêntica comunidade euro-asiática em torno de forte português. A eva-



© XAVIER NUNES

cuação de Ternate, para Ambom e Manado, reforçou o uso da *bahasa panteij* ao lado do crioulo de base lexical portuguesa. Também referido como Malaio-Português, aquele crioulo estendia-se de Madagáscar até às Filipinas, e, de apogeu em meados do século XVIII, só no século XIX é preterido pelo Malaio, resistindo entre o povo, sobretudo o de origem mestiça, descendente das comunidades agora em referência (De Vries *apud* L Thomaz, 1983).

A historiadora demonstra que, nos fins do século passado, tinha alastrado, em Manado, uma *lingua franca* usada nos contactos da população do interior com a comunidade intermediária fixada nas vilas costeiras, junto à fortaleza. Apresenta também a influência desta sobre as línguas autóctones. Frequentemente usados como intérpretes da Companhia Holandesa das Índias Orientais, os euro-asiáticos desenvolve-

ram as suas potencialidades de mediadores entre os do interior – do campo e da caça – e os do exterior europeus, árabes, chineses ou também euro-asiáticos – ocupados no comércio. Eram o ponto de contacto entre religiões diferentes, culturas diversas (id: 559-260), factor que lhes conferia posição relevante na vida em torno da fortaleza.

A proximidade da fortaleza espanhola de Manila e a multiplicação da missão não só apoiou esta, como as outras comunidades espalhadas pelas não totalmente isoladas ilhas da zona, semelhantemente reforçando os topazes – designação preferida no espaço timorense, desde a fixação de euro-asiáticos em Lifau⁶, para estas comunidades. Tal como, posteriormente, estes topazes, aqueles tinham deveres de milícia na protecção costeira – recorde-se a pirataria da época – em apoio aos capitães dos fortes, de



© YANNA

comércio entre os produtos dos habitantes do interior e os dos vindos de fora, de tradução, de testemunho cristão, acolitando os missionários e exibindo nomes latinos, portugueses / castelhanos em Manado, apenas portugueses entre os topazes de Solor, de Larantuca, de Ende (deslocados para Timor até 1856, última migração, de

larantuqueiros) e de Timor. A queda da fortaleza de Manado, primeiro para as mãos de holandeses, depois por estes perdida, constituiu causa de vagas de migrações das Celebes, também designadas Macaçar, para Timor, de cuja proximidade há consciência, testemunhada pelas referências em lendas, outras tradições orais e, entre mais, pela toponímia – v.g.: Pante Makasar, centro contemporâneo do Oecusse, na praia, a 5km de Lifau.

Era um grupo já criouлизado, utente do *bahasa panteij*, malaio em criouliização, com recurso a léxico português – o mencionado Malaio-Português – que, a pouco e pouco foi sendo absorvido pela comunidade já existente, onde deveria predominar uma variedade do crioulo de Malaca, em eventual variação desde Solor. Se, em Ambom os holandeses conseguiram fazer predominar a *bahasa panteij*, em detrimento do anterior crioulo do português, o mesmo não sucedeu em Tugu, nos arredores da Batávia, onde ainda na actualidade existe um crioulo asiático do português, então de tanto vigor que as próprias crianças holandesas o falavam com os serviçais (De Vries, *apud* L. F. Thomas: 1983). Os crioulos do Malaio, abundantes no arquipélago, são múltiplos: Banda, Larantuca e Manado; Ambom (nesta variedade, é a comunidade cristianizada a que mais termos portugueses conserva) e Cupam. Conforme T. Setjadinigrat e R. Kumudawati (2001: 62-67), que não estudaram os três primeiros, estes últimos têm forte procedência portuguesa, tendo o de Cupam ocupado o espaço do vernáculo local na linha do «*typical Eastern Indonesian pattern of a lingua franca promoted successively Islam and Dutch colonialism and eventually becoming the mother tongue of a local population*». Mais um argumento a favor da hipótese, a ser rigorosamente verificada por crioulistas, da relação, aqui vislumbrada, entre os crioulos asiáticos de base lexical portuguesa, o de Bidau, passando pelo de

Lifau, do qual não há testemunhos, e pela sua projecção no Tétum-Díli. Tendo viajado os antropónimos dos euro-asiáticos e escassíssimos portugueses, deslocaram-se, simultaneamente, as línguas usadas pelos seus portadores – crioulos asiáticos de base portuguesa. Este é, em conclusão, um enfatizar do perfil timorense na sua tendência para a criouliização, aliás não alheia à zona.

Gentes mais abertas que as do interior, os topazes, nas suas comunidades, absorveram chineses, escravos de diferente origem, e, sobretudo, tiveram um papel fundamental na génese cultural timorense, a ser verificado e enfatizado. Este papel foi, quanto ao tópico presente, nas suas vertentes linguísticas: i) um léxico cristão; ii) uma antroponímia portuguesa; iii) a criouliização – Lifau, Bidau, Tétum-Díli; iv) a influência do português nas principais línguas autóctones, fornecendo-lhes léxico – e alterações fonológicas no caso, pelo menos, do Tétum Têrik e Belu.

¹ G. Hull (2001) classifica o Tétum-Díli como crioulo.

² A tradução do Antigo Testamento está a ser feita nesta língua, que foi a do Novo Testamento, de que se leva a cabo segunda versão.

³ Tão importante que 15 000 timorenses falam Tétum, na Austrália, e 5 000 em Portugal (G. Hull: 2000).

⁴ Com a cedência de Malaca à Companhia Inglesa das Índias Orientais, pela Companhia Holandesa, em 1824, desencadeou-se algum movimento migratório para Singapura, como para Penang, Ipoh, Kuala-Lumpur e Seremban, segundo A. Rego (reed. 1998) e A. Baxter (1998), assim se deslocando o crioulo de Malaca para Singapura em data recente. Os casamentos frequentes, observáveis nas inscrições tumulares, entre membros desta comunidade cristã – aliás como das outras – e católicos ingleses, holandeses, chineses, franceses contribuíram para a sobrevivência da bolsa cristã na região, mais do que para a preservação do crioulo, em harmonia com aqueles autores.

⁵ Agradeço a J. Mattoso a colaboração na pesquisa do cemitério de Malaca, tanto como ao coveiro e à irmã Nicoline PRR o apoio no levantamento das inscrições no cemitério central de Larantua. Grata, igualmente, aos miúdos de Sikka que contribuíram para o reconhecimento dos nomes portugueses, de ortografia quase irreconhecível.

⁶ Referências várias a depoimentos de navegadores ingleses e holandeses, dos século XVI ao XVIII, confirmam o predomínio de euro-asiáticos, pois coincidem no sentido de veri-

ficarem que, afirmando-se portugueses, não integravam mais que dois (Lifau) a quinze «brancos» (Díli)... (W. Dampier, F. Rosily e O. Forbes, nos séculos XVII, XVIII e XIX respectivamente), segundo L. F. Thomaz (1983; 2001).

Bibliografia

- A. BAXTER (1990), «Notes on the Creole Portuguese of Bidau», *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 5, pp. 1:38.
- M. J. CARVALHO (2002), «Aspectos Lexicais do Português Usado em Timor Leste», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. V (prelo).
- M. J. CARVALHO (2002), «Timor Lorosa'e e Direcções Desviantes do Português Conservado / Incompletamente Adquirido na Zona – Contributos para a Aprendizagem da Língua Oficial», *Palavras* (a publicar).
- M. J. CARVALHO (2001), «Notas sobre o Português no Mundo e o Caso Timorense», na abertura da exposição *Tempo da Língua* – Universidade Nacional de Timor Lorosa'e.
- M. J. CARVALHO (2001), «Timor Lorosa'e Características das Línguas Crioulas e do Português Conservado na Zona. Contribuição para a Língua Oficial», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 20-36.
- A. FORBES (1887), *Insulinde*, reimp. (1987), *Unbeaten Tracks in Islands of the Far East*, Singapore, Oxford University Press.
- G. HULL (1998), «The Languages of Timor 1772-1997: a Literature Review», in G. Hull e L. Eccles, *Studies in Languages and Cultures of East Timor. 1*. Sydney, University of Western Sydney Macarthur.
- G. HULL «The Basic Lexical Affinities of Timor's Austronesian Languages: a Preliminary Investigation», in G. Hull e L. Eccles, *Studies in Languages and Cultures of East Timor. 1*. Sydney, University of Western Sydney Macarthur.
- G. HULL (2000), *Manual de Língua Tétum para Timor Leste*, Keiraville, Sol Oriens Books.
- G. HULL (2001), *Timor-Leste. Identidade, Língua e Política Educacional* [comunicação ao Congresso do CNRT], Díli, Instituto Camões.
- G. HULL (2001), «O Mapa Linguístico de Timor Leste: uma Orientação Dialectológica», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 1-19.
- G. HULL (2001), «A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 98-204.
- A. REGO (reed. 1998), *Dialecto Português de Malaca e outros Escritos*, Lisboa, CNCDP, (1932-1968).
- T. SETJADININGRAT e R. KUMUDAWATI (2001), «Distinguishing Features of Ambon and Kupang Malay», *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, 4, pp. 61-87.
- M. J. SCHOUTEN (1998), «Quelques Communautés Intermédiaires en Insulinde Orientale». *Actas do II Colóquio Internacional sobre Mediadores Culturais – século XV a XVIII – Passar as Fronteiras* – 1997.
- L. F. THOMAZ (1983), *A Língua Portuguesa em Timor*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.
- L. F. THOMAZ (2001), «Timor: da proto-história à consolidação do protectorado português», *Oriente*, 1, pp. 39-52.

Língua, Identidade e Resistência

Entrevista a Geoffrey Hull



O PROF. DR. GEOFFREY HULL (NASCIDO EM SYDNEY, Austrália, em 1955) é Director de Investigação e Publicações no Instituto Nacional de Linguística (INL), da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e. A partir dos anos 80 dedicou uma grande parte da sua investigação enquanto linguista, ao estudo do Tétum e de outras línguas vernáculas de Timor-Leste. Tem numerosas publicações neste campo, incluindo um dicionário de Tétum moderno e uma gramática de referência, para além de ter sido convidado por Xanana Gusmão para delinear a estratégia dominante no que diz respeito à linguagem, educação e identidade nacional na conferência estratégica do Conselho Nacional da Resistência Timorense de Agosto de 2000. Neste artigo, o Professor Hull responde a algumas questões pertinentes sobre a língua, cultura e sociedade em Timor Leste.

No mundo dos falantes de Português, as pessoas não estão muito familiarizadas com o papel da Austrália na recente libertação de Timor-Leste. Ainda menos conhecido é o facto que quase todo o trabalho científico sobre as linguagens de Timor-Leste foi elaborado por um cidadão australiano. Que nos pode dizer sobre este assunto?

Estou a trabalhar sobre as línguas de Timor-Leste desde 1991, quando era leitor de Italiano e Francês na Universidade de Wollongong. Tendo qualificações, ao nível de tradução em Português, foi-me muitas vezes pedido pelo Departamento de Imigração, para traduzir para Inglês documentos portugueses. Dado que a maior parte dos clientes lusófonos era timorense, acabei por conhecer alguns deles pessoalmente e fiquei horrorizado com as histórias que me contaram sobre a ocupação indonésia do seu país. Estava há dois anos na universidade quando os indonésios invadiram Timor-Leste em 1975 e, como a maior parte dos australianos

da minha geração, apoiei fortemente a luta da Fretilin e lamentei a cumplicidade dos nossos governos em relação ao terrível genocídio que se seguiu. A questão de Timor tornou-se um objectivo pessoal em 1991, quando tive a oportunidade de falar directamente com o povo timorense e comecei, então, a interessar-me pelo do Tétum, a língua franca de Timor-Leste.

Alguns meses antes dos massacres de Santa Cruz (12 de Novembro), um amigo meu goês apresentou-me a alguns activistas da Fretilin em Sydney. Estes emprestaram-me dois livros, o evangelho segundo S. Marcos, em Tétum, e uma cópia do antigo dicionário Tétum-Português de Rafael das Dores, publicado em 1907. Lembro-me de ter levado os livros para casa naquele fim-de-semana e de ter mergulhado a fundo no evangelho, sulcando caminhos através dele ao comparar o texto com a tradução portuguesa, consultando as palavras difíceis no dicionário e tomando dúzias de apontamentos. Ao segundo dia já fazia uma ideia razoável da estrutura do Tétum. Também consegui ficar com uma terrível dor de cabeça.

Foi então para Timor-Leste, com o objectivo de aprender mais Tétum?

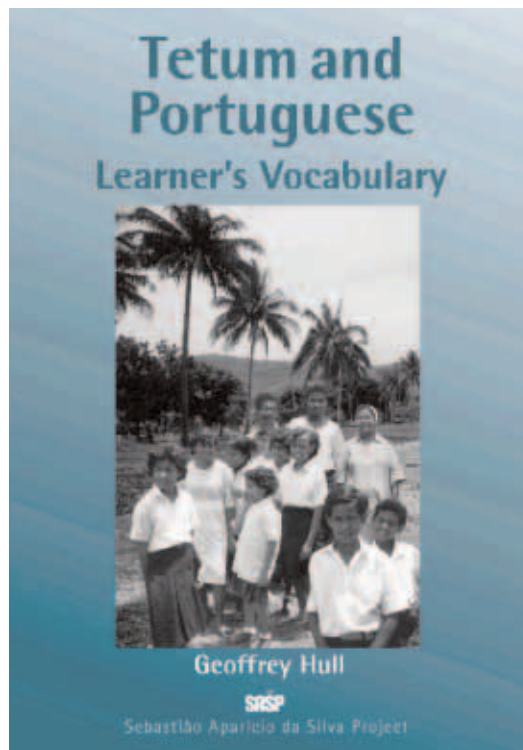
Não, de todo. Foi um caso de, como se costuma dizer, «tão perto e tão longe». Os indonésios tinham reaberto recentemente a sua «27ª província» ao mundo exterior, mas o turismo estava longe de ser encorajado, havendo uma completa proscrição em relação aos linguistas estrangeiros e aos antropólogos no terreno. Não se tratava simplesmente do facto do regime de Suharto querer encobrir as provas da sua campanha genocida. Naquele tempo, os indonésios esforçavam-se por impor a sua língua à população. O Português tinha sido proibido e o Tétum e outras línguas vernáculas foram marginalizadas e excluídas do sistema educativo. A presença de estrangeiros que mostrassem interesse nas lín-

guas locais era, por isso, altamente indesejável.

Não fiquei desanimado, dado haver imensas oportunidades para aprender e praticar Tétum em Sydney, onde centenas de famílias timorenses se tinham instalado. Devo destacar que o meu Português, até então passivo, se tinha tornado fluente como resultado dos meus contactos com os naturais de Timor-Leste na Austrália. É, aliás, a razão pela qual falo Português com uma pronúncia vagamente timorense. E também porque gosto de contrariar aqueles que defendem que o Português é uma língua «morta» em Timor, proclamando eu que o Português que falo foi adquirido no contacto com os nativos de Timor-Leste e não com cidadãos de Portugal ou do Brasil, dado que, em toda a minha vida, apenas passei um total de três dias em Portugal.

A sua Universidade encorajou-o a estudar Tétum?

Nos anos noventa, a sociedade Australiana estava dividida quanto ao problema de Timor-Leste. Havia muitas pessoas comprometidas na luta pela independência, mas outras, especialmente aquelas ligadas ao governo e à administração pública, consideravam Timor uma causa perdida; entre estas, havia quem apoiasse activamente a integração do país na Indonésia. As nossas Universidades, que tinham sido palco de opiniões radicais e progressivas durante os anos sessenta, por volta dos anos noventa tornaram-se instituições muito conservadoras, subordinadas ao controle governamental através de cortes orçamentais muito drásticos. O Governo trabalhista de Paul Keating favoreceu o estudo das ciências e da economia, mas destruiu o estudo das humanidades nas Universidades Australianas. Os estudantes das áreas da linguística, da literatura e dos temas culturais começaram a ter dificuldades em obter financiamento governamental para subsídios à investigação como



alternativa aos incrementados programas de ensino.

Enquanto estudante das línguas de Timor-Leste, encontrava-me em situação particularmente desfavorecida, dado que a política de universidade em relação à investigação era o reflexo das políticas governamentais. Uma vez que o Governo Indonésio tinha banido o estudo das línguas de Timor-Leste (o que foi obedientemente observado por aquelas universidades australianas cujos linguistas tinham licença para fazerem trabalho de campo na Indonésia), depois da publicação do meu primeiro livro sobre o Tétum, em 1992 (o curso *Mai Kolia Tetun*), fui vetado pelos meus colegas nos departamentos universitários pró-Suharto. Por toda a parte, nos anos noventa, os meus escritos foram sistematicamente ignorados e o acesso foi-me

negado a toda e qualquer importante subvenção governamental.

Felizmente, através da generosidade da Igreja Católica Australiana e a um patrocinador privado japonês, consegui continuar a minha investigação na Universidade de Western Sydney (onde comecei a trabalhar em 1993). Lamentavelmente, existe uma tendência, por parte do Governo Australiano, em considerar Timor-Leste um apêndice cultural de Java. É a razão pela qual se está a revelar impossível para o INL, desde 1999, obter qualquer material de apoio por parte dos burocratas de Camberra, cuja ideia de promover o desenvolvimento da língua em Timor-Leste consiste em exportar professores de Inglês falantes de Indonésio.

E o Professor conseguia, pelo menos, corresponder-se com pessoas de Timor-Leste, nesse tempo?

Corresponder-me era sempre difícil e perigoso, devido à vigilância indonésia sobre os sistemas postal e telefónico. Para a recolha de dados, tive primeiro que depender dos membros da comunidade timorense de Sydney, incluindo Benjamim de Araújo e Corte-Real, hoje Director-Geral do nosso Instituto e Reitor da Universidade, que estudou para obter o seu grau de Mestre em Artes e Doutoramento na Universidade Macquarie (Sydney), em meados dos anos noventa. Depois, em 1995, recebi uma carta de encorajamento de um padre jesuíta do Seminário de Nossa Senhora de Fátima, em Díli. Este padre animou-me a continuar a produzir as fontes da língua Tétum e ofereceu-se para me assistir na investigação sobre as linguagens regionais, distribuindo dois longos questionários aos seus alunos. Durante vários anos os estudantes preencheram os questionários e o meu «sócio-padre» gravou todos os dados em registos sonoros magnéticos.

Todos os materiais que me foram enviados de Díli por correio, chegaram, felizmente, sãos e salvos e foram utilizados para completar a informação que tinha conseguido recolher junto dos membros da comunidade timorense na Austrália. Neste último projecto, um timorense que cresceu na Austrália, de nome José Manuel Viegas, assumiu o papel de assistente de investigação. Graças a estas pessoas, que me facilitaram o estudo e a dezenas de colaboradores voluntários que generosamente dispuseram do seu tempo, consegui coligir, por volta de 1999, uma informação extensa sobre a maioria das línguas e dialectos do território. A tarefa seguinte era, claro, analisar todo esse material, um imenso empreendimento, em curso desde então.

Conseguiu alguma vez visitar Timor-Leste durante a ocupação Indonésia?

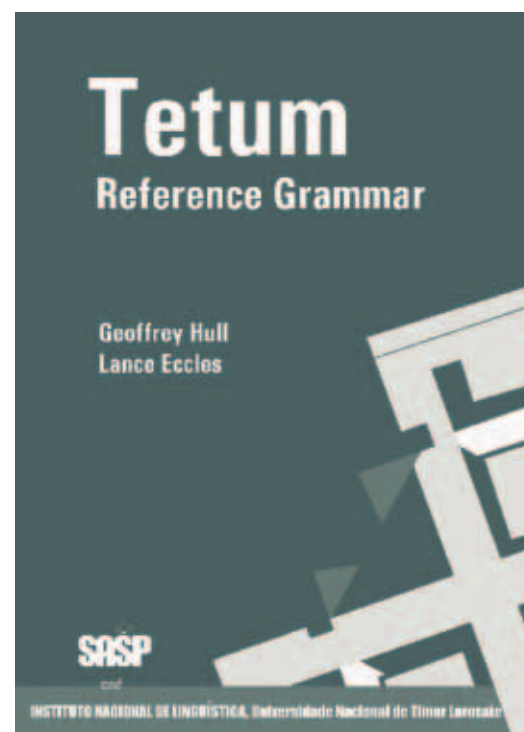
Sim, duas vezes, mas apenas por períodos muito curtos. Nas duas ocasiões acompanhei uma delegação episcopal australiana, como intérprete de Português e Tétum. Não eram, como é óbvio, oportunidades para trabalho de campo, mas consegui praticar o meu Tétum e sobretudo estabelecer contactos com pessoas chave no território. Durante a visita de 1994, o Bispo Belo conseguiu que eu e outro colega australiano visitássemos a Universitas Timor Timur (UNTIM) que tinha sido instalada em Díli pelo Governador Mário Carrascalão, nos anos oitenta. A partir daquela altura, a UNTIM endossou oficialmente o meu projecto de investigação, mas Jacarta, como era de prever, fez orelhas moucas aos pedidos de licença para trabalho de campo.

Recordo uma experiência linguística interessante durante essa visita. A UNTIM convidou-nos para jantar num restaurante e um colega javanês (claramente enviado para espiar) acompanhou-nos. Fiquei surpreendido e deli-

ciado ao ver que um dos representantes da UNTIM, o Sr. Armindo Maia (hoje Ministro de Educação e Cultura), tinha a coragem de me falar em Português, enquanto outro colega timorense respondia intencionalmente em Inglês às questões que eu lhe colocava em Português. Como eu não falava fluentemente Indonésio, o «chaperon» javanês deve ter-se sentido bastante frustrado já que a língua oficial da «27ª província» tinha sido excluída da conversa. Este é um dos muitos exemplos da determinação dos timorenses em levar a melhor sobre a ocupação através da resistência cultural (como advogado por Xanana Gusmão), quando a resistência armada não fosse possível.

Como encontrou a situação geral de Timor-Leste naquela altura?

Para mim era muito claro que as numerosas críticas acerca da actuação Indonésia em Timor-



-Leste não eram exageradas. O território era como um feudo do Exército Indonésio, onde os militares estavam omnipresentes. A indisciplina das tropas indonésias e da polícia era fenomenal. Eles podiam fazer praticamente tudo o que queriam em relação aos timorenses, sem consequência alguma. Era evidente que a maioria da população se ressentia profundamente da ocupação e simpatizava com a resistência. Aterrorizados com as represálias, os civis aprenderam a ser tímidos e circunspectos ao falar com estrangeiros, mas ouvi algumas condenações surpreendentemente francas acerca da ocupação, vindas de indivíduos cuja confiança mereci, enquanto católico e falante de Tétum e de Português.

Na minha segunda visita, em 1997, era membro da delegação enviada pelo Conselho Católico de Justiça Social Australiano (Australian

Catholic Social Justice Council), para elaborar um relatório sobre a situação dos Direitos Humanos na região.

Pode-nos dizer alguma coisa acerca dessa visita?

A visita foi facilitada pelo Senhor Clementino do Amaral, nessa altura a trabalhar para a Comissão dos Direitos do Homem da Indonésia (Komnas Ham). Recolhemos provas de um vasto leque de abusos no que diz respeito aos Direitos Humanos e apresentamos, posteriormente, um dossier aos militares e aos comandantes da polícia em Timor-Leste e Bali, que prometeram elaborar uma resposta, o que nunca fizeram. Outras cópias foram enviadas para a Senhora Mary Robinson, nas Nações Unidas, ao Governo Australiano e ao Vaticano. Também me foi pedido por um oficial superior do Komnas Ham que elaborasse um relatório sobre as razões culturais que determinariam a dificuldade das populações timorenses em aceitar a integração. Preparei uma informação detalhada, mas não houve resposta. Pela minha parte, acho que todo este silêncio era a prova da má-fé por parte dos Indonésios.

Vimos algumas coisas tristes em Timor-Leste. Há uma imagem que ainda me atormenta, a de umas três dezenas de adolescentes de Quelicai metidos numa jaula, no pátio das traseiras da esquadra de Polícia de Baucau. Faziam parte de uma multidão dentre a qual alguém lançou granadas à passagem de um veículo da polícia, e foram sumariamente detidos. Os rapazes pareciam aterrorizados, e alguns apresentavam marcas de agressões. Não havia espaço suficiente para se deitarem, à noite, e a jaula tinha apenas um buraco para fazerem as suas necessidades. Lembro-me de ter tentado falar com eles em Tétum, mas de obter apenas o silêncio por resposta, porque havia polícias indonésios por perto. Por fim, o Bispo austra-





liano que estava connosco disse algumas palavras em Inglês, que o Sr. Amaral traduziu para Tétum. O Bispo disse aos rapazes que Jesus tinha pedido aos seus seguidores para visitar os que estavam presos; depois deu-lhes umas pagelas através das barras da jaula e os rapazes beijaram-lhe a mão. Sentimo-nos todos impotentes perante aquela cena.

A visita ao pátio das traseiras da esquadra da Polícia não figurava na nossa agenda oficial. No fim do dia, em Baucau, um jovem polícia javanês veio ver-nos e insistiu para que o acompanhássemos à esquadra na manhã seguinte onde tinha algo que gostaria de nos mostrar. Na verdade, não tínhamos muita vontade de lá voltar, dado estarmos cansados e ansiosos por regressar a Díli. Mas o polícia insistiu tanto que acabámos por ceder. Depois de termos visto os jovens prisioneiros na gaiola, soubemos porque razão o polícia tinha organizado aquela visita.

Quando saímos, ele disse: «Agora que vocês viram isto, podem conseguir que alguma coisa seja feita a este respeito». Acabámos por saber que os rapazes de Quelicai tinham sido detidos há mais de dois meses, sem julgamento, tendo sido mantidos na jaula durante todo esse tempo. À noite, os soldados indonésios iam meter-se com eles, atormentando-os por puro divertimento, agredindo-os através das barras da jaula, queimando-os com pontas de cigarros, regando-os com água e mesmo urinando-lhes para cima.

O jovem sargento de Java tinha pedido aos seus superiores para serem proporcionadas melhores condições humanitárias aos prisioneiros, mas o seu apelo tinha sido ignorado. Nós fizemos, naturalmente, um relatório dirigido às Autoridades indonésias e à Cruz Vermelha, mas deixámos Timor com a convicção de que provavelmente nada seria feito até que os rapazes fos-



sem julgados ou soltos. Voltei para a Austrália sentindo-me culpado pela liberdade de que gozava.

O facto do Governo indonésio e o seu exército não enfrentarem críticas sobre a brutalidade do seu regime suscitou em mim uma grande desconfiança acerca da decisão das Nações Unidas de atribuir apenas à Indonésia a responsabilidade pela manutenção da ordem na altura do referendo de 1999. A 6 de Setembro, dia do meu aniversário, iniciou-se o saque de Timor-Leste,

depois do anúncio do resultado do referendo no Sábado anterior (a 4 de Setembro festejava-se o aniversário da subida a diocese de Díli). É uma data que nunca esquecerei.

À parte a simpatia para com a causa de Timor-Leste e o conhecimento do Português, o que o preparou para estudar as línguas de Timor-Leste tão profundamente?

Uma das razões pelas quais o meu trabalho foi ignorado por linguistas pró-indonésios na

Mercado de Díli.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

Austrália deveu-se aos meus antecedentes académicos. Vim para esta área enquanto especialista em línguas Românicas e não nas Austronésias ou Papuas. Os estudiosos que se dedicavam às línguas da Indonésia do Leste tinham habitualmente uma base destas disciplinas, bem como um bom conhecimento do Malaio e do holandês, duas línguas indispensáveis para ler e interpretar a vasta literatura nesta área. No entanto, quanto mais estudava o Tétum e as outras línguas timorenses, mais compreendia a relação íntima existente entre essas línguas e o Português, uma língua Românica. Dado que o Tétum-Praça é uma língua muito mais híbrida, na qual os elementos Neolatinos predominam actualmente sobre os indígenas, uma base de linguística Românica pode dificilmente ser considerada irrelevante para o estudo das línguas timorenses.

[...]

Não acha que os timorenses são um povo conservador?

Foi muitas vezes dito que os timorenses resistiram à ocupação indonésia por causa do seu conservadorismo inato. No entanto, confundir conservadorismo e tradicionalismo constitui um erro fundamental. Se, por conservadorismo, se entende permanecer teimosamente agarrado ao *status quo*, então os timorenses não são, certamente, conservadores. Os únicos verdadeiramente conservadores em Timor-Leste são os que constituem a pequena minoria que livremente votou pela união com a Indonésia, em 1999 e que lamentam o progressivo desaparecimento da língua e da cultura indonésia que está a acontecer actualmente. Parecem-se mais com os neo-comunistas na Rússia. Os conservadores raramente fazem revoluções ou combatem na resistência. O verdadeiro tradicionalismo está tão preocupado com o presente e o futuro, como com o passado e, ao considerar o passado, dis-

tingue cuidadosamente o que é nuclear do que é periférico.

É interessante, neste contexto, observar quais os elementos do passado foram reconhecidos pelo povo como essenciais e os que não considerou como tal. As tradições da colectividade, no que diz respeito ao catolicismo e ao uso da língua portuguesa, pertencem à primeira categoria; a tradição de serem caçadores de cabeças, poligâmicos, guerreiros inter-tribais e falantes de malaio, pertence à segunda. A tradição é, basicamente, uma síntese. A síntese cultural timorense é detectável, não apenas nas línguas híbridas do território, mas também na sua religião predominante, um catolicismo devoto que não exclui as múltiplas práticas herdadas do velho animismo, que harmoniza com a doutrina cristã; por exemplo, o culto da morte, uma importante instituição timorense, apoiada e não fragilizada pela Igreja. A minha perspectiva é a de que a tradição autêntica é tanto *processo* quanto *conteúdo*.

O senhor foi muito crítico quanto às tentativas de promover o Inglês em Timor-Leste, em detrimento do Português. Porquê?

Sou meio-inglês e muito orgulhoso da minha herança britânica. Amante da língua inglesa, como sou, fico furioso quando vejo o abuso que dela fazem enquanto ferramenta de poder e de substituição das línguas étnicas, em vez de ser delicadamente proposta como um meio de enriquecimento cultural. Mais ainda, como cidadão australiano considero que promover as boas relações com Timor-Leste, os nossos vizinhos mais próximos, é um ponto de honra nacional. Respeitar os nossos vizinhos significa aceitá-los como são e ajudá-los *à maneira deles*, não à nossa.

O povo de Timor-Leste tornou claro que valoriza o Português como elemento essencial e inalienável da sua identidade nacional; os indo-

nésios tentaram impor a sua língua e falharam. O facto de o Português ter sobrevivido à perseguição que lhe foi movida, prova que é parte integrante da cultura nacional (ao contrário do holandês que desapareceu completamente da Indonésia depois da independência). Neste sentido, o Português não pode ser considerado uma língua «colonial», mas sim uma língua livremente adoptada. Os linguistas sabem que o Tétum e o Português coexistiram num relacionamento mutuamente benéfico e que o Português é o suporte natural do Tétum no seu desenvolvimento continuado.

O cenário mais desastroso para o futuro da cultura de Timor-Leste seria aquele em que o Português fosse afastado e o Inglês e o Tétum fossem erigidos como línguas oficiais. O Tétum dificilmente poderia competir com uma língua tão agressiva e altamente prestigiada como o Inglês, ainda por cima uma língua com a qual (ao contrário do Português) nunca teve relações históricas. Basta ver o destino do Tagal nas Filipinas depois da invasão americana, quando o Espanhol foi marginalizado e o Inglês passou a ter a supremacia. Apesar do estatuto do Tagal, língua nacional e co-oficial, a língua que detém o maior prestígio na vida das Filipinas é o Inglês, uma língua colonial estranha à tradição nacional e, até aos dias de hoje, pobremente assimilada. É significativo que o Inglês falado pelos Filipinos instruídos seja comparável, em qualidade, com o Português da sua contrapartida timorense. A razão? A língua universal de Timor-Leste, o Português, é genuinamente uma instituição *nacional*, enquanto o Inglês das Filipinas não o é. A «filipinização» como destino é precisamente aquilo que Timor-Leste ansiosamente tenta evitar e nenhum australiano responsável deveria argumentar em seu favor.

Como alguém parcialmente descendente de malteses, tive também oportunidade de observar «a partir de dentro», os efeitos de uma revo-

lução cultural similar, em Malta. Malta fazia parte da esfera cultural italiana antes dos britânicos (que ocupavam a ilha desde 1800) decidirem, em 1934, abolir a língua de cultura tradicional, o Italiano, e proclamar o dialecto maltês co-oficial com o Inglês colonial. O destino do Italiano e do Maltês, em Malta, foi aproximadamente o mesmo do Espanhol e do Tagal nas Filipinas e o prejuízo social provocado pela anglicização antinatural de uma cultura latina foi paralelo nos dois países. Em 1993 publiquei um livro sobre este assunto, intitulado *The Malta Language Question: A case Study in Cultural Imperialism*. Há muitas lições que Timor-Leste pode retirar destas páginas.

E, no entanto, muitos jornalistas anglo-falantes queixam-se amiúde que há uma «questão linguística» em Timor-Leste, onde os jovens são alegadamente hostis ao Português, língua que gostariam de ver substituída pelo Inglês.

Lamento ter de dizer que a maioria de esses «jornalista anglo-falantes» são australianos. Deveriam saber mais, considerando o que aconteceu aos povos indígenas da Austrália, em relação aos quais o nosso governo lançou um programa de «reconciliação nacional» que chega um pouco tarde para as vítimas de etnocídio, como se verificou. Essas pessoas, obcecadas em impor a língua inglesa em Timor-Leste são quase invariavelmente brancos, da classe média e falantes de uma só língua. É ilusório considerar a Austrália como uma «nação». O nosso país é um continente inteiro e tem tanta variedade étnica como a América do Norte, ou do Sul. Quando os britânicos a invadiram, em 1788, havia mais de 250 línguas faladas. A população moderna da Austrália inclui originários da Europa continental, Ásia, África, das Américas e da Oceânia. Oficialmente, pelo menos, um cidadão australiano que fale português em casa, é tão australiano quanto um australiano que ape-



© EDUARDO CAIRO

nas sabe falar Inglês, cujo sangue lhe corre nas veias.

Os indígenas australianos, que sofreram na pele um dos piores regimes coloniais conhecidos, terão tomado uma bem diferente posição

relativamente à «questão da língua» em Timor-Leste. Tendo sido espoliados das suas línguas e culturas pelos iluminados e monofalantes australianos brancos, cuja filosofia orientadora era o mito do progresso e cuja verdadeira religião é

idolatrar a tecnologia, os Australianos aborígenes, se consultados sobre Timor-Leste, teriam certamente respondido que seu povo fará melhor organizando os seus próprios assuntos e mantendo a essência das suas antigas tradições, em vez de as trocar por comida rápida e contraceptivos a fim de merecer o respeito dos australianos brancos que, há uma década, aplaudiam as proezas de Suharto na «27ª» província. A imagem de uma Austrália «rica», representada a ajudar um «pobre» Timor-Leste é apenas uma meia-verdade. A outra metade é que a Austrália branca, miseravelmente pobre nas coisas metafísicas, tem tudo a aprender com a riqueza cultural e espiritual de Timor-Leste.

Não nego, claro, que alguns jovens adultos, em Díli e Baucau, foram convencidos de que o Inglês é a panaceia e o Português é uma carga inútil, prisioneira do passado, que lhes foi imposta pela nostalgia dos seus pais. Mas quando ouço estas declarações, olho em volta e, geralmente, constato que esses jovens foram influenciados por «amigos» estrangeiros, falantes de inglês. Esta irresponsável propaganda anglófila, atenuou os efeitos da educação indonésia, cujo propósito era criar uma geração de timorenses na total ignorância da sua História e da sua cultura nacional, e instilar neles uma atitude crassamente materialista face à educação. Significativamente, a segunda língua de preferência na Indonésia é o Inglês, a porta para o dólar rápido. Uma das tarefas do novo governo será a de explicar às vítimas da educação indonésia a verdade sobre a sua identidade enquanto timorenses, para que as suas ideias lhes sejam próprias, não as de estrangeiros etnocêntricos ou anglicizados.

[...]

Que linguistas estudaram as línguas de Timor-Leste antes de ter começado o seu trabalho?

É interessante constatar que existe uma relação muito próxima entre o estudo das línguas vernáculas de Timor-Leste e as da vizinhança do continente australiano. O fio condutor é o Reverendo Dr. Arthur Capell que, assim como foi, reconhecidamente, o «pai» dos estudos sobre as línguas aborígenes australianas, escreveu a primeira monografia científica sobre as línguas de Timor-Leste, entre 1943 e 1944. Nesse tempo, o Dr. Capell, um padre anglicano, dava aulas de linguística no Departamento de Antropologia da Universidade de Sydney. Ouvi dizer que um grupo de 500 Timorenses de Leste, fugidos da ocupação japonesa com D. Jaime Goulart – o administrador apostólico de Díli – tinham sido instalados num campo de refugiados perto de Newcastle, a norte de Sydney. O Dr. Capell já tinha um amplo conhecimento das línguas da região do Pacífico e, curioso por aprender mais sobre as faladas no Timor Português, visitou os refugiados e coligiu dados sobre oito das línguas. Mais ou menos pela mesma altura, o Sr. Álvaro Brilhante Laborinho, Cônsul português em Sydney, deu ao Dr. Capell uma cópia do livro do Capitão José Marinho, *Timor: quatro Séculos de Colonização Portuguesa*, obra que lhe deu muita informação etnológica básica de grande utilidade para o seu estudo. O artigo de Capell «Povos e Línguas de Timor» foi publicado em três números da revista australiana *Oceânia*. Antes de voltar para a sua diocese arruinada, é de assinalar, de passagem, que D. Jaime foi consagrado como primeiro Bispo de Díli, na capela do Seminário de St. Patrick, em Sydney, a 28 de Outubro de 1945.

Entre o Dr. Capell e eu próprio, nenhum australiano forneceu alguma contribuição significativa para a linguística de Timor-Leste, em grande parte preservada por estudiosos portugueses, como António de Almeida, o Padre Artur Basílio de Sá e Luís Filipe Thomaz.

Militares das Falintil no acantonamento de Ailéu.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



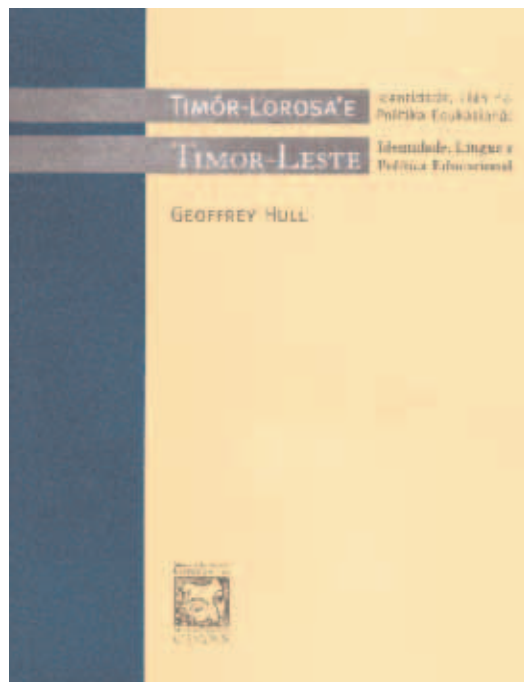
Há outros australianos, portugueses e outros a trabalhar regularmente nas línguas de Timor-Leste?

Infelizmente o seu número é muito pequeno, devido ao facto dos estudantes de linguística serem em geral desencorajados a trabalhar no tema das línguas de Timor-Leste nos anos 90. O Dr. Lance Eccles, um linguista na Universidade Macquarie, juntou-se a mim em muitos dos meus projectos de investigação e foi responsável comigo pela co-autoria da *Tetum Reference Grammar*, lançada em Díli neste mês de Fevereiro (2002), pelo Ministro da Educação e Cultura, na presença do Bispo Belo. Neste momento o Dr. Eccles, que é sinologista, está a trabalhar numa descrição do dialecto Hakka, falado pela comunidade chinesa de Timor-Leste.

Uma holando-australiana, Catharina van Klinken, frustrada no seu interesse em Timor-

-Leste pelos supervisores da sua Tese politicamente consciente, acabou por ir para Timor Ocidental, estudar um dos dialectos Tétum Belunenses, falados perto da fronteira. Neste momento está a trabalhar para as Nações Unidas como Lexicógrafa Tétum. Um antigo estudante meu na Universidade de Melbourne, John Hajek, juntou uma série de contribuições para o estudo do Tétum, e também posso destacar um trabalho similar feito em Português por João Paulo Tavares Esperança, que publicou, em 2001, os seus *Estudos de Linguística Timorense*.

(A propósito de estudantes, devo acrescentar que Kristy Sword, a mulher de Xanana Gusmão, foi uma das minhas estudantes na Universidade de Melbourne, nos anos oitenta. Nessa altura ela estava a estudar Indonésio e eu a ensinar Línguas Românicas, e nenhum de nós sus-



peitava que os nossos caminhos se viriam a cruzar outra vez, um dia, em Timor-Leste).

Alguns outros estudiosos – incluindo antropólogos e historiadores – deram esporadicamente a sua contribuição à revista científica *Estudos de Línguas e Culturas de Timor-Leste*, que eu fundei em 1988 e que é hoje o órgão oficial da INL. No entanto, a verdade é que temos muito poucos linguistas para um país de dezasseis línguas indígenas e muitos mais dialectos. Há também a tarefa urgente e imensa de traduzir para português os instrumentos teóricos linguísticos até agora produzidos em Inglaterra. Este trabalho começou com dificuldade por falta de tradutores e fundos para pagar aos tradutores.

Depois da Independência, os linguistas estrangeiros que desejem empreender trabalho de campo em Timor-Leste vão ter de obter uma licença governamental de investigação, fornecida pela INL. Esta medida é necessária para

assegurar que os estrangeiros que contribuem para o desenvolvimento da língua, o fazem em cooperação com a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e e em conformidade com o Artigo 13º da Constituição, que define o Tétum e o Português como as línguas oficiais e garante o apoio às outras línguas vernáculas, denominadas «línguas nacionais».

Quais as prioridades correntes no seu trabalho?

Basicamente duas: formar uma nova geração de linguistas timorenses, que desenvolvam e continuem os meus trabalhos, e produzir uma série de instrumentos básicos (gramáticas, dicionários, abecedários, etc.) para o Tétum e outras línguas. Devido aos graves problemas de infra-estruturas em Timor, sou obrigado a fazer muito do meu trabalho escrito em Sydney, onde tenho acesso à tecnologia, às bibliotecas e posso consultar colegas. Do mesmo modo, como o trabalho gráfico em Díli, é ainda embrionário, a maior parte da impressão de livros ainda é feita na Austrália.

Alguns dos livros que foram dados à estampa eram publicações da INL. Outras publicações – manuais de língua e outros instrumentos de trabalho destinados ao uso de não timorenses – são publicados pelo Projecto Sebastião Aparício da Silva, baseado em Sydney e assim chamado em honra do Padre Missionário português que elaborou o primeiro dicionário Tétum, em 1889. Como a INL ainda não tem uma página oficial na Internet, as notícias relativas às nossas actividades podem ser encontradas na página da Internet deste Projecto Sebastião Aparício da Silva, cujo endereço electrónico é o seguinte: <http://www.ocs.mq.edu.au/leccles/easttimor.html>.

Finalmente, em nome do Instituto Nacional de Linguística, agradeço a oportunidade de tornar mais conhecido o nosso trabalho no universo da comunidade Lusófona.

Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII

Rui Manuel Loureiro

Investigador do CEPESA & Bolseiro da Fundação Oriente

Os portugueses em Malaca

Os portugueses, logo depois de alcançarem a Índia nos derradeiros anos do século XV, procederam a um levantamento sistemático das realidades físicas e humanas asiáticas, de forma a compensarem as enormes lacunas do saber europeu, que continuava a basear-se em velhos tratados medievais. A procura de «cristãos e especiarias», para utilizar a fórmula célebre de um dos primeiros portugueses desembarcados em Calicute, implicava um conhecimento aprofundado da geografia humana da Ásia marítima. Que povos habitavam aquelas regiões orientais? Quais as suas crenças? Quais os seus costumes e práticas sociais? Quais os sistemas de governo? Com quem seria possível estabelecer alianças? A religião muçulmana estava muito difundida? E haveria núcleos cristãos implantados em território islâmico? Que tipo de mercadorias era possível obter em cada região? Onde eram produzidas e vendidas as especiarias? E de onde vinham outras mercadorias exóticas? Que produtos podiam ser oferecidos em troca? Enfim, tantas e tantas questões que necessitavam de uma resposta urgente.

Os primeiros anos de Quinhentos assistem ao crescimento espectacular da presença portuguesa no Oriente. Os contactos exploratórios de Vasco da Gama (1468?-1524) rapidamente deram origem a claras intenções de fixação territorial em diversos pontos do extenso litoral asiático e a tentativas geralmente bem conseguidas de intervenção nos activos circuitos mercantis locais. Afonso de Albuquerque (1462?-1515) é normalmente considerado um dos grandes obreiros do edifício imperial português em terras orientais. Essa avaliação parece correcta, já que foi durante o seu governo indiano que os portugueses conquistaram Goa (1510) – a futura capital do *Estado da Índia* – e Malaca (1511), estabelecendo ainda um duradouro protectorado sobre Ormuz (1515). Estes três entrepostos,



Malaca segundo Pedro Barreto de Resende no *Livro das Plantas de Todas as fortalezas, cidades e povoações da Índia*, de António Bocarro, Goa, 1635. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (inv. CXV-2-1).

graças à respectiva posição geo-estratégica, permitiram solidificar os interesses mercantis da Coroa lusitana no litoral asiático. Mais tarde, sólidos estabelecimentos fundados em Ternate (a partir de 1522) e em Macau (a partir de 1555) vieram possibilitar a cobertura dos mares orientais com uma densa rede de rotas regulares. Esta rede marítima, para além de permitir o escoamento de uma significativa quantidade de mercadorias de luxo em direcção ao Cabo da Boa Esperança, abria as portas a uma crescente intervenção portuguesa nos tráficos inter-asiáticos, tráficos esses que, muito frequentemente, ultrapassavam em volume o movimento comercial entre o Oriente e Portugal.

A conquista de Malaca abriu as portas de um novo e insuspeitado mundo aos portugueses, que, com uma rapidez impressionante, vão tentar entrar em contacto com os mais importantes centros mercantis da Ásia Oriental, desven-

dando, ao mesmo tempo, os principais mecanismos que regulavam os tráficos inter-regionais. Afonso de Albuquerque, perseguindo um tal objectivo, procurou logo a partir de 1511 estabelecer relações de trato e de amizade com os mais poderosos vizinhos daquela cidade malaia, de modo a viabilizar a continuidade da presença portuguesa no Sudeste Asiático. Mesmo antes da conquista final de Malaca, enviara Duarte Fernandes ao Sião, a bordo de juncos chineses que regressavam ao Celeste Império, e que, de caminho, fariam escala na costa oriental siamesa. Já depois da efectiva conquista da praça, Albuquerque, no prosseguimento desta política de boa vizinhança, recebeu vários embaixadores de potentados circundantes, que vinham verificar a nova situação que se vivia em Malaca. Simultaneamente, despachava emissários rumo a outras regiões, certamente aquelas que haveria maior urgência em contactar, quer por razões de

mera sobrevivência da praça, quer por interesses de ordem mercantil. Deste modo, Rui Nunes da Cunha foi enviado ao Pegú, onde assentou amizade e trato com o soberano local, enquanto António de Abreu era encarregado de comandar uma frota destinada a demandar as ilhas mais orientais da Insulíndia, onde eram produzidas as maçãs e o cravo.

A geografia das viagens portuguesas, nesta fase, relaciona-se intimamente com a localização dos grandes centros produtores e distribuidores de mercadorias de luxo e de bens de primeira necessidade. Os mercadores lusitanos, por um lado, buscavam o cravo, a noz moscada e a maça, o almíscar e o benjoim, a cânfora e o

lacre, as sedas e as porcelanas, e tantas outras mercadorias exóticas, que poderiam ser exportadas para a Europa com enormes lucros, ou mesmo transaccionadas em outras praças asiáticas. Por outro lado, a cidade de Malaca necessitava desesperadamente de alimentos, pois era uma terra quase estéril, que de forma alguma produzia mantimentos suficientes para consumo dos seus próprios habitantes. Além do mais, este entreposto português não podia sobreviver sem um suprimento regular dos mais variados objectos de uso quotidiano, indispensáveis ao bom funcionamento de uma fortaleza e de uma marinha de guerra, como salitre e enxofre, componentes essenciais da pólvora,

«Demonstração das Ilhas de Maluco» segundo Pedro Barreto de Resende no *Livro do Estado da Índia Oriental*, c. 1636. Paris, Bibliothèque nationale de France.



chumbo para balas, e também amarras, madeira, bréu, estopa, âncoras e outros variados apetrechos navais.

Primeiras notícias de Timor

Os portugueses, com a viagem de António de Abreu, tentavam alcançar a ilha de Banda, grande centro produtor de maça e de noz moscada, e também o arquipélago de Maluco, grupo de cinco ilhas onde na época se concentrava toda a produção de cravinho. Embora o capitão-mor da expedição não chegasse a atingir as ilhas de Maluco, ao que parece por culpa de ventos desfavoráveis, um dos navios portugueses, comandado por Francisco Serrão, foi naufragar junto à ilha de Amboíno, a partir da qual logo alcançou uma das ilhas de Maluco. Em anos seguintes, os portugueses estabeleceriam relações regulares com as ilhas do cravo, e sobretudo com Ternate, onde viria a ser construída uma fortaleza em 1522-1523. Entretanto, durante esta expedição, os navios de António de Abreu costeavam a extensa fieira de ilhas que se estende desde Java em direcção a poente, registando cuidadosamente notícias vivenciais sobre todas as terras visitadas, e recolhendo em cada porto escalado informes detalhados sobre as mais importantes produções locais. Um dos membros da tripulação era o jovem cartógrafo português Francisco Rodrigues, o qual, durante a jornada, que se prolongou pelo ano de 1512, desenhou diversas cartas da Insulíndia, numa das quais Timor, a ilha «onde nasce o sândalo», fazia a primeira aparição na cartografia europeia.

As *ilhas de Timor*, expressão que designava um conjunto vasto de ilhas e ilhotas situadas na extremidade oriental da Insulíndia, eram frequentadas, antes da chegada dos portugueses, por navegadores chineses, malaio e javaneses, que ali procuravam abastecer-se da preciosa madeira de sândalo. Os matos da ilha de Timor propriamente dita, como escrevia o boticário

português Tomé Pires (c.1470-c.1527) por volta de 1515, estavam repletos de «grande soma de sândalos brancos», mas ali encontravam-se também outros produtos de valor, como «mel e cera e escravos», de acordo com as notícias de Duarte Barbosa (c.1480-c.1549), outro tratadista que escrevia mais ou menos na mesma época.

As informações colhidas em Malaca, junto de mercadores asiáticos, vão atrair os portugueses a Timor, e, muito embora nenhum documento o ateste, a primeira viagem portuguesa àquela ilha, realizada a bordo de um junco luso-malaio, teve certamente lugar em 1514 ou 1515. Para além de confirmarem os informes de carácter mercantil, os nautas portugueses descobriam que os habitantes da ilha eram gentios, pouco dados a contactos com muçulmanos, para além de constatarem que ali não existiam juncos de grande porte, indispensáveis à realização de expedições mercantis. Assim, estavam reunidas todas as condições que permitiriam o posterior estabelecimento de relações entre a cidade luso-malaia de Malaca e a ilha de Timor: em primeiro lugar, a importância económica do sândalo timorense justificava amplamente o investimento necessário à viagem; depois, os povos da ilha, organizados em pequenos reinos autónomos, pareciam acolher calorosamente os visitantes portugueses, uma vez que não existiam antagonismos de ordem religiosa; finalmente, Timor não possuía uma marinha mercante própria, estando o seu comércio externo totalmente dependente da iniciativa de outros povos navegantes.

Nas décadas imediatas o tráfico português em direcção a Timor parece ter assumido alguma regularidade, já que o sândalo ali existente era uma mercadoria altamente apreciada em muitos dos portos da Ásia marítima então frequentados pelas embarcações portuguesas, desde o Golfo de Cambaia até à Baía de Cantão. Com efeito, o sândalo-branco de Timor (*Santa-*

Carta do Extremo Oriente e Insulíndia no
Itinerarium de Jan Huygen van Linschoten, 1595.
Roterdão, Maritiem Museum «Prins Hendrik».



lum album) é uma madeira muito aromática, que, uma vez pulverizada, se utiliza na composição de perfumes, de unguentos e de incensos, muito apreciados por todo o Oriente. Os perfumes e os unguentos faziam parte das formas de higiene diária de muitos dos povos asiáticos, enquanto os incensos eram uma componente essencial de numerosas cerimónias e rituais religiosos. Os próprios europeus recorriam ao sândalo, misturado com água-rosada, para combaterem a febre e as enxaquecas.

Apesar da extraordinária importância das madeiras timorenses para os tráficos regionais em que os portugueses participavam activamente, nenhum estabelecimento português foi fundado naquelas partes durante a primeira

metade do século XVI. A situação parece ser um pouco semelhante à do Brasil, onde os navios lusitanos carregavam igualmente madeiras preciosas, e onde também não houve a preocupação de fundar um entreposto permanente, até ao momento em que a concorrência de outras potências europeias veio impor tal necessidade. O sândalo abundava nas *ilhas de Timor*, não havendo certamente qualquer receio de que as reservas da preciosa madeira se esgotassem. E é provável que os contactos com os pequenos potentados do litoral timorense fossem de tal forma amistosos que tornassem redundante a fundação de uma feitoria e de uma fortaleza permanentes, com os pesados encargos de manutenção que lhes andariam associados.

Negócios temporais e espirituais nas ilhas de Timor

O primeiro estabelecimento português na região das *ilhas de Timor*, afinal, haveria de ser fundado em Solor, por iniciativa de missionários dominicanos. Os mercadores oriundos de Malaca, nas suas expedições regulares em busca do sândalo timorense, tinham concluído que a ilha de Solor, situada a norte de Timor, embora fosse menos verdejante, possuía ancoradouros mais acessíveis. Assim, os portos desta ilha começaram a ser cada vez mais frequentemente demandados pelos navios portugueses, que a partir de Solor tinham acesso fácil às madeiras da vizinha Timor. Por volta de 1556, as ilhas da Sunda Menor foram visitadas por um missionário dominicano, frei António Taveira, que, alegadamente, teria feito mais de 5000 cristãos entre os habitantes de Timor, e muitos outros nas ilhas de Solor e de Flores. É bastante provável que frei Gaspar da Cruz, um outro dominicano, também tivesse deambulado por aquelas paragens em 1557-1558, avaliando as possibilidades de intervenção dos religiosos de São Domingos em áreas não missionadas por outras ordens religiosas. Nas décadas subsequentes, os dominicanos haveriam de fazer de Solor um dos principais centros das respectivas actividades.

A chegada a Malaca, em finais de 1561, de D. Jorge de Santa Luzia, veio trazer uma nova dinâmica à missão das *ilhas de Timor*, já que o recém-chegado bispo era dominicano, e nunca deixaria de apoiar os esforços dos seus confrades. De facto, logo nos primeiros meses do ano seguinte largava para Solor um grupo de quatro missionários, encabeçados por frei António da Cruz. Estes dominicanos seriam responsáveis pela construção da primeira fortaleza portuguesa em Solor, edificada ao longo do ano de 1566, no seguimento de um frustrado assalto javanês à principal povoação da ilha, que apenas fora repellido graças à imprevista intervenção de

uma nau portuguesa regressada das ilhas de Maluco. Uma comunidade luso-asiática cresceu à sombra das muralhas da fortaleza, que forneciam uma adequada protecção contra eventuais ataques de javaneses e de macassáres, povos islamizados que amiúde hostilizavam os portugueses. Enquanto os mercadores, residentes ou de passagem, se dedicavam ao tráfico do sândalo e de outros bens, os padres multiplicavam as conversões, alargando a cristandade às ilhas circundantes. O interesse e o mérito dos dominicanos foram tacitamente reconhecidos pela Coroa lusitana, que durante muitos anos delegou no superior da Ordem em Malaca a escolha do capitão da praça de Solor. A partir desta fortaleza, os portugueses – mercadores, aventureiros e missionários – passam a visitar com mais frequência a ilha de Timor, onde uns se dedicavam a negócios temporais, enquanto os outros tratavam na fazenda espiritual, multiplicando as conversões.

A falta de documentação não permite quantificar devidamente o comércio de sândalo timorense. Porém, informações de inícios do século XVII referem que a produção de Timor ascendia a cerca de dois mil bahares da preciosa madeira, equivalendo um bahar a mais de 140 quilos. Os mercadores portugueses de forma alguma monopolizavam o tráfico, já que embarcações oriundas de muitos portos extremo-orientais demandavam regularmente a *ilha do sândalo*. Juncos sediados nas províncias meridionais da China, por exemplo, eram desde há muito clientes habituais do lenho «*salutífero e cheiroso*» – como lhe chamava Luís de Camões em 1572 –, o qual era consumido em numerosos rituais quotidianos dos chineses. O movimento controlado pelos navios portugueses, que se destinava a abastecer sobretudo os mercados da Índia e do Sudeste Asiático, não representava certamente uma quota elevada da produção total de Timor. De outra forma, quer dizer, se o sândalo fosse

uma mercadoria tão importante e tão valiosa como o cravinho, por exemplo, os portugueses teriam procurado estabelecer um entreposto fixo na ilha logo nas primeiras décadas do século XVI, como de resto o haviam feito nas ilhas de Maluco.

A presença constante de religiosos de São Domingos nas *ilhas de Timor* explica o interesse que os cronistas da Ordem manifestarem por estes longínquos territórios. Frei João dos Santos (c.1560-1622), que em 1586 chegava à Índia, para uma longa estada que se havia de prolongar, com uma breve interrupção, até aos seus últimos dias, dedica um largo espaço da sua *Etiópia Oriental*, publicada em Lisboa em 1609, aos feitos missionários dos seus confrades em Solor, nas Flores e em Timor. E frei Luís de Sousa

(c. 1558-1632), que redigiu as três primeiras partes da *História de São Domingos*, publicadas em 1623, 1662 e 1678, retomaria muitas das notícias do seu antecessor, salientando o esforço missionário dominicano nas mais remotas ilhas da Insulíndia.

O primeiro governador de Solor nomeado por iniciativa régia parece ter sido António Vilhegas, talvez como recompensa de uma longa carreira ultramarina, e certamente no âmbito da reorganização administrativa dos estabelecimentos portugueses no Oriente que teve lugar com a subida ao trono de Portugal de Filipe II de Espanha. António Vilhegas largava de Lisboa em Janeiro de 1586, e no ano seguinte já se encontrava no longínquo entreposto português. Desde então, a Coroa passou a assegurar a nomeação

«Esta gente habita na ilha de Çamatra e chamão se dachens; são gíntios. Gente m[u]lto belicosa, pelejam com huas vratanas com as quoes botão frechas piquenas de peçona. Desta ilha de Çamatra vem a águila eh sândalo he bejuin de buninas he asi m[u]lto oro he prata. He hua ilha m[u]lto rica». Fólios 130-131 do códice anónimo português, Ms. 1889, século XVI (meados). Roma, Biblioteca Casanatense.



do capitão de Solor, o qual detinha uma jurisdição de fronteiras bastante indefinidas, mas abrangendo a presença lusa em várias ilhas da Sunda Menor, como Flores, Alor, Lomblen e Timor. As relações com as formações políticas locais, muito fragmentadas, nem sempre foram pacíficas, e sofreram amiúde a intrusão de potentados islâmicos vizinhos, sediados em Java e em Macassar, sobretudo. Mas o tráfico de sândalo e a catequização do gentio continuaram a

evoluir paulatinamente, em mais um exemplo, tão frequente na expansão portuguesa, de informal aliança entre interesses mercantis e missionários.

A chegada dos holandeses e a queda de Malaca

Os portugueses tinham conseguido, durante quase toda a centúria de Quinhentos, manter o monopólio da *rota do Cabo*, impedindo persistentemente o acesso de navios europeus aos mares orientais. Com o virar do século, porém, a Holanda e a Inglaterra, potências em fulgurante ascensão, e finalmente possuidoras de uma marinha de guerra capaz de competir com as armadas lusas, começaram a demandar cada vez mais regularmente as Índias Orientais. Entre 1591 e 1594 uma expedição inglesa comandada por James Lancaster deambulou por todo o oceano Índico, escalando algumas das ilhas mais ocidentais da Insulíndia. E em 1595-1596, uma armada holandesa sob as ordens de Cornelius de Houtman atingia o porto javanês de Banten – identificado normalmente com a *Sunda* das fontes portuguesas quinhentistas –, lançando de imediato as bases de uma presença firme no Sudeste Asiático. A partir de então, os interesses asiáticos dos portugueses iriam sofrer profundos abalos, em virtude da chegada em força ao Oriente de navios oriundos do Norte da Europa.

A partida dos holandeses rumo às Índias havia sido precedida de minuciosas pesquisas, levadas a cabo em Goa e em Lisboa por agentes competentes. O viajante Jan Huyghen van Linschoten vivera na capital do *Estado da Índia* entre 1583 e 1589, recolhendo avidamente notícias sobre os locais de origem e sobre os mecanismos de circulação das mais valiosas mercadorias asiáticas. E o próprio Cornelius de Houtman visitara Lisboa antes de efectuar a sua primeira viagem ao Índico. Linschoten, no seu *Itinerário*,



© XANAVA CUSIMAO

>
Alçado da casa do chefe do *suco* de Loré, Lautém.
Desenho de Leopoldo de Almeida, em Ruy Cinatti,
Arquitectura Timorense, Lisboa, IICT, 1987.

>>
Casa do chefe do *suco* de Tutu-Ala, Lautém.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.



publicado pela primeira vez em Amsterdão em 1596, apresentava a Insulíndia como a região mais apropriada ao estabelecimento dos seus compatriotas, pois, além de possuir muitas das mais preciosas especiarias de luxo, estava dividida em inúmeros potentados rivais, alguns dos quais teriam interesse em acolher os holandeses. Acrescia ainda o facto de a presença lusa ser

aí menos densa do que noutras regiões orientais, pois os portugueses apenas possuíam um estabelecimento sólido em Malaca, para além de algumas fortalezas em Tidore, em Amboíno e em Solor. Mas estes entrepostos estavam separados entre si por enormes distâncias, dificultando os abastecimentos, para além de estarem rodeados de territórios nem sempre amigáveis.

As primeiras décadas do século XVII, assim, assistiram ao progressivo declínio do porto de Malaca, que, para além de enfrentar a concorrência holandesa, teve de suportar os constantes assédios do vizinho sultanato de Achém, no norte da ilha de Samatra, que hegemonizou a resistência muçulmana aos europeus. O facto de Malaca servir de base de apoio aos estabelecimentos portugueses do Oriente mais extremo



explica muitas das dificuldades logísticas que estes passaram a sentir. Esta época de livre concorrência entre várias potências europeias parece ter sido especialmente propícia ao desenvolvimento, por aventureiros portugueses, de empreendimentos privados, baseados num apurado conhecimento das realidades geográficas e humanas do Sudeste Asiático.

As ilhas da Sunda Menor foram também demandadas pelos holandeses, que ali buscavam, tal como os mercadores portugueses, a preciosa madeira de sândalo. Assim, a fortaleza de Solor era ocupada uma primeira vez entre 1613 e 1615 por uma força oriunda dos Países Baixos, de novo entre 1618 e 1629, para ser definitivamente abandonada pelos portugueses em 1636. A comunidade luso-asiática ali residente foi obrigada a procurar outras paragens, fixando-se nomeadamente em Larantuca, na vizinha ilha das Flores, e talvez em alguns pontos do litoral timorense. Por estes anos, os interesses dos mercadores portugueses estabelecidos nas *ilhas de Timor* tinham sido redireccionados, em função da situação global que se vivia no Oriente. Assim, as dificuldades de acesso a Malaca, frequentemente isolada por embarcações hostis, aconselhavam uma diversificação de rotas comerciais, prática de resto já antiga, mas agora mais do que nunca incentivada.

O negócio do sândalo, no fim de contas, podia efectuar-se de forma lucrativa em muitos portos do Mar do Sul da China, sem necessidade de cruzar o Estreito de Singapura, e sobretudo em Macau, entreposto controlado pelos portugueses desde cerca de 1555, e nas Filipinas, que depois de 1581 e da União Ibérica tinham franqueado os seus portos, de modo informal, à navegação portuguesa. À sombra destes intensos tráficos extremo-orientais, uma significativa comunidade portuguesa tinha-se estabelecido em Macassar, onde se destacava a figura do poderosíssimo mercador Francisco Vieira de



Painéis ornamentais de casas de chefe de suco, Lautém. Desenho de Leopoldo de Almeida, em Ruy Cinatti, *Arquitectura Timorense*, Lisboa, IICT, 1987.

Figueiredo. E a comunidade portuguesa de Solor, logo transferida para as Flores, também parece ter conseguido manter uma certa prosperidade, apesar da impossibilidade prática de manter o exclusivo das principais rotas marítimas naquelas remotas paragens.

Entre 1639 e 1643, entretanto, graves acontecimentos vieram complicar a presença portuguesa na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático. No primeiro desses anos, os portos do Japão eram definitivamente encerrados aos portugueses, depois de mais de um século de frutuoso intercâmbio luso-nipónico. De súbito, a «prata fina» de que falava Luís Camões deixou de correr em direcção a Macau, marcando uma profunda viragem nos destinos económicos daquela pequena metrópole. Dois anos mais tarde, em 1641, os holandeses conseguiam finalmente

conquistar a praça de Malaca, no termo de quase quatro décadas de persistente hostilidade. E por volta de 1643 chegavam ao Oriente notícias sobre a *restauração* da independência portuguesa de 1640, desenvolvimento político que fechava novamente os portos filipinos às embarcações portuguesas.

Os portugueses e Timor no século XVII

Para a Coroa lusitana – e lembremo-nos que 1640 é o ano da Restauração – estes acontecimentos têm certamente um sabor amargo, já que marcam o inevitável declínio de uma presença e de uma influência seculares em territórios asiáticos. As comunidades luso-asiáticas residentes em Malaca e em Macau logo tentarão recompor-se dos golpes sofridos. Assim, grande parte dos mercadores estabelecidos na perda da praça malaia transferem-se para Macassar, onde existia já um importante núcleo português, que em determinados momentos atingiu o número surpreendente de 500 homens, e também para as *ilhas de Timor*, que a partir desta época adquirem uma renovada importância estratégica, paralelamente à relevância económica nunca perdida, como fonte aparentemente inesgotável de sândalo. Macau, por seu turno, redireccionará as suas rotas em direcção aos *Mares do Sul*, área geográfica privilegiada – pela riqueza das suas produções, pela fragmentação dos seus estados, pela diversidade das suas gentes –, onde indivíduos mais empreendedores podiam ainda enriquecer à conta dos tráficos inter-regionais.

A partir de cerca de 1640, portanto, a presença portuguesa em Timor começa a crescer de forma relevante, de resto sem grande oposição dos habitantes da ilha. Poucos anos antes, em 1636, a chegada ao litoral timorense de frei Rafael da Veiga tinha marcado o início de uma missão mais consequente, embora os religiosos dominicanos nunca se livrassem total-

mente da fama – e talvez do proveito – de se envolverem no tráfico de sândalo. Mais uma vez, interesses espirituais e materiais caminhavam lado a lado. Cinco anos mais tarde existiriam em Timor vinte e duas igrejas, onde missionavam exclusivamente os frades de São Domingos. E um pouco antes de 1645, um outro religioso da mesma ordem, frei António de S. Jacinto, dirigia a construção de um forte português em território timorense, na região de Cupão, na extremidade ocidental da ilha, onde parece ter-se então desenvolvido o primeiro estabelecimento português permanente. A praça foi ocupada pelos holandeses em 1653, transferindo-se os seus ocupantes para Lifau, na costa setentrional, onde se localizaria o mais importante centro português da ilha até 1668, data da transferência de actividades para Díli.

A Coroa portuguesa começou a nomear regularmente um capitão para Timor, distinto do de Solor, depois de 1646, o que por vezes ocasionou conflitos de autoridade. Mas as *ilhas de Timor* foram, durante quase todo o século XVII, uma região de *fronteira*, onde diversos poderes, portadores de distintos interesses, procuravam impor-se, numa coexistência nem sempre pacífica. Em primeiro lugar, os missionários dominicanos, detentores de algum ascendente moral, que lhes advinha da prolongada residência naquelas partes do Sul, mas que frequentemente punham em causa através de uma mais ou menos camuflada intervenção no tráfico do sândalo. Depois, os oficiais régios, nem sempre funcionários exemplares, que procuravam aproveitar o tempo da respectiva capitania para acumularem um razoável pecúlio. Em terceiro lugar, poderosos mercadores privados, sediados sobretudo em Macassar, tentavam também fazer vingar a sua lei. E, em quarto lugar, o poder holandês, que, a partir de Java, de Solor e de outros locais da Insulíndia, nunca deixou de se interessar por Timor.

O resultado do enfrentamento de interesses tão diversos – mas que rodavam sempre em torno do sândalo «salutífero e cheiroso» – nem sempre emerge claramente das fontes documentais portuguesas, predominantemente de origem dominicana. Mas uma coisa é certa: a autoridade da Coroa lusitana, quando, esporadicamente, conseguiu alguma hegemonia, nunca o poderia ter feito sem a colaboração de outras forças em jogo naquelas longínquas paragens, as quais adoptaram frequentemente uma política de compromisso – às vezes mesmo com os holandeses –, em prol do bom andamento dos negócios.

Entretanto, em meados do século XVII, um quinto elemento começava a salientar-se nas *ilhas de Timor*, os *larantuqueiros*, mestiços luso-asiáticos. Alguns deles, como Mateus da Costa e António de Hornay, profundos conhecedores da realidade local e, simultaneamente, capazes de reunir importantes apoios entre os timorenses, e também entre as comunidades de mercadores estrangeiros, conseguiram ascender a lugares de relevo, mesmo contra a oposição do *Estado da Índia*, demasiado afastado para poder ditar condições na região. Depois de 1664, ambos disputaram o governo de Timor, numa querela que apenas teve fim com a morte de Mateus da Costa em 1673. Posteriormente, Hornay haveria de governar a ilha de Timor como um rei não coroado durante cerca de vinte anos, até 1693, respeitando os interesses lusitanos, é certo, mas recusando qualquer interferência na sua administração. Talvez a hegemonia deste homem se explicasse, em parte, pelo apoio que em determinada altura lhe proporcionou, a partir de Macassar, o poderoso Francisco Vieira de Figueiredo.

O primeiro governador a conseguir estabelecer uma réstea de autoridade portuguesa na parte oriental de Timor – já que os holandeses, a partir de Cupão, dominavam a parte ocidental –

seria António Coelho Guerreiro, que chegou à ilha em 1702, com o título de Governador e Capitão-Geral das ilhas de Timor e Solor. Entretanto, quase duzentos anos de contactos ininterruptos dos portugueses com os timorenses se haviam passado, organizados sempre em função do tráfico de sândalo branco e de outras mercadorias menores, como o mel e a cera. Estes contactos faziam-se quase sempre em regiões litorâneas, onde os navios portugueses ancoravam, para durante um período mais ou menos prolongado procederem ao carregamento da preciosa madeira odorífera, que era cortada e fornecida pelos potentados timorenses. O estabelecimento permanente dos portugueses em Timor, assim, não é tão antigo como por vezes se tem afirmado e resultou sobretudo do efeito da disputa do tráfico do sândalo por potências europeias

Algumas referências bibliográficas

- Charles R. BOXER, *Francisco Vieira de Figueiredo – A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, Martinus Nijhoff, 1967.
- Ruy CINATTI, *Esboço histórico do Sândalo no Timor português*, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950.
- Geoffrey C. GUNN, *Timor Loro Sae – 500 anos*, Macau, Livros do Oriente, 1999.
- Rui Manuel LOUREIRO (coord.), *Onde nasce o sândalo – Os Portugueses e Timor nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, GTMECDP, 1995.
- Artur Teodoro de MATOS, *Timor Português 1515-1769 – Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1974.
- Roderich PIÁK, «O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming», *Revista de Cultura* (Macau), 1, 1987, pp. 36-45.
- Arend de ROEVER, «The Partition of Timor – An Historical Background», in Maria Johanna Schouten (coord.), *A Ásia do Sudeste – História, Cultura e Desenvolvimento*, Lisboa, Vega, 1998, pp. 45-55.
- John VILLIERS, «As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the Lesser Sunda islands in the sixteenth and seventeenth centuries», in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigações Científicas Tropicais, 1985, pp. 571-600.

D. Frei Manuel de Santo António: missionário e primeiro bispo residente em Timor.

Elementos para a sua biografia (1660-1733)

Artur Teodoro de Matos

NASCIDO EM GOA EM 1660, ERA FILHO DE MANUEL da Mata e de D. Francisca Tavares de Sousa, «homens graves e dos principais da terra em que moravam»¹. Querendo seguir a vida eclesiástica, ingressou na Ordem dos Dominicanos em Goa, onde seria ordenado sacerdote, tendo escolhido para nome de religião o que se lhe conhece. As queixas chegadas ao seu vigário-geral em Goa sobre o mau procedimento de alguns dos dominicanos em Timor – território que havia sido confiado à sua cristianização – levaram-no a mandar regressar os frades prevaricadores e a substituí-los por outros de suposta boa conduta pessoal e de verdadeiro zelo apostólico. Entre eles seguiu frei Manuel de Santo António, investido no cargo de visitador.

Foi seu companheiro de viagem André Coelho Vieira, nomeado governador de Solor e Timor em 1697, substituindo António de Mesquita Pimentel, cuja administração, apesar de curta, havia sido desastrosa, não só para as gentes de Timor, como até para a imagem de Portugal nestas ilhas². É que tendo falecido António Hornay em 1693 e, após cerca de vinte anos de poder conquistado pela força e de ter sido «rei não coroado» na expressão de Charles Boxer, só a sua morte veio permitir ao vice-rei da Índia conde de Vila Verde a nomeação de um governador, recaindo a escolha no macaense António de Mesquita Pimentel³. Este insinuara-se na corte de Goa, fazendo-se passar por profundo conhecedor dos assuntos de Timor, ao mesmo tempo que parecia garantir à Fazenda Real de Índia bons lucros das riquezas minerais de Timor. Todavia, como já se demonstrou, o governo de António Hornay não terá sido tão pernicioso quanto o fizeram crer alguns historiadores. A deplorável e ruinosa administração de Mesquita Pimentel impôs o seu afastamento das ilhas de Timor e Solor e a nomeação de António Coelho Vieira. Mas, antes que este chegasse ao seu destino já António de Mesquita Pimentel havia sido

expulso pelos naturais e Coelho Vieira não conseguiu passar de Larantuca na ilha das Flores. Aqui Domingos da Costa, animado, porventura, pelo exemplo de António Hornay, impediu-o de seguir para Lifau, a fim de tomar posse⁴. Melhor sorte teve o seu companheiro de viagem frei Manuel de Santo António, que pôde chegar ao destino sem qualquer constrangimento. Como comentaria Humberto Leitão – que à história de Timor legou tão valiosos estudos – Domingos da Costa mal suspeitaria que «*em tão humilde frade viria a ter o mais encarniçado inimigo*»⁵.

Desembarcado em Lifau no início de 1698, visitou as cristandades, fixando-se no reino de Luca. E coadjuvado por frei João de Deus, estendeu a sua actividade apostólica aos reinos de Viqueque e Bibiluto. Depois seguiu-se os de Vessoro, Dilor e Samoro. Em Viqueque conseguiu a conversão do seu rei – o prestigiado D. Mateus da Costa – e com a colaboração deste conseguiu trazer à obediência da coroa portuguesa vários dos reis da província de Belos: os de Samoro, Luca, Fatu Lete Luli, Alas e Manatuto.

Mas o problema da soberania portuguesa em Timor estava por resolver. Impossibilitado de tomar conta do governo e, não tendo forças para resistir, Coelho Vieira regressou a Macau, de onde havia saído. Os moradores desta cidade, cujo comércio do sândalo lhe era vital, pressionaram o governador da Índia António Luís da Câmara Coutinho a intervir, nomeando alguém cujo perfil fosse capaz de restaurar a soberania em Timor. A escolha recairá sobre o secretário do Estado da Índia, António Coelho Guerreiro, que averbava no seu *curriculum* experiências governativas, militares e até de comércio no Brasil e em Angola⁶.

Largou Coelho Guerreiro de Goa em Maio de 1701, chegando a Macau um mês depois. Aqui conseguiu aumentar os reforços com que partira da capital, recrutou colaboradores próximos para a administração e, a 2 de Janeiro do

ano seguinte, retomava a viagem rumo a Timor⁷. Nas proximidades de Larantuca enviou um emissário a terra com cartas a Domingos da Costa e ao vigário dos dominicanos. E, apesar da insistência deste para que aceitasse o novo governador, Coelho Guerreiro romperia as hostilidades, sem que levasse a melhor. Já com os poucos recursos que lhe restavam rumou a Lifau, aonde chegou a 14 de Fevereiro. Apesar de verificar que a praia se encontrava bem defendida por homens de armas e artilharia, tentou uma aproximação com Lourenço Lopes – cunhado e lugar-tenente de Domingos da Costa – enviando-lhe as cartas que trazia para ele e para vários dos reis de Timor. Mas a embarcação seria impedida de chegar a terra.

É então que se faz sentir a intervenção de frei Manuel de Santo António que, casualmente, ali se encontrava e conseguira comunicar com Coelho Guerreiro. Negociando com Lourenço Lopes na povoação próxima de Amameco, para assim estarem longe dos resistentes, acabaria por o convencer a aceitar as cartas e a permitir o desembarque do governador, com a promessa de lhe ser dado o cargo de tenente-general, além das mercês de escudeiro, cavaleiro fidalgo e o hábito de Cristo. A dificuldade de comunicação do dominicano com o novo governador, e quando duvidava já da mediação em curso, surgiu-lhe aquele na praia, à frente de 30 homens armados, acompanhado de Lourenço Lopes.

Confortados com o que observavam, as poucas forças de bordo saltaram para as embarcações e começaram a varrer os resistentes, também já fustigados pelo pelotão do frade pregador. A surpresa do ataque e o pasmo pela traição do seu comandante foram decisivos na derrota infligida por Coelho Guerreiro aos soldados leais a Domingos da Costa⁸.

O novo governador não poupará elogios ao dominicano, não só pela sua intervenção decisiva na rendição de Lourenço Lopes como,

>

Homenagem às vítimas do massacre de Suai, quando no período que se seguiu ao referendo cerca de 200 civis que se refugiavam na igreja da localidade foram abatidos pelas milícias pró-indonésias.

Fotografia de Eduardo Gajeiro.



sobretudo, na pastoral. «*Anjo humano*», assim o denominava António Coelho Guerreiro, por o «*ver voar tanto em busca das ovelhas que se desgarram do rebanho da Igreja*». Mas, além de «*incansável*» na evangelização, era-o também «*nos actos de caridade que quotidianamente exercitava*», sugerindo ao rei a sua nomeação como bispo de Malaca com residência em Timor» Todavia já à altura o rei o havia indicada para a Mitra sugerida.

A par das actividades missionárias frei Manuel de Santo António participava activamente na defesa da praça de Lifau. Fazia quartos de sentinela nos postos mais longínquos como forma de prevenir deserções, incentivava os combatentes a resistirem ao inimigo, agitando o escapulário como garantia de invulnerabilidade, tratava e confortava os feridos e partilhava com os soldados a sua escassa ração⁹.

No entretanto a situação em Timor, não obstante a reforma administrativa introduzida pelo novo governador, era de alguma instabilidade. Lifau era frequentemente cercada, os desentendimentos com Lourenço Lopes haviam despojado e Larantuca continuava fora da soberania portuguesa. Os reforços, insistentemente solicitados tardavam. Apenas de Macau havia chegado algum. Certamente por isso, Coelho Guerreiro, ao entrar no terceiro ano do governo solicitou ao vice-rei Melo de Castro um sucessor. Mas este já havia decidido demiti-lo, certamente de acordo com um plano que traçara para Timor e, eventualmente, com base em informações porventura recebidas de Macau. É que os mercadores desta cidade mostravam-se inconformados com a dificuldade que encontravam em comerciar o sândalo com os revoltosos e este era indispensável para a sua sobrevivência económica. Melo de Castro estava bem distante da realidade timorense. Resolveu então cometer ao bispo de Malaca – a quem fizera visitador-geral daquelas ilhas – o encargo de nomear como



governador «*algum dos seus moradores*» que considerasse de «*maior séquito*» e reunisse maior «*aplausos do povo*», enviando-lhe adequada patente com espaço em branco para ser escrito o nome indicado¹⁰. Este procedimento do vice-rei ditado, certamente, por desconhecimento mas também pela impossibilidade de socorrer Timor, não deixou de receber justo reparo da parte do Conselho Ultramarino¹¹. Mas era demasiado tarde para a remediar no ime-

diato a decisão. Em seu entender Coelho Guerreiro não conseguira pacificar as ilhas e Goa não tinha meios para ali investir. Restava entender-se com D. frei Manuel que bem conhecia o território e não deixaria de indicar alguém que, opondo-se a Domingos da Costa, devolvesse a paz. Aliás, como também já observou Humberto Leitão, na carta do vice-rei a Coelho Guerreiro é bem claro na sua estratégia: «*Se a desgraça tiver sido tão poderosa que V.M. não conseguisse a obe-*

Igreja de Suai.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.

diência dos moradores e naturais que se julgue infalível lhe obedeça tudo facilmente e com pouca resistência, lhe ordeno se recolha a Macau, e volte para esta cidade donde não lhe faltarão ocupações»¹². Dada a falta de meios, restava a Coelho Guerreiro entregar o governo. Mas ainda antes que o fizesse já o bispo se apressara a intervir no embarque do sândalo do governador e a induzir vários dos reis de Belos a que o pressionassem a deixar o governo, como forma de se alcançar a paz.

Não terá sido pacífica a demissão. O bispo, como forma de a forçar, propôs-se ele próprio, talvez sem desprazer, assumir o governo e com o pretexto de desarmar Domingos da Costa. E foi desconcertante a atitude que D. frei Manuel de Santo António tomou em relação a Coelho Guerreiro. É que, melhor do que ninguém, sabia que nem um só pardau recebera dos seus vencimen-

tos e, tudo o que de seu trouxera de Goa, dependera na defesa da praça. Bem merecera melhor sorte o desafortunado governador, que a Timor deu o melhor do seu saber e da sua experiência governativa, desenvolvendo uma política defensiva, de captação dos reis locais e até de boa vizinhança com os holandeses. Para cúmulo teve de viajar até Batávia no navio que conduziu D. frei Manuel de Santo António que a Macau iria receber a sagração episcopal e que largou de Lifau a 18 de Agosto de 1705. Este deixara Lourenço Lopes no cargo de capitão-mor, mas não conseguira convencer Domingos da Costa a aderir à causa portuguesa. Para trás ficava uma, quiçá, verdadeira amizade, cimentada de lutas, preocupações e sofrimentos que uma inábil atitude depressa fizera ruir, porventura com algum assomo de protagonismo ou vaidade a que os eclesiásticos não são alheios¹³.

Igreja de Suai.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



No entretanto, sem notícias de Timor e com o pedido de substituição de Coelho Guerreiro, o vice-rei Caetano de Melo de Castro nomeou Jácome de Morais Sarmiento para governador destas ilhas. Saído de Goa em Dezembro de 1705, acabaria por se encontrar com o bispo de Malaca que regressava a Timor. Mas, adivinhando alguma dificuldade no desembarque do novo governador, adiantou-se-lhe na chegada, atitude decisiva para persuadir Lourenço Lopes a aceitar a nova autoridade¹⁴. Bafejado pela sorte da chegada dos socorros pedidos por Guerreiro ao reino e por outros enviados de Goa, empreendeu uma ofensiva destinada a desalojar o inimigo de determinadas posições. Mas a sua política foi desastrosa. Arrebatado, não ponderando as atitudes, chegou mesmo a exigir que o bispo o acompanhasse em certas operações. Este, num primeiro momento, acedeu, embora contrafeito. Mas será D. frei Manuel a apaziguar as partes em litígio e a minimizar os danos que a sua impulsividade provocava. É pela intervenção do prelado que Domingos da Costa e os seus capitães entraram em 31 de Maio de 1708, a fim de prestarem obediência ao governador depois de, com o assentimento deste, lhe ter oferecido as capitânias de Larantuca e de Sumba, esta por duas vidas. «*Não há duvida que o reverendo bispo de Malaca trabalhou nisto com grande zelo*», comentava o governador ao vice-rei¹⁵. Aproveitando não só o período de acalmia militar com a integração de Domingos da Costa na estrutura político-administrativa vigente e do bom momento por que passava o seu relacionamento com Morais Sarmiento, tentou a libertação de D. Mateus da Costa, capitão-mor de Belos. Este, apesar de ser um leal servidor da causa portuguesa, só porque discordou, como, aliás, o bispo, do ataque à fortaleza de Motael, o governador não hesitou em mandá-lo prender e metê-lo num barco onde o conservou amarrado a um cepo até regressar a Lifau e sem nunca lhe mandar tirar devassa¹⁶.

Mas Jácome de Morais Sarmiento não cedeu aos rogos de D. frei Manuel o que motivou o prelado a recorrer ao vice-rei, arrolando testemunhas e depoimentos abonatórios do prisioneiro e da sua inculpabilidade¹⁷. No entretanto a saúde de D. Mateus definhava-se e a tuberculose dava mostras de lhe consumir a vida rapidamente. Mas nem o seu estado físico demovia o teimoso Morais Sarmiento. Só o governador que se lhe seguiu, D. Manuel de Sottomaior, no cumprimento das ordens que recebera na Índia, lhe mandou tirar devassa e, provando-se a sua total inocência, mandá-lo-á pôr em liberdade¹⁸. De pouco lhe serviria a sua reabilitação moral, já que a física se tornara impossível, dado o estado avançado da doença. O leal e valente capitão de Belos sucumbia em Lifau, poucos meses após a chegada do governador.

Mas nem a libertação de D. Mateus da Costa traria o apaziguamento das relações entre o prelado e o governador. As contendas surgiram pelos mais variados motivos e, como observou Humberto Leitão, nem sempre é fácil descortinar de que lado está a razão, já que apenas dispomos das acusações de um e outro¹⁹. Como adianta ainda o mesmo historiador, a permanência em Timor de uma dúzia de anos, o seu afeiçoamento à terra, os continuados conflitos com os governadores, o relaxamento dos seus irmãos de Ordem e o desrespeito do vigário-geral destes, tê-lo-ão tornado irascível e com alguns desequilíbrios emocionais, «*bem conhecidos de todos quantos se gastaram por algumas regiões dos nossos territórios ultramarinos antes de lá chegarem os benefícios do progresso*» como notava o mesmo autor, opinião que subscrevemos, mesmo transposta para altura de fruição de algum conforto civilizacional.

A falta de clero, a devassidão, o desmazelo e o incumprimento dos elementares deveres apostólicos de alguns dos seus membros levou D. frei Manuel de Santo António a procurar solu-

D. Carlos Ximenes Belo.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



ção em Goa, onde chegou no início de 1715. Desejava o prelado colar clero nas paróquias, muitas delas já criadas por si, ficando este sob a sua jurisdição directa. Mas o vigário-geral dos Pregadores não cedeu nas suas prerrogativas e a discussão chegou à Coroa²⁰. De mãos vazias e quando se preparava para regressar a Timor em

finais desse ano, foi informado de que não havia transporte para o levar à sua diocese. Por isso o vice-rei, a pedido do Cabido que administrava a arquidiocese vacante de Goa, informou-o da necessidade de um prelado se deslocar à Província do Norte em visita pastoral e administrar a confirmação, sacramento que os fieis dessas

terras não recebiam há mais de trinta anos. Além disso o mau comportamento de muitos deles recomendavam que alguém, com «*zelo e autoridade*» pudesse remediar «*tanta desordem*»²¹. Vencida alguma hesitação e receios lá partiu para o Norte de onde só regressou em finais de 1716, altura em que também já havia chegado a Goa o novo arcebispo D. Sebastião de Andrade Pessanha.

Ou porque lhe fosse faltando ânimo para continuar a suportar as contrariedades que sempre padecera em Timor, ou porque se convencesse de que com o clero que lá dispunha não conseguiria realizar a obra espiritual necessária, tentou libertar-se do bispado de Malaca, propondo a criação de uma nova diocese na Província do Norte, fruto, certamente, da boa recordação que retivera da visita ali efectuada. Mas a sugestão não seria aceite.

A situação em Timor era deveras complexa. Domingos da Costa, que governava interina-

mente, havia arregimentado para a sua influência muitos dos que anteriormente o combatiam. Tornava-se, por isso, necessário escolher um novo governador, firme, mas prudente e com experiência que não fosse causar novos distúrbios. O arcebispo, na altura governador interino, ouviu a opinião de D. frei Manuel de Santo António que lhe propôs alguns nomes²². A escolha não recairia em nenhum deles mas, incompreensivelmente, em Francisco de Melo de Castro, cujo comportamento nos cargos de capitão de Salsete e de governador de Macau haviam motivado a sua compulsiva demissão e, no primeiro caso, pelo seu próprio irmão, o vice-rei Melo de Castro. Como bem observaria Humberto Leitão «*era fatal um conflito entre o severo bispo de Malaca e o desconcertado Francisco de Melo de Castro*»²³.

Não conseguindo evitar o seu regresso a Timor, partiu para lá na companhia do novo governador em Janeiro de 1718. Escalaram Batávia e, depois de Larantuca, chegaram a Lifau em



Imagens de Jesus Cristo no muro do cemitério de Santa Cruz. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

D. Basílio de Nascimento.
Fotografia de Eduardo Gajeiro.



meados Junho. Fez-se a entrega do governo de modo pacífico e com «*pompa e circunstância*», mas não percebeu o novo governador que boa parte dos festejos de boas-vindas seriam devidos ao regresso do seu bispo. Sentindo-se prestigiado e cheio de poder pelas manifestações recebidas, não mediu até onde poderia ir a sua intervenção, tomando partido por um soldado natural que o bispo mandara prender como castigo

de reincidência na sua relação com uma branca²⁴. Estalou o conflito três dias após a chegada e, em crescendo, levou o governador a proibir qualquer trato com o bispo e a mandar cercar-lhe a residência e este a responder com uma pastoral em que declarava excomungados todos os obedecessem ao governador em matéria de irreverência para a Igreja. Afixada na porta da igreja, logo Melo de Castro a mandou arrancar.

Seguiram-se os desagrvos ao bispo pelos seus partidários. Um encontro entre os dois, sugerido pelo governador, de pouco resultou, embora posteriormente o prelado tenha levantado o interdito.

A degradação do ambiente político-religioso de Timor estaria a desgostar profundamente D. frei Manuel, que resolveu mudar-se para Larantuca. O governador embora aparentemente indiferente à decisão tentou, na prática, impedi-la sem sucesso e, em represália, confiscou-lhe os haveres deixados em Lifau. As subleções de vários reis de Belos sucederam-se. O governador tentou ajuda de Larantuca que lhe negou, acabando por se refugiar no forte de Nossa Senhora da Vitória em Lifau²⁵ e depois fugir para bordo de um barco que o conduziu a Batávia onde desembarcou no primeiro de Setembro de 1719²⁶. Daqui passou a Macau e depois à Índia onde chegou em Maio do ano seguinte.

A situação de guerra vivida em Timor levou vários capitães de Belos a insistirem com o bispo para que regressasse à ilha, enviando até dois emissários a Larantuca para o convencer²⁷. D. frei Manuel de Santo António cedeu ao pedido e, quando chegou a Dili ainda tentou dissuadir os revoltosos de expulsarem o governador. Mas este, perante a ofensiva, vira-se forçado a abandonar Timor como, de facto, aconteceu.

Em meados Agosto de 1719 era conhecida em Timor a notícia do abandono do governo por Melo de Castro. E o prelado não se fez rogado quando os moradores de Belos e até os da própria praça de Lifau lhe pediram que assumisse o governo²⁸. Instalado dentro dos muros, tratou de nomear para os principais postos homens da sua confiança pessoal e de criar os equilíbrios possíveis²⁹. Dois anos depois receberia do vice-rei a nomeação como governador interino.

Mas não foi pacífica a administração do prelado. Pretendia eliminar em definitivo o poderio

de Domingos da Costa, «*aparelhado para se opor a todos quantos fossem governar*»³⁰. Abertas as hostilidades, acabaria por falecer de morte natural o cabeça dos larantuqueiros. Mas nem assim cessaria a oposição do partido por ele liderado, já que Francisco Hornay, seu herdeiro, lhe continuaria a rebelião, perdendo, por isso, o cargo de tenente-general. Porém a contenda será agora liderada por António de Albuquerque Coelho, chegado à capital timorense em finais de Abril de 1722³¹.

Decorrido um mês após a transmissão do poder, o bispo de Malaca requeria ao governador que lhe mandasse tirar uma devassa dos seus procedimentos, como forma de se ver desagradado das calúnias que em Timor e na Índia pesavam sobre a sua conduta³². Mas o apuramento da verdade não conviria a Albuquerque Coelho que se foi gradualmente incompatibilizando com o bispo³³. E, sem que nada o fizesse prever, estando D. frei Manuel acometido de um ataque de paludismo, numa noite de finais de Junho ou começos de Julho, o governador deslocou-se à sua residência e, na presença do ouvidor, comissário do Santo Ofício e alguns capitães de Lifau, ordenou o seu embarque imediato para Macau. «*Bem podia V. Senhoria, pela nossa amizade, ter-me avisado há mais tempo*» ter-lhe-á dito o bispo. Ao que aquele retorquiu: «*não convinha*»³⁴.

Na praia aguardava-o um pequeno barco que logo o conduziu ao navio que, no dia seguinte, o levou a Macau, deixando para sempre Timor. Aqui, pediu ao capitão-geral, D. Cristóvão Severim, que lhe mandasse tirar uma devassa para se apurar a verdade sobre as acusações que sobre ele pesavam. Mas como este não desse seguimento ao seu requerimento, acabaria por o solicitar ao bispo de Macau, pedindo também certidões do que sobre ele constasse ao provincial da Companhia de Jesus e ao guardião dos Capuchos, no que foi atendido.



Mercado de Dili. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

Aguardando ordens do vice-rei sobre o seu destino, pretendeu ir ao Sião, cuja jurisdição lhe pertencia, mas o capitão-geral de Macau não lho permitiu, acabando por autorizar o seu embarque para Goa. Aqui uma vez mais solicitou ao

vice-rei e depois ao arcebispo o rol das suas culpas. Mas nem um nem outro atendeu o seu pedido.

Desiludido, cansado e alquebrado pelos anos, escusou-se ao rei de regressar a Timor e

remeteu-lhe a devassa e as certidões obtidas em Macau³⁵. Em 1726, insistindo nos males que lhe minavam a saúde, pediu ao rei renúncia do bispado³⁶. Mas também agora não viu satisfeito o seu pedido, nem teria oportunidade de passar os seus últimos anos de vida em tranquilidade, já que em 1731 estava de novo envolvido em acesa polémica, desta feita com o culto mas imponderado arcebispo de Goa, D. frei Inácio de Santa Teresa³⁷.

É que havia sido eleito pelos jesuítas juiz conservador da Companhia, cargo que também já exercia noutras Ordens religiosas³⁸. O arcebispo, sentindo-se ultrapassado na sua jurisdição, declarava-o excomungado se exercesse qualquer acto respeitante ao cargo. D. frei Manuel replicou-lhe com outra excomunhão e sucederam-se as pastorais de um e outro, formando-se partidos que provocaram distúrbios na cidade. A vida do bispo de Malaca correu perigo, já que a sua residência na noite de 7 de Outubro foi assaltada por um dominicano, acompanhado de cafres e timorenses³⁹. Mas por sorte mudara-se para o convento dos agostinhos, que passou a ser guardado por militares que também protegiam o prelado nas suas diligências. O vice-rei tentou a conciliação. D. Frei Inácio furtou-se a ela e, quando a aceitou, já o bispo de Malaca exigia previamente o reconhecimento pelo arcebispo, do seu cargo de conservador⁴⁰. A polémica terá continuado durante mais algum tempo.

Segundo parece, D. frei Manuel de Santo António terá morrido em 1733, com 73 anos e uma vida dedicada a Timor. Apontado por uns por «*homem irrequieto e provocador de questões e levantamentos*» em nome da ambição pessoal, julgamos que bem merece outro juízo, pois, como observou Humberto Leitão «*mais nobres foram os sentimentos que ditaram os actos da sua vida*»⁴¹. Ao sair de Macau com destino ao exílio

escreveu ao vice-rei, fazendo uma retrospectiva da sua vida, ao que nos parece, muito acertada: «*vou muito contente fora da ilha de Timor, pois não fiz bolsa alguma de dinheiro, nem busquei outra cousa mais que a honra e gloria de Deus, o bem das almas, e dei meus passos de tal sorte, que se eu não fosse não viriam esses grandes fidalgos... a governar estas ilhas*»⁴². Missionário por excelência, feito bispo não poderia pactuar com comportamentos imorais e procedimentos mundanos de muitos dos seus irmãos de religião. Talvez não tenha sido um bispo modelar e, como político, também não terá tido sempre o melhor desempenho. Precipitado em muitas das suas decisões, as vicissitudes do meio e as muitas contrariedades talvez tenham aguçado a sua irascibilidade. Mas pautou sempre a sua acção por princípios que defendeu até à exaustão. A história política e religiosa de Timor terá de reservar-lhe um especial lugar.

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, *Timor*, Carta do bispo de Malaca para o governador Francisco de Melo de Castro de 19 de Julho de 1718, referido por Humberto Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor (1698 a 1725)*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 9.

² Sobre a sua acção governativa veja-se o nosso estudo «Um importante relato sobre a situação política e social da ilha de Timor em finais do século XVII», *Mare Liberum*, Lisboa, 20-21 (no prelo).

³ C. R. Boxer, «Timor Turbulento» in *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770*, trad. port., Macau, Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990 (ed. original de 1968).

⁴ A família dos Costas estava unida à dos Hornays, em virtude do casamento de Francisco Hornay, irmão e lugartenente de António Hornay, ter casado com uma filha de Domingos da Costa. Este era filho natural do valoroso capitão-mor Mateus da Costa, que tendo governado as ilhas de Solor e Timor nos anos de 1671-1673 mostrou em todos os seus actos uma grande dedicação à causa portuguesa. Cf. Artur Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua História*, Lisboa Faculdade de Letras de Lisboa – Instituto Infante Dom Henrique, 1974, p. 115 e bibliografia aí indicada.

- ⁵ *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 8.
- ⁶ Sobre este governador veja-se o nosso estudo «António Coelho Guerreiro: mercador, burocrata e governador» in *Mare Liberum*, Lisboa, 5 (1993), pp. 107-111 e a bibliografia aí citada.
- ⁷ Estes acontecimentos estão descritos com relativo pormenor em H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp.13 e segs.
- ⁸ Carta de António Coelho Guerreiro ao vice-rei Caetano de Melo de Castro de 28 de Maio de 1702 in Artur Teodoro de Matos, *Timor Português...*, pp.230-280. Estes factos são também descritos com algum pormenor por Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1505 a 1702*, Lisboa, 1948, pp. 265-287.
- ⁹ H. Leitão, *Vinte e Oito Anos*, pp. 31-32 e fontes aduzidas pelo autor.
- ¹⁰ Arquivo Histórico de Goa, *Monções do Reino*, liv. 66, fls. 283-284, carta de 1º de Janeiro de 1703.
- ¹¹ A. H. U. *Timor*, Parecer de 1 de Março de 1704.
- ¹² A. H. U., *Timor*, carta de 6 de Março de 1703, pub. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 49-50.
- ¹³ Veja-se a obra já várias vezes cit. de H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 81-87.
- ¹⁴ A. H. U. *Timor*, certidão de João da Costa de Lemos de 8 de Julho de 1723 a Albuquerque Coelho, pub. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 300-309.
- ¹⁵ A. H. U. *Timor*, carta de Morais Sarmiento ao vice-rei, de 10 de Julho de 1708.
- ¹⁶ A. H. U. *Timor*, cartas ao vice-rei de Jácome de Morais Sarmiento, de 17 de Setembro de 1707 e do bispo de Malaca, de 7 de Setembro de 1708, citadas por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 103.
- ¹⁷ A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao vice-rei de 7 de Setembro de 1708, já cit.
- ¹⁸ Governou as ilhas de Timor e Solor de 1710 a 1714.
- ¹⁹ H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p.140. Aliás este historiador analisa com grande desenvolvimento todos estes acontecimentos a pp.140 e seguintes.
- ²⁰ A. H. U., *Timor*, carta do vice-rei, Conde da Ericeira ao rei, de 8 de Janeiro de 1719, pub. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 162.
- ²¹ Carta do vice-rei a D. Frei Manuel de Santo António, de 5 de Novembro de 1715 publicado no *Boletim do Governo do Estado da Índia*, 23 (1861), in H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 163.
- ²² Note-se que o relacionamento entre os dois bispos se havia deteriorado face ao comportamento de D. frei Manuel que impugnou o direito do arcebispo intervir na questão suscitada pela eleição de uma priora no convento de Santa Mónica contestada por um grupo de freiras, por acharem que havia impedimento canónico. Cf. Biblioteca Pública de Évora, CXVI/2-II, «Instrução a hum Idiota com presunções de sabio. Veja-se também sobre este assunto H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 166.
- ²³ *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 167.
- ²⁴ A. H. G., *Monções do Reino*, liv. 86A, fls. 295-296, carta do bispo de Malaca ao rei de 24 de Julho de 1718, publicada por A. Faria de Moraes, *Solor e Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944, pp. 196-199.
- ²⁵ Construído por António Coelho Guerreiro.
- ²⁶ A. H. U., *Timor*, Exposição de Francisco de Melo de Castro de 9 de Maio de 1721.
- ²⁷ A. H. Goa., *Monções do Reino*, liv. 87, fl. 79, carta do bispo de Malaca para o vice-rei D. Luís de Meneses, conde da Ericeira, de 9 de Maio de 1720, publicada por A. Faria de Moraes, *Timor e Solor*, pp. 208-2121.
- ²⁸ Carta do bispo de Malaca para o vice-rei, de 9 de Maio de 1720, já cit.
- ²⁹ A. H. U., *Timor*, Certidão de João da Costa de Lemos de 8 de Julho de 1723, já cit.
- ³⁰ Carta do bispo de Malaca de 9 de Maio de 1720, já cit.
- ³¹ A. H. U., *Timor*, certidão de frei Amaro da Conceição, de 27 de Julho de 1723, cit por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 279. Sobre esta personagem veja-se o livro de Paulo Miguel Martins, *Percorrendo o Oriente. A vida de António de Albuquerque Coelho (1682-1745)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, particularmente as pp.71-83.
- ³² Requerimento do bispo de Malaca, parcialmente publicado por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 281-282.
- ³³ A. H. G. *Monções do Reino*, liv. 88, fls. 164 e segs., carta do bispo de Malaca ao vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro de 2 de Julho de 1722 pub. por A. Faria de Moraes, *Solor e Timor*, pp. 215-229.
- ³⁴ A. H. U., *Timor*, certidão de frei Amaro da Conceição, passada ao governador António de Albuquerque Coelho, de 27 de Julho de 1723, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 283.
- ³⁵ A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao rei, de 18 de Abril de 1724.
- ³⁶ A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao rei, de 4 de Janeiro de 1726.
- ³⁷ Sobre este arcebispo veja-se o estudo de Leopoldo Rocha, «Uma página inédita do Real Mosteiro de Santa Mónica de Goa (1730-1734) e achegas para a história do padre nativo» in *Mare Liberum*, Lisboa, 17 (1999), pp. 229-266.
- ³⁸ Biblioteca da Ajuda, 51-VIII-25, *Manifesto que por parte dos Relligiozos da Companhia se offerece à censura dos Illustrissimos Reverendissimos Padres Mestres das Sagradas Relligiões residentes na Cidade de Goa sobre a validade da nomeação na Pessoa do Illustrissimo Bispo de Malaca o Senhor D. Frei Manoel de Santo Antonio para Conservador em todas as suas couzas*, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 332.
- ³⁹ B. A., 51-VIII-52, Ordem que passou Sua Ex^a ao Ajudante Geral, de 10 de Outubro de 1731, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 333.
- ⁴⁰ B. A., Carta do inquisidor Sebastião M. de Proença sobre o bispo de Malaca, de 25 de Outubro de 1731, cit. por H. Leitão, *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, pp. 333-334.
- ⁴¹ *Vinte e Oito Anos da História de Timor*, p. 335.
- ⁴² A. H. U., *Timor*, carta do bispo de Malaca ao rei, de 4 de Janeiro de 1726, já cit.

A Descrição da Ilha de Timor de João Marinho de Moura

L u í s F . R . T h o m a z

ENTRE OUTROS DOCUMENTOS RESPEITANTES A Timor, para ali levados quando D. João VI transferiu para o Rio a capital do seu império, conserva-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um pequeno manuscrito, classificado com a cota I-25-27-13 e intitulado *Descrição da ilha de Timor, causa da sua decadência e projecto para o seu augmento*; como o próprio manuscrito nos informa, foi redigido pelo coronel João Marinho de Moura, antigo governador de Timor, em Lisboa em Dezembro de 1795.

O texto espelha a ansiedade que reinava em Portugal em consequência da Revolução Francesa e suas sequelas, não só na Europa como em todo o vasto mundo por onde a Europa se expandia. No caso de Timor havia sérias razões para temer que a Holanda – que jamais tomara a sério as pazes que assinara com Portugal em 1661, permitindo que os agentes locais da VOC (*Verenigde Oostindische Compagnie*, «Companhia Unida das Índias Orientais»), ignorando-a na prática, continuassem a desenvolver uma política expansionista e hegemónica – se aproveitasse da confusão reinante para anexar a parte leste de Timor.

A parte oeste da ilha estava, havia meio século já, sob o seu domínio, no rescaldo da batalha de Penfui, travada junto ao forte do Cupão, que os batavos haviam ocupado em 1653. Tudo começara com desinteligências entre o rei *topaz* (*i. e.*, português mestiço) de Oé-Cússi e o Senobai, *imperador do Servião*, ou seja, suserano de todos reinos da metade ocidental da ilha, de língua baiquena. Os homens do Senobai fizeram incursões em Oé-Cússi e os de Oé-Cússi ripostaram invadindo o território daquele em 1735 e de novo em 1745. Impotentes para resistir aos *Zwarte Portugezen* («portugueses pretos»), nome que os holandeses davam aos topazes), os chefes do Servião endereçaram em 1747 uma petição à VOC, solicitando apoio militar, petição que mais onze régulos secundaram em 1749.

Pormenor de pano *tais*.
Fotografia de Luis F. R. Thomaz.



Entretanto os arraiais topazes, comandados pelo tenente-general Gaspar da Costa haviam penetrado bem dentro do Servião, chegando às portas do forte holandês do Cupão. Os holandeses reuniram então uma força de *mardijkers* (escravos libertos ou seus descendentes), gente das ilhas de Savu, Solor e Roti, e timorenses seus fiéis, com que sob o comando de Vaandrig Lip bateram os arraiais de Gaspar da Costa na sangrenta batalha de Penfui (9 de Novembro de 1749), em que pereceram quatro reis do Servião aliados dos topazes, incluindo o de Amacono, que segundo parece fora nomeado «imperador» pelos topazes quando se desavieram com o Senobai. Ou porque se não tivesse apercebido da gravidade da situação, ou porque estivesse demasiado ocupado com outros problemas, o

governador português Manuel Correia de Lacerda (1749-1751), de que aliás se sabe muito pouco, não interveio.

A VOC decidira-se a explorar o sucesso de Penfui enviando de Batávia, em finais de 1753, uma frota a submeter Manatuto, Adé (que parece ser o actual Com) e os demais portos da costa norte de Timor fiéis aos portugueses; mas ao que parece limitou-se a operar na costa sul do Servião, onde diversos reinos assinaram em 1756 tratados com a Holanda. Nesse mesmo ano os holandeses ergueram, contudo, um forte em Maubara, no País dos Belos (*i. e.*, em Timor Leste, de língua tétum), que depois desmantelaram, conservando contudo uma feitoria; só pelo tratado de delimitação de 1859 viriam a evacuar definitivamente o enclave. A VOC pas-

sou a emitir licenças de comércio a chinas, macaças e malaio para comerciarem em toda a ilha e a aprisionar todo o vaso mercante que para lá rumasse sem o seu salvo-conduto. Entre 1758 e 1761 o *opperhooft* ou capitão-mor holandês do Cupão von Pluskow conduziu uma série de campanhas pelo interior do país, batendo os topazes junto a Noemúti, ao sul do Oé-Cússi, após o que se lhe submeteram diversos reinos que até aí estavam sob a influência destes; apenas os reinos de Ambeno e Noemúti permaneceram na órbita dos topazes e, como tal, nominalmente sujeitos aos portugueses. A adesão da maior parte do Servião aos holandeses ficou consolidada em 1759 com a conversão ao calvinismo do Senobai e do rei de Amacono. Os reis do Servião, que até aí tinham nomes portugue-

ses, começam por essa época a usar nomes próprios holandeses. Principiou assim a desenhar-se a actual geografia religiosa de Timor: Belos católicos e Baiquenos protestantes, à excepção dos de Oé-Cússi.

Temia-se agora que, aproveitando a confusão causada pela Revolução Francesa, os holandeses se apoderassem do resto de Timor. O autor preconiza como profilaxia da ocupação batava não só o reforço do dispositivo militar, mas também o desenvolvimento da mineração e o incremento das exportações tradicionais: sândalo, mel e cera. Os suas concepções económicas são assim pouco inovadoras. A sua sugestão mais válida é, quiçá, quando argumenta contra o uso de Timor como colónia penal e contra o recrutamento de delinquentes para servirem lá como



Pormenor de pano *taís*.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

Dança da água, Suai.
Fotografia de Ruy Cinatti.



tropas – fonte de perturbações constantes desde o século anterior. Escutemo-lo¹:

«Timor é uma ilha vezinha às Molucas, situada em 10 graos de latitude e 140 de longitude. E o seu comprimento é de mais de 60 légoas e tem 20 e tantas de largura. O paiz é fértil e abundante de víveres e de gado e de caça de várias espécies, tem muitos mineraes de ouro, cobre, tambiaque² e azougue, que podia fazer uma grande extracção pera um considerável comércio, se os seus habitantes não fossem inertes e preguiçosos, que não amam senão a vida ociosa.

Prova tanto a abundância de mineral de ouro fino neste paiz que os povos tiram quantidade de pó de ouro separando-o das arêas que trazem as correntezas das ribeiras e regatos que vem dos sertões, com que commercêam com os Holandezes e outras nações vezinhas.

Os seus matos produz muito pao de sândalo, cuja extracção faz um considerável comércio com os Chinas, e todos os annos vai do porto de Macau um navio dos commerciantes daquella cidade carregar desta madeira, de que reduz uma considerável renda à Alfândega e direitos de Sua Magestade Fidelíssima.

Os seus sertões produzem tanto mel silvestre que dá muita cera pera commerciareem com os Chinas e mais vezinhos.

Estes povos são dirigidos pelos seus Príncipes soberanos, que são tratados com título de Rey, os quaes se lisongêam muito de ser vassallos de Sua Magestade Fidelíssima por um pacto antiquíssimo, feito com os nossos primeiros conquistadores Portuguezes; por isso renovam a sua obediência a todos os governadores que vão commandar aquella ilha e de Solor em nome de Sua Magestade, e prestam soccorros contra os inimigos do Estado.

Os Holandeses, pela ambição das vantagens do seu commércio, ou com projectos de futura conquista, esquecendo-se das leis da amizade e dos direitos do limite, se appossaram de uma parte

desta ilha, onde estabeleceram uma feitoria; e sendo expulsos pelos Príncipes Timores que os assassinaram barbaramente, tornaram com maior força e se estabeleceram com uma fortificação; depois disto conseguiram com afagos e comércio a amizade deste Povo, com os quaes contratam e extraem géneros pera a Batávia e mais colónias vezinhas. Algumas dissensões que os Governadores portuguses tem tido com os Reys de Timor supõem serem urdidadas por estes Republicanos, que não perdem occasião de ver se nos pode extrahir por máxima aquillo que não podem fazer por armas.

Esta vesinhança nos deve ser temível na época presente, em que os Franceses estão unidos com estes Republicanos, e terão o projecto de nos tirar a posse desta colónia tão antiga e feudatária à Coroa de Sua Magestade, com uma tão dilatada christandade, cuja missão tiveram a glória de converter a mayor parte dos seus Reys e Príncipes à nossa Santa fé Cathólica que ainda seguem nesta ilha.

Os Capitães Generaes da Índia que promoviam governadores pera Timor, a maior parte deles menos instruídos de sua situação e qualidade, ou por outros motivos, em lugar de a aumentar concorreram pera a sua total ruína; e ella estaria já reduzida a nada se a sua mesma concistência e natural fertilidade a não concervasse independente de soccorros. Elles fizeram o sistema de nomearem governadores pera esta Ilha homens paisanos, inertes, sem instrução militar nem luzes da Política, e pera officiaes das tropas instituídas pera a defesa daquella Colónia e dos direitos de Sua Magestade criminosos de atrozes delitos, que escapando das forcas de Goa foram renovar os crimes em Timor, fazendo muitas vezes irritar os Príncipes e conspirar contra o Estado.

Pera obviar as referidas desordens e acautelar esta Ilha de algüas ideias de Conquista dos Holandeses com ajuda dos Franceses, seria bom



que as poucas tropas que se acham nella pera a defesa fossem augmentadas a proporção da necessidade e das Rendas, disciplinadas, armadas e fardadas. Que se lhes concedessem quatro

pecinhas de artilharia de amiudar de bronze, pera se postarem nos flancos deste Corpo quando elle se puser em Campo; e basta que duas sejam de duas libras de balla e duas de uma, e alguns

officiaes de préstimo que voluntariamente quizessem ir servir Sua Magestade naquella Collónia por alguns annos, pelo interesse do seu augmento, e alguns cadetes que possam suprir a falta de officiais que há naquellas tropas.

Com esta regulação se farão as ditas tropas de Timor não só reductável aos Príncipes de Timor mas também aos Holandeses, que na época actual é gente de pouco préstimo pera a guerra e incapazes de fazer maiores progressos nas armas, cujo conhecimento tenho por uma longa experiência.

As referidas peças de amiudar, sua palamenta e petressos, e o mais que Sua Magestade for servida destinar pera aquella colónia pode ir no navio do contrato de tabaco que deste porto há de partir pera Macao, ou em direitura pera Timor, em um navio que deste quer mandar pera aquella Colónia em direitura o commerciante desta Praça José Nunes da Silveira.

Lisboa, primeiro de Dezembrto de 1795

João Marinho de Moura

Coronel e Governador de Timor»

Final, ao contrário do que se temia tanto em Díli como em Goa, a Revolução Francesa e as guerras napoleónicas não tiveram repercussões em Timor. A Holanda fora anexada pela França em 1795, com o título de «República Batava», e a VOC praticamente extinta no ano imediato, passando a administração das Índias Orientais para a responsabilidade directa do estado. Os ingleses haviam-se estabelecido em 1784 da ilha de Pinang ou Pulo Pinão, no norte da Malásia, e obtido facilidades para comerciar em todo o Arquipélago, começando a aparecer como grande potência marítima na zona, o que obrigava as autoridades de Batávia a contemporizar com eles. Aliado da Inglaterra, Portugal beneficiava dessa situação. E como os governadores que se sucederam em Díli tiveram o bom senso suficiente para conservar a paz interna, a vida de

Timor decorreu por largos anos sem incidente de maior.

Tampouco teve reflexos negativos em Timor a ocupação dos domínios da Holanda, Timor ocidental inclusive, pelos ingleses, de 1811 a 1816. Pelo contrário: foi provavelmente isso o que permitiu ao governador José Pinto de Alcoforado e Sousa, homem interessado na agricultura, que procurara desenvolver em Timor o cultivo da cana-sacarina, introduzir aí a cultura que nos tempos modernos seria a sua maior riqueza: a do café. Os holandeses, que desde 1616 haviam feito diligências para aclimatar o cafeeiro na própria Holanda, haviam em 1658 começado a cultivá-lo em Ceilão; e em 1699, após uma tentativa falhada em 1696, introduziram o seu cultivo em Java. Foi provavelmente dessa ilha, ao tempo ocupada pelos aliados dos portugueses, que Alcoforado e Sousa obteve as sementes de que necessitava; a não ser que lhe tenham vindo do Rio de Janeiro (onde continuava a residir a corte portuguesa), para onde haviam sido levadas de Goa em 1760. Só investigações mais cuidadosas que a que levámos a cabo o poderão dizer ao certo.

Se assim foi, então existe na história de Timor um vínculo mais a ligá-la à história do Brasil, de onde no século XVII haviam vindo as culturas que são hoje a base da alimentação timorense: o milho, a batata-doce e a mandioca.

¹ Na transcrição do texto desenvolvemos as abreviaturas, acrescentámos acentos e sinais de pontuação, e regularizámos um tanto a grafia, suprimindo uma ou outra variante gráfica mais rebarbativa, desde que averiguadamente desprovida de significação fonética, de modo a tornar a leitura mais agradável e fácil ao leitor contemporâneo.

² Mais geralmente *tambaca*, *tambaque* ou *tambaga* (do malaio *tembaga*, por sua vez do sânscrito *tāmra*, «acobreado») designa em português da Ásia as mais das vezes uma liga de cobre e zinco, por vezes outras ligas em que entre o cobre; *tambaga suaça* (do malaio *tembaga suasa*, com o mesmo sentido) é uma liga cobre e zinco com ouro. Em malaio chama-se *tembaga kuning* («tambaca amarela») ao arame ou latão (liga de cobre e zinco), *tembaga merah* («tambaca vermelha») ao cobre, *tembaga perunggu* ao bronze (liga de cobre e estanho) e *tembaga putih* («tambaca branca») à liga de chumbo e estanho.

Os portugueses e Tímor nos séculos XVI e XVII Bibliografia Breve

Rui Manuel Loureiro

Investigador do CEPESA & Bolseiro da Fundação Oriente

ESTA BIBLIOGRAFIA, INCLUINDO REFERÊNCIAS A UM vasto conjunto de títulos dedicados a Timor ou contendo notícias sobre a ilha, não pretende ser exaustiva. Procurou-se antes abranger, de uma forma selectiva, e necessariamente subjectiva, as mais importantes fontes e os mais significativos estudos editados em Portugal desde meados do século XIX, e que se referem aos primeiros contactos dos portugueses com Timor e a parte mais oriental do arquipélago indonésio. Mencionam-se igualmente algumas publicações estrangeiras, quando a respectiva relevância assim o justifica. Todos, ou quase todos, os títulos são seguidos por pequenas anotações que resumem o conteúdo da obra, explicando a sua importância ou chamando a atenção para algum aspecto mais singular. Deste modo, Esta bibliografia poderá constituir uma ferramenta de grande utilidade no aprofundamento dos mais variados aspectos da realidade histórica timorense. Alguns lapsos haverá, inevitáveis numa selecção deste tipo. Contudo, o cruzamento das referências contidas nas obras a seguir indicadas permitirá alargar significativamente o corpo bibliográfico referente a Timor.

A ÁSIA DO SUDESTE – HISTÓRIA, CULTURA E DESENVOLVIMENTO, org. de Maria Johanna Schouten, Lisboa, Vega, 1998 (159 pp.). Actas de um recente colóquio sobre o Sudeste Asiático. Especial atenção merece o texto de Arend de Roever sobre «The Partition of Timor – An Historical Background», pp. 45-55, que expõe com sólidos argumentos a história da divisão da ilha de Timor em duas áreas de influência nos séculos XVII e XVIII.

Luís de ALBUQUERQUE, «O problema do descobrimento da Austrália pelos Portugueses», *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1990-1991 (vol. 1, pp. 87-103). Recensão crítica, extensa e documentada, da obra de Kenneth G. McIn-

tyre sobre o descobrimento «secreto» da Austrália pelos nossos navegadores, levado a cabo a partir de Timor. Cf. infra, nesta Bibliografia.

Jorge Manuel dos Santos ALVES, *O Domínio do Norte de Samatra: A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os portugueses (1500-1580)*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999 (301 pp.). Estimulante estudo das relações nem sempre pacíficas que os portugueses, a partir de Malaca, estabeleceram com alguns sultanatos da ilha de Samatra. Sólida investigação, que recorre também a fontes asiáticas. Do ponto de vista timorense, interessante para conhecer o contexto da presença portuguesa no Sudeste Asiático.

Duarte BARBOSA, *The Book of Duarte Barbosa*, edição de Mansel Longworth Dames, 2 vols., Londres, Hakluyt Society, 1918-1921 (238 + 286 pp.). Um dos nossos primeiros tratados geográficos sobre o Oriente, completado por volta de 1516. O autor viveu longos anos na Índia, onde foi funcionário das feitorias portuguesas do Malabar, familiarizando-se com as «cousas orientais», das quais dá circunstanciada relação. Inclui algumas das mais antigas notícias europeias sobre Timor. A edição de Dames é extremamente útil pelas numerosas anotações que acompanham o texto de Duarte Barbosa.

Duarte BARBOSA, *O Livro de Duarte Barbosa – Edição crítica e anotada*, edição de Maria Augusta da Veiga e Sousa, 2 vols., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996-2000 (287 + 527 pp.). A primeira edição crítica portuguesa da obra de Barbosa. Infelizmente, o texto não é anotado (as notas dizem apenas respeito às variantes dos vários manuscritos conhecidos), pelo que o leitor mais curioso terá de continuar a recorrer à edição inglesa.

António BOCARRO, *O Livro das Plantas de Todas*

as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental, edição de Isabel Cid, 3 vols., Lisboa, Imp. Nacional – Casa da Moeda, 1992 (188 + 286 pp. + 48 ests.). Extensa descrição das possessões portuguesas no Oriente, completada em Goa, por volta de 1635. A obra é acompanhada por um conjunto de desenhos ilustrativos, preparados por Pedro Barreto de Resende, contemporâneo do autor, e por um exaustivo estudo crítico.

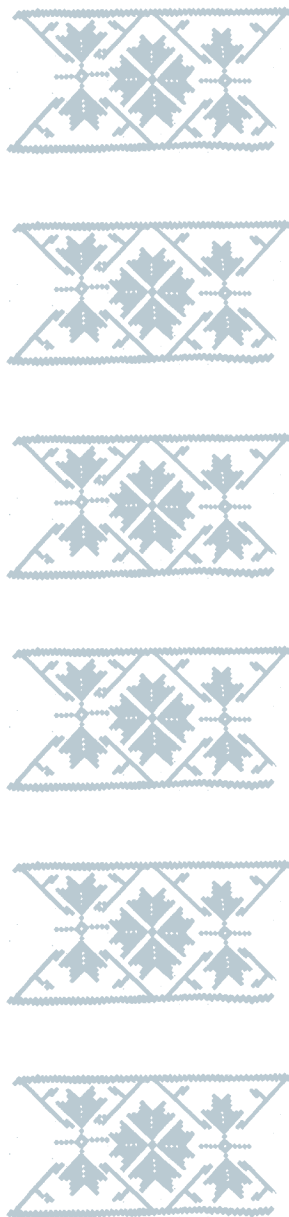
Charles Ralph BOXER, *Francisco Vieira de Figueiredo – A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, Martinus Nijhoff, 1967 (117 pp.). Biografia de um poderoso aventureiro-mercador português, muito activo no comércio extremo-oriental, sobretudo em Macassar e em Timor. O apêndice documental contém materiais inéditos. De leitura fascinante, como quase todas as obras do grande historiador britânico.

Charles Ralph BOXER, *Fidalgos no Extremo Oriente*, Macau, Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990 (295 pp.). Obra clássica do célebre historiador britânico, originalmente publicada em 1948. Inclui um capítulo sobre «Timor Turbulento» (pp. 181-203), que trata de acontecimentos ocorridos nos séculos XVII e XVIII. Charles Boxer tem a vantagem de conhecer tão bem as fontes portuguesas como as holandesas, ambas indispensáveis para o conhecimento da história do Sudeste Asiático depois de 1600.

Charles Ralph BOXER, *Macau na Época da Restauração*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993 (231 pp.). Estudo clássico, que contém informações sobre o comércio entre Macau e Timor, que se desenvolveu sobretudo depois de 1639 e da interrupção das ligações portuguesas com o Japão.

Afonso de CASTRO, *As Possessões Portuguesas na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867 (460 pp.). Durante muito tempo foi o grande





manual para o estudo do assunto. Hoje, bastante ultrapassado, merece ainda uma consulta.

Ruy [Vaz Monteiro Gomes] CINATTI, *Esboço histórico do Sândalo no Timor português*, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950 (31 pp.). Resenha da história do sândalo timorense, outrora abundantíssimo, hoje quase desaparecido.

Ruy [Vaz Monteiro Gomes] CINATTI, *Useful Plants in Portuguese Timor. An Historical Survey*, Coimbra, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1964 (separata, 18 pp.). Breve levantamento das referências a plantas timorenses na literatura histórica, desde a relação de Antonio Pigafetta (1522) até à obra de Alfred R. Wallace (1869). Todas as plantas são identificadas e descritas.

Cristóvão da COSTA, *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais*, edição de Jaime Walter, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1964 (356 pp.). Cristóvão da Costa, tratadista português de origem cabo-verdiana, a quem por vezes é erroneamente atribuída a nacionalidade espanhola, publicou o seu *Tratado* em Burgos, Espanha, em 1578. Uma demorada estada no Oriente, onde praticou a medicina, havia-lhe permitido refundir, com muitos elementos novos, os *Colóquios* de Garcia de Orta, com quem, aliás, privou na Índia. Dedicou um capítulo às duas variedades de sândalo (cap.22).

Sebastião Rodolfo DALGADO, *Glossário Luso-Asiático*, fac-símile da edição de 1919-1921, Bombaim, Asian Educational Services, 1988 (535 + 580 pp.). Embora necessite de algumas correcções e outras tantas actualizações, continua a ser o trabalho fundamental sobre as palavras de origem asiática que passaram ao português desde o século XVI até finais do século XIX. Existe uma reedição recente do I volume: Lisboa, Academia das Ciências de Lis-

boa, 1983.

Sebastião Rodolfo DALGADO, *Influência do Vocabulário Português em Línguas Asiáticas*, fac-símile da edição de 1913, Lisboa, Escher, 1989 (253 pp.). Inclui referências ao tétum e ao galóli, duas das línguas faladas em Timor.

DOCUMENTA MALUCENSIA, edição de Hubert Jacobs, 3 vols., Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974-1984 (760 + 794 + 778 pp.). Compilação de documentos, sobretudo de origem jesuíta, relativos à presença europeia nas ilhas Molucas, no século XVI e primeiros anos do século XVII. Os documentos são publicados na língua original, normalmente português, na íntegra ou em extracto, acompanhados por um vasto e rigoroso aparato crítico, em língua inglesa. Algumas referências a Timor. Esta obra, embora rara, pode ser encontrada em bibliotecas especializadas. Pode, no entanto, ser substituída pelas duas colectâneas que se indicam de seguida, certamente mais acessíveis ao leitor português.

DOCUMENTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS MISSÕES DO PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE – ÍNDIA (1506-1599), edição de António da Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias (vols.1 a 5) & Agência Geral do Ultramar (vols.6 a 12), 1947-1958. Obra fundamental, vasta reunião de documentos relativos à presença portuguesa no Oriente, ao longo do século XVI. Inclui materiais da mais diversa origem, ultrapassando as aparentes limitações do título. Numerosas referências a Timor, que podem ser convenientemente localizadas através da utilização dos índices geográficos. Infelizmente, as anotações são muito escassas. A Fundação Oriente, em colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, reeditou esta obra em fac-símile, tornando-a mais acessível (12 volumes, Lisboa, 1991-1996), dotando-a de um muito útil 13º volume de

Índices, da responsabilidade de Isabel Pina (Lisboa, 2000).

DOCUMENTAÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS MISSÕES DO PADROADO PORTUGUÊS DO ORIENTE – INSULÍNDIA (1506-1599), edição de Artur Basílio de Sá, 6 vols., Lisboa, Agência Geral do Ultramar (vol.1 a 5) & Instituto de Investigação Científica Tropical (vol.6), 1954-1988. Trata-se de uma vastíssima compilação documental, sobretudo com base em materiais quinhentistas e seiscentistas de origem portuguesa. O conteúdo ultrapassa de longe o título restrito, pois muitos dos documentos elucidam aspectos económicos, sociais, políticos e culturais da presença portuguesa na Insulíndia. O índice geográfico facilita o acesso aos documentos relativos a Timor.

Manuel Godinho ERÉDIA, «Informação verdadeira da Aurea Chersoneso», in António Lourenço Caminha, *Ordenações da Índia do Senhor Rei D.Manuel. Informação verdadeira da Aurea Chersoneso, feita pelo antigo cosmographo indiano Manoel Godinho de Heredia. E cartas de D.Jerónimo Osório, bispo do Algarve*, Lisboa, Impressão Régia, 1807. A obra de Godinho de Erédia, que data de cerca de 1622, inclui uma interessante descrição das *ilhas de Timor*. O auto-intitulado cosmógrafo lusomacassar era um bom conhecedor da geografia do Sudeste Asiático.

António Pinto FRANÇA, *Portuguese Influence in Indonesia*, Jakarta, Gunung Agung, 1970 (118p.). Levantamento de vestígios portugueses na língua e na cultura dos povos de várias ilhas indonésias. O autor foi consul de Portugal em Jakarta entre 1965 e 1970. Existe uma tradução portuguesa mais recente: Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

José Manuel GARCIA, Lurdes Silva Carneiro de SOUSA e Ivo Carneiro de SOUSA, *Os Primeiros Mapas e Desenhos Portugueses da Indonésia – O Livro de Francisco Rodrigues (1512-1514)*,

Jakarta, CEPESA & Yayasan Gedung Arsip Nasional, 2000 (18 pp.). Catálogo da primeira exposição de reproduções dos mapas e desenhos da Insulíndia de Francisco Rodrigues, organizada pelo Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.

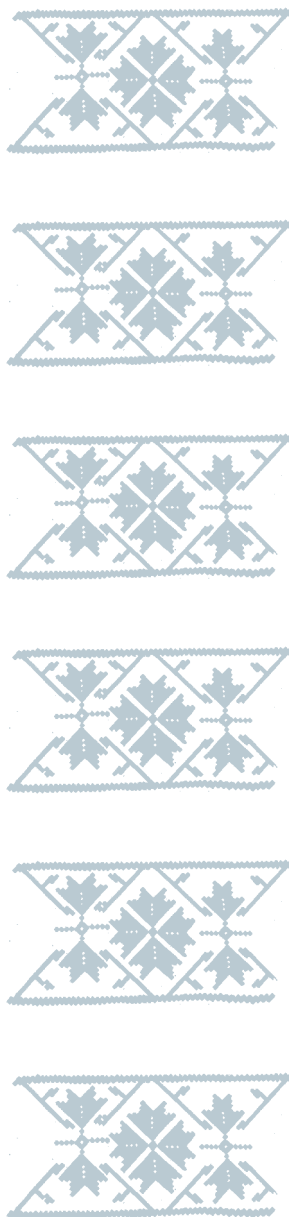
Geoffrey C. GUNN, *Timor Loro Sae – 500 anos*, Macau, Livros do Oriente, 1999 (355 pp.). A mais recente e mais actualizada história global de Timor. Muita informação importantes, amplas indicações bibliográficas. Mais de metade da obra é dedicada à história dos séculos XIX-XX.

D. G. E. HALL, *A History of South-East Asia*, Londres, Macmillan, 1994 (1070 pp.). Um verdadeiro clássico da historiografia asiática, que permitirá integrar a história de Timor no contexto mais vasto do Sudeste asiático.

HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA, direcção de Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1998 (558 + 599 + 517 + 568 + 499 pp.). A mais recente, mais actualizada e mais densa síntese sobre o tema, realizada por uma vasta equipa de conceituados historiadores portugueses e estrangeiros. Textos maioritariamente de boa qualidade, que aliam o rigor documental ao apuro estilístico. Muitas velhas questões são reexaminadas à luz das mais modernas metodologias historiográficas. Muitas pistas de trabalho, assim como amplas e actualizadíssimas indicações bibliográficas. Pela respectiva novidade, atenção especial merecem os textos referentes às configurações do império português e ao papel de Portugal no contexto internacional nos séculos XVIII e XIX.

HISTÓRIA DOS PORTUGUESES NO EXTREMO ORIENTE, direcção de A. H. de Oliveira Marques 2 vols. / 3 tms. pubs., Lisboa, Fundação Oriente, 1998-2001 (564 + 496 + 532 pp.). Um dos mais recentes empreendimentos historiográficos colectivos, que pretende tratar de forma exaustiva a





presença portuguesa no Extremo Oriente em geral e em Macau em especial. Foram já publicados os dois tomos do 1º volume e o 2º volume, que têm por sub-títulos, respectivamente, «Em torno de Macau», «De Macau à Periferia» e «Macau e Timor, o Declínio do Império». Os vários tomos incluem sínteses temáticas bastante actualizadas, que aliam o rigor informativo à largueza das interpretação. No contexto timorense, especial destaque merecem a «Introdução» de Luís Filipe Thomaz (vol.1, tm.I, pp. 13-121), o capítulo sobre «Timor» de Manuel Lobato (vol.1, tm.2, pp. 349-374) e toda a parte II do vol.2, especialmente o capítulo «Timor: O Protectorado Português», de Luís Filipe Thomaz (vol. 2, pp. 493-526). Todos os tomos são ricamente ilustrado e fornecem amplas indicações bibliográficas, embora neste aspecto padeçam de alguma desactualização.

INDONESIA-PORTUGAL: FIVE HUNDRED YEARS OF HISTORICAL RELATIONSHIP / *Cinco Séculos de Relações Históricas*, coordenação de R. Z. Leirissa & Ivo Carneiro de Sousa, Lisboa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2001 (259 pp.). Actas de um colóquio realizado em Jakarta, em 2000, que incluem vários estudos relevantes para a história das relações entre Portugal e Timor, nomeadamente de Rui Manuel Loureiro, «Sixteenth century Iberian accounts of Indonesia»; José Manuel Garcia, «The Portuguese Historians who wrote about Indonesia»; Teotónio R. de Souza, «Social structures and political patterns of the Portuguese colonialism in Asia»; e Ivo Carneiro de Sousa, «Mercantilism, reforms and the Portuguese colonial society in Southeast Asia».

Sartono KARTODIRDJO, «Religious and economic aspects of Portuguese-Indonesian relations», *Studia* (Lisboa), n.º 29, 1970, pp. 175-196. Estudo importante sobre a presença portuguesa no Sudeste Asiático entre 1509 e 1640.

Donald F. LACH e Edwin J. VAN KLEY, *Asia in the*

Making of Europe – A Century of Advance (vol. 3, 4 tms.), Chicago, University of Chicago Press, 1994 (2077 + cxii pp.). Esta monumental obra inclui um levantamento bastante exaustivo das descrições de Timor que apareceram na literatura geográfica europeia do século XVII, sobretudo inglesa e holandesa (vol.3, tm.3, pp. 1455-1466). Excelente contextualização histórica e muitas informações bibliográficas.

Humberto LEITÃO, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1948 (299 pp.). Ensaio histórico escrito por um antigo governador de Timor. Segue de perto as fontes dominicanas. Lê-se ainda com algum interesse.

LIVRO DAS PLANTAS, FORTALEZAS, CIDADES E POVOAÇÕES DO ESTADO DA ÍNDIA ORIENTAL, edição de Luís Silveira, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991 (121 pp.). Colecção de estampas preparada entre 1633 e 1641, por autor anónimo. Entre as fortificações representadas aparece a fortaleza de Solor, onde estava estabelecida uma comunidade de religiosos dominicanos, que visitavam frequentemente a ilha de Timor. O traçado de muitas das estampas apresenta notáveis semelhanças com o *Livro das Plantas* de António Bocarro, sugerindo a utilização de um modelo comum.

Manuel LOBATO, «Timor», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, edição de Luís de Albuquerque, 2 vols., Lisboa, Ed. caminho, 1994 (vol. 2, pp. 1034-1037). Síntese actualizada, que resume os contactos dos portugueses com Timor até finais do século XVII.

Manuel LOBATO, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia – Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999 (406 pp.). O mais recente e actualizado estudo sobre a presença portuguesa na Insulíndia oriental, e sobretudo nas

Molucas. Muitas referências que interessam à história de Timor. Amplas indicações bibliográficas.

Rui Manuel LOUREIRO, *Guia de História de Macau (1500-1900)*, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999 (293 pp.). Actualizado instrumento de trabalho, que referencia mais de 600 títulos de estudos e fontes de perto ou de longe relacionados com o passado de Macau. Obra estruturada de forma didáctica, que poderá ser utilizada como roteiro de iniciação ou de aprofundamento à pesquisa da história de Macau em particular e da Ásia Oriental em geral, já que todos os títulos são acompanhados de breves anotações contextualizantes e/ou explicativas. Muitas referências a Timor.

Artur Teodoro de MATOS, *Timor Português 1515-1769 – Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa–Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974 (489 pp.). Estudo fundamental sobre os principais aspectos políticos, económicos, culturais e religiosos da presença portuguesa em Timor, baseado numa ampla e sólida pesquisa documental. Inclui um vasto apêndice documental e uma bibliografia bastante exaustiva.

Artur Teodoro de MATOS, *Subsídio para a História Económico-Social de Timor no Século XVIII*, Braga, Bracara Augusta, 1975 (28 pp.). A vida económica e social de Timor, com especial atenção para os governos de António Coelho Guerreiro (1702-1705) e de João Baptista Vieira Godinho (1784-1788). Publica um inédito Regimento da Intendência-geral da Marinha e da Fazenda Real.

Artur Teodoro de MATOS, «António Coelho Guerreiro: mercador, burocrata e governador», *Mare Liberum* (Lisboa), n.º 5, 1993, pp. 107-112. Biografia de Coelho Guerreiro, governador de Timor em 1702-1705, com uma análise

do seu testamento.

Kenneth Gordon MCINTYRE, *A Descoberta Secreta da Austrália*, Macau, Fundação Oriente & Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989 (277 pp.). O autor, baseado sobretudo em argumentos cartográficos, defende um precoce descobrimento da Austrália, levado a cabo pelos portugueses a partir do litoral de Timor. Embora polémico, lê-se com interesse, já que faculta muitas informações sobre as navegações portuguesas nos mares que circundam a ilha de Timor. A leitura desta obra, contudo, deve ser acompanhada pela consulta da recensão crítica de Luís de Albuquerque (cf. supra, nesta Bibliografia).

M. A. P. MEILINK-ROELOFSZ, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, Haia, Martinus Nijhoff, 1969 (471 pp.). Este estudo fundamental, um verdadeiro clássico de história económica e social, foi originalmente publicado em 1962. Apresenta a mais elaborada descrição, e discussão, da presença europeia na Insulíndia até 1630. Aproveita devidamente as principais fontes portuguesas, e nomeadamente a *Suma Oriental* de Tomé Pires, integrando a ilha de Timor num contexto histórico e geográfico mais vasto. É uma obra bastante rara, mas que merece uma leitura atenta (e mereceria certamente uma tradução portuguesa).

A. Faria de MORAIS, *Solor e Timor*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944 (232 pp.). Aparentamentos sobre a história da presença portuguesa na parte oriental da Insulíndia. Inclui alguns documentos setecentistas inéditos.

NOTÍCIAS DE MISSIONAÇÃO E MARTÍRIO NA ÍNDIA E NA INSULÍNDIA, edição de Jorge Santos Alves, Lisboa, Pub. Alfa, 1989 (227 pp.). Compilação de documentos referentes à missionação católica no Oriente. Os textos são modernizados e precedidos de uma valiosa introdução. Embora as





referências a Timor não abundem, a obra é importante pela contextualização da presença portuguesa na Insulíndia.

Luna de OLIVEIRA, *Timor na História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Agência Geral das Colónias (vols. 1 e 2) & Agência Geral do Ultramar (vol.3), 1949-1952 (340 + 594 + 310 pp.). Ensaio de uma história global da presença portuguesa em Timor. Não inclui aparato crítico. Especialmente relevante para as questões administrativas, nos séculos XVIII a XX.

ONDE NASCE O SÂNDALO – *Os PORTUGUESES E TIMOR NOS SÉCULOS XVI E XVII*, coordenação de Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995 (223 p.). Colectânea de características didácticas, que inclui uma introdução histórica, artigos sobre missão (Artur Teodoro de Matos), etnografia (Ruy Cinatti) e linguística (Luís Filipe Thomaz), e uma antologia de documentos anotados dos séculos XVI e XVII relacionados com Timor.

Garcia de ORTA, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, edição do Conde de Ficalho (Lisboa, 1891), edição fac-similada, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987 (386 + 443 pp.). O célebre tratado de Garcia de Orta (c.1501-1568), físico português que viveu no Oriente durante longos anos, inclui um colóquio (col.49) sobre o sândalo, onde são resumidas as principais informações então disponíveis em Goa. A obra foi originalmente publicada em Goa, em 1563.

OS ESPAÇOS DE UM IMPÉRIO, coordenação de Mafalda Soares da Cunha, 2 vols., Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998 (271 + 233 pp.). Luxuoso catálogo de uma exposição homónima, que é acompanhado por um volume de estudos sobre a mesma temática. especial atenção merecem a secção do catá-

logo dedicada a «Timor» (Catálogo, pp. 234-257) e o estudo sobre «Timor e o Comércio do Sândalo», de João M. Teles e Cunha (Estudos, pp. 225-233).

Antonio PIGAFETTA, *Primer viaje alrededor del mundo*, edição de Leoncio Cabrero Fernández, Madrid, Historia 16, 1985 (223 pp.). Pigafetta era um nobre italiano, originário da Lombardia, que participou na primeira viagem de circumnavegação, servindo como pajem de Fernão de Magalhães. Uma saúde de ferro permitiu-lhe resistir a todas as peripécias daquela incrível jornada. De regresso à Europa redigiu um pormenorizado relato da expedição, recheado de notícias geográficas e antropológicas sobre numerosas regiões que até então nunca haviam sido visitadas por navegadores europeus. A 1ª edição da obra, simples resumo do manuscrito original, seria impressa em Paris, por volta de 1526. Inclui notícias sobre a escala da nau *Victoria* em Timor.

Antonio PIGAFETTA, «Viagem à volta do mundo», in *Fernão de Magalhães – A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram*, edição de Neves Águas, Mem Martins, Pub. Europa-América, 1987, pp. 21-142. Tradução portuguesa recente da relação de Pigafetta. Esta edição deve ser manuseada com algumas precauções, pois o aparato crítico não é completamente seguro.

Paulo Jorge de Sousa PINTO, *Portugueses e Malaíes – Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997 (334 pp.). Estudo bem documentado e bem elaborado sobre as vicissitudes da presença portuguesa em Malaca e arredores. De interesse para o enquadramento da presença portuguesa em Timor nos séculos XVI e XVII.

Benjamim Videira PIRES, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, Instituto Cultural de Macau & Museu Marítimo de Macau,

1993 (190 pp.). Contém algumas informações sobre as ligações mercantis entre Macau e Timor.

Tomé PIRES, «Suma Oriental», in Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978, pp. 134-444. A obra do célebre boticário português (c.1470-c.1527), que em 1517 desembarcou em Cantão como embaixador de el-rei D.Manuel, contém uma das mais antigas descrições portuguesas da Insulíndia.

PORTUGAL NO MUNDO, direcção de Luís de Albuquerque, 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1989. Uma das mais recentes tentativas de balanço da expansão portuguesa. Obra colectiva, com trabalhos de desigual valor, naturalmente, inclui alguns estudos sobre a Insulíndia e sobre as rivalidades luso-holandesas naquela região oriental. Algumas referências bibliográficas.

PORTUGALIAE MONUMENTA CARTOGRAPHICA, edição de Armando Cortesão & Avelino Teixeira da Mota, 6 vols., Lisboa, s.e., 1960. Monumental compilação de praticamente toda a cartografia portuguesa conhecida dos séculos XVI e XVII. A generalidade das cartas nunca antes haviam sido publicadas. Para além de cartas, contém importantes textos sobre cada cartógrafo, assim como análises minuciosas dos exemplares reproduzidos. Inclui, muito naturalmente, numerosas representações de Timor e das ilhas vizinhas. Foi recentemente publicada uma edição fac-similada e compactada desta recolha (6 vols, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988), que, apesar de ser mais fácil de manusear, perde muita da qualidade da edição original.

Roderich PTAK, «O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming», *Revista de Cultura* (Macau), n.º 1, 1987, pp. 36-45. Interessante e erudito estudo sobre

o comércio de sândalo entre Timor e a China, desde tempos remotos até meados do século XVII. Muitas referências bibliográficas.

Virgínia RAU, *O 'Livro de Rezão' de António Coelho Guerreiro*, Lisboa, Companhia de Diamantes de Angola, 1956 (94 pp.). Biografia circunstanciada de Coelho Guerreiro, que governou Timor entre 1702 e 1705 (pp. 11-52). Muitas indicações bibliográficas.

Anthony REID, *Southeast Asia in the Age of Commerce 1450-1680*, 2 vols., New Haven, Yale University Press, 1988-1993 (275 + 390 pp.). Estudo monumental e fundamental sobre a cultura material, a organização social e as práticas culturais dos povos do Sudeste Asiático. Embora as referências a Timor não abundem, a obra faculta informações preciosas sobre as ilhas da região. Muitas indicações bibliográficas.

Arend de ROEVER, «The Partition of Timor – An Historical Background», in *A Ásia do Sudeste – História, Cultura e Desenvolvimento*, org. de Maria Johanna Schouten, Lisboa, Vega, 1998, pp. 45-55. Cf. supra, *A Ásia do Sudeste* [...].

Ian ROWLAND, *Timor*, Oxford, Clio Press, 1992 (117 pp.). Bibliografia essencial e comentada sobre Timor, obra útil, embora manifestamente incompleta. Está disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Artur Basílio de SÁ, *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961 (266 pp.). Transliteração e tradução de sete lendas tradicionais tétum, algumas das quais se referem à chegada dos portugueses a Timor.

Fr. João dos SANTOS, *Etiópia Oriental*, edição de Manuel Lobato & Maria do Carmo Guerreiro Vieira, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999 (759 pp.). Fr. João dos Santos, que missionou no Oriente durante mais de quarenta anos, foi um dos principais cronistas das





missões orientais da Ordem de São Domingos. Como seria de esperar, a sua obra contém uma descrição das primeiras missões dominicanas nas ilhas de Solor e Timor.

Fr. Alberto de SÃO TOMÁS, *Virtudes de algumas plantas da ilha de Timor*, edição de Francisco Leite de Faria & José d'Orey, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969. O manuscrito original, que aqui é publicado em fac-símile, data de 1750, e inclui gravuras coloridas de 33 plantas de Timor, que são descritas em pormenor, com referências à respectiva utilização pelas populações locais.

Kevin SHERLOCK, *A Bibliography of Timor including East (formerly Portuguese) Timor, West (formerly Dutch) Timor and Island of Roti*, Canberra, The Australian National University, 1980 (292 pp.). Extensa bibliografia sobre Timor, de enorme utilidade, certamente o melhor instrumento bibliográfico sobre Timor actualmente existente. Infelizmente, as referências não são anotadas.

Fr. Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, edição de Manuel Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello & Irmão, 1977. Fr. Luís de Sousa, que na vida laica se chamou Manuel de Sousa Coutinho, deixou uma vasta obra historiográfica, onde se destaca a crónica da sua Ordem, redigida a partir de um manuscrito originalmente preparado por Fr. Luís de Cádegas. As três primeiras partes da *História* foram impressas em 1623 (ainda em vida do autor), 1662 e 1678. As missões de Solor e de Timor, monopólio dos dominicanos, merecem nesta obra um significativo espaço. A quarta parte da crónica dominicana, preparada por Fr. Lucas de Santa Catarina seria impressa em 1767. Interessam à história de Timor as seguintes secções: pt.3, liv.4, caps.13-23; e pt.4, liv.4, caps.2-6.

George Bryan SOUZA, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1991 (329 pp.). Trata-

se do estudo mais recente e mais actualizado sobre a presença portuguesa no Mar do Sul da China (e não apenas na China, como sugere o título da versão portuguesa). Com base numa exhaustiva pesquisa documental, o autor fornece um informado panorama das actividades portuguesas em todo o Extremo Oriente (incluindo Timor) nos séculos XVII e XVIII, dedicando especial atenção às numerosas e importantes comunidades portuguesas estabelecidas naquelas remotas paragens. A tradução portuguesa, que não terá sido revista por um especialista, contém alguns erros graves, de modo que o leitor interessado recorrerá com proveito à edição original: *The Survival of Empire – Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea 1630-1754*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986 (282 pp.).

Manuel TEIXEIRA, *The Portuguese Missions in Malacca and Singapore*, 3 vols., Macau, Instituto Cultural de Macau, 1987 (502 + 425 + 508 pp.). Obra de carácter divulgativo, pois não possui aparato crítico, mas que contém muitas informações importantes sobre as actividades missionárias na Insulíndia, e nomeadamente em Timor.

THE CAMBRIDGE HISTORY OF SOUTHEAST ASIA, vol. I, From early Times to c. 1800, direcção de Nicholas Tarling, Cambridge, Cambridge University Press, 1992 (655 pp.). O melhor trabalho de síntese actualmente disponível sobre a história do Sudeste Asiático. Sólidos e actualizados estudos, com amplas indicações bibliográficas. Particular atenção merecem os ensaios de Leonard Y. Andaya, de Barbara Watson Andaya e de Anthony Reid.

Luís Filipe THOMAZ, «Timor: Notas histórico-linguísticas», *Portugaliae Historica* (Lisboa), vol.II, 1974, pp. 167-300. O estudo mais completo sobre as línguas de Timor, muito bem documentado e com ampla bibliografia.

Ultrapassa o âmbito restrito que o título poderia sugerir. Algumas das notas foram já reeditadas, na colectânea *De Ceuta a Timor*, abaixo referenciada.

Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994 (778 pp.). Recente e valiosa colectânea de artigos dispersos do autor, que contém estudos fundamentais sobre a presença portuguesa em Timor: «Relance da História de Timor» (pp. 591-612); «A formação do Tétum-Praça língua veicular de Timor Leste» (pp. 613-635); «A língua portuguesa em Timor» (pp. 637-665); e «O afluxo ao meio urbano no Timor português» (pp. 667-723). Esta colectânea contém ainda outros artigos mais genéricos, que enquadram devidamente a presença portuguesa na Insulíndia.

TIMOR – LES DÉFIS DE L'INDEPENDENCE – LUSOTOPIE 2001, Paris, Éditions Karthala, 2002 (433 pp.). Recente edição da publicação francesa anual *Lusotopie*, que inclui um extenso e fundamental dossier sobre Timor (pp. 125-415), com artigos sobre história, antropologia, política, etc., que fazem o ponto da situação nos diversos domínios. Artigos de Michel Cahen, Rui Manuel Loureiro, Johanna Schouten, Justino Guterres, Ivo Carneiro de Sousa, Romain Bertrand, Frédéric Durand, Benedict Anderson, Peter Carey, António de Almeida Serra, Lurdes Silva Carneiro de Sousa, Armando Marques Guedes e Stéphane Dovert.

UMA LULIK TIMUR – Casa Sagrada de Oriente, coordenação de Rui M.S. Centeno & Ivo Carneiro de Sousa, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, Faculdade de Letras do Porto & CEPESA, 2001 (149 pp.). Catálogo da exposição dedicada à casa sagrada timorense, que inclui um documentada e sugestivo estudo sobre «A Casa e as Casas da Indonésia Oriental nos desenhos do Livro de Francisco Rodrigues (1512-1515)», de Ivo Carneiro de Sousa (pp. 23-46).

J. C. VAN LEUR, *Indonesian Trade and Society –*

Essays in Asian Social and Economic History, Dordrecht (Holanda), Foris Publications, 1983 (465 pp.). Importante colectânea de ensaios de um dos mais interessantes historiadores da presença europeia na Insulíndia. O autor argumenta que até 1800 o impacto europeu no Sudeste Asiático foi menos importante do que as fontes europeias levariam a supor.

Ernst van VEEN, *Decay or Defeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Leiden, Universiteit Leiden, 2000 (306 pp.). Edição impressa de uma recentíssima dissertação de doutoramento holandesa, que questiona com enorme rigor documental muitos dos mitos historiográficos que se formaram em torno da chamada «decadência» da presença portuguesa na Ásia. O autor constata que os portugueses detiveram uma enorme importância nos negócios do Mar do sul da China e da Insulíndia durante o período em questão e que a ascensão holandesa não foi tão rápida nem tão pacífica como se tem pensado.

John VILLIERS, «As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the Lesser Sunda islands in the sixteenth and seventeenth centuries», in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição de Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigações Científicas Tropicais, 1985, pp. 571-600. Estudo bem informado, com muitas referências geográficas, sobre as relações dos Portugueses com as ilhas de Timor, Solor e Flores nos séculos XVI e XVII.

John VILLIERS, «As origens das primeiras comunidades portuguesas no Sueste Asiático», *Revista de Cultura* (Macau), nº4, 1988, pp. 21-26. Pequeno artigo de divulgação, com informações sobre a importância do sândalo timorense nas redes comerciais do Sudeste Asiático.



A Imprensa em Timor, antes do 25 de Abril

Paulo Pires

*«Se a arte de escrever foi o mais admirável
invento do Homem,
o mais poderoso e fecundo foi certamente
a imprensa»*

Alexandre Herculano

A IMPRENSA É OBRA DO HOMEM AO SERVIÇO DO homem. Foi inventada para acabar com a falta de comunicação entre os homens, permitindo a divulgação de notícias, o intercâmbio de ideias, a partilha de experiências individuais e comunitárias, aproximando cada vez mais os homens entre si. A escrita, essa maravilha produzida pela imaginação prodigiosa da inteligência humana, ainda não entrou em casa de toda a gente, em pleno século XXI. Apesar do esforço da Comunidade Internacional – UNESCO – ainda não foi debelado, nos princípios deste 3º milénio, o cancro do analfabetismo, no mundo, sobretudo nos chamados países do terceiro mundo. A cultura audiovisual, numa determinada altura histórica, aparentemente, pareceu abafar a necessidade da imprensa, já que os poderosos meios tecnológicos de informação e comunicação, postos ao serviço da política da *aldeia global*, encurtam drasticamente a distância entre os continentes e os povos. Não obstante a novidade e comodidade que eles nos proporcionam, em termos de acesso rápido à comunicação, o homem apercebeu-se – e felizmente e a tempo – de que a leitura faz parte integrante da sua sabedoria milenar. Por isso, muito cedo, se cansou de tanto ruído que ensurdece os ouvidos e de tanto fogo de artifício que cega a vista. Vivifica, de novo, o ritual mágico de folhear entre os dedos um jornal, logo de manhã, uma revista, ao fim de semana, um livro, depois do jantar, na sala de estar ou no leito, antes de fechar os olhos e navegar pelo mundo dos sonhos.

Quando se trata de abordar a questão da imprensa em Timor, antes de 25 de Abril de 1974,



Baía de Díli, postal ilustrado, 1938.

é mister enquadrá-la num determinado contexto histórico-cultural cujos pressupostos merecem uma análise cuidada e objectiva.

Ao referirmo-nos à imprensa em Timor, entendemos a imprensa em Língua Portuguesa. Isto implica que:

- em primeiro lugar, os editores dominem a língua de Camões;
- em segundo lugar, o público leitor/consumidor saiba ler e se interesse pela leitura para a interpretar conveniente e objectivamente;
- em terceiro lugar, para escrever e publicar são necessárias condições da sua efectiva exequibilidade.

A pobreza, ou mesmo a ausência da imprensa em Timor, deve-se, de facto, a estes factores. Até à década de 50, os «letrados», excepção feita aos missionários católicos e a alguns altos funcionários da administração colonial, em Timor, eram quase nulos. Mesmo alguns homens cultos, como Carlos Cal Bran-

dão¹ e Alberto Osório de Castro² da administração colonial local – para citar apenas dois – não podiam exercer uma actividade cultural de relevo, nessa área, porque não havia condições objectivas e materiais para isso.

Reportando-nos às décadas 20-40, pareceu-nos que a preocupação pela política da fixação dos europeus em Timor era de orientação mais humanista e cultural. Contudo, analisando, com cuidado o diploma legislativo nº 107, podemos concluir que o espírito deste diploma legislativo era, sub-reptícia e discretamente, de natureza colonialista, como era prática corrente, na época. Esta política está bem expressa nos considerandos do Diploma Legislativo nº 107, de 12 de Setembro de 1927, que a seguir se explicitam: «*Considerando que a função colonizadora dos diversos povos, tanto nas suas modalidades de desenvolvimento económico como de aperfeiçoamento intelectual e moral se exerce principalmente pela intervenção dos elementos europeus;*

Considerando que a fixação de tais elementos no seio das populações atrasadas é o melhor

incentivo para o seu progresso e integração no movimento civilizador;

Considerando que Timor, pela sua posição geográfica, não pode aspirar a tornar-se um foco de emigração portuguesa importante;

Considerando que tal desvantagem deverá ser compensada pela estabilização daqueles elementos nacionais que as circunstâncias aqui trouxeram [...];

Considerando que para conseguir tal objectivo, se torna necessário dar-lhes garantias, que lhes inspirem confiança no amparo e ajuda dos Poderes Políticos;

O presente Governo aprovou e o Governador de Timor dá o seu assentimento ao presente diploma que é executório nos termos do art. 77 da Carta Orgânica em vigor»³.

Foi ao abrigo deste diploma legislativo que ficaram, a residir em Timor, os funcionários reformados portugueses. Era suposto que o objectivo da fixação dos portugueses em Timor fosse para dar cumprimento ao disposto nos

considerandos do diploma legislativo, supra, referidos.

Mas, afinal, o diploma legislativo nº 123 permite descobrir a verdadeira intenção do governo colonial com a implementação da fixação da população europeia portuguesa, supostamente, para cumprir o programa enunciado pelos «considerandos» do referido diploma nº107. Com efeito, proclama o articulado do diploma legislativo nº 123, de 19 de Dezembro, de 1928:

«Considerando que todas as granjas e plantações exploradas pelo Governo e Municípios dão prejuízo, à excepção duma delas [...];

Considerando que convém ao interesse da Colónia, promover a fixação de elementos colonizadores europeus e, principalmente, portugueses, para o que se torna necessário, ampará-los nas suas iniciativas;

O Conselho do Governo aprovou e o Governador de Timor, usando da competência que lhe confere o art. 77º da Carta Orgânica, determina:

1º – Serão aforadas em haste pública, ao con-

Rua de Díli, postal ilustrado, 1938.





Rua de Baucau, postal ilustrado, 1938.

corrente por maior preço de licitação oferecer, as granjas Eduardo Marques, República de Remexio e Ede.

5º – Na praça que se realizar para esse efeito, apenas serão tomadas em conta, as propostas apresentadas por funcionários portugueses reformados, civis ou militares, que ainda não sejam produtores»⁴.

Pelo exposto, pode-se considerar que o diploma é claramente exclusivista e atentatório do direito universal que assiste a todo e qualquer pessoa de ter acesso à propriedade. Sem nos envolvermos na discussão sobre o direito à propriedade privada, interessa-nos analisar as consequências desta norma legislativa. Para além de limitar o direito daqueles que, sendo eventualmente já produtores, limita também a licitação das novas granjas aos outros, já que ela só era destinada aos «funcionários portugueses reformados, civis ou militares». O mais estranho é que se espera, segundo a orientação do diploma legislativo, não o que pretendem os consideran-

dos do diploma legislativo nº 107, mas o que, posteriormente, foi decretado pelo diploma legislativo nº 123. É à luz deste diploma que se estabeleceram em Timor «13 plantadores, 3 comerciantes e 10 indivíduos, exercendo diversos misteres». Entre esses indivíduos, contavam-se 5 com posto de tenentes, 7 com a patente de alferes, e, os restantes eram sargentos e cabos. Esses «diversos misteres» não eram, com certeza, uma actividade cultural, e, muito menos ainda, uma actividade na área de imprensa⁵.

E quanto aos «deportados», escreve o mesmo autor que era Governador de Timor, entre 1928-1930: «O seu caso era mais complicado que o dos reformados, visto que além do abatimento físico e moral em que chegavam, e se virem desprevenidos de quaisquer meios financeiros, eles não conheciam o meio, e a sua quási totalidade não fazia a menor ideia do que fosse a agricultura»⁶.

Conclusão: não seria com estes indivíduos que se poderia pensar em Timor e para Timor uma imprensa, em língua portuguesa. Alguns

deles mal sabiam escrever o seu nome. Por uma questão de respeito, não vamos identificar essas pessoas que desempenhavam, com honestidade e brio profissional, a missão que o Governo da Província lhes incumbia na administração colonial, sobretudo, a nível de «chefes de postos», mais tarde, metamorfoseados em «administradores do posto».

Depois da Segunda Grande Guerra e do regresso do governo português, exilado, durante a ocupação japonesa, na Austrália ou algures na chamada «Metrópole», pensou-se que se podia inaugurar uma nova era de reconstrução da ilha, sobretudo, em termos culturais. A verdade, porém, é que os tais «reformados civis e militares» das décadas 30 e 40 foram desaparecendo. Alguns não resistiram à ocupação japonesa e às intempéries naturais da Ilha para as quais não estavam preparados.

E os outros portugueses que foram, mais tarde, a Timor, eram essencialmente militares, com uma passagem transitória e fugaz pelo território, bem como os altos funcionários administrativos. Por isso, essa presença portuguesa, relativamente mais volumosa, em Timor, era temporária, e, por conseguinte, profundamente desenraizada do meio onde trabalhavam. Uma presença temporalmente muito limitada não permite sonhos de outra ordem, isto é, projectos de grande envergadura, como o da implementação de uma imprensa sólida e com futuro, a circular na Ilha.

Dada a escassez dos docentes em Timor, os oficiais militares milicianos ou de carreira acumulavam as aulas no único Liceu existente em Timor, Dr. Francisco Machado, sediado em Díli. A gravidade da situação do ensino é que desde que os militares ou outros estivessem munidos do «canudo» de qualquer curso superior ou médio, e muitos desses cursos não tinham uma relação intrínseca com o ensino, na sua vertente pedagógica, estariam, *ipso facto*, credenciados,

habilitados e aptos para ensinar no Liceu. E mesmo assim, constituíam um número insignificante, como confirma o censo oficial da época: «Os números que se seguem, mostram o movimento dos últimos anos no ensino liceal em Timor: No ano lectivo de 1960, havia 15 agentes de ensino [...] No ano lectivo de 1966-67, havia 36 agentes de ensino»⁷. Saliente-se a confirmação da afirmação anterior. Na verdade, o estatuto que, oficialmente, se atribui aos docentes do liceu não era de «professores», mas sim, de «agentes de ensino». Quer isto dizer que, efectivamente, não eram profissionais de ensino. De facto, naquelas longínquas paragens do império português, «onde o sol, em nascendo vê primeiro», no dizer de Camões, dada à escassez de gente letrada, era imperioso lançar a mão a tudo e acolher com carinho gente com boa vontade para o que fosse necessário.

Com pessoal pouco qualificado e outros em situação de «trânsito», não era possível pensar-se num projecto ambicioso como é o da imprensa. Os que, eventualmente, tomassem a decisão de lá se radicarem, faziam-no embalados pelo sabor do leite do coco e pela frescura da brisa das parias da Areia Branca, dos Coqueiros ou, então encantados com a beleza selvagem e agreste da Ilha. Outros ainda, não optando por se enraizar, definitivamente, na Ilha, ficaram profundamente ligados a ela, seduzidos que foram por ela e pela sua acolhedora gente. O caso paradigmático foi o de Ruy Cinatti que realizou o seu sonho de se fazer «filho» de Timor através do ritual simbólico do «pacto de sangue», com o rei de Aiassa. Passou, então a ser o filho adoptivo de Timor e irmão dos descendentes do avô Crocodilo.

II

A segunda condição diz respeito ao público/leitor. Se, nas décadas 50, 60 e 70 – e infe-

lizmente não só – o analfabetismo em Portugal era um flagelo social, o que se poderia dizer, então, de Timor? Segundo censo oficial de 1965, os habitantes de Timor eram de 555 723⁸, e os estudantes do Liceu, população/alvo, eventual consumidora da imprensa, eram 607. E os estudantes do ensino «primário», no mesmo ano lectivo, eram 14 448⁹. Portanto, a população estudantil representava 27% do total da população timorense. Esta percentagem aparentemente parece ser significativa, porém não poderia constituir, nunca, a população/alvo consumidora da imprensa, porque, a maioria deles só sabia ler e contar e, portanto, não podia dominar o português para compreender e interpretar leituras mais complexas. Além disso, o currículo escolar do ensino primário, antes dos anos 50, estava orientado para outros objectivos, que não os da prossecução de estudos de qualquer nível, médio ou superior. A orientação dada a este nível de ensino, o primário, era outra, diferente do currículo oficial ministrado nas congéneres escolas da Metrópole. O relatório oficialmente apresentado pelo Padre Artur de Sá, em 1952, na Sociedade de Geografia de Lisboa, Semana do Ultramar, confirma isso mesmo: «*Resolveu-se então [...] dar outra orientação ao ensino. Modificou-se o regime das escolas, e alteraram-se os programas. O objectivo primário e geral da instrução, no momento presente, é proporcionar a todos o conhecimento das primeiras letras, dentro de uma formação rural, pois as grandes esperanças de Timor estão depositadas nas suas possibilidades agrícolas. Deste modo, os alunos serão preparados para continuar, com gosto, nos seus povoados, um modo de vida que é o seu, mas em nível melhorado*»¹⁰.

Não há, pois, dúvida de que se continuava, mesmo no âmbito do ensino dessa época, o objectivo preconizado e estipulado pelo Diploma Legislativo nº 123, já analisado, nestas páginas. Porém, o missionário ressalva, como justificação perante os dirigentes da Instrução

Nacional presentes na Conferência, linhas mais à frente que: «*Seria, no entanto, injusto negar-se aos rapazes, intelectualmente bem dotados, o direito a uma instrução em grau superior*»¹¹.

Entende-se aqui, um grau superior equivalente ao ciclo a seguir à 4ª classe, o actual 4º ano. A afirmação do missionário não passava de um desejo. A história de Timor revela-nos a verdade nua e crua, anos depois. Segundo o censo oficial do ano lectivo de 1969-70, os alunos do Liceu eram 376¹². A comparação que, eventualmente, se possa fazer, no mesmo ano lectivo, relativamente ao número dos alunos do ensino primário (14 448), a percentagem global é, manifestamente, insignificante. O que é se depreende daqui? Que entre os 376 alunos do Liceu, muito poucos eram os naturais de Timor. A maioria dos alunos do Liceu eram filhos dos militares metropolitanos, em «trânsito», e, sobretudo, dos altos funcionários da administração colonial, também em «trânsito» relativo, no que concerne ao tempo da sua permanência na Província; e outros que, efectivamente, gozando do privilégio estatuído pelos diplomas legislativos em referência, neste texto, não estão em «trânsito», porque já são timorenses, de naturalidade.

Todos estes factores explicam e confirmam o que Luís Filipe R. Thomaz, especialista da História da Ásia, incluindo nela a de Timor, estudioso, investigador e, por isso mesmo, profundo conhecedor da realidade antropológica, cultural e linguística timorense, proferiu no Congresso sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo (Lisboa, 1983): «*O português não chegou, pois, nunca a tornar-se a língua normal de comunicação oral [...] O português – na sua forma literária, desta vez – é naturalmente a língua materna dos raros europeus criados no território, bem como da maior parte dos mestiços, cujo número, segundo o censo, era, em 1970, de 1.939*»¹³.

A referência a esta problemática tem, como propósito, explicar que, mesmo havendo uma

Monumento aos 500 anos do nascimento do Infante D. Henrique, em Díli, um dos principais marcos da presença colonial portuguesa em Timor. Fotografia de Eduardo Gajeiro.

imprensa em Timor, não teria consumo, e, por conseguinte, não teria, em termos económicos, rentabilidade. Acresce-se ainda o facto de não haver, em Timor, meios de comunicação para a distribuição eficiente e rentável de qualquer tipo de imprensa ou outros panfletos de informação, ainda que – por hipótese académica – houvesse no interior da ilha, possibilidades humanas e culturais para absorver

essa informação, pois, as condições de acesso eram e são difíceis, como confirma a investigação da Agência Geral do Ultramar: «*O áspero relevo de Timor, conjugado com o regime de torrentes das suas ribeiras e com as inundações periódicas das suas planícies, tornam difícil e custoso o traçado e a manutenção de um núcleo de estradas de utilização permanente durante o ano*»¹⁴.





Uma outra dificuldade prende-se com as dotações orçamentais do Governo da Província, as quais não eram suficientes para resolver problemas relacionados com a agricultura, com a administração, com os meios de comunicação e educação, etc.: *«Tendo, porém, em atenção todos os saldos de exercício findos, a situação financeira da província no final de 1968, apresentou um saldo total de 21.548 contos»*¹⁵.

Este saldo positivo – ainda que irrisório – resulta de cortes orçamentais nas áreas onde o resultado quantitativo era menos visível, pois o que interessava, na época e ainda hoje na governação, a visibilidade do produto. Ora, a actividade da imprensa, para além de ser pouco ou nada rentável, naquele meio cultural, podia ser também um sorvedouro, sem contrapartida, do curto e parco orçamento da Província.

No entanto, estas dificuldades não impediram que, por iniciativas avulsas e com esforço

suplementar económico, aparecessem em Timor algumas publicações periódicas, em português, com interesse local e não só.

A Diocese de Dili-Timor, não obstante muitas dificuldades económicas, quis corresponder ao sonho de alguns jovens sacerdotes briosos, à cabeça dos quais figurava a personalidade do Rev P. Jorge Barros Duarte. Foi assim que nasceu a Revista Seara. O espírito desta Revista, numa primeira fase, era o de evitar o isolamento dos missionários que estavam espalhados pelo interior da Ilha. As suas páginas estavam abertas à partilha das experiências pastorais dos missionários. Paulatinamente, as suas páginas iam-se alargando a outros assuntos, de natureza antropológica, área em que os missionários estavam, de certo modo, à vontade, devido à sua preparação filosófico-teológica e, sobretudo, porque viviam permanentemente junto das populações. Aliás, uma experiência religiosa não é mais do que um trabalho de campo sobre os hábitos,



Escola de Vinilale, construída pelas autoridades portuguesas nos anos 30 do século XX. Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

os costumes e as tradições locais. Como exemplo típico, referimos os artigos e debates abertos à comunidade «letrada sobre o 'Barlaque'»¹⁶ e outros temas relacionados com os usos e costumes de Timor que, dada à exiguidade do espaço, não serão aqui abordados.

A instituição militar, tendo uma mística própria na sua maneira de estar no mundo e na sociedade concreta em que se insere – uma instituição de modelo espartano na disciplina e modelo da mística medieval de compromisso com os valores de lealdade, de honra, etc. – não quis deixar-se prender nas malhas do poder político. A instituição militar assume-se como o garante da paz, da estabilidade e da segurança da sociedade. De certo modo, ela estará acima das querelas particulares de corporativismos de qualquer natureza. Julgamos poder inferir desta premissa a razão pela qual o exército, em Timor, quis também ter um jornal próprio. Deste modo, foi lançado o jornal do exército, intitulado *A Província de Timor*. Como se calcula, os assuntos tratados deveriam ser apenas no âmbito militar, porque os seus problemas internos não teriam tanto interesse para a opinião pública.

Finalmente, não em termos cronológicos e de importância – porque a ordem é arbitrária – o jornal *A Voz de Timor*. A princípio, não era, de facto, a Voz de Timor. Era o jornal do governo da Província, portanto, seria mais lógico dizer *A Voz do Governo da Província*. E isto, porque este jornal só se limitava a dar notícias das actividades do governo – visitas e uma ou outra inauguração das escassas obras públicas – e a publicar os boletins informativos sobre nomeações dos funcionários e o seu estatuto jurídico e um ou outro artigo da Lei emanada da Assembleia Nacional ou diplomas do Governo relativos às colónias, caso concreto, à colónia de Timor.

Depois do movimento dos Capitães de 25 de Abril de 1974, com o aparecimento dos partidos e associações políticas, o jornal *A Voz de Timor*

ganhou novo élan. Passou a ter mais páginas e com maior tiragem, tal era a ânsia de notícias, da parte da juventude letrada, activa e militante, sobre as actividades, os projectos e as iniciativas dos partidos políticos, então, emergentes da situação criada pelo MFA. De facto, os partidos políticos interessavam-se pela imprensa, porque era um meio eficaz, para além da rádio, junto dos jovens estudantes, os quais constituíam a esperança de Timor. Os dois maiores partidos nacionalistas – a UDT e a Fretilin – nunca punham em causa a adopção do português como a língua oficial dum Timor independente. Como suporte desta política nacionalista, os alunos que afluíam do interior da Ilha para Dili, para frequentar o liceu Dr. Francisco Machado e a Escola Técnica, Prof. Dr. Silva Cunha, preenchiam por completo, essas duas instituições de ensino, com o mesmo programa curricular do de Portugal. Tentou-se uma reforma que não deu resultados práticos, por razões de ordem ideológica e estranhas à realidade local. Só que este entusiasmo juvenil foi interrompido pela luta fratricida entre a UDT e a Fretilin e pela posterior invasão de Timor pelo exército do regime de Jacarta. Entra-se num novo ciclo, o mais dramático da história do Povo de Timor. Não se compara à ocupação japonesa, na Segunda Grande Guerra.

O regime de Jacarta proibiu o ensino de português em Timor. Fechou a escola de S. José, em Dili. Não obstante estas limitações, o povo continuava a cantar em português, não se coibia de, publicamente, rezar em português, desafiando assim o bahasa indonésio – língua indonésia – que relegavam para a sua função exclusivamente administrativa. A resistência adoptava o português como língua de resistência. Por isso, os escritos do Xanana Gusmão que eram divulgados e circulavam, clandestinamente, entre o povo e os guerrilheiros eram em português, escritos esses que constituíam autênticos trechos de rara elegância literária.



O referendo de 1999 pareceu abrir uma nova era de libertação, em todas as latitudes, para o povo de Timor. Porém, a política da UNTAET em Timor parece não agradar aos timorenses, desde os seus dirigentes ao povo simples. Não entrando na esfera misteriosa, e por isso, perigosa, dos meandros da política internacional e circunscrevendo-nos apenas à língua portuguesa, o CRNT – Conselho Nacional da Resistência Timorense, na sua Convenção em Peni-

che – e a Assembleia Constituinte de Timor, posteriormente transformada em Legislativa, proclamaram o português como a futura língua oficial da República de Timor Loro Sa'e ou Timor Leste. A verdade, porém, é que a UNTAET tem adoptado uma política discriminatória em relação ao português. Os panfletos que mandou circular entre a população para lhe dar informações sobre vários assuntos acerca do direito ao voto, são um verdadeiro atentado e insulto à lín-

Escola em Bobonaro, c. 1970. Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

gua de Camões, de Vieira, de Pessoa e de todos nós. É, no mínimo estranho, porque o chefe da UNTAET fala português, ainda que seja brasileiro. Além do mais, temos em Timor, muitos professores portugueses, a ensinar o Português em Timor. Não vamos mais longe: entre os sacerdotes, há quem domine perfeitamente e com elegância conceptual e literária a língua portuguesa. Porque não consultá-los?

Por outro lado, as ambiguidades do governo timorense actual sobre uma possível entrada de Timor na comunidade anglófona, na pegada de Moçambique, deixam perplexo o povo de Timor.

Por tudo isso, consideramos que não será suficiente enviar professores de português para Timor. É necessário implementar uma política de cooperação Portugal/Timor, na área de educação e uma presença activa do Instituto de Camões, em Timor, desenvolvendo actividades de divulgação, de informação e de formação de professores naturais no domínio da língua portuguesa na sua vertente escrita e oral. E porque

não um jornal ou uma revista em língua portuguesa, da responsabilidade do Instituto de Camões?

¹ Autor do livro *Funo: guerra em Timor*, Porto, Edições A.O.U., 1946.

² Autor do livro *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*, Lisboa, Agência-Geral das Colónias, 1943.

³ Teófilo DUARTE, *Ocupação e Colonização Branca de Timor*, Porto, Educação Nacional, 1944, pp. 124-125.

⁴ Idem, *ibidem*, pp. 127-ss.

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 132-ss.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 134.

⁷ *Timor: pequena monografia*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 93.

⁸ *Ibidem*, p. 33.

⁹ *Ibidem*, p. 93.

¹⁰ Artur de SÁ, *Timor*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1952, p. 55.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 55.

¹² *Timor: pequena monografia*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 93.

¹³ Luís Filipe dos Reis THOMAZ, «A língua portuguesa em Timor», separata do *Congresso Sobre a Situação Actual da Língua Portuguesa no Mundo* (1983), Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, pp. 322 e 325.

¹⁴ *Timor: pequena monografia*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970, p. 130.

¹⁵ *Ibidem*, p. 15.

¹⁶ *Barlaque*, ritual do casamento tradicional.

Escola em aquartelamento português, c. 1970.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.



Borja da Costa: Um Poeta e uma Fundação Quando florescer o arroz...

M a r i a J ú l i a F e r n a n d e s

Jornalista

*Qual é a causa porque o teu milho não espiga
Qual é a causa porque o teu arroz não floresce
Qual é a causa da tua fome
Qual é a causa do teu suor sem fim*

(Kolele Mai, Francisco Borja da Costa)

FRANCISCO BORJA DA COSTA MORREU NO PRIMEIRO dia da invasão indonésia de Timor, 7 de Dezembro de 1975. Estava ocasionalmente a dormir num lar de estudantes em Díli. Saiu à rua para ver o que se passava e foi imediatamente atingido por um projectil. Morreu logo. Não foi um fim imprevisível, dadas as ligações políticas de Borja da Costa, mas chegara cedo de mais. Terminava assim uma vida, calava-se uma voz que prometia dar a Timor muitos e variados cantos. No entanto, hoje quando alguém cantar o hino nacional timorense vai estar a repetir as palavras escritas por Borja da Costa.

O Poeta

«*Qual é a causa porque o teu milho não espiga, qual é a causa porque o teu arroz não floresce...*» A pergunta é de estilo. O poeta pretende apenas chamar a atenção para o sofrimento do seu povo cuja causa, não respondida no poema (*Quem exactamente é o causador?*), está implícita... é o colonialismo. O poema não tem data, ignora-se quando Borja da Costa o escreveu e em que circunstâncias. Mas a maior parte do que escreveu, ou que pelo menos se conhece dele, é uma exaltação ao seu povo... o povo timorense. Uma vida curta, que não chegou a presenciar o drama da ocupação de Timor com todo o seu cortejo de desgraças.

Francisco Borja da Costa nasceu a 14 de Outubro de 1946, em Fatu Belac, na circunscrição de Manatuto, filho do *liurai* Antonio Costa, do posto de Fatu Berliu.

Naqueles tempos subseqüentes à II guerra, ainda estava fresca na memória a presença dos



Campos de arroz em Baagia, Baucau.
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

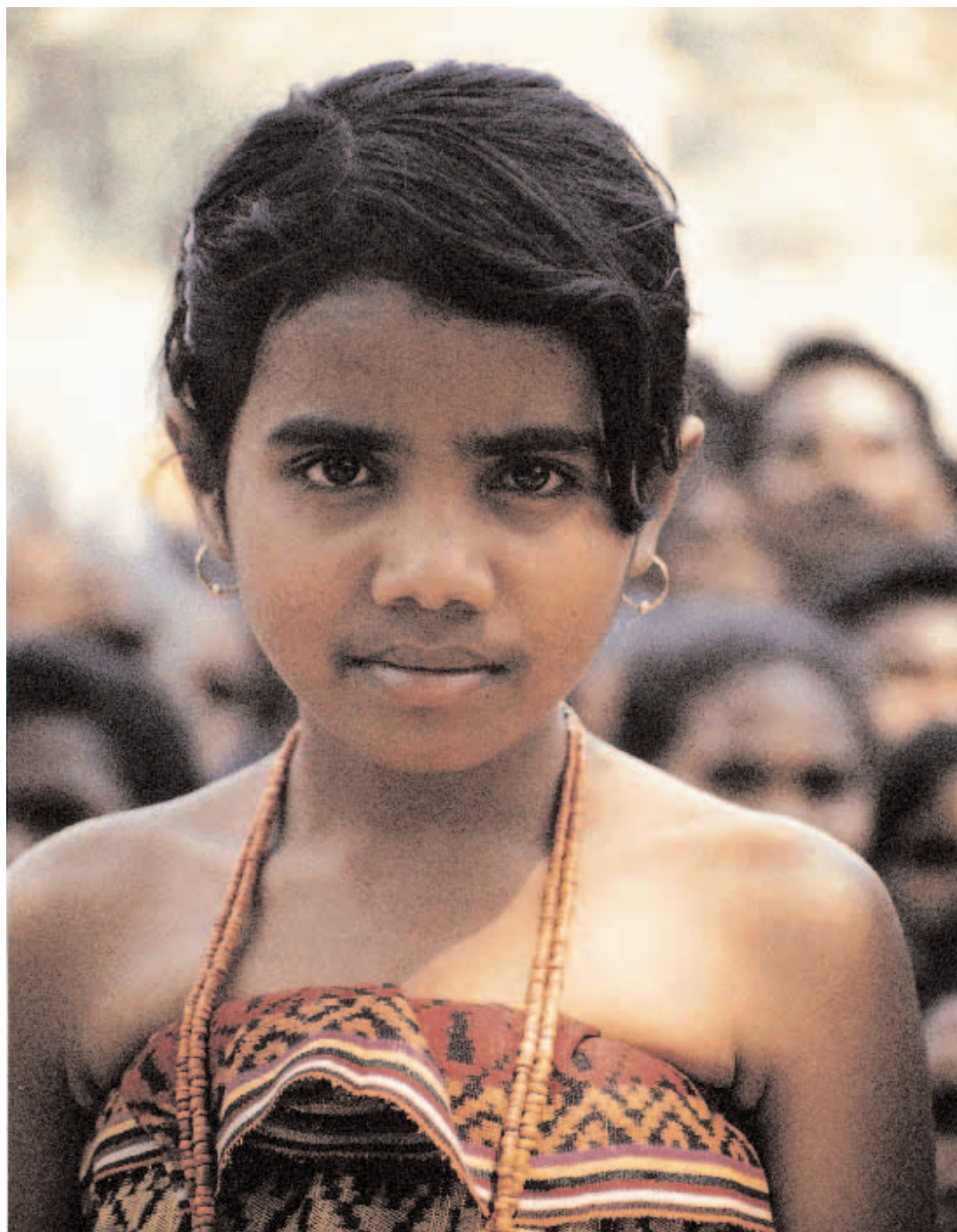
japoneses que ocuparam a colónia em nome do Eixo e os campos de concentração que criaram na ilha, e as histórias da resistência de alguns timorenses que pagaram com a vida a rebeldia de se terem oposto aos invasores.

Na terra de Francisco, onde o pai representava a autoridade tradicional máxima, vivia-se de forma simples, da agricultura e das manadas de búfalos que engordavam à conta da comida farta dos campos fertilíssimos no total respeito pelas tradições. Tal como no restante território, não havia indústrias e todos trabalhavam na agricultura, salvo os raros funcionários do

governo e os sacerdotes a quem competia zelar pelo lado espiritual cristão da vida dos timorenses.

Borja da Costa seguiu o percurso das crianças do seu tempo no seio de uma família tradicional, alargada a 16 irmãos e aos restantes parentes, à sombra do Monte Ramelau, morada dos espíritos dos antepassados, numa paisagem amena pontilhada de *knuas*, embalado pelo lento desfiar de genealogias recitadas pelos mais velhos.

Ainda fez a antiga quarta classe em Soibada e depois seguiu para a escola em Díli e para o



emprego na função pública, dos poucos possíveis numa ilha sem grandes saídas que não fossem a agricultura, a vida religiosa ou a administração colonial.

Mas, Francisco tinha outras ambições que passavam por um futuro diferente para a sua ilha. Como muitos jovens da mesma geração, ligou-se aos grupos políticos que queriam a independência para o território. Foi um dos fundadores da FRETILIN e o seu nome estava numa lista de gente a abater que os indonésios já levavam na invasão.

Era um homem discreto, extremamente magro, de olhos vivos, amável e conversador embora cheio daquela reserva polida que os timorenses demonstram sempre nos primeiros contactos. No fundo da alma, era diferente de muitos outros do seu tempo. A par da paixão pela ilha onde queria ver nascer um país a sério, amava a leitura, a escrita e a poesia.

Ainda em Timor, tinha poetas que amava mais do que outros, como por exemplo Antero de Quental e Fernando Pessoa; depois, quando veio para Lisboa, lia tudo o que podia. Uma amiga que o conheceu então lembra-se de ele «*andar sempre com a eterna mochila do tempo da tropa* (passada em Timor) *e com um bloco de notas, a escrever tudo o que o impressionava*».

O 25 de Abril de 1974 encontrou-o, por acaso, em Lisboa onde chegara uns meses antes para estagiar no *Diário de Notícias* e em *O Século*. Já Borja da Costa havia escolhido uma profissão: era jornalista do semanário a *Voz de Timor* para onde regressaria depois do estágio.

Na capital, juntou-se aos poucos estudantes timorenses que aqui viviam, cerca de vinte dos quais, talvez, sete fossem universitários. Mobilizado pelos acontecimentos políticos, o grupo ocupou a Casa de Timor, uma associação dirigida por antigos governadores de Timor. Depois de informarem o MFA das suas intenções de democratizarem o espaço considerado «colo-

nialista», convocaram um plenário de todos os timorenses a viver em Lisboa e proclamaram a «Casa dos Timores». Situava-se nas imediações do Teatro Maria Matos e não sobreviveu ao ano de 1978.

Na «Casa dos Timores», Borja da Costa sentia-se iluminado, dava largas às suas artes de bom conversador, promovia saraus culturais, dizia poesia e chamava a atenção para uma cultura completamente desconhecida da gente da metrópole. Dizem alguns companheiros desse tempo que muitos dos poemas de Borja da Costa foram escritos no ambiente caloroso da «Casa dos Timores».

Em Setembro desse ano revolucionário, Francisco já estava em Timor para juntamente com outros camaradas (Mari Alkatiri, Nicolau Lobato, Abílio e Guilhermina Araújo, Xavier do Amaral, entre outros) fundarem oficialmente a Fretilin (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente), herdeira de uma outra organização, a ASDT (Associação Social Democrática Timorense) que também perseguiu ideais independentistas.

O nome Fretilin, foi, aliás, proposto pelo próprio Borja da Costa.

Regressa quase a seguir para Lisboa, para novo estágio, desta vez, no Jornal *República* e parte novamente para Timor onde, em 7 de Dezembro de 1975, se encontrou com a morte sem nunca ter tido tempo, sequer, para pegar em armas contra o exército invasor.

Deixou uns tantos poemas, ao certo não se sabe quantos, porque ou se perderam ou nunca saíram dos caderninhos onde foram escritos e os caderninhos também levaram sumiço na guerra destruidora que se seguiu à sua morte. No entanto, alguns ainda deram à estampa em publicações várias.

Uma das poesias mais conhecidas veio publicada no último número da revista *Coral*, e tem por título «Um minuto de silêncio»:

*Calai / Montes / Vales e fontes / regatos e ribei-
ros / pedras dos caminhos / E ervas do chão, / calai;
calai / Pássaros do ar / E ondas do mar / Ventos
que sopram nas praias que sobram / de terras de
ninguém, / Calai; Calai / Canas e bambu s/ Árvo-
res e 'ai-rús' / palmeiras e capim / na verdura sem
fim / do pequeno Timor, / Calai / Calai-vos e
calemo-nos / POR UM MINUTO / É tempo de
silêncio / no silêncio do tempo / ao tempo da vida
/ PELA PÁTRIA / PELA NAÇÃO / PELO POVO /
PELA NOSSA / LIBERTAÇÃO / CALAI UM
MINUTO DE SILÊNCIO.*

Na opinião de um amigo e companheiro de percurso que com ele musicou alguns versos, Abílio Araújo, os poemas de Francisco Borja da Costa apresentam uma inovação que, se não fosse por outras qualidades, faria dele um nome grande na poesia de Timor. «*Ele agarrou a poe-
sia tradicional em Tétum clássico, e recriou-a
adaptando-a, nomeadamente com recurso à uti-
lização dos paralelismos, a repetição sincopada
de uma ideia. Ao ler o que ele escrevia, quem com-
preende Tétum sente que está a ouvir os discursos
poéticos ditos pelos homens sábios por ocasião
das festas tradicionais timorenses, como o barlak
(o casamento gentilico), por exemplo*».

A utilização dessa técnica é visível nestes versos:

Maun-alin alin-maun see tilun mai

Irmãos Escutai!

Oh! Rona, maun-alin sira, oh!

Ouvi, Irmãos!

Ita mesa oa kiak, mesa ema kiak

somos filhos de gente pobre, somos
gente necessitada

Mesa mesa oa kiak, mesa ema kiak

todos de gente necessitada, todos de
gente pobre

Tan sa, Ta see, tan ba sa

Por quê, por quem, por causa de quê?

Tan sa, tan see, tan ba see,

Por quê, por quem, por causa de quem

Tan matan ema taka, neon ema taka

Porque nos vendaram os olhos e nos
impediram de pensar

Tan ema taka dalan, ema deo dalan

Porque cancelaram e obstruíram o
nosso caminho

A Fundação

Num bairro residencial de Lisboa, uma porta fechada deve intrigar os vizinhos que habi- tuados durante anos a uma actividade regular de entradas e saídas à hora do expediente, deixa- ram de ver movimento naquela casa de timo- renses. Mais intrigante ainda deve parecer a placa, discreta, maltratada pelo tempo que asse- gura ser aquela a *Fundação Austronésia Borja da Costa*. Pela porta entraram caras conhecidas que hoje fazem parte do governo de Timor, ou que aparecem de vez em quando nos jornais e tele- visões ligados ao mais jovem país do mundo.

Lá dentro, ainda há um ou outro *tais* (pano de algodão tecido em casa) dos muitos que enfeitavam as paredes, uma ou outra miniatura da casa típica de madeira com telhados muito inclinados e estacas que a separavam do chão de terra, uma fotografia de um búfalo de trabalho, dentro do rio, a ajudar um camponês, papéis e livros. Mas que casa misteriosa é esta?

Onze anos depois da morte de Francisco Borja da Costa, já ia longa a lista de dramas e mortes em Timor, nascia em Lisboa uma funda- ção que leva o seu nome: *A Fundação Austroné- sia Borja da Costa* (FABC).

Erguida graças aos apoios de ONG's (organi- zações não governamentais) estrangeiras, nomeadamente da Holanda, da Suécia e de Inglaterra, a instituição de que eram fundadores alguns dos antigos companheiros timorenses do poeta, tinha, entre os seus objectivos, o estudo e a divulgação da Língua Tétum, a defesa, o desen- volvimento e a divulgação da cultura e identi- dade de Timor-leste.



© REGINA SANTOS

>
Tecelã de panos *tais*. Fotografia
de Eduardo Gajeiro



Devido a questões internas que se prendem com diferenças de opinião (e desacertos políticos, até) entre os fundadores, a instituição que ainda mantém a sede não muito longe da antiga «Casa dos Timores», está adormecida desde 1993.

Ao longo de sete anos, a FABC, cujo símbolo é um sol radioso a nascer atrás do Monte Ramelau, funcionou, de facto, como uma casa da cultura timorense em Portugal. Publicou obras como a *Cantolenda Maubere* (tri-lingue, Português, Inglês e Tétum) organizada pelo poeta timorense Fernando Sylvain; *Tebe*, colectânea de canções populares de Timor-Leste compiladas pelo maestro Simão Barreto; a revista *Coral*, de grande divulgação da História, Antropologia e Literatura de Timor, de que saíram três números.

Fez várias exposições sobre Timor, levadas às escolas de todo o país; organizou um levantamento bibliográfico (ainda por publicar) das obras e documentos sobre Timor existentes nas principais bibliotecas e instituições portuguesas.

Por último, e não menos importante, a FABC com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, distribuiu bolsas a jovens timorenses que assim puderam completar em Portugal estudos liceais e universitários. Foram atribuídas mais de 200 bolsas.

No entanto, apesar das portas da Borja da Costa estarem fechadas, as bolsas suportadas pela Gulbenkian nunca deixaram de ser distribuídas até hoje e os assuntos são tratados quando é preciso. O Luís encarregou-se dessa tarefa que mantém religiosamente e sem receber nada em troca. Mas o Luís não é só um timorense a viver em Lisboa, nem o antigo director-adjunto da revista *Coral* nem apenas o professor de Tétum que escreveu um dicionário de Tétum-Português e um guia de conversação na mesma Língua. O Luís é irmão do poeta Francisco Borja da Costa.

O Timor de Ruy Cinatti

P e t e r S t i l w e l l

ERA JULHO DE 1946. RUY CINATTI CHEGAVA A TIMOR pela primeira vez, aos trinta e um anos de idade. Após o interregno da ocupação japonesa, Portugal retomava a administração da sua colónia, e o poeta e silvicultor acabava de ser nomeado secretário do governador Óscar Ruas.

O Império do Sol invadira a ilha em 1942, a pretexto de combater as tropas holandesas e australianas presentes no território sem autorização de Lisboa. Três anos depois, retirara sem deixar pedra sobre pedra. «*Não se podem imaginar os estragos causados pela fúria de destruição dos japoneses. São os edifícios e as florestas. Foram as manadas de cavalos e os rebanhos de búfalos. Até os veados. E o estado miserável da população [...] confirma o martírio e a fome a que a ilha esteve sujeita desde 1942*»¹.

Apesar disso, Cinatti realizava um sonho: «*Metropolitano recém-chegado, eu era, virgem e tonto frente a incríveis maravilhas*»². Anos antes, acompanhara em imaginação o navegador solitário, Alain Gerbault, até à longínqua colónia portuguesa. Agora o mar, os corais, as flores, a «*penumbra e arcada de árvores*»... representavam a sua primeira visão das ilhas do Mar do Sul³:



Visão

Para Alain Gerbault, falecido em Dili.

Levanto as minhas mãos repletas de água.
Amanheceu!

Sonho no mar sereias: algas,
Corais limosos... Eu acordava
Entre aguaceiros límpidos. Pinhais,
Pássaros, flores, penumbra e arcada de
árvores

– Momento
Que ao de leve anotava.
Serenamente explorava
Apelos e miragens.

Era o mar cheio de estrelas,
Barcos partindo para não sei onde.
Ondulações magnéticas, antenas.
Ansiedade...

Eram ilhas
Hercúleas: coroas
Vegetais sobrenadando
Altos castelos submersos e, apenas,
(«Sepultem-me no mar, longe de tudo»),
Alain,
Entre vagas, velas e gaivotas.

Levanto as minhas mãos repletas de água.
Amanheceu!

Os tempos eram de reconstrução, e ganhavam nova vida em Cinatti as reflexões do seu tempo de universitário. Parecia-lhe entrever como integrar profissão e vocação poética. Sonha um desenvolvimento do território que integre ética e ciência. Refazer rapidamente a economia destruída era, a seu ver, um contrasenso. «Uma exploração científica também se não faz rapidamente. Sou, por intuição poética e

formação profissional, contrário ao imediatismo, à rapidez que considero o mais anti-económico possível»⁴. Julgava poder «contribuir com o [seu] esforço para a obra de reconstrução em todos os sectores relacionados com a agricultura, a re-arborização e a protecção da natureza»⁵.

Mas a realidade provou ser diferente. Pelo menos de início. Cinatti viu-se confinado aos serviços de secretaria até que, por fim, sofreu um esgotamento. Então o Governador compadeceu-se, e durante os últimos meses de 1947 o jovem agrónomo e poeta foi autorizado a percorrer livremente o território, com timorenses a orientá-lo, a fim de recolher elementos para a sua tese de licenciatura. É desse período o seu levantamento fito-geográfico de Timor, até hoje o mais exaustivo alguma vez realizado⁶.

Um ano depois, descreve em síntese a paisagem que conheceu nessas caminhadas: «A vegetação de Timor, ao contrário do que se imagina, não é composta exclusivamente por agrupamentos de natureza tropical, nem oprime o espírito ao ponto de nos considerarmos irremediavelmente à mercê do poder dos elementos da selva. A oito graus de latitude sul, a ilha oferece-nos o espectáculo incomparável de uma vegetação cintilante e vária que, conforme as regiões, se sintetiza em paisagens dos mais diferentes países do mundo. As florestas do Eucalyptus obliqua transportam-nos à Nova Gales do Sul e à Tasmânia, já perto do círculo antártico; os parques de Tamarindus e de Ziziphus, a certos espaços do nosso Alentejo; os planaltos de Fuiloro lembram os campos e os bosques do norte da Europa, a verdura luminosa dos condados ingleses; e, na estação seca, as florestas de paus-rosas, dir-se-iam imitar os maciços arbóreos do Buçaco ou Gerez. A par disso, é um prolongamento de Samatra, Java e outras ilhas de vegetação genesiaca, mas harmoniosamente equilibrada. Não admira que o espírito sensível de Alberto Osório de Castro fosse levado a confessar: «A flora de Timor, misteriosa e

fremente, em mim produz por vezes o mesmo 'grand songe terrestre', igual vertigem e ardente ebriedade pânica à que me dão certos poemas...»⁷.

De 1948 a 1951 Cinatti encontra-se em Lisboa. Redige e entrega a tese – aprovada com 19 valores – e quase de imediato regressa a Timor como chefe dos Serviços de Agricultura. A falta de condições objectivas e subjectivas de trabalho redundam, porém, em cinco anos de frustração: «*A inacção / reduzia-me ao espírito: / fórmula esfarrapada*»⁸.

De novo, é no contacto directo e contemplação da natureza que encontra algum conforto:



[...]

Mas eu bebo a água das fontes
e fico boquiaberto. Eu vejo a folha
deambulando como um pensamento
que finalmente repousa sobre outro
pensamento
até formar sedimentos com que amoldo
a argila
do meu corpo arquejante de sensação
alma⁹.

Entretanto, aprofunda-se nele o afecto pelos timorenses e a admiração pela sua cultura que haviam despertado nas caminhadas de 1947: «*foi por simpatia, início de vivência redobrada, e menos por curiosidade renascida, que o Timorense se destacou da paisagem comum: símbolo de gentes exóticas; abstracção humanística; corpo e alma que por mim passava e me dera o seu nome para que o chamasse... O Timorense meu amigo era, afinal, um homem como eu*»¹⁰. Em poema retrospectivo de 1974, Cinatti recorda as amizades que teceu então como algo que o salvou em momento crítico:

Foi a paisagem
que me afundou.

A pouco
e pouco
os homens içaram-me.

Milagre? – Não!
Foi só amor.
Assim Timor,
os Timorenses¹¹.

Cada vez mais Cinatti se convence que um desenvolvimento agrícola sustentável de Timor será possível só numa articulação íntima com a cultura local e no respeito pela conservação das florestas. Mas aquilo a que assiste, porém, quase



impotente, é ao abate das árvores – desde os gondões e camenassas de Díli às florestas que fixavam as encostas – e à degradação económica e social dos timorenses. Escreve-o num poema que *«talvez reflecta uma das minhas mais cruciantes verificações – a de que nada poderia fazer em prol dos Timorenses se a minha actuação se não processasse em pé de igualdade, mediante um consenso cultural que minorasse as diferenças civilizacionais [...]». O processo, por demais complexo em teoria, parecia-me (ainda me parece) extremamente simples na prática, desde que os agentes – passivos-activos, activos-passivos – se compenetrassem de que a dádiva de si mesmos tem que estar acima de todos os interesses colectivos ou individuais»*¹².

Propósito Inadiável

O que magoa é ver o pobre timorense esquelético beber água do pântano, onde se escoam lixos, comer poeira e saudar-me, quando rodo na estrada, deus ocioso.

Tantos e tantos outros, timorenses esqueléticos, olham-me como se dever fosse abrir covas, plantar repasto de milho, arroz e carne, encher copos vazios, de bebedeira e sonho, que não magoe, mortifique o ócio reanime o tempo.

Fugir é melhor que prometer esperança em melhores dias.

Fugir é atrasar
o discurso limite
travado pelas rodas
da dúvida maníaca.

Eu não prometo nada.
Invoco os montes
feridos pela luz,
o mar que me circunda
em Díli terra-tédio e de má gente.

Afino-me pelo timbre
limpo das almas
dos timorenses esqueléticos
que me soletram vivo.

E sigo,
limpo na alma e no rosto,
sujeito à condição que me redime.
Os timorenses só terão razão
quando me matarem¹³.

Quando, em princípios de 1956, regressa à Metrópole de licença, Cinatti publica um manifesto «Em favor do Timorense»¹⁴ e dois anos depois entrega às autoridades em Lisboa um «Plano de Fomento Agrário para Timor»¹⁵. Entretanto, empenha-se em obter a anuência dos seus superiores para estudar Antropologia Social e Cultural. Em Outubro de 1957, fixa-se em Oxford e depois de obter um diploma inicial, prepara uma tese de doutoramento sobre «A Ecologia, a História e a Cultura Material do Timor Português, com referência especial ao Habitat das populações nativas».

Em Dezembro de 1961, regressa a Timor para recolher elementos para a tese, e anota, chocado, a delapidação em curso do património cultural do território: «*Por muito estranho que pareça, a presença histórica portuguesa é mais forte na parte indonésia, na antiga parte holandesa, do que na parte portuguesa, porque ali as*

coisas conservaram-se. Na parte portuguesa, os militares, administradores, etc. roubaram tudo [...]. Vi uma imagem de marfim, uma N.ª Sr.ª da Conceição, fábrica luso-indiana, ser trocada por uma N.ª Sr.ª de Fátima de plástico, daquelas que têm música... e mais 500 paus!»¹⁶.

Datam dessa visita os 6.000 metros de filme que dirigiu sobre Timor – hoje entregues ao cuidado do Museu de Etnologia e da Cinemateca Nacional. Ainda em 1962, celebra pactos de sangue com dois *liurai*, D. Armando Barreto e D. Adelino Ximénes, e tem acesso a pinturas rupes-tres ancestrais na ponta leste da ilha.

A sua última viagem a Timor decorre no Verão de 1966. Mas desta vez é o México, por onde passa no regresso, que o entusiasma sobremaneira: *«perdi completamente a cabeça. Ia lá só por causa da arqueologia, os Aztecas, os Maias, os Toltecas, mas depois fiquei fascinado com a etnografia actual. Ia para qualquer sítio numa camioneta de vidros azuis e voltava numa camioneta de quinta classe com janelas abertas, perus, patos, paragem em todas as aldeias, limonadas... e eu metido no meio daquela barafunda. Delirava!»*¹⁷. No entanto, era ainda Timor que o prendia. Por trás do entusiasmo germinava uma perspectiva de futuro para o território. O fim da era colonial portuguesa era para ele já uma evidência. Mas, tal como acontecera no México, talvez também Timor pudesse um dia dar corpo a uma cultura nova, nascida da permuta entre um património luso e as culturas locais: *«suma visão, que me fez chorar – a placa comemorativa que na Praça das Três Culturas, nos subúrbios da cidade do México, proclama a honra soberana de uma nação em marcha. Ei-los, os dizeres desta placa memorável: 'El 13 de Agosto de 1521 / Heroicamente defendido por Cuauhtemoc / Cayo Tlatelolco en poder de Hernan Cortez / No fue triunfo ni derrota / Fue doloroso nacimiento del pueblo mestizo / Que es el Mexico de hoy'»*¹⁸.

Cinatti nunca viu concretizar-se a visão que nele se esboçava. O regime, a braços com três



© RUY CINATTI

guerras em África, era insensível às utopias poéticas de um obscuro funcionário da Junta de Investigações do Ultramar. Talvez por isso, Cinatti regressou à poesia, abandonada desde 1958.

Os entusiasmos do 25 de Abril de 1974 não o iludiram. Em Janeiro de 1975, quis prevenir o país do perigo que se corria em Timor, mas a longa carta ao *Diário de Notícias* não chegou a ser publicada. Nela previa um tempo em que o

> Rapariga de Suai em traje de festa. Fotografia de Ruy Cinatti.



controle javanês sobre a insulândia viria a enfraquecer. Discretamente, aventava a hipótese duma futura fragmentação da Indonésia, e de as ilhas onde no passado mais se fizera sentir a influência portuguesa se virem a reconstituir como entidade autónoma.

Em Dezembro de 1975, deu-se o que temia: a invasão e anexação do território por ordem de Jacarta. Foi um golpe de que nunca mais recuperou. Remeteu-se, a partir de então, a um rigoroso silêncio em tudo o que dizia respeito de Timor. Mas quem o conhecia de perto, sabia que alimentava secretamente a esperança que assinalara um ano antes com a frase premonitória inscrita na contracapa de *Timor-Amor*:

Dantes a casa achava-se em ruína;
mas fez-se outra nova.
Avós nossos,
venham todos ver como ela está agora!

[De um rito de consagração timorense]

¹ Ruy Cinatti, «Timor “Ilha perdida, de mistérios densa”», in *Diário de Lisboa* (12 de Março de 1948).

² *Um Cancioneiro para Timor* (1968), Presença, Lisboa 1996, p. 19.

³ *O Livro do Nómada meu Amigo*, Lisboa, 1958.

⁴ «Timor “Ilha perdida, de mistérios densa”», in *Diário de Lisboa*, (12 de Março de 1948).

⁵ *De Timor*, dactilografado, 1949, p. 7.

⁶ *Reconhecimento Preliminar das Formações Florestais no Timor Português*, Lisboa, 1950.

⁷ «Páginas de um Diário Poético», in *Panorama*, 6/36-37 (1948).

⁸ Inédito publicado em Peter Stilwell, *A Condição Humana em Ruy Cinatti*, Presença, Lisboa 1995, p. 278.

⁹ *Uma Sequência Timorense*, Braga 1970, p. 49.

¹⁰ *Um Cancioneiro para Timor*, 1995, p. 21.

¹¹ *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga, 1974, pp. 65-66.

¹² *Paisagens Timorenses com Vultos*, Braga 1974, p. 149.

¹³ *Uma Sequência Timorense*, Braga 1970, pp. 41-42.

¹⁴ *Cidade Nova*, IV Série, n.º 5 (1956), pp. 306-310.

¹⁵ Texto inédito que se encontra no prelo.

¹⁶ «Conversa inacabada», in *Grande Reportagem*, n.º 18 (1985), pp. 44-46.

¹⁷ «Conversa inacabada», in *Grande Reportagem*, n.º 18 (1985), pp. 44-46.

¹⁸ *Manhã Imensa*, Lisboa, 1984, p. 49.

As Imagens de Timor

João Loureiro

AS IMAGENS DE VELHOS POSTAIS ILUSTRADOS constituem, a par de raros acervos fotográficos na maior parte na posse de particulares, a melhor fonte iconográfica para a construção da História Contemporânea de Timor – fins do século XIX e século XX.

E, neste como em tantos outros capítulos, são incontornáveis os espólios documentais armazenados nos arquivos e noutros tipos de instituições portuguesas, apesar da relativa escassez das imagens face à produção existente no domínio dos escritos.

Esta ilação antecipada é visível em sucessivos registos: desde a obra pioneira fundamental sobre Timor da autoria do governador Afonso de Castro, «As possessões portuguesas na Oceânia», editada em 1867, até às descrições dos primórdios do século passado da autoria de dois militares de pena escorreita, o tenente da marinha Jaime do Inso e o capitão Armando Pinto Correia; desde os estudos históricos dos anos 30 e 40 de Humberto Leitão, Faria de Moraes e Luna de Oliveira, até às abrangentes narrativas sobre «A Ilha Verde e Vermelha de Timor» do Juiz do quadro ultramarino Alberto Osório de Castro ou sobre a «Arquitectura Timorense» do agrónomo e etnólogo Ruy Cinatti; ou, finalmente, desde a extensa monografia elaborada por um militar culto como Hélio Felgas, nos anos subsequentes à reocupação do pós-guerra, aos recentes ensaios de universitários versados no Oriente português como Artur Teodoro de Matos ou Luis Filipe Thomaz.

Em todas estas obras e autores de referência na bibliografia timorense não são de facto abundantes os conteúdos iconográficos, salvo no caso do mencionado livro de Cinatti e numa interessante monografia denominada «Colónia Portuguesa de Timor», editada em Hong Kong, no ano de 1928, por incumbência do governador Teófilo Duarte, que contem uma colecção de vinte e uma fotografias de inenarrável valor docu-



Uma cerimônia oficial típica, nos fins dos anos 50, podendo ver-se, da esquerda para a direita: o indivíduo mais alto é o antigo deportado e comerciante Viegas Carrascalão, depois o administrador de circunscrição José Duarte Santa, o bispo de Díli, D. Jaime Goulart, e o governador Serpa Rosa (foto do álbum de D. Maria de Lurdes Duarte Santa, viúva do administrador Duarte Santa).

mental: edifícios de Díli (câmara municipal, hospital, mercado, escola, missão), cafeeiros e florestas, colonos europeus e régulos, postos militares e companhias indígenas de infantaria.

De salientar também, fora do âmbito das edições literárias, a existência de um raríssimo álbum de fotografias mandado organizar pelo antigo governador de Timor, Eng. Álvaro de Fontoura, em 1938, cobrindo aspectos da cidade de

Díli e de algumas vilas, das montanhas e das ribeiras, dos tipos étnicos e de facetas do quotidiano timorense.

Deste álbum, inexistente nas nossas principais bibliotecas e arquivos, apenas conheço dois exemplares na posse de particulares, a que aludi no meu livro «Postais Antigos & Outras Memórias de Timor» (1999).

E é precisamente nos velhos postais foto-



Um missionário e os seus educandos
(foto datada de 1909, que integra um lote
de trinta fotografias de Timor, pertencentes
à colecção particular de João Loureiro).



Rua do Comércio, Díli,
(postal editado por Geisler, c. 1910).



>
Edifício da Câmara Municipal de Díli, já desaparecido, (postal editado pela Missão Católica, c. 1935).

>>
Mulheres num bazar, (postal editado pelo Movimento Nacional Feminino, em Timor, c. 1968).

gráficos que se encontra um precioso auxiliar da reconstituição visual dos finais de Oitocentos e das posteriores décadas da presença portuguesa em Timor, embora o respectivo número de editores seja diminuto em relação a outras antigas colónias.

Alguns deles ainda se encontram por vezes nos alfarrabistas e lojas de curiosidades antigas

de Lisboa e de outras cidades portuguesas, ou são oferecidos de forma mais sofisticada e onerosa em leilões de livros e de papéis de valor.

Mas seguramente que, esquecidos nos armários e nas gavetas de antigos funcionários, militares ou residentes ultramarinos, ou arrumados a um canto de uma mala de porão, se encontrarão ainda dispersos pelo país verdadeiros tesouros da história e da iconografia da longínqua nação lusófona do Oriente.

Por tudo o que fica exposto não tenho muitas dúvidas que, na edificação dos alicerces da História de Timor, as fontes portuguesas, seja de que natureza for, não deixarão de ter um papel de relevo incontornável.

E que essa aliança de saberes e de afectos continuará a moldar de forma irresistível o relacionamento entre portugueses e timorenses.



Timor e o Cinema

José de Matos - Cruz

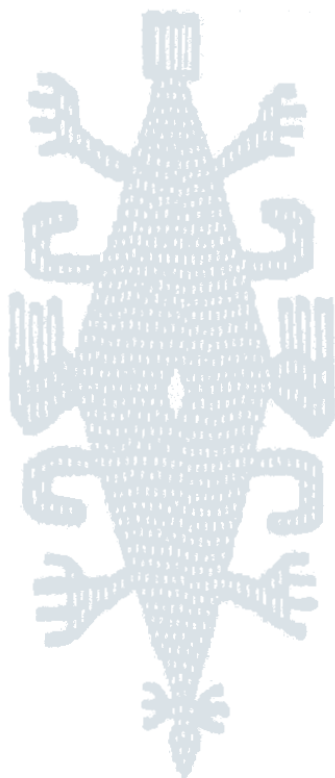
AO CONTRÁRIO DO ALCANCE NOUTROS TERRITÓRIOS sob administração portuguesa, no Extremo Oriente, o nosso cinema chegou tardio e precário a Timor Leste. As primeiras manifestações assinaláveis surgem no pós II Guerra Mundial, quanto ao reflexo da tragédia em actualidades na Metrópole. E só no início dos anos '50 se verificaram ciclos documentais, focando a natureza e os costumes, por João Mendes ou Ricardo Malheiro com os auspícios da Agência Geral do Ultramar. Este organismo oficial voltou a influenciar a intervenção de Miguel Spiguel na década seguinte, quando – no local, com uma perspectiva antropológica e etnográfica – Ruy Cinatti havia efectuado uma recolha meticulosa, abundante e excepcionalmente importante. Depois do Abril de 1974, coube a Margarida Gil estigmatizar Timor em peripécias ficcionais. Além dos testemunhos que desvendam o sacrifício e a afirmação do Povo Maubere, durante os anos '90, a transição para um novo Milénio comporta outras virtualidades criativas, num estímulo das relações luso-timorenses pela cultura da liberdade.

1946

JORNAL PORTUGUÊS - 55

35 mm – pb – 284 mt – 9 mn.

Supervisão: António Lopes Ribeiro; produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC; fot.: Manuel Luís Vieira, Octávio Bobone, Artur Costa de Macedo, Salazar Diniz, Alfredo Cristino Gomes; loc.: Augusto Pinto; mont.: António Lopes Ribeiro; lab. imagem: Tobis Portuguesa; produtor: Secretariado da Propaganda Nacional/SPN. Sócios-Gerentes da SPAC: Francisco Correia de Matos, Elisa Correia de Matos Lopes Ribeiro; distribuição: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/ SPAC; data estreia:



Abr. 1964.

Chegada a Lisboa dos repatriados de Timor, «que tão longe sofreram, nos anos angustiosos da conflagração (guerra) que assolou o mundo».

JORNAL PORTUGUÊS - 57

35 mm – pb – 275 mt – 10 mn.

Supervisão: António Lopes Ribeiro; produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC; fot.: Manuel Luís Vieira, Octávio Bobone, Artur Costa de Macedo, Salazar Diniz, Alfredo Cristino Gomes; loc.: Augusto Pinto; mont.: António Lopes Ribeiro; lab. imagem: Tobis Portuguesa; produtor: Secretariado da Propaganda Nacional/SPN. Sócios-Gerentes da SPAC: Francisco Correia de Matos, Elisa Correia de Matos Lopes Ribeiro; distribuição: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/ SPAC; data estreia: Mai 1946.

Chegada ao Cais de Alcântara do navio «Quanza», com o contingente das Forças Expedicionárias ao Médio Oriente - Timor; 1200 homens; dois netos do régulo D. Francisco da Costa Aleixo, «vítima dos invasores nipónicos».

1950

RESSURGIMENTO DA AGRICULTURA EM TIMOR

35 mm – pb – 573 mt – 20 mn.

Realização: Tony Berwald; produção: Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho/SAPTL; texto: Rogério Oliveira e Silva; planif.: Rogério Oliveira e Silva; fot.: Tony Berwald; dir. som: Bob Salzman; loc.: Sousa Leal; mont.: Tony Berwald; distribuição: Exclusivos Triunfo.

Estátua de José Celestino da Silva, fundador da SAPTL; feitorias notáveis no interior de Timor, circunscrição de Ermera; referência aos principais produtos: café, cacau e borracha. Café: trabalhadores indígenas, homens e mulheres; transporte em viatura para Dili; o «Timor Árábica», com selo da

«Cafeeira Lisboa»; embarque em Dili num navio mercante (misto) da KTM (Holanda). Cacau: apanha do fruto por mulheres e crianças; transporte para a aldeia; aldeãos escolhem e partem o fruto com catanas; recolha dos bagos; transporte dos bagos para a feitoria (secagem). Borracha: aspecto das matas; sangria da árvore da borracha; latex a escorrer de cortes transversais convergentes no tronco; transporte dos baldes para a feitoria, coagem, pasta, prensagem; logotipo da SAPTL-Timor; destinatário: Mabor, Lisboa. Na casa mãe da SAPTL, a Capela de Nossa Senhora de Fátima; missa dominical; danças indígenas no terreiro; barbeiro; mulheres nativas tocam instrumentos (percurso); a «dança dos pés» e a «dança das cabeças». Referência à Grande Guerra, que «destruiu tudo»; vista aérea de Dili, mostrando ruínas (ou vestígios de destruição) junto ao mar. Aspectos da construção da nova sede da Sociedade em Dili.

1952

ECOS DA VIAGEM MINISTERIAL AO ORIENTE

35 mm – pb – 430 mt – 15 mn.

Realização: Ricardo Malheiro; produção: Agência Geral do Ultramar; texto: José de Freitas; fot.: João de Macedo; dir. som: Enrique Dominguez; loc.: Augusto Fraga; mont.: João Mendes; produtor: Ricardo Malheiro; distribuição: Vitória Filme.

Os valiosos presentes em ouro, prata, marfim, madeiras preciosas, oferecidos ao Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, e sua mulher, Maria Margarida Guerra Junqueiro Sarmento Rodrigues, no decurso da sua visita à Índia Portuguesa, Timor e Macau, possível acervo de um futuro Museu do Ultramar.

TIMOR

35 mm – pb – 590 mt – 21 mn.

Realização: João Mendes; produção: Agência Geral do Ultramar; texto: Redondo Júnior; fot.: João de

Macedo; dir. som: Luís Barão; loc.: Raul Feio; mont.: João Mendes; lab. imagem: Lisboa Filme; reg. som: Lisboa Filme; produtor: Ricardo Malheiro; distribuição: Filmes Albuquerque; estreia: São Jorge; data estreia: 21 Mai 1953.

Timor - presença de Portugal na distante Oceania. Aspectos naturais, tradicionais e folclóricos.

Observações: Cf. Timor, «Portugal dos Mares do Sul» (1953).

1953

O JUBILÉU DE SALAZAR

35mm – pb – 337 mt – 12 mn.

Realização téc.: Serviços das Imagens de Portugal; supervisão: António Lopes Ribeiro; produção: Secretariado Nacional da Informação/SNI; texto: António Lopes Ribeiro; fot.: prv Perdigão Queiroga, Abel Escoto; loc.: Pedro Moutinho; mont.: António Lopes Ribeiro; lab. imagem: Lisboa Filme; distribuição: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC.

As diversas cerimónias que, ao longo do país, assinalaram - «por imperativo de consciência, mas contra a vontade de Salazar» - com festejos o vigésimo quinto aniversário da sua presença no Governo. Cortejo organizado por Cancela de Abreu, no qual participaram o povo, as forças armadas, os representantes indígenas da Guiné, Moçambique ou Timor, as bandeiras de todas as associações portuguesas, mesmo as espalhadas pelo mundo, e que se dirigiu à Assembleia Nacional.

TIMOR, PORTUGAL DOS MARES DO SUL

35 mm – pb – 257 mt – 9 mn.

Realização: Ricardo Malheiro; produção: Ricardo Malheiro; texto: Redondo Júnior; fot.: João de Macedo; dir. som: Luís Barão; loc.: Raul Feio; data rodagem: 1952; mont.: João Mendes; lab. imagem:

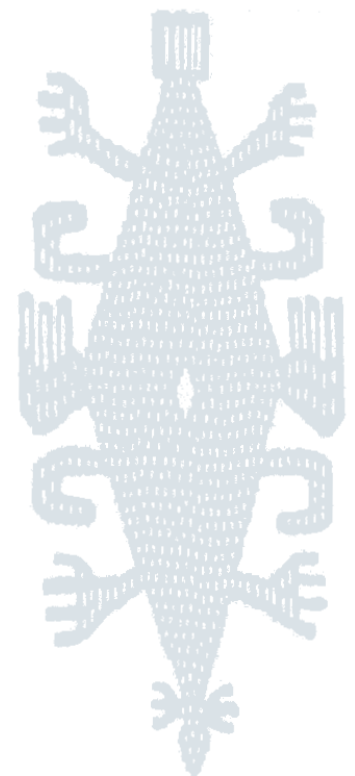
Lisboa Filme; reg. som: Lisboa Filme; patrocínio: Agência Geral do Ultramar.; distribuição: Mundial Filmes; estreia: São Jorge; data estreia: 21 Mai 1953. Oecussi: aterragem de avião. Timor: na estrada, região montanhosa (Tatamailau); cortejo de viaturas. Baucau: conjunto edificado numa colina sobre arrozais. Um grupo integrando sacerdotes e oficiais de marinha; igreja. Vila Salazar: «dança da pomba». Viqueque: cortejo do trabalho, corrida de cavalos. Ermera: desfile de guerreiros. Observações: Cf. «Timor» (1952).

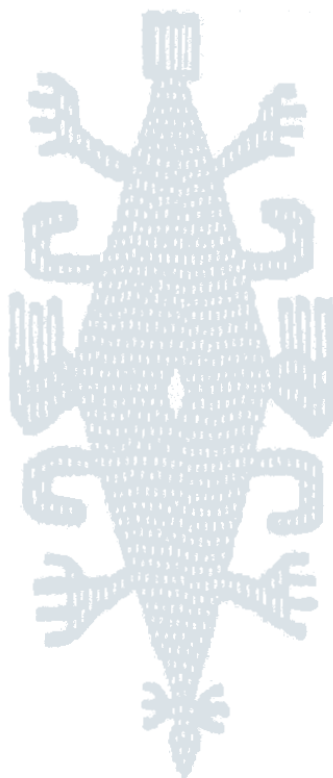
VIAGEM MINISTERIAL A TIMOR. VIAGEM DE SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DO ULTRAMAR AO ORIENTE - TIMOR VIAGEM MINISTERIAL ÀS PROVÍNCIAS DO ORIENTE - TIMOR

35 mm – pb – 534 mt – 19 mn.

Realização: Ricardo Malheiro; produção: Agência Geral do Ultramar; texto: José de Freitas; fot.: João de Macedo; dir. som: Enrique Dominguez; loc.: Augusto Fraga; mont.: João Mendes; produtor: Ricardo Malheiro; distribuição: Vitória Filme.

Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues. Em Malaca e Singapura. Timor: chegada a Dili; acompanhado pelo Governador Serpa Rosa, desfile da Mocidade Portuguesa, de naturais a cavalo. Aerodromo de Dili: de avião para o enclave de Oecussi; recepção de guerreiros Timures. Manatuto. Estação radio-telegráfica de Baucau. Hipódromo de Viqueque; Liurai dirige saudação em português; cortejo do trabalho indígena. Ossu: condecoração de chefes. Na estrada a caminho de Ailéu; monumento de homenagem aos massacrados em 1942 (invasão japonesa). A caminho de Ainaru, perto do monte Tatamailau. Dança de Lorosae (antiga dança dos guerreiros que representa uma homenagem aos vencidos antes da decapitação). Ermera (rodeada de matas de café); bombonaro: mulheres executam a dança da pomba (com lenço branco); guerreiros desfilam empunhando espadas. Palácio do governo; embarque no «Gonçalo Velho» e partida.





1954

**PORTUGUESES
NO MUNDO**

35 mm – pb – 574 mt – 21 mn.

Realização: João Mendes; produção: Felipe de Solms; argumento: Daniel Filipe; texto: Daniel Filipe; dir. som: Enrique Dominguez; loc.: Raul Feio; mont.: João Mendes; lab. imagem: Lisboa Filme, Centro de Cooperação Técnica; patrocínio: Campanha Nacional da Educação de Adultos/ /CNEA; distribuição: Europa Filmes.

O esforço de dilatação da fé, paralelamente à expansão do povo português no Mundo. Açores, Madeira, Cabo Verde, Guiné, São Tomé, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor - com natureza e população variada, e o símbolo duma unidade através de Portugal.

1955*

**AS MISSÕES
EM TIMOR**

35 mm – pb – 300 mt – 11 mn.

Produção: Agência Geral do Ultramar.

Material de arquivo.

Observações: *Ano prv.

RECONSTRUÇÃO DO TIMOR

35 mm – pb – 300 mt – 11 mn.

Produção: Agência Geral do Ultramar.

Material de arquivo.

Observações: *Ano prv.

1958

TIMOR

35 mm – pb – 700 mt – 25 mn.

Produção: Agência-Geral do Ultramar.

Material de arquivo.

1960

APONTAMENTOS TURÍSTICOS DE TIMOR

35 mm – c – 296 mt – 11 mn.

Realização: Aquilino Mendes; produção: Miguel Spiguel; fot.: Aquilino Mendes; dir. som: Augusto Lopes; mont.: Miguel Spiguel; lab. imagem: Tobis Portuguesa; patrocínio: Agência-Geral do Ultramar.

A beleza de Timor. Bailados típicos, danças guerreiras como o «Loro-Sá», luta de galos. Cavalaria de Mobara. Artesanato. Aldeamento da Raça. Praias, conchas.

NO EXTREMO ORIENTE PORTUGUÊS

35 mm – c – 308 mt – 11 mn.

Realização: Miguel Spiguel; produção: Miguel Spiguel; texto: Frederico Alves; fot.: Aquilino Mendes; dir. som: Augusto Lopes; loc.: Fernando Pessa; música: Pedro Lobo; mont.: Miguel Spiguel; lab. imagem: Tobis Portuguesa; patrocínio: Agência-Geral do Ultramar.

Quando um avião poisa em Dili, uma «terra portuguesa, antiga e longínqua, desconhecida para muitos» aparece, desvendada ao nosso olhar: é Timor. A bela paisagem e exuberante vegetação. Curtos aspectos de Dili e de uma aldeia indígena. Danças folclóricas «da cobra» e «das toalhas». Pesca com azagaia. Turismo - pousadas e piscinas. Artesanato: objectos de decoração, de tartaruga e prata. Costumes, tradições do povo - combates de galos e danças guerreiras. Baucau, zona turística. A Ponta de Tutuala.

**TIMOR
PORTUGUÊS**

35 mm – c – 360 mt – 12 mn.

Realização: Miguel Spiguel; produção: Miguel Spiguel; texto: Gastão da Cunha Ferreira. Planif/Seq: Miguel Spiguel; fot.: Aquilino Mendes; dir. som: Augusto Lopes; loc.: Fernando Pessa; música: Pedro Lobo; mont.: Miguel Spiguel; lab. imagem: Tobis

Portuguesa; dir. produção: Miguel Spiguel; patrocínio: Agência-Geral do Ultramar.

Timor - ilha descoberta pelos portugueses no século XVI. Tatuagem. Influência lusitana; serviços de saúde e da instrução. As Missões como fonte de educação e preparação para a vida agrícola e pecuária. O café - sua cultura, tratamento e exportação. A borracha, o cacau e o arroz - riquezas agrícolas da ilha; a pecuária como fonte de réditos.

1962

TIMOR

16 mm - c - 1708* mt.

Realização: Ruy Cinatti; produção: Centro de Estudos de Antropologia Tropical, Junta de Investigação do Ultramar; fot.: Salvador Fernandes, Ruy Cinatti; difusão: Museu de Etnologia.

Timor, 1957-60. Paisagens, flora, flores, lagoas, praias, fauna, comunidades piscatórias, construções nativas, habitações, raças, vivências do quotidiano, rotinas e rituais, cerimónias autóctones, sacrifícios do búfalo e da galinha, danças, trajes regionais, tecelagem, olaria, cultura popular.

Observações: *155 mn 30 sg. Material de arquivo, sem som. Em 1999, o Museu Nacional de Etnologia apresentou um Programa de Preservação e Tratamento Documental dos filmes de Ruy Cinatti realizados em Timor.

1964

TIMOR, PRESENÇA PORTUGUESA NA OCEÂNIA

16 mm - pb - 307 mt - 26 mn 30 sg.

Realização: Ribeiro Soares; produção: Agência Geral do Ultramar.

A viagem do Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Dr. Silva Cunha.

1966

PORTUGAL DE HOJE

35 mm - c - 2470 mt - 90 mn.

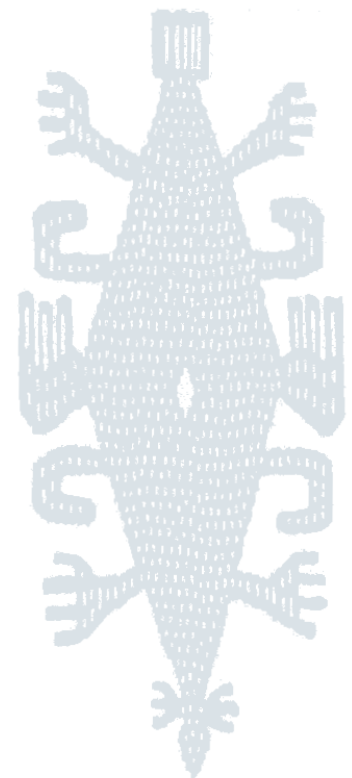
Realização: J.N. Pascal-Angot; produção: International Audio Vision; assist. realização: Henri Pamentier, Alfredo Tropa, Natacha Jourdan; argumento: J.N. Pascal-Angot; texto: António Gomes Ferreira, René Lebrun, Ben Smith; fot.: Fernand Tack, Jean Collomb; op. imagem: Roland Pontoizeau, Elso Roque, Jacques Van Der Heiden; assist. imagem: Carlos Manuel Silva, Francisco Silva, Mátió Pereira; iluminação: Manuel Carlos Silva, Gabriel Silva, Carlos Albero Sequeira, Jorge Manuel Simões; electricistas: Carlos F. Ferreira, Júlio A. Sequeira, Michel Ladovitch; loc.: A. Gomes Ferreira, René Lebrun, Ben Smith; mont.: Anita Fernandez, Bobette Liszek, Sophie Coussein; data rodagem: 1966; reg. som: Societé Industrielle de Sonorisation, Valentim de Carvalho; dir. produção: Fabienne de Jardin, René Henry Clerc, Maria Serpa Pimentel; assist. produção: Nicole Menant; patrocínio: Transportes Aéreos Portugueses/TAP; distribuição: Secretariado Nacional da Informação/SNI; ante-estreia: Tivoli; data ante-estreia: 9 Mar 1967; estreia: Monumental, Europa; data estreia: 25 Maio 1967. Panorâmica de aspectos sociais, económicos, culturais e turísticos do «mundo português», do Minho - Europa, a Timor - Oceania, com reflexos para uma informação actual em bases temáticas e não em áreas geográficas, destacando pautas como a fauna, a flora, potencialidades naturais, a arquitectura e os monumentos, mecanização agrícola, esforços de industrialização.

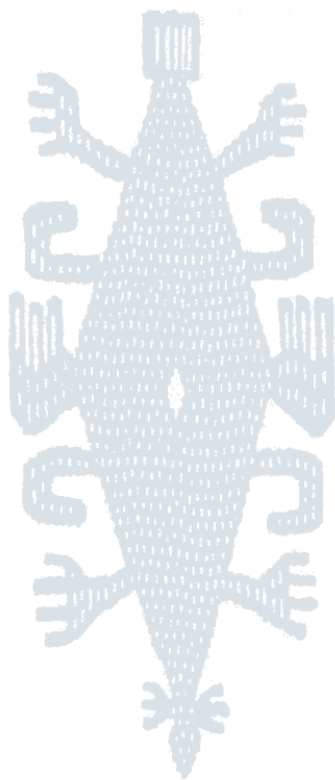
1967

O EXÉRCITO EM TIMOR

35 mm - pb - 430 mt - 15 mn.

Produção: Serviços Cartográficos do Exército.





Aspectos do Quartel de Lospalos. Outros aquarte-
lamentos e postos fronteiriços. Edifícios escolares e
assistência sanitária. Exercício de tropas. Jura-
mento de bandeira de soldados nativos.

PORTUGAL DO MEU AMOR

35 mm – c – 2316 mt – 84 mn.

Realização: Jean Manzon; produção: Américo Leite
Rosa; Jean Manzon Films, João Alencar Filho (Bra-
sil); supervisão: Italo di Belo; texto: David Nasser,
Gaston Bonheur; fot.: Marcel Grignon, João Este-
vão; op. imagem: (Colónias) António Estevão, Wil-
son Rocha, Domenico Pennachia; dir. som: Jean
Neny; loc.: Alberto Cury, Roland Ménard; música:
José Toledo. Direc Musical: Georges Henry; mont.:
Jean Manzon, Roberto Isnardon; data rodagem:
1966; lab. imagem: Rex Film; reg. som: Simo Franay
L.T.C. (Saint Cloud); relações públicas: Virgílio de
Morais; patrocínio: Transportes Aéreos Portugue-
ses/TAP; distribuição: Doperfilme; estreia: Estúdio
444; data estreia: 9 Nov 1967.

Do Minho a Timor, a imagem de Portugal colhida
na beleza de aldeias, vilas e cidades, com relevo
para Lisboa.

Aguarela paisagística, flagrantes, os vestígios duma
presença humana e material, como aliciantes para
um cartaz turístico.

Referências programáticas.

1969

EMBARQUE DE TROPAS PARA TIMOR, NO NAVIO «ÍNDIA»

16 mm – pb – 30 mt – 3 mn.

Realização: Manuel António Pires; produção:
Manuel António Pires; fot.: Manuel António Pires.
Lisboa. Despedidas no cais e pormenores do
embarque.

Observações: Só imagem; filme amador.

1971

TIMOR - APONTAMENTOS TURÍSTICOS

35 mm – c – 274 mt – 10 mn.

Realização: Miguel Spiguel; produção: Miguel Spi-
guel; fot.: Aquilino Mendes; loc.: Rui Romano;
mont.: Miguel Spiguel.

Dili: paisagem e arquitectura; bairros habitacio-
nais, hotéis, praias; redes de pesca e embarcações.
Ilha do Ataúde(Ataúro): conchas; gado – manadas
de búfalos; artesanato regional – tecidos e vergas;
caixas de madeira; cerâmica; manifestações folcló-
ricas – danças e rituais (reminescências guerreiras).
Tutuala (Tutuala): combate de galos. Cavalos de
Timor. Picos do Mundo Perdido. Habitações tradi-
cionais (estacaria) – aldeia. Uma pousada no Ilhéu
Saco (Jaco), o ponto mais oriental de Timor.

1970-73

TIMOR

16 mm – c – 334 mt – 30 mn.

Realização: Raquel Soeiro de Brito; produção: Ins-
tituto de Investigação Científica e Tropical; fot.:
Raquel Soeiro de Brito.

Aspectos geográficos, sociológicos, etnográficos e
antropológicos de Timor, sob administração portu-
guesa.

1979

O ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

16 mm – pb – Série – 5 c/m.

Realização: António de Macedo, Amílcar Lyra; pro-
dução: Cinequanon, Radiotelevisão Portuguesa/
/RTP; argumento: António de Macedo, Amílcar
Lyra. Consultora: Cândida Mendonça; fot.: Emílio
Pinto, Pedro Efe; assist. imagem: Carlos Mena,
Filipe; electricistas: Amadeu Lomar, Afonso; dir.
som: Carlos Aljustrel; mont.: Manuela Moura,

Celeste Alves; dir. produção: Cremilde Mourão; patrocínio: Comissão Nacional Para o Ano Internacional da Criança.

Títulos, temas e metragens de cada filme: «Criança Deslocada» (280 mt – 25 mn) Crianças que fazem parte de minorias – ciganas, timorenses, cabo-verdianas.

1988

FLORES AMARGAS

Vd – c – 55 mn.

Realização: Margarida Gil; produção: Radiotelevisão Portuguesa/RTP; série: «Fados»; argumento: Margarida Gil; fot.: Joaquim Pinto; selecção de intérpretes: Luís Costa, (Colaboração) Fundação Borja da Costa; exteriores: Vale do Jamor; data rodagem: 1988; produtor: Piedade Maio; patrocínio: Secretaria de Estado da Cultura/SEC. Emissão: RTP-Tv2. Data Emissão: 7 Dez 1992.

Participantes: Angelino, Romualdo Silva, Naturais de Timor.

Vale do Jamor, Quinta dos Balteiros. Uma beleza rasgada pelos casabres de zinco e tijolos que abrigam os refugiados de Timor, que chegaram desde 1976. Experiências, sonhos, segredos, desesperos. Um resistente, na terra ocupada pela Indonésia. A ligação de Portugal ao seu passado colonial. Uma relação por resolver e, também, uma relação de amor. «Flores amargas» é o nome de um ritual timorense que simboliza o tempo em que a alma se separa do corpo.

1989

ENTERRADOS VIVOS BURIED ALIVE

16 mm – c – 880* mt – 80 mn.

Realização: Gil Scrine, Rob Hibberd; produção: Gil

Scrine (Austrália); notas: *Outras versões: 680 mt – 60 mn – difusão em vídeo; argumento: Rob Hibberd; exteriores: Portugal, EUA, Austrália, Moçambique, Zimbabwe; distribuição: ITV4 (Inglaterra); ante-estreia: Universidade Tecnológica Nova Gales do Sul (Sidney, Austrália); data ante-estreia: 3 Jan 1989; estreia: Festival Internacional de Cinema de Sidney (Austrália); data estreia: Jun 1989.

Consequências da colonização portuguesa de Timor-Leste. A situação em Portugal desde a década de '50 até à guerra colonial, os acontecimentos do 25 de Abril e a evolução da situação em Timor-Leste. Invasão indonésia e esforços desenvolvidos pelos timorenses para continuarem a ser ouvidos nos foruns internacionais.

Observações: O projecto deste filme teve o apoio e colaboração, na Austrália, da Convergência Nacionalista – que reúne militantes timorenses da Fretilin e da UDT – e iniciou-se em 1986. Participaram, em Portugal, refugiados timorenses e jornalistas nacionais. Segundo GS, trata-se de «*um retrato do fim dum império colonial e da tentativa falhada de um povo para se autodeterminar*».

1991

MEN OF TIMOR

35 mm – c – 1/m prv.

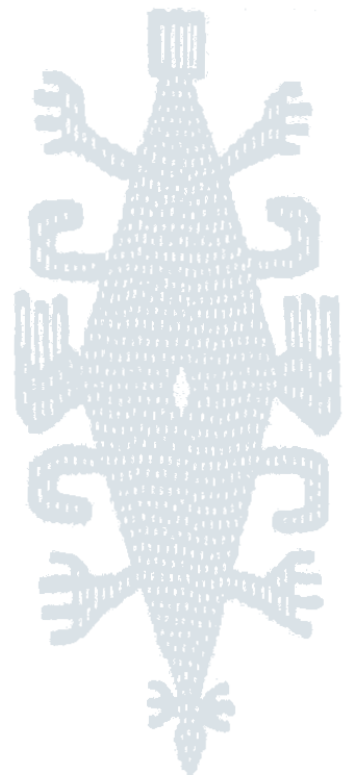
Produção: (Austrália); apresentação: (Sidney); data apresentação: 25 Jan 1992.

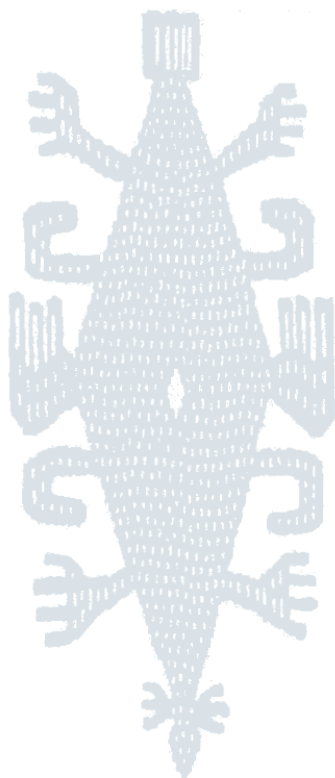
Observações: Consequências da presença de soldados australianos em Timor, durante a II Grande Guerra, sob administração portuguesa.

1992

ORANGE LARANJA

Vd – c – 60 sg.





Realização: Jorge de Castro Freire; produção: Shots; argumento: Edson Athayde, Ricardo Cabaço; fot.: Victor Estevão; música: Guilherme Inês; mont.: Helena Alves; apresentação: 21º Festival da Figueira da Foz; data apresentação: Set 1992.

A violação dos Direitos do Povo de Timor. Como alertar potenciais turistas a não se deslocarem a países onde se cometam crimes contra a Humanidade. A atracção do sumo de laranja e o «espremer» de uma população...

Observações: Betacam Sp.

TIMOR - MALAE BUTI LAO TE

Vd – c – 52 mn.

Realização: Alfredo Tropa; produção: Radiotelevisão Portuguesa/RTP; autores: Mário Lindolfo, Alípio de Freitas; organização: Departamento de Arquivo e Documentação da RTP; apresentação: Auditório RTP; data apresentação: 29 Out 1992.

A história de Timor Leste, desde 1957 até à data em que o navio «Lusitânia Expresso» partiu de Lisboa, levando, com destino ao Cemitério de Santa Cruz, a Missão Paz em Timor.

VALA COMUM

Vd – c – 50 sg.

Realização: Albano Lemos Pires; produção: Norte-Vídeo, Trimagem; argumento: Armando Braz, Jorge Carvalho, Albano Lemos Pires; fot.: Albino Pires, Jorge Carvalho; cenografia: Armando Braz, Jorge Carvalho; música: Américo de Sousa; mont.: António Nunes de Sousa; difusão: Instituto Politécnico do Porto; apresentação: 21º Festival de Cinema da Figueira da Foz; data apresentação: Set 1992.

O genocídio do povo maubere, simbolizado na queda sucessiva de estatuetas em gesso com 35 cm de altura.

Homenagem às mais de 200 000 vítimas da «solução final» da Indonésia, para o «problema» de Timor.

Observações: Betacam Sp.

1998

O ANJO DA GUARDA

35 mm – c – 2750 mt – 100 mn.

Realização: Margarida Gil; produção: AS Produções; Radiotelevisão Portuguesa/RTP; assist. realização: João Pinto Nogueira/Pinconé, Raul Correia; argumento: Margarida Gil. Diálogos: Maria Velho da Costa, Margarida Gil; fot.: Carlos Assis; assist. imagem: Vítor Nobre, Leonardo Simões; op. 2ª câmara: Leonardo Simões, (assist.) João Tiago; iluminação: (chefe) Carlos Sequeira, João Gaspar, Luís Santos; grupista: João Caim, Pedro Efe; maquinistas: (chefe) José Pichel, José Franco, Carlos Figueiroa; ef. especiais: Fernando Monteiro, (assist.) João Manuel Ambrósio, (participação) Bombeiros de Gonçalo. Decoração: (chefe) Jorge Calvet, Fernanda Morais. Adereços: Luís Lacerda. Construções: (chefe) José Matos. Guarda-Roupa: (chefe) Tatão Amaral; costureira: Catarina Santos; caracterização: (chefe) Ana Lorena; cabeleireiro: (chefe) Iracema Machado; assist. cena: Nuno Franco; anotação: Vanda Santana; fot. cena: Mariana Viegas; genérico: Geriag; telecinema: Jerónimo de Jesús, Gabriela Silva; truca: Jerónimo de Jesús, José António Garrido; dir. som: Joaquim Pinto; perche: Nuno Leonel, (est) João Som; sonoplastia/mist.: Joaquim Pinto, Nuno Leonel; música: João Gil; exec. musical: Manuel Pinto (arranjo de cordas), José António Santos (arranjo de sopros, clarinete), Inês de Sousa (voz), Pedro Teixeira (violino), Mário Marques (saxofone), TóZé Morais (trompete), Ruben de la Cruz Santos (trombone), Sérgio Carolino (tuba), Luís Cascão (bateria), Mário Neto (banjo); músicos: Banda de Almoçageme, Bombos do Sotto da Casa; músicos/cena: Helena Pimentel (piano), José António Santos (clarinete); participantes-cena: (RTP) Ricardo Nogueira, João Pinto Nogueira/Pinconé, Vanda Santana, Mário Ângelo; coreografia: (dança do ventre) Myriam Szabo; mont.: João Braz; mont. negativo: Graça Boavista; interiores: Cabaré Hipopótamo (Lisboa); exteriores: Lisboa, Cabo da Roca,

Almoçageme, Beira; casting: Antro; animais: Sigla, Bucação; veículos: Atílio Silva. Catering: Cozinha da Jó. Extractos de: «O Acto da Primavera» (1962) de Manoel de Oliveira; imagens de timor: Radiotelevisão Portuguesa/RTP; data rodagem: Nov 1997; lab. imagem: Tobis Portuguesa; etalonagem: Teresa Ferreira; material de imagem: Videocine; material de iluminação: Contracampo; avid.: Tobis Portuguesa; mist. som: Videocine; material de som: Filmebase; est. musical: Estúdio Vale de Lobos, (téc) João Martins; produtor: Antónia Seabra; produção exec.: Maria João Mayer; dir. produção: Rui Louro, (chefe) Manuel Rebelo; assist. produção: Sérgio Baptista, Rafael Hernandez, (est) Rossana Appoloni; sec. produção: Dina de Freitas; contabilista: Maria João Alberto; téc. contas: Jorge Emílio; gabinete jurídico: Seabra, Gonçalves Ferreira, Tuca e Associados; patrocínio: European Script Fund; apresentação: Casino 27º Festival de Cinema da Figueira da Foz; data apresentação: 3 Set 1998; distribuição: AS Produções; ante-estreia: Nimas; data ante-estreia: 25 Mai 1999; estreia: Nimas; data estreia: 28 Mai 1999. Intérpretes/Personagens: Natália Luiza (Lúcia), Catarina Furtado, Myriam Szabo e Anabela Mota Ribeiro (Bailarinas), Amadou Dieng (Bailarino), Isabel de Castro (Rosa Amélia), Cucha Carvalheiro (La Salette), Zita Duarte (D. Helga), Laura Soveral (Marta), Dalila Carmo (Sãozinha), Maria do Céu Guerra, José Pinto, André Gomes, Henrique Viana, Márcia Breia, Pedro Hestnes Ferreira, Carminho Moniz Pereira, Canto e Castro, Orlando Costa, Rogério Vieira, Fernanda Neves, Lucinda Loureiro, Eugénia Bettencourt, Carlos Curto, Conceição Guerra, Alberto Seixas Santos, Eric Daugbjling, Francisco Teixeira da Mota. Vozes Off: Alberto Seixas Santos (Pai), Inês Menezes (Estrevistadora da Rádio), Dina de Freitas (Deolinda), Nuno Leonel (Amigo), Joaquim Pinto (Zé), Mário Cesariny (Poema).

Na procura de uma carta que o pai - um antropólogo que viveu em Timor - lhe deixou, Lúcia volta à aldeia da sua infância. Aí encontra Álvaro - que

reparte o pouco tempo da vida que lhe resta entre as rosas e o piano; e o seu anjo da guarda - que a acompanha e protege nas suas deambulações nocturnas...

Observações: «Dedicado ao Meu Irmão José Alberto Gil» - Margarida Gil. Placa de Prata - em Figueira da Foz 1998; Grande Prémio - em Roma 1998; Menção Especial para a Actriz (Dalila Carmo) - em Fantasporto 1999; Grande Prémio - em Turcoing 1999.

... E ASSIM NASCEU A ILHA DE TIMOR

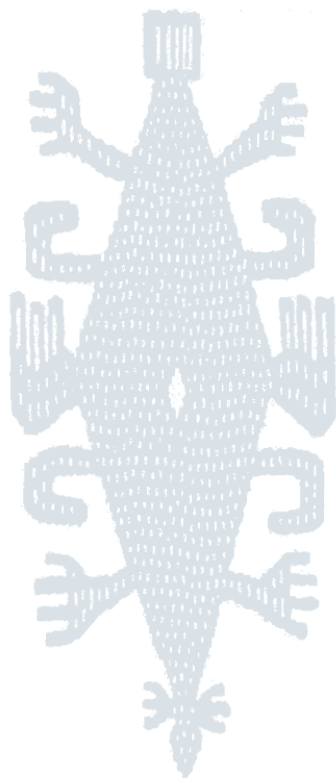
Vd - c, pb - 15 mn.

Realização: José Barahona; produção: Pavilhão de Timor - Expo '98, Fundação Paz e Democracia; argumento: José Barahona, Francisco Luís Pereira; fot.: (Exteriores) António Barbas, (interiores) João Paulo Moedas. Pinturas: Maria Socas; digitalização de imagem: Hugo Albuquerque; dir. som: (estúdio) Jorge Pedro Leitão, (exteriores) Max; voz off: Henrique Espírito Santo; mist.: João Paulo Moedas; música: («Uaitiu Tasi Lembe Leto Liti», «Rosalina», «Li Eh») Grupo Rai Timor, «Suite Para Percussão», «Tei Me» (Canção do Arroz), «Solo de Berimbau», («Ó Hêla Lô») Vozes da Revolução do Povo Maubere; recolha musical: (Etnia dos Éma) Brigitte Clanagirand; mont.: João Paulo Moedas; produtor: Joaquim de Brito; produção exec.: Henrique Espírito Santo; dir. produção: Sandra Fanha; assist. produção: Carlos Ramos; pós-produção: Cinegrupo 7; apoio: Prole Filme, Cinegrupo 7; apresentação: Expo '98 - Pavilhão de Timor; data apresentação: 1998.

Intérpretes/Personagens: Justino Guterres (Senhor da Palavra), Wilson Marques (Rapaz da Floresta), Luísa Marques (Rapariga da Floresta), Ruben Marques (Criança da Floresta).

O Senhor da Palavra, um ancião timorense que representa em cada aldeia a tradição oral, transmite aos jovens a lenda nativa do crocodilo que se transformou na ilha de Timor. Um Rapaz salva o





Crocodilo da morte, por fome e sede, numa zona desértica. Em reconhecimento da ajuda prestada, o Crocodilo promete levar o Rapaz numa viagem através do mundo, até ao sítio onde nasce o sol...
Observações: Betacam Analógico.

2000

**ABRIL 25 ANOS -
AVENTURA DEMOKRATICA**

25 DE ABRIL, UMA AVENTURA PARA A DEMOCRACIA

16 mm, Sp 8 mm, Vd – c – 16 mn.

Realização: Edgar Pêra; produção: Edgar Pêra; fot.: Edgar Pêra; mont.: Edgar Pêra.

A Revolução portuguesa de 1974. Imagens e sons do passado (o fascismo e os dias da libertação) ao presente (manifestações por Timor).

Observações: Prémio RTP – em Amascultura 2000; Prémio à Curta Metragem/Vídeo – em Coimbra 2001.

**MEMÓRIAS DE
UM GUERRILHEIRO**

Vd – c – 107 mn.

Realização: Célia Antunes, Sofia Miranda; produção: Centro de Audiovisuais do ISCTE; argumento: Célia Antunes, Sofia Miranda; fot.: Célia Antunes, Sofia Miranda; dir. som: Célia Antunes, Sofia Miranda; música: Abi Ho Sloz; mont.: Marina Pereira.

António Campos nasceu em Los Palos, Timor Loro Sae. Aos seis anos de idade, com a invasão indonésia, foi obrigado a procurar refúgio nas montanhas. Aí cresceu, junto dos guerrilheiros da Falintil, com os quais aprendeu a (sobre)viver e a lutar por uma causa: a autodeterminação do seu povo.

Em 1968, foi capturado pelas tropas agressoras, o que não significou o termo da sua luta, antes o começo de uma nova fase.

Observações: Sp VHS.

2001

**A NOIVA
DO GIGANTE**

Vd – c – 7 mn.

Realização: Nuno Amorim; produção: Animais; Radiotelevisão Portuguesa/RTP; argumento: Virgílio Almeida. Diálogos: Virgílio Almeida; animação: Nuno Amorim; som: Paulo Curado; produtor: Nuno Amorim.

Uma aldeia adormecida, algures nas montanhas de Timor-Loro Sae. Uma anciã sem idade desperta uma noiva de sono inquieto.

A noiva, perturbada, conta-lhe o estranho sonho que tivera: numa noite clara como o dia, assistira à luta entre as forças da destruição e as forças do amor...

Observações: CineAlta/HD.

**A PRINCESA
DAS LÁGRIMAS DE OURO**

Vd – c – c/m.

Realização Luiz Beja; produção: Beja Filmes; orçamento divulgado: 4000 contos. Consultor Literário: Luís Carlos Patraquim; fot.: Luiz Beja; patrocínio: Instituto Camões. Emissão: RTPÁfrica.

Ficção sobre Timor.

Observações: De uma série de 16 c/m, sobre os vários países africanos da Lusofonia, a interpretar por actores dos países originais.

TIMOR LORO SAE

Vd – c – 7 mn.

Realização: Vítor Lopes; produção: Cine-Clube de Avanca; argumento: Vítor Lopes. Diálogos: Vítor Lopes; animação: Vítor Lopes; produtor: António Costa Valente.

Homenagem ao povo de Timor-Leste - que, ao fim de quinhentos anos de colonialismo, lhe viu negado o direito à autodeterminação e à independência...

Observações: Betacam Sp.

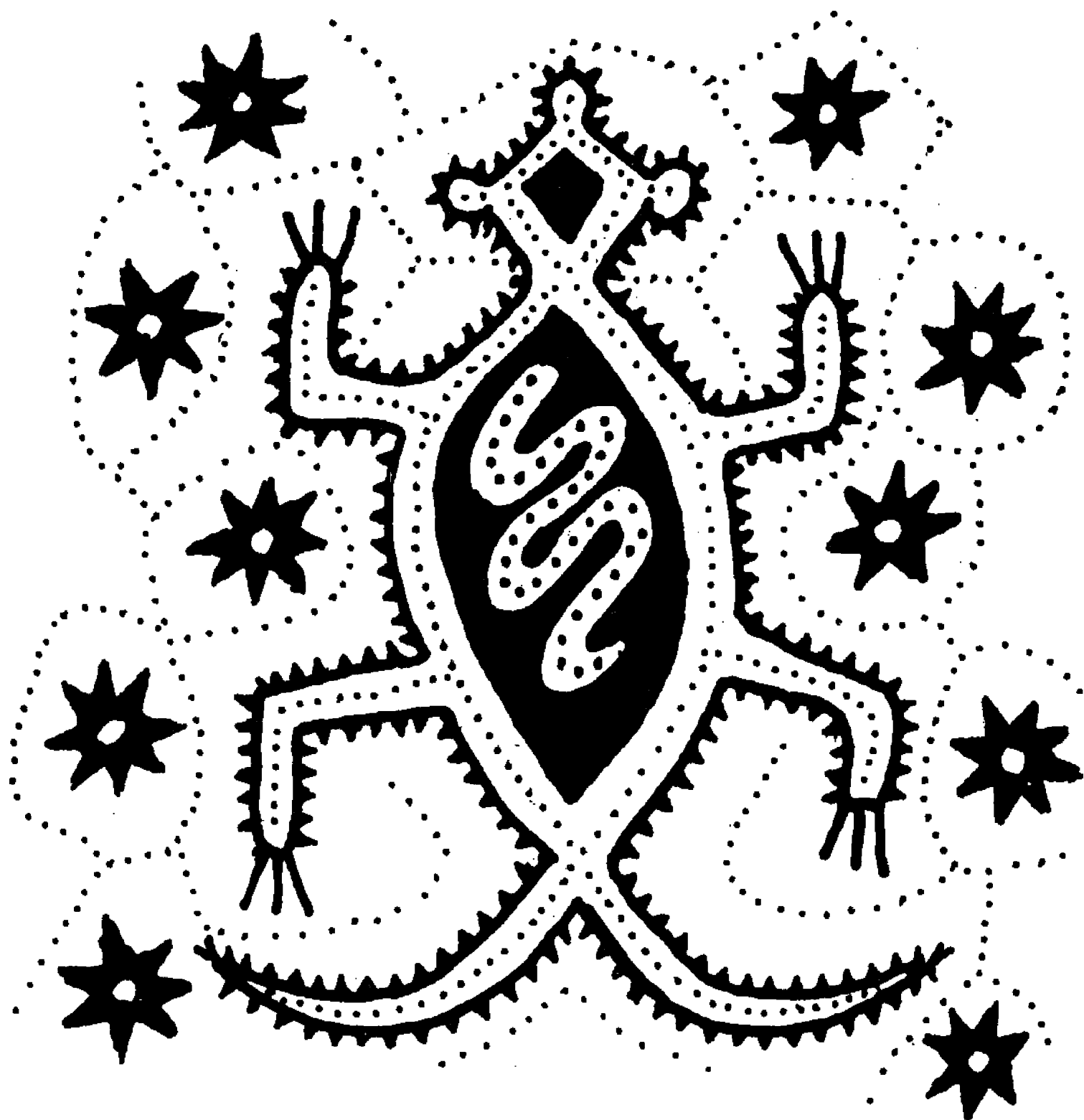
Tímor, os Mitos e as (des)Mistificações

L u í s C a r d o s o

QUANDO OSÓRIO DE CASTRO ESCREVEU O LIVRO E lhe deu o nome de «A ilha verde e vermelha» talvez não soubesse que estava a criar um mito, o mesmo que levou esse ancião de Maubisse a esconder a bandeira verde-rubra durante tanto tempo, tanto quanto a memória resistia ao olvido, para depois ser devolvida ao dono conforme as palavras do ancião, lamentado na ocasião que embora as cores estivessem gastas pelo tempo na sua fuga inexorável para o abismo, contra a qual não tinha meios para se opor, a esfera armilar continuava inteira e intacta, o mesmo não acontecendo com as cabeças que rolaram no chão, destruídas pela ira, sabe-se lá porque mais, supondo que em represália por não terem encontrado a bandeira enterrada no interior do seu frágil e árido corpo ou escondida nas entranhas da sua ilha vermelha de sangue e verde de esperança com que se mantinha vivo. Fez saber que o visitante se esquecera do estandarte quando se foi embora dizendo sentir saudades da terra, tanto tempo ausente do lar, mais do que o previsto para realizar o sonho com que se fez ao mar, nómada de terras estranhas e vagabundo de outros mares.

Osório de Castro não era político e a profissão de médico fê-lo atento a tudo quanto o rodeava para melhor entender os homens, expurgar os males que os atormentam e a paixão da escrita fê-lo eternizar o que provavelmente mais ninguém soube colorir, o esplendor que era a ilha verde e vermelha.

Não entro pela grande porta das decifrações, nem quero violar o longo corredor dos enigmas, o autor mais do que botânico era um retratista, talvez quisesse ser um Gauguin de outra arte, talvez um tanto sabedor do trágico destino de outras ilhas que outrora foram verdes, quis deixar esse quadro assim como um sinal vermelho para todos quantos ali aportam e se interessam pela sorte dos pequenos paraísos perdidos no vasto mar ou na imensidão do tempo – não há



outros paraísos que não sejam paraísos perdidos –, assim resolveu a equação o mago das letras Borges de seu nome.

Quando chove a terra empasta-se com a demasia das águas, as distintas estações do ano que separam o tempo na feminina época das chuvas que tudo molha, verde o cio da terra e dura a sementeira, seguido do brusco período da seca expondo o fruto proibido para atizar a cobiça alheia, depois enraivecer-se em labaredas de ciúme e enlouquecer com o fogo da paixão, esse mesmo fogo que unia todas as ilhas do pacífico descrevendo um arco luminoso, mágico e terrífico, provavelmente o único arco que Fernão de Magalhães viu, uma vez que o do triunfo lhe negou esse pequeno povo das ilhas de Mindanau que não queria ver o seu estreito devassado por piratas e por outros que não o sendo os achavam demasiadamente estreitos no saber e na procura que a terra era redonda. Descontentes com a arrogância do chegante que lhes queria provar o contrário do que para eles era uma terrível evidência, talvez por isso mesmo o tivessem morto, quando ao ser perguntado não sabia para onde ia, ele que tudo sabia das nebulosas, das constelações e da arte de bem navegar e com tanto mar pela frente largo e horizontal logo ali foi encalhar, um descuido inglório e fatal, o sinal de que ele nunca iria até ao fim, até onde o levava o sonho ou o desvario, até onde não haveria regresso e por isso queria encontrar a exacta curvatura da terra para ter a certeza do retorno e não sabendo cantava, talvez devesse chorar, que no fado é a mesma coisa: «Ai, minha mãe, as saudades matam mais que o escorbuto!»

Timor passou a constar na rota da circum-navegação pela pena de Pigafetta e mais do que tudo isso disse o outro que não era Magalhães mas Pessoa: «Tudo vale a pena quando a alma não é pequena!»

Eis que se ergue das brumas o ancião de Maubisse, envolto com penas de galos e pelo seu traje colorido de várias tonalidades, vendo o visitante encharcado de penas lhe ofereceu o seu tais para se limpar das lágrimas, o ombro para chorar as mágoas, que valeu mesmo a pena ter vindo para selar uma nova aliança, ainda que tivesse demorado tanto tempo a chegar, ainda que tivesse invocado para justificar o atraso a fúria do vento, as correntes traiçoeiras, a ira das monções, o assalto dos piratas, as rotas das especiarias desfeitas por falta delas, o trans-torno dos fusos horários, a traição dos amigos, a intransigência dos inimigos, o belo sonho da exposição universal, o baralho da União Europeia, o brilho da moeda única, a triste epopeia da devolução de Macau e mais grave do que tudo isso o enjoo do mar por falta de hábito de navegar, quando cedeu à tentação da velha e farta Europa de largar tudo para se retirar em terra, qual filho pródigo de regresso à origem, ele que fora o pioneiro e se preparava para comemorar os quinhentos anos do achamento do Brasil.

Eis que se ergue das brumas o ancião de Maubisse depois de ter esperado tanto tempo e tantas foram as noites claras que passou em branco a espreitar a linha do horizonte donde esperava ver aparecer a Lusitânia Expresso ou a Lusitânia Paixão, que importa o nome se o desejado era o velho senhor dos mares, para buscar o que era da sua pertença, depois de o ter esquecido há vinte e cinco anos atrás, quando se apressou a fazer o caminho de regresso à casa, dando um ponto final na história e um nó na linha com que teceu as malhas do Império.

Finalmente, cumprido o destino, devolvida a bandeira, despido o mito, a ilha voltou a ser verde e vermelha como era no princípio, quando o velho crocodilo cansado de tanto mar se fez terra para se eternizar.

Oh! Liberdade!

>
Sem título,
pintura a óleo
de Xanana Gusmão,
Abril de 1994.



Se eu pudesse
pelas frias manhãs
acordar tiritando
fustigado pela ventania
que me abre a cortina do céu
e ver, do cimo dos meus montes,
o quadro roxo
de um perturbado nascer do sol
a leste de Timor

Se eu pudesse
pelos tórridos sóis
cavalgar embevecido
de encontro a mim mesmo
nas serenas planícies do capim
e sentir o cheiro de animais
bebendo das nascentes
que murmurariam no ar
lendas de Timor

Se eu pudesse
pelas tardes de calma
sentir o cansaço
da natureza sensual
espreguiçando-se no seu suor
e ouvir cantar as canseiras
sob os risos
das crianças nuas e descalças
de todo o Timor

Se eu pudesse
ao entardecer das ondas
caminhar pela areia
entregue a mim mesmo
no enlevo molhado da brisa
e tocar a imensidão do mar
num sopro da alma
que permita meditar o futuro
da ilha de Timor

Se eu pudesse
ao cantar dos grilos
falar para a lua
pelas janelas da noite
e contar-lhe romances do povo
a união inviolável dos corpos
para criar filhos
e ensinar-lhes a crescer e a amar
a Pátria Timor!

Xanana Gusmão

Cipinang, 8 de Outubro de 1995

